

NATALLY VIEIRA DIAS

**O MÉXICO COMO “LIÇÃO”: a Revolução Mexicana
nos grandes jornais brasileiros e argentinos (1910-1915)**

Universidade Federal de Minas Gerais

Mestrado

2009

Natally Vieira Dias

**O MÉXICO COMO “LIÇÃO”: a Revolução Mexicana
nos grandes jornais brasileiros e argentinos (1910-1915)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre
em História.

Universidade Federal de Minas Gerais

Mestrado

2009

Dissertação intitulada *O MÉXICO COMO “LIÇÃO”: a Revolução Mexicana nos grandes jornais brasileiros e argentinos (1910-1915)*, de autoria da mestranda Natally Vieira Dias, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguinte professores:

Profª Drª Kátia Gerab Baggio (orientadora)
Departamento de História – UFMG

Profª Drª Maria Helena Rolim Capelato
Departamento de História - USP

Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa
Departamento de História – UNESP-Assis

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2009.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

Agradecimentos

Durante a realização deste trabalho contei com o apoio de várias pessoas, às quais quero agradecer.

A professora Kátia, pela orientação sempre atenta e comprometida, que foi fundamental durante todo o processo. Mesmo antes desta etapa, suas aulas na graduação despertaram ainda mais meu interesse pela história da América e a postura dedicada e atenciosa a minha admiração.

Aos professores Eliza Borges e Antonio Mitre, pelas arguições, orientações e sugestões no exame de qualificação. Especialmente ao professor Mitre, cujas disciplinas ministradas foram importantes espaços de reflexão e discussão sobre a história latino-americana. Sua importância na minha formação é inestimável.

Aos colegas e amigos pesquisadores em história da América, pelas discussões e considerações. Agradeço especialmente a Adriane Vidal, querida amiga, pela generosidade, o constante incentivo, pelas leituras e sugestões. Ao Fábio Sousa, pelas valiosas ajudas em relação às fontes. Ao Mateus Fávaro, pelo apoio em Buenos Aires. A Priscilla Dorella, pela consideração e incentivo e pelas sugestões bibliográficas.

Aos alunos da UFOP, minha gratidão pelo carinho, o estímulo e pelo interesse que sempre demonstraram pelo meu trabalho.

Aos profissionais das instituições que abrigam os acervos utilizados como fonte para o presente trabalho. Agradeço de maneira muito especial aos funcionários da Biblioteca do Congresso, de Buenos Aires, pela atenção que me dedicaram e pelo interesse que demonstraram pelo desenvolvimento da pesquisa.

E àqueles que têm sido meus incentivadores nessa e em outras jornadas. Minha mãe e meu irmão, pelo amor incondicional, por serem meu porto seguro. Minha grande amiga, Ana Luíza; meus queridos amigos Zenir, Anderson e Cristina; e “mis cariños mexicanos”, Júnior e Janet.

Resumo

A Revolução Mexicana foi um evento histórico de grande projeção internacional e contou significativa repercussão na imprensa latino-americana. Este trabalho analisa, em perspectiva comparada, as abordagens e interpretações sobre o processo revolucionário mexicano veiculadas por alguns dos principais jornais do Brasil e da Argentina: *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, *Minas Gerais* e *O Estado de São Paulo*; *La Nación*, *La Prensa* e *La Razón*. Comparamos as interpretações e posicionamentos assumidos pelos grandes diários em relação uma revolução de forte cunho social, que envolvia demandas e reivindicações semelhantes às existentes em seus próprios países. Apesar de pertencerem a um mesmo lugar social, os jornais abordaram o processo revolucionário mexicano de maneiras muito distintas e seus posicionamentos em relação ao México refletiram as diferentes posturas assumidas pelos produtores dos diários nos debates políticos que marcavam os cenários brasileiro e argentino.

Ao se desdobrar num conflito com os Estados Unidos, a Revolução Mexicana passou a ser analisada pelos jornais no âmbito do debate sobre as relações continentais, que envolvia intensas discussões sobre a agressiva política externa dos Estados Unidos no continente, a proposta pan-americana de integração continental e as relações entre os países americanos. Analisamos como os episódios da intervenção estadunidense no México revolucionário e da ação diplomática conjunta de Brasil, Argentina e Chile (ABC) para a mediação do conflito entre os países do norte incidiram nas discussões desenvolvidas pelos jornais sobre a questão continental.

Palavras-chave: Revolução Mexicana, imprensa, Argentina, Brasil.

Abstract

The Mexican Revolution was a historical event of great international projection and relied on meaningful repercussion on the latin american press. This study analyses, in compared perspective, the approachings and interpretations about the mexican revolutionary process spread by some of the main newspapers of Brazil and Argentina: *Gazeta de Notícias*, from Rio de Janeiro, *Minas Gerais* and *O Estado de São Paulo*; *La Nación*, *La Prensa* and *La Razón*. Interpretations and opinions assumed by major newspapers regarding a strong social revolution were compared, which implied demands and vindications similar to the ones that already existed in their own countries. In spite of belonging to the same social place, the newspapers approached the Mexican revolutionary process in many different ways and their opinions, according to Mexico, reflected different positions assumed by the newspapers editors on political debates that marked the Brazilian and Argentinian sceneries.

Turning into a conflict, the Brazilian and Argentinian sceneries with the United States, the Mexican Revolution started being analysed by the newspapers on a debate scope about the continental relations, which involved intense discussions about the aggressive foreign policy of the United States on the continent, the Panamericanist proposal of continental integration and the relations between American countries. I analysed how the episodes of North American intervention in the revolutionary Mexico and the joined diplomatic action of Brazil, Argentina and Chile (ABC) for the conflict intervention between the north countries fell upon the discussions developed by the newspapers about the continental issues.

Keywords: Mexican Revolution, press, Argentina, Brazil.

Sumário

Introdução	p. 8
Capítulo 1	
México, Argentina e Brasil: similitudes e singularidades das questões políticas e sociais nas primeiras décadas do século XX	
1.1. O México e as muitas faces da Revolução Mexicana	p. 22
1.2. A Argentina sob o signo da reforma política	p. 55
1.3. O Brasil entre a dissensão política e a tensão social	p. 70
Capítulo 2	
A imprensa modernizada: o “lugar” dos jornais nos debates políticos	p. 78
2.1. Os jornais argentinos	
2.1.1. <i>La Prensa</i> e a pretensão de exceder às elites sociais	p. 88
2.1.2. O pedagogismo elitista de <i>La Nación</i>	p. 91
2.1.3. <i>La Razón</i> e os inícios de um jornalismo popular	p. 93
2.2. Os jornais brasileiros	
2.2.1. <i>A Gazeta de Notícias</i> e os limite do “popular”	p. 97
2.2.2. O oposicionismo d’ <i>OESP</i>	p. 100
2.2.3. <i>Minas Gerais</i> , um diário oficial	p. 102
2.3. Jornais da Argentina e do Brasil: uma breve comparação	p. 106
Capítulo 3	
A Revolução Mexicana nos debates político-sociais argentinos e brasileiros	
3.1. Rumores que vem do norte	p. 108
3.2. “México lá e aqui”	p. 119
3.3. Revolução, revoluções...	p. 144
Capítulo 4	
O México revolucionário e o debate sobre as relações continentais	
4.1. “Os estados Unidos e o México	p. 160
4.2. O ABC e as relações internacionais	p. 174
4.3. O México revolucionário e a questão das identidades continentais	p. 185
Considerações Finais	p. 195
Fontes e Bibliografia	p. 202
Anexos	
Anexo 1: Mapa do México	p. 213
Anexo 2: Análise quantitativa	p. 214
Anexo 3: <i>La Razón</i> , 22/12/1913, O original esporte dos revolucionários mexicanos, p. 5, 3ª ed. (Imagem)	p. 215
Anexo 4: Imagens (<i>La Razón</i> , 26/02/1913, Os homens e seus métodos)	p. 216
Anexo 5: Imagens (<i>La Nación</i> , 05/01/1914, A revolução mexicana)	p. 217
Anexo 6: Imagens (<i>Gazeta de Notícias</i> , 25/04/1914, A ocupação militar yankee de Vera Cruz e a opinião internacional)	p. 219

Introdução

Este trabalho recupera e analisa, numa perspectiva comparada, as abordagens e interpretações sobre a Revolução Mexicana veiculadas por grandes jornais diários brasileiros e argentinos entre 1910 e 1915.

Embora existam, tanto no caso do Brasil quanto da Argentina, alguns trabalhos historiográficos contemplando a temática da Revolução, não há uma abordagem específica sobre sua repercussão nas respectivas imprensas. Existem principalmente trabalhos sobre o posicionamento das diplomacias desses países em relação ao México no período, visto que ambos, juntamente com o Chile, atuaram na intermediação de conflitos diplomáticos entre México e Estados Unidos, em 1914 e 1915.¹ Pretendemos, assim, contribuir para a compreensão das repercussões da Revolução Mexicana na América Latina.

A revolução iniciada em 1910, no México, foi o primeiro e mais radical dos movimentos de derrubada da ordem oligárquica que marcaram a primeira metade do século XX no subcontinente latino-americano. A enorme participação de setores populares rurais e urbanos com suas reivindicações trabalhistas e de reforma agrária, que incluía desde uma distribuição mais justa da terra até a manutenção das terras comunais indígenas, conferiu ao movimento mexicano uma amplitude muito maior do que uma disputa entre elites pelo poder político central, tão comum à história latino-americana desde as independências das antigas colônias europeias. O processo revolucionário do México significou a própria ascensão das massas populares ao cenário das disputas políticas e, direta ou indiretamente, sua influência se fez sentir em outros movimentos de caráter popular no continente.²

¹ No Brasil, referimo-nos ao trabalho de VINHOSA, Francisco. A diplomacia brasileira e a Revolução Mexicana, 1913-1915. In: *Revista do IHGB*, nº 327 (abr/jun), 1980. p. 19-81. No caso da Argentina, aos trabalhos de YANKELEVICH, Pablo. *La diplomacia imaginaria. Argentina y la Revolución Mexicana, 1910-1916*. México: Dirección General del Acervo Histórico Diplomático de la Secretaría de Relaciones Exteriores, 19914; *Miradas australes: propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.

² Destacam-se o movimento peruano liderado por Víctor Raúl Haya de la Torre que, exilado no México, fundou a *Alianza Popular Revolucionaria Americana*, em 1924, e o nicaraguense, liderado por Augusto César Sandino, que também havia vivido e trabalhado no México de 1923 a 1926, para citar apenas os mais diretamente influenciados pelo processo revolucionário mexicano.

A experiência revolucionária mexicana marcou profundamente os debates político-intelectuais no continente, atuando como um centro irradiador de referências que balizaram discussões e demarcaram posicionamentos políticos durante toda a primeira metade do século XX. O significado da Revolução Mexicana para a América Latina foi muito bem sintetizado por Pablo Yankelevich ao afirmar que “o México revolucionário alertou mas também alentou os grupos dirigentes latino-americanos”. Setores mais conservadores temeram sublevações similares em seus respectivos países, enquanto que os grupos políticos e intelectuais comprometidos com o fim dos sistemas oligárquicos “... começaram a precisar o perfil da Revolução Mexicana como um *laboratório* onde realizar antigas *utopias* de regeneração e união continental.”³ Isso porque, pelos problemas desencadeados com os Estados Unidos, a revolução do México exerceu também grande influência no debate sobre as relações continentais que desencadeava calorosas polêmicas no período.

Concomitante à agressiva política externa da potência do norte no continente, a proposta pan-americanista, oficializada durante a Conferência de Washington, em 1889, vinha sendo, desde então, criticada por parte significativa da intelectualidade latino-americana como uma expressão da pretensão imperialista estadunidense. Em meio a esses debates, a intervenção dos Estados Unidos no México revolucionário não apenas aprofundou a discussão como motivou uma inédita ação diplomática conjunta de Argentina, Brasil e Chile para a mediação do conflito. Nesse sentido, podemos afirmar que a Revolução Mexicana mobilizou o continente e contribuiu para ampliar as reflexões dos latino-americanos sobre as realidades de outros países do continente.

A imprensa latino-americana, como um privilegiado espaço de debate político, desenvolveu interpretações e suscitou discussões sobre a revolução do México. Tomaremos como objeto de análise as abordagens desenvolvidas e veiculadas por alguns dos principais jornais brasileiros e argentinos da época: *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro; *O Estado de São Paulo* (OESP) e *Minas Gerais*; *La Nación*, *La Prensa* e *La Razón*, os três últimos, publicados em Buenos Aires.

³ YANKELEVICH, 1997, p. 17-8. A tradução dos textos em língua estrangeira é de nossa autoria.

Apesar de o processo revolucionário mexicano ter se estendido ao longo de toda a década de 1910, optamos por um recorte temporal mais curto, mas que abarca um dos períodos mais críticos da Revolução, quando diversos grupos disputavam a hegemonia política nacional e os exércitos populares estavam em franca ascensão. Assim, analisaremos a repercussão dada pelos diários brasileiros e argentinos aos eventos mexicanos desde o início do movimento pela derrubada da ditadura de Porfirio Díaz, em novembro de 1910, até o reconhecimento oficial do governo constitucionalista de Venustiano Carranza, em outubro de 1915, pela Argentina, Brasil e Chile — países que mediarão o conflito entre os dois países do norte — e, também, pelos próprios Estados Unidos.⁴

Desde meados de 1914, com o início da Grande Guerra, esse se tornou o principal assunto do exterior a ser abordado pelos diários. A grande maioria dos jornais analisados praticamente abandonou os assuntos mexicanos, que voltaram a ser abordados apenas por ocasião da segunda atuação do ABC, como ficou conhecida a mediação dos três países sul-americanos, em 1915, quando os Estados Unidos convocaram uma Conferência Pan-americana – formada, além do ABC, por Bolívia, Guatemala e Uruguai – para intervir na situação interna do México, que seguia em guerra civil. O marco final de nosso estudo será, portanto, o “último ato” representado pelo ABC nos conflitos México-americanos.

No âmbito interno da Revolução, esse momento também demarcou uma nova fase no processo revolucionário, iniciada com a ascensão do “constitucionalismo” e marcada pela repressão aos exércitos populares. Tratava-se efetivamente do “estabelecimento de uma nova hegemonia política nacional, cuja continuidade fundamental não se perderia nos anos seguintes”, como assinalam Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer.⁵

A proposta de estudar as repercussões da Revolução Mexicana em outros contextos nacionais parte da concepção de que sua relevância histórica e historiográfica

⁴ No caso específico da *Gazeta de Notícias*, não conseguimos encontrar os exemplares dos períodos de janeiro a março e de novembro a dezembro de 1913. Localizamos exemplares do período analisado do diário nos acervos da Biblioteca Mário de Andrade e do Museu Paulista, em São Paulo; do Arquivo Nacional, do IHGB e da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Esta última Biblioteca é a que possui a coleção mais completa do jornal mas, mesmo nela, não encontramos os exemplares relativos ao referido período, que corresponde a uma falha em sua coleção.

⁵ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 72.

projeta-se para além da realidade nacional mexicana, importando também analisar sua repercussão internacional e, sobretudo, continental.

Muitas das demandas dos revolucionários mexicanos estavam presentes em outros países latino-americanos, o que tornava a experiência revolucionária daquele país um possível catalisador de movimentos sociais em outros países e regiões. Na zona rural mexicana, os problemas relativos à concentração fundiária, exploração e extrema pobreza da população fizeram da vertente camponesa uma das mais significativas da Revolução. Demandas semelhantes existiam no Brasil, emergindo em fenômenos como os movimentos messiânicos que marcaram o início da República. O movimento operário foi outra importante vertente da Revolução Mexicana, sobretudo a corrente anarquista, então a mais significativa, também, nos movimentos de trabalhadores no Brasil e na Argentina. No caso argentino, o movimento operário era o mais organizado e mobilizado da América Latina, na época.

Além de demandas sociais semelhantes, a notícia da deflagração do movimento mexicano encontrou, nos dois países sul-americanos, cenários políticos de muita tensão, marcados por fortes debates e divisões dentro das elites a respeito da necessidade, ou não, de maior abertura de seus regimes políticos.

Na Argentina, a elite política se encontrava polarizada em relação à discussão sobre a reforma democrática que instituiria o voto secreto e obrigatório. A lei de reforma eleitoral foi aprovada em 1912 mas, até seus resultados práticos, nas eleições de 1916, o cenário político nacional continuou profundamente marcado pelo debate entre reformistas *versus* conservadores. Discussões semelhantes ocorriam no Brasil e giravam em torno das feições do regime republicano recém instalado. Grupos que haviam apoiado a República, esperando a ampliação da participação política e da cidadania, passaram a criticar duramente o modelo político-eleitoral excludente e corrupto. A candidatura e posterior eleição do Marechal Hermes da Fonseca aprofundava ainda mais o debate, recolocando a questão do militarismo que havia dominado o início da República. Formou-se, a partir de então, uma forte oposição civilista encabeçada por Rui Barbosa, que continuou disputando as eleições seguintes com os candidatos oficiais.

Nesses conturbados contextos nacionais, brasileiros e argentinos tomaram conhecimento da revolução do México, que emergia em meio a críticas ao sistema político mexicano muito semelhantes às existentes em seus países, mas que logo se radicalizava incorporando demandas sociais e deitando abaixo a ordem oligárquica através das armas e com enorme participação popular.

Os eventos da Revolução Mexicana repercutiram rapidamente nos outros países do continente através da imprensa. As informações internacionais já circulavam com bastante agilidade nesse período, via telégrafo, por meio de uma rede internacional de informação, estabelecida com o predomínio das agências européias. Assim, os jornais de grande circulação tornavam-se veículos mais dinâmicos de informação, mas não perdiam seu caráter de um “jornalismo de opinião”, que englobava intelectuais, literatos e políticos. A imprensa era um dos principais meios de discussão e socialização política, num período caracterizado por grandes transformações que favoreciam a expansão do debate público.

Desde as últimas décadas do século XIX, a América Latina vivia um intenso processo de modernização socioeconômica que lhe imprimia um quadro de crescente urbanização, o qual foi somado, em muitos casos, ao aumento populacional decorrente da entrada em massa de imigrantes.

O desenvolvimento da imprensa acompanhava as transformações sociais mais amplas, sendo que os avanços nas técnicas de impressão permitiram baratear os custos de produção e os jornais passaram a ser vendidos a preços mais acessíveis, ampliando consideravelmente seu alcance social. Assim, nas primeiras décadas do século XX, começava a se consolidar uma “grande imprensa”,⁶ formada por jornais diários de grandes tiragens, que eram vendidos a preços mais baixos e que dedicavam um grande espaço para a publicidade, diferenciando-se claramente da imprensa artesanal que havia predominado no século anterior.

⁶ Sobre o surgimento da chamada “grande imprensa” no Brasil, continua sendo uma referência obrigatória o clássico livro de Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Em obra recente, Marialva Barbosa desenvolve essa análise circunscrevendo-se à cidade do Rio de Janeiro, então capital federal: *História social da imprensa. Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. No caso da Argentina, são fundamentais os trabalhos de Sylvia Saïtta, especialmente “El periodismo popular en los años veinte”. In: FALCÓN, Ricardo. *Nueva historia argentina (1916-1930)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. Tomo IV. p. 435-469.

Uma implicação decisiva da inserção da imprensa latino-americana no circuito capitalista foi a sua incorporação na já então complexa rede mundial da informação, articulada sob o predomínio das agências internacionais de notícias, que haviam surgido no início do século XIX ligadas aos interesses geopolíticos da expansão imperialista européia. Essa situação é fundamental para nosso objeto de estudo, posto que os jornais analisados não possuíam correspondentes ou enviados especiais no México e a maioria das informações que possuíam dos eventos revolucionários que se desenrolavam naquele país provinha dessas agências.

Num sentido mais amplo, a incorporação da imprensa na rede mundial da informação implicou em transformar a informação num dos eixos centrais de seu discurso. À medida que o jornal se tornava um instrumento de informação cada vez mais dinâmica, uma nova forma de legitimação do discurso jornalístico começava a se constituir, baseada na capacidade de informar, com agilidade, sobre os acontecimentos nacionais e mundiais. Mas o outro eixo do discurso da imprensa continuava sendo a política.

Os grandes jornais latino-americanos participavam ativamente dos debates políticos do período, assumindo posições distintas, por vezes antagônicas, que refletiam diferentes posturas ideológicas existentes entre as elites político-intelectuais. Dessa forma, optamos por tomar como fontes, dentre os principais jornais de cada país, aqueles que capitaneavam o debate político, assumindo posicionamentos distintos, o que nos permite potencializar uma abordagem comparativa não apenas entre os países, mas também entre diferentes posturas políticas dentro de cada país, representadas por cada um dos periódicos

No caso do Brasil, a escolha dos jornais procurou contemplar a região mais expressiva, no período, do ponto de vista político, cultural e econômico. No caso da Argentina, os diários tomados como fonte são todos de Buenos Aires, já que essa província concentrava uma proeminência nacional quanto aos três aspectos.

Quanto aos jornais selecionados no contexto brasileiro, o *Minas Gerais* ligava-se ao grupo político que garantiu a eleição do Marechal Hermes da Fonseca nas eleições de 1910, enquanto *O Estado de São Paulo* apoiou a Campanha Civilista e a candidatura de

Rui Barbosa. A *Gazeta de Notícias* representa a capital federal em nosso estudo e serve de contraponto à polarização política dos outros dois periódicos, já que foi o único dos principais jornais da capital que não tomou partido na disputa entre civilistas e hermetistas.⁷

A escolha dos diários argentinos buscou manter o mesmo critério em relação aos posicionamentos nos debates políticos nacionais, assim, selecionamos *La Prensa*, *La Nación* e *La Razón*. Esses eram os três principais jornais do país, na época, e os dois primeiros assumiam posicionamentos mais claros ante o principal debate político nacional. *La Prensa* apoiava explícita e ardorosamente os desígnios reformistas enquanto *La Nación* tinha posições mais conservadoras. *La Razón*, por sua vez, pretendia-se menos ocupado com os “avatares políticos”.⁸

A escolha da Argentina para comparação com o Brasil deve-se, primeiramente, a uma razão de ordem interna às fontes. Esse é o único país da América Latina do qual jornais brasileiros reproduzem artigos sobre o México no período analisado. Foram ocorrências tópicas, porém não insignificantes, como veremos ao longo do estudo. A imprensa argentina era a mais desenvolvida da América Latina no início do século XX e contava, inclusive, com a colaboração de importantes intelectuais de diferentes países do subcontinente. Além disso, ambos os países, juntamente com o Chile, tiveram uma participação tangencial nos conflitos mexicanos, o que torna ainda mais interessante analisar como a revolução do México foi abordada em seus contextos nacionais.

No caso dos países latino-americanos, as análises comparativas parecem ser particularmente pertinentes, por se tratarem de nações que possuem evidentes “paralelismos históricos”. Como observa Alain Rouquié, “histórias paralelas forjam realidades que, sem serem semelhantes, têm numerosos pontos comuns.”⁹ O próprio período abarcado por este estudo favorece uma análise desse tipo, quando o processo de modernização capitalista envolvia o subcontinente em seu conjunto e, assim, contribuía

⁷ De acordo com Sodré, os periódicos *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *O País* e *A Tribuna* apoiaram a candidatura oficial, enquanto *O Século*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *A Careta* e *A Notícia* apoiaram o Civilismo. Cf. SODRÉ, *Op. cit.*, p. 375.

⁸ Essa era a orientação de José Cortejarena, que assumiu a direção e a propriedade do periódico em 1912. Suplemento Especial: “La Razón” 100 anos <http://www.larazon.com.ar/diario_ir/especial/2005/04/150-957995.html>. (Acesso em agosto de 2006).

⁹ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991. p. 28.

para criar entre os latino-americanos a percepção de uma experiência comum, que ultrapassava as fronteiras nacionais. Não por acaso, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX foram produzidos vários “laços efetivos” entre os latino-americanos, baseados na “convicção de um processo compartilhado e próprio – para além das particularidades pontuais.” Essa idéia de “religação continental” foi favorecida, ainda, pela entrada do Brasil no rol das nações republicanas.¹⁰

Apesar dos desenvolvimentos teóricos e das diversas perspectivas que a história comparada assumiu ao longo do século XX, ainda hoje os historiadores que se utilizam dessa perspectiva de análise normalmente retornam às proposições de Marc Bloch. Evidentemente essa recorrência não é fortuita. De fato, o historiador francês, como lhe era característico, conseguiu expressar de forma clara e muito precisa em que se constitui tal método: “buscar, para explicá-las, as semelhanças e diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos.”¹¹ Essa proposição encerra, na verdade, os dois momentos metodológicos que marcam o trabalho comparativo: primeiro, procurar semelhanças e diferenças, em seguida explicá-las; operação intelectual que nada tem de simples.

Nas últimas décadas, a perspectiva comparativa foi alvo de várias críticas, sobretudo no que diz respeito à predominância do eurocentrismo em análises que adotam dinâmicas européias como parâmetros a partir dos quais comparam os outros contextos. Essas, em geral, desembocam numa visão dicotômica que enxerga na Europa um suposto “centro determinante” das dinâmicas históricas de outras partes do mundo. As críticas a esse tipo de análise histórica culminaram na perspectiva de “*connected histories*”, proposta pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, e retomada por Serge Gruzinski, que

¹⁰ Susana Zanetti destaca que o processo de modernização propiciou as bases materiais e também uma “mentalidade moderna” que permitiram converter, pela primeira vez, a América Latina “num campo compartilhado de solidariedades articuladas para a defesa dos mesmos ideais, e também de polêmica.” Nesse contexto, a imprensa configurou-se num dos principais “agentes de integração”. (ZANETTI, Susana. *Modernidad y religión: una perspectiva continental (1880-1916)*. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palabra, literatura e cultura*. Campinas: UNICAMP, 1994. Vol. 3. p. 491, 503, 516.

¹¹ BLOCH, Marc. *Comparasion*. In: *Revue de Synthèse Historique*. Paris, Vol. LXIX, 1930. *Apud* THELM, Neyde & BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *História Comparada: olhares plurais*. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXIX, n. 2. dezembro 2003. p. 9.

encontra nessa abordagem a possibilidade de “vencer” a comparação enfatizando as conexões históricas.¹²

Entretanto, pensamos que o eurocentrismo não é inerente à abordagem comparativa. Quando comparamos distintas realidades latino-americanas, por exemplo, nos afastamos dessa perspectiva. Além disso, estamos plenamente de acordo com Maria Ligia Prado, para quem “a escolha da história comparada não exclui a abordagem de histórias conectadas. [...] Há mais complementação entre comparação e conexão, do que exclusão.”¹³

Nesse sentido, destacamos que nosso estudo comporta uma dimensão de “conexão”, na medida em que compara como a revolução do México influenciou os debates e as práticas políticas em outros contextos nacionais latino-americanos, e, sobretudo, pelo fato de Argentina e Brasil terem atuado diretamente nos conflitos diplomáticos resultantes da Revolução. Ainda assim, ressaltamos sua vinculação à perspectiva comparativa que, desde Marc Bloch, envolve a proposta de romper com os localismos das historiografias nacionais, marcantes ainda hoje. Como já ressaltava o próprio Bloch, mais do que à “interpretação dos fenômenos”, é justamente à sua “descoberta” que “primeiramente se apresenta a utilidade do método comparativo”.¹⁴ Ou seja, o grande potencial dessa “boa ferramenta”, encontra-se exatamente na sua capacidade de possibilitar a descoberta de novas questões e, assim, enriquecer o estudo com novas problemáticas que certamente não seriam levantados numa análise restrita a um único contexto nacional.

Os marcos teóricos que balizam esse trabalho são aqueles ligados à renovação da história política, que compreende o político como “uma modalidade da prática social” ligada “... por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida

¹² A expressão “*connected histories*” foi cunhada por Sanjay Subrahmanyam em “Connected histories: notes toward a reconfiguration of early modern Eurasia”. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). *Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999, e retomada por Serge Gruzinski em “Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autre ‘connected histories’”. In: *Annales HSS*, n° 1, janvier-février, 2001.

¹³ PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. In: *Revista de História*. São Paulo: Departamento de História - FFLCH/USP, n° 153, 2005, p. 30. Nesse texto, a autora recupera as polêmicas e críticas à história comparada e a emergência da noção de “histórias conectadas”.

¹⁴ BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: *Melanges historiques*. Paris: SEVPEN, 1963, Tomo 1, p. 19.

coletiva”.¹⁵ Nessa perspectiva, o estudo dos discursos políticos é “... inseparável do dos aparelhos de produção e mediação: não é apenas a idéia que age, é também o lugar de onde ela vem.”¹⁶

Partindo da definição proposta por Héctor Borrat, consideramos a “imprensa independente” como “um verdadeiro ator político de natureza coletiva, cujo âmbito de atuação é o da influência, não o da conquista do poder institucional ou sua permanência nele.”¹⁷ O termo “imprensa independente” se aplica aqui à imprensa de informação e opinião em geral, o que não quer dizer que esses jornais sejam independentes de fatores e interesses políticos e econômicos.¹⁸ Trata-se apenas de diferenciá-los daqueles periódicos porta-vozes oficiais ou oficiosos de partidos políticos, agremiações ou associações da sociedade civil.

O *Minas Gerais* representa a exceção quanto ao caráter de “independência” em nosso estudo, por tratar-se do órgão oficial do governo do estado. A escolha de um jornal mineiro é de grande relevância, na medida em que o estado era uma das principais forças políticas da federação no período e, no contexto específico abarcado por esse estudo, fazia parte da aliança política que detinha o poder central. Entretanto, a essa época, não havia ainda uma “grande imprensa” consolidada em Minas e o jornal oficial era o principal do estado, cumprindo também o papel de imprensa de notícias.¹⁹ A própria lei que criou a Imprensa Oficial e seu periódico, em 1891, já previa o caráter de informação, formação e entretenimento para o jornal, que deveria “escrever ou traduzir” artigos de “ciências, artes e letras [...], ministrar diariamente matéria para o noticiário, que deveria ser o mais copioso e interessante possível”. Instruía, ainda, que, “além dos telegramas oficiais, [...] o órgão

¹⁵ REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 35-6.

¹⁶ WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: REMOND, René. *Op. cit.*, p. 285.

¹⁷ BORRAT, Héctor. *El periódico actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989. p. 10.

¹⁸ As relações e contradições fundamentais entre os interesses políticos e econômicos da imprensa são analisadas por Maria Helena Capelato em “Imprensa na República: uma instituição pública e privada”. In: SILVA, Fernando; NÁXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003, p. 139-150; e “Imprensa, uma mercadoria política”. In: *História & Perspectiva*. Uberlândia, MG: Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, Vol. 4 (jan/jun), 1991. p. 131-139.

¹⁹ Costuma-se atribuir como marco de surgimento da “grande imprensa” no estado o aparecimento do *Correio Mineiro*, em 1926. Consultar a respeito VAZ, Paulo B. De Liberty a Marioni: feição e feitura jornalística. In: CASTRO, Maria Ceres *et alli*. *Folhas do tempo. Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte, 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG, AMI, PBH, 1997. p. 67; LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, UFMG, 1995. p. 60.

oficial inserirá, diariamente, outros, em seção especial, noticiando os fatos mais importantes que ocorrerem no país e no estrangeiro.”²⁰

Utilizar um jornal oficial como fonte, também nos permite enriquecer a análise, com a inclusão de uma “voz do poder”. Entretanto, ao comparar órgãos de imprensa de natureza distinta, é preciso atentar para as suas especificidades. No caso de um diário oficial, o objetivo de influenciar amplia-se para o de manter-se no poder, de legitimar-se através da “orientação do público”, papel que era destinado ao *Minas Gerais* pelo secretário de Imprensa do estado, seu redator-chefe.²¹ Além de representar o poder estadual, o jornal mineiro cumpria a função de apoio e propaganda política do governo federal no estado, o que o diferencia amplamente dos outros jornais estudados.

Ao analisarmos a repercussão que a Revolução Mexicana ganhou nos grandes jornais diários, nos deparamos com concepções predominantemente liberais e que não foram as únicas “leituras” da Revolução.²² Mas, além de não serem as únicas, tampouco as interpretações dos grandes jornais foram unívocas. Apesar de compartilharem alguns valores políticos, os jornais produziram interpretações e assumiram posicionamentos muito distintos em relação aos eventos mexicanos.

Tomar os jornais como fontes históricas implica numa análise baseada na consideração de três campos básicos, ligados à clássica caracterização de Pierre Albert: “atrás”, “em frente” e “dentro”.²³ Respectivamente, referem-se aos realizadores – proprietários, editores, colaboradores —; público-alvo e características formais. Como propõe Renée Barata Zicman, podemos sintetizar esses três campos em dois grandes momentos de análise: a caracterização geral dos jornais e a análise de conteúdo de seus discursos.²⁴

²⁰ Lei nº. 8, de 06/11/1891, *apud Minas Gerais*, Suplemento Especial de Centenário, 1991. p. 2.

²¹ *Minas Gerais*, 07/09/1913, *Relatório da Imprensa Oficial ao Secretário de Finanças*, p. 2.

²² Um contraponto fundamental às análises da “grande imprensa”, foram as desenvolvidas pela imprensa operária do período. No caso brasileiro, essa análise vem sendo realizada por Fábio Silva Sousa e resultados parciais podem ser encontrados em: “Ecos da Revolução: as primeiras matérias sobre a Revolução Mexicana publicadas na imprensa operária brasileira.” In: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro da ANPHLAC*, Vitória/ES, 2008. <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/fabio_sousa.pdf> (Acesso em 08/2009). Para o caso argentino, consultar YANKELEVICH, 1997, especialmente o Capítulo V.

²³ ALBERT, Pierre. Comment étudier un journal? In: *Cahiers Français*, nº 178. Paris. La Documentation Française, outubro, 1976. *Apud* ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº 4, 1981, p. 92.

²⁴ ZICMAN, *idem*.

Maurice Mouillaud também nos traz importantes aportes metodológicos ao propor a análise do jornal enquanto um “dispositivo”. Mais do que um suporte no qual os textos se inscrevem, o jornal se apresenta como “uma ‘matriz’ que impõe suas formas ao texto”, significando uma forma específica de estruturar tempo e espaço. Nos planos interno e externo, “os dispositivos se encaixam uns nos outros”, sendo que, internamente, o jornal contém outros dispositivos que lhe são subordinados: sistemas de títulos, colunas, editorial. Externamente, os jornais pertencem à rede mundial da informação, uma rede que impõe ao mundo “a própria forma do acontecimento”, expresso em “unidades instantâneas, breves, descontínuas.” O dispositivo-jornal pertence, portanto, a um lugar institucional que é indissociável do seu sentido.²⁵

No plano específico da análise dos discursos dos jornais, é importante atentar para a especificidade de sua polifonia, composta pelas “falas” de editores e colaboradores. Apesar dessa diversidade, como ressalta Borrat, é o jornal, na figura do editor, que seleciona cada uma dessas “vozes”, “determina quando, como e em que cenários vão atuar, mantém algumas e muda outras ao longo de sua seqüência diária, fazendo com todas elas seu próprio discurso polifônico.”²⁶ Portanto, pensamos ser possível, para além das diversas personalidades que o compõem, considerarmos a existência de um discurso *do jornal*.

Além disso, é preciso considerar a temporalidade específica do discurso do jornal diário, o qual, tecido com base na periodicidade, vai sendo construído na seqüência dos fatos, ao sabor dos acontecimentos. Portanto, analisar a repercussão que a Revolução Mexicana ganhou nas páginas dos jornais não significa tratar de interpretações *a posteriori* sobre o processo como um todo, mas com reflexões e tomadas de posição no “calor da hora”, num momento de indefinição dos rumos que a revolução poderia ganhar. Discurso construído e disponibilizado ao leitor no desenrolar dos acontecimentos, o “tempo do jornal” vincula-se ao instante dos eventos, o que lhe confere um privilegiado caráter de intervenção.

²⁵ MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 32-35.

²⁶ BORRAT, *Op. cit.*, p. 96.

A análise que desenvolvemos a seguir tem como principal objetivo compreender como grandes jornais brasileiros e argentinos, comprometidos com interesses das elites políticas e econômicas, noticiaram e analisaram uma revolução de forte cunho social que, embora ocorresse do outro lado do continente, trazia demandas e reivindicações capazes de gerar ressonâncias em suas realidades nacionais.

Posto que os jornais analisados ocupavam posições distintas nas disputas políticas em seus contextos nacionais, procuramos identificar possíveis relações entre as interpretações veiculadas pelos diários sobre os acontecimentos mexicanos e seus posicionamentos no âmbito das disputas locais. Além disso, procuramos identificar semelhanças e diferenças entre as interpretações desenvolvidas pelos periódicos a fim de verificar se há maior similitude entre os periódicos de um mesmo país ou entre aqueles que têm posições políticas mais próximas, independentemente da nacionalidade.

Para além dos debates e disputas nacionais, buscamos compreender como os conflitos entre México e Estados Unidos e a decorrente mediação conjunta, que envolveu as diplomacias de Brasil e Argentina — além do Chile —, repercutiram nas discussões dos jornais sobre as relações continentais.

Interessa-nos, ainda, analisar a influência da imprensa internacional nessas abordagens, já que os jornais estudados, sem possuir enviados no México, dependiam basicamente das informações fornecidas pelas agências internacionais de notícias.

* * *

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro analisa os contextos nacionais mexicano, argentino e brasileiro, destacando as particularidades e os pontos de aproximação entre essas três dinâmicas nacionais, a fim de apontar as ressonâncias do processo revolucionário do México nos dois países sul-americanos. Nessa primeira parte, tendo em vista um leitor menos familiarizado com a história de outros países, discorreremos mais detidamente sobre a Revolução Mexicana e sobre o contexto argentino, para evitar o excesso de notas explicativas nos capítulos que analisam a repercussão que o processo revolucionário mexicano ganhou na imprensa argentina e na brasileira. No caso do Brasil,

nos restringimos à conjuntura analisada, 1910-1915, que representou um período bastante particular dentro da Primeira República.

O segundo capítulo analisa a configuração da imprensa latino-americana nas primeiras décadas do século XX e apresenta as trajetórias e as tendências ideológicas de cada um dos jornais estudados, assim como os posicionamentos que assumiram nos principais debates políticos de seus países, no período estudado.

O terceiro e o quarto capítulos analisam as repercussões que o processo revolucionário mexicano ganhou nos diários estudados. A divisão em dois capítulos distintos baseia-se na identificação, nas fontes, de uma clara mudança de perspectiva. Nos primeiros anos da Revolução Mexicana, os jornais consideraram e interpretaram os eventos revolucionários a partir de uma lógica interna, contemplando a situação do México à luz dos debates políticos candentes em seus próprios países. Após a invasão do México revolucionário pelos Estados Unidos, a situação mexicana passou a ser analisada pelos jornais dentro do contexto de debates continentais, sobre a política externa estadunidense para a América Latina e as relações entre os países americanos. Essa mudança de orientação nas fontes demarca a divisão dos últimos dois capítulos que estruturam nosso trabalho.

Capítulo 1

México, Argentina e Brasil: similitudes e singularidades das questões políticas e sociais nas primeiras décadas do século XX

1.1. O México e as muitas faces da Revolução Mexicana

A explosão revolucionária de 1910 no México pode ser qualificada como uma resposta política e social às grandes transformações socioeconômicas empreendidas nas décadas anteriores de forma extremamente autoritária. O processo que entrou para a história com o nome de Revolução Mexicana contou com uma década de conflitos bélicos e enorme participação de setores populares, o que levou o movimento à concretização de reformas sociais efetivas.

A análise do processo revolucionário mexicano apresenta uma grande complexidade, posto que o movimento foi marcado pela diversidade ideológica, resultante da participação de diversos grupos sociais com suas distintas demandas e propostas. De amplitude realmente nacional, com disputas políticas que envolveram a sociedade em seu conjunto, a Revolução de 1910 não se configurou enquanto um movimento único e generalizado mas, como muito bem define Romana Falcón, como “um mosaico de rebeliões locais, [...] em que, todas juntas, compuseram a revolução.”¹

Além da pluralidade ideológica, a radicalidade do processo, seu enorme peso na história mexicana posterior, entre outros fatores, fizeram da Revolução Mexicana um evento histórico extremamente visitado tanto por autores mexicanos quanto por estrangeiros. A historiografia sobre o tema é vastíssima e inclui variadas interpretações, suscitadas pelas diversas abordagens que o assunto vem ganhando há quase um século.² Ao comentar o “estado da arte”, Romana Falcón observa que “o ‘revisionismo’

¹ FALCÓN, Romana. Carisma y tradición: consideraciones en torno a los liderazgos campesinos en la Revolución Mexicana. El caso de San Luís Potosí. In: KATZ, Friedrich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución*. México: Era, 1990. (Tomo 1). p. 89.

² Em linhas gerais, é possível dividir a historiografia sobre a Revolução Mexicana em três grandes momentos, que marcam perspectivas específicas. Desde os primeiros estudos, a Revolução foi qualificada como um movimento

está sendo revisado” e, atualmente, o principal desafio na análise da Revolução consiste em “alcançar um entendimento mais profundo de sua heterogeneidade, a fim de conseguir construir uma nova visão global que dê conta da complexidade desse processo histórico”.³ Mas, independentemente da perspectiva historiográfica assumida, a compreensão das razões que levaram à explosão revolucionária de 1910 implica, necessariamente, em lançar o olhar ao momento imediatamente anterior, compreendido pela longa ditadura do general Porfirio Díaz, período conhecido na história mexicana como *porfiriato*.

Porfirio Díaz, que era um dos caudilhos liberais e antigo herói da luta contra a invasão francesa, depôs o também liberal Sebastián Lerdo de Tejada, em 1876, cuja reeleição havia sido dada como fraudulenta. A ascensão do novo governo configurava-se como a coalizão de vários chefes políticos regionais que, reunidos em torno do novo líder, estavam basicamente interessados em alcançar a estabilidade política. Assim, as ações do primeiro mandato de Díaz concentraram-se na implementação prática desse ideal.

Segundo François-Xavier Guerra, que desenvolveu um estudo bastante aprofundado sobre o *porfiriato*, novo presidente teria estabelecido espécies de “acordos” – que não excluía o uso da força – com os principais grupos sociais que se haviam insurgido contra o governo central nas décadas anteriores. No caso das elites regionais, a estratégia se concentrava em garantir a lealdade dos chefes políticos locais em troca de sua permanência no poder e de um amplo respeito à sua autonomia nos assuntos internos dos estados. No caso das comunidades indígenas, teria se estabelecido uma

popular, essencialmente agrário, em suas demandas e origem social dos participantes. Durante as décadas de 1960 e 1970, o chamado “revisionismo” praticamente inverteu a “interpretação clássica”. Questionando-se o alcance social do movimento, a participação dos setores populares tendeu a ser vista como mobilizada, dirigida e controlada pelos setores “burgueses”, sendo o próprio termo “revolução” questionado para a qualificação do movimento. A partir da década de 1980, ganharam destaque os estudos com perspectivas regionais, que atentaram para a diversidade do processo revolucionário e para as especificidades locais dos movimentos que o compuseram. Sobre os principais momentos, tendências e obras que marcam a historiografia da Revolução Mexicana, consultar BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio & LOPES, Maria Aparecida de Souza. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. In: *História*. Revista do Departamento de História da UNESP, São Paulo, vol. 20, 2001. pp. 163-97; PICCATO, Pablo. Diez años de historiografía de la Revolución Mexicana. In: *Revista Occidental*, Tijuana, año 7, nº 1 (1990). p. 95-100.

³ FALCÓN, *Op. cit.*, p. 90.

espécie de “trégua com os *pueblos*” no início do *porfiriato*.⁴

A existência dos *pueblos*, ou comunidades indígenas,⁵ era um dos pontos de maior tensão na sociedade mexicana, desde que as Leis da Reforma, instituídas pelos liberais em meados do século, desconhecera a propriedade corporativa da terra, o que foi ratificado na Constituição de 1857. A insurgência das comunidades não tardou e o México foi salpicado por levantes camponeses a partir de então. Nesse sentido, Guerra argumenta que Porfirio Díaz, natural de um estado de forte tradição indígena, Oaxaca, “conhecia demasiadamente bem o México rural para ignorar o apego dos *pueblos* à sua existência enquanto tais.” Portanto, nos primeiros anos do *porfiriato* teria prevalecido um “respeito provisório a uma situação que se sabia que provocaria resistências”⁶, ou seja, a não efetivação prática das leis liberais contra as terras comunais, até que o Estado, devidamente consolidado e fortalecido, pudesse se lançar novamente sobre os *pueblos*, como veio a ocorrer nos anos seguintes.

Quanto aos primeiros anos do *porfiriato*, é preciso destacar que a estabilização e institucionalização da vida política mexicana⁷ foram suficientes para que os capitais estrangeiros comesçassem a se avolumar no país, dando origem a um crescimento econômico que só aumentou nas décadas seguintes.

No contexto de sua quarta reeleição, Díaz estabeleceu uma nova aliança política que, além de garantir seu novo mandato, empreendeu toda uma justificativa ideológica para sua permanência no poder. Tratava-se de um grupo de antigos liberais que haviam encontrado na filosofia positivista um caminho para analisar “cientificamente” a realidade mexicana com vistas a estabelecer uma nova ordem “positiva”, encaminhada para a evolução da sociedade nacional. Duas décadas antes, o grupo – formado, entre outros, pelos renomados intelectuais Justo Sierra e Francisco Bulnes, além de José Ives Limantour – estava reunido em torno do periódico *La Libertad*, por meio do qual difundia

⁴ *Idem*, p. 228.

⁵ “Um *pueblo* é [...] uma comunidade com sua autonomia, suas próprias autoridades, com o uso de suas terras comunais para o cultivo, seus montes e bosques, com sua igreja, com seu cemitério.” (GUERRA, *Op. cit.*, p. 143.)

⁶ GUERRA, *Op. cit.*, p. 229 e 285.

⁷ Ao contrário da turbulência das décadas anteriores e após tomar militarmente o poder, Díaz deixou a presidência ao fim do mandato, em 1880, entregando, ao menos formalmente, o posto a Manuel Gonzalez, que governou até 1884. Então, o ex-presidente voltou ao poder e, reelegendo-se sucessivamente, perpetuando-se no cargo até 1911.

seu ideário político que envolvia a defesa de uma ditadura sobre “bases científicas”. No ano eleitoral de 1892, os *científicos*, como ficaram conhecidos, passaram a apoiar o *porfirismo*, que, diziam, seria a tão sonhada “tirania honrada”, que colocaria o país nos rumos do progresso.⁸

Para apoiar Díaz, os *científicos* organizaram um novo partido, União Liberal, que, além de encabeçar mais uma candidatura presidencial, deveria se tornar um partido de governo, formado pelos novos ideólogos do regime. Nas palavras do manifesto de fundação da União Liberal, “o partido liberal compreendeu plenamente que [...] precisa tornar-se um partido de governo [...], agrupar-se em torno de seus chefes, encarregados do poder, para cumprir a realização suprema do país, à paz, ao trabalho e ao progresso.”⁹ Apareciam bem definidas as balizas “ordem e progresso”, mas, ao se colocarem como herdeiros dos ideais liberais, precisavam empregar uma nova dimensão à alcunha da “liberdade”, tão cara ao liberalismo.

Assim, os *científicos* se apresentavam como integrantes de “um partido que age racionalmente e sabe que a liberdade não é possível se antes não se alcança a ordem”. Como observou Leopoldo Zea, para a ideologia positivista que fundamentou o projeto político das últimas décadas do *porfiriato*, “a liberdade política pode ser sacrificada, se em seu lugar se alcança a liberdade para aumentar a riqueza dos indivíduos”. Liberdade, portanto, que “só beneficia àqueles que possuem bens passíveis de serem aumentados.” Nessa ordem de coisas, a política também ganhava uma nova dimensão. Ao passar para o estatuto de “ciência”, “deveria ficar nas mãos de um grupo especializado que pudesse dirigi-la, [...] não podia ser obra de todos os mexicanos, mas de um grupo de especialistas, de técnicos da política, de *científicos*.”¹⁰

É preciso destacar a fundamentação ideológica que buscou fazer do *porfiriato* uma “nova ordem”, visto que a Revolução Mexicana, para além de uma resposta às insatisfações crescentes de diferentes grupos sociais, significou uma reação mais geral a essa “ordem positiva”. E, de fato, são nas mudanças introduzidas pelo *porfiriato* a partir

⁸ ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México*. México: FCE, 1968. p.

⁹ Manifesto de fundação da União Liberal, *apud* ZEA, *Op. cit.*, p. 402. Segundo o autor, o manifesto foi publicado nos principais jornais mexicanos do período.

¹⁰ ZEA, *Op. cit.*, p. 285-6; 403.

da ascensão dos *científicos* que podemos vislumbrar mais claramente as situações que deram origem à Revolução de 1910.

Se, em grande medida, os primeiros governos de Porfirio Díaz haviam implementado uma estabilidade política, ou seja, a “ordem”, restava, então, concentrar todas as forças para a efetivação do “progresso”. Com Limantour à frente do Ministério da Fazenda, a nova estratégia foi atrair pesadamente o capital externo para dinamizar novos setores econômicos, como bancos e indústrias, além das atividades relacionadas à mineração e infra-estrutura, sobretudo a construção de estradas de ferro, que já vinham recebendo significativos investimentos estrangeiros. Mas, num país essencialmente agrário como o México naquele período, a principal fonte de riqueza continuava sendo a terra e o “progresso *porfirista*” passava pela sua ampla comercialização. Novamente as políticas oficiais se voltaram contra os *pueblos* indígenas.

Em 1894 foi criada a Lei dos Baldios, que permitia às companhias de agrimensura colonizar áreas desocupadas e ocupar terras cujos habitantes não tivessem documentos de propriedade. Não se tratava exatamente de uma novidade pois, como observamos anteriormente, as bases dessa política fundiária já se encontravam nas reformas liberais de meados do século, entretanto, nesse contexto, além de significar uma dramática ruptura da “trégua” com as comunidades rurais, a grande diferença esteve na intensidade com que a legislação *porfirista* foi cumprida, graças à forte centralização política, que também foi uma das marcas do período.¹¹

Vários *pueblos* que haviam conseguido preservar suas terras comunais ao longo do século XIX foram expropriados nas últimas décadas do *porfiriato* pela expansão das *haciendas*, latifúndios, e pela ação dos especuladores. Entretanto, os levantes rurais dessa época parecem bastante limitados, se comparados com a reação camponesa de meados do século, restringindo-se a “revoltas localizadas que não abrangiam mais que

¹¹ De acordo com Friedrich Katz, apesar de não haver estatísticas exatas a respeito, os dados disponíveis indicam que, embora tenham se iniciado com as Leis da Reforma, as expropriações de terras das comunidades indígenas ocorreram principalmente durante o *porfiriato*. Ver KATZ, Friedrich. Las rebeliones rurales a partir de 1810. In: *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990. Tomo 2. p. 188-9.

um ou dois *pueblos*.”¹² Se, por um lado, é preciso considerar a ampliação do aparato repressivo, com o aumento do contingente de tropas específicas para controlar o campo, os chamados *rurales*, por outro, o caráter mais limitado das revoltas camponesas no período pode ser explicado pela centralização administrativa, que privou muitos camponeses de seu tradicional instrumento de protesto, que eram as autoridades municipais eleitas pelas comunidades.

Pelo novo sistema administrativo, introduzido na década de 1890, as autoridades municipais passaram a ser nomeadas pelos governadores estaduais e estes, por sua vez, indicados pelo governo central. A curto prazo, a perda de autonomia das comunidades limitou a capacidade de organização de levantes, centrada historicamente nas lideranças comunitárias locais. Entretanto, como salienta Friedrich Katz, seus “efeitos foram contraditórios”, pois “aumentou enormemente o ressentimento dos camponeses contra as autoridades [...], induzindo muitos habitantes dos *pueblos* à participação na Revolução de 1910.”¹³ De fato, em muitos casos, as reivindicações dos camponeses que participaram da Revolução incluíam não apenas o acesso à terra como também o restabelecimento da autonomia municipal.

A consolidação de um Estado centralizado era um dos pilares fundamentais da “modernização” almejada pelo *porfiriato*, pois significava a garantia da ordem política e social necessária para a atração de investimentos externos. Esse projeto modernizador foi, em grande parte, exitoso, se considerarmos, como destaca Alan Knight, que “a autoridade *porfirista* foi seguramente a que se estendeu mais do que qualquer outra desde a época dos vice-reis”¹⁴ e que, além disso, alcançou um significativo crescimento e dinamismo econômico. As seguintes cifras, apontadas por Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, nos permitem aquilatar o chamado “progresso porfiriano”: a taxa média de crescimento econômico anual foi de 2,7%, entre 1877 e 1911; a renda nacional dobrou entre 1896 e 1906; a renda *per capita* atingiu taxa média de crescimento anual de 5,1%, entre 1893 e 1907; as exportações cresceram seis vezes, no mesmo período. Como

¹² KATZ, 1990, p. 190.

¹³ Idem, p. 190-91.

¹⁴ KNIGHT, Alan. Caudillos y campesinos en el México revolucionario, 1910-1917. In: BRADING, David. (org.). *Caudillos y campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985. p. 34.

advertem os autores, é preciso lembrar esse “progresso” para ressaltar que a Revolução “não foi filha da miséria e da estagnação, e sim da desordem provocada pela expansão e mudança”.¹⁵

A situação de Morelos pode ser tomada como um protótipo de como as mudanças introduzidas pela modernização se tornaram verdadeiras “afrontas ao campo”, para usar a expressão de John Tutino,¹⁶ e também da forma como se desenvolveu a resistência camponesa na região centro-sul do país durante a Revolução. Nessa porção mais povoada do México, predominavam os antigos *pueblos* indígenas que haviam conseguido resistir às Reformas Liberais, como o pequeno povoado de Anenecuilco, onde nasceu Emiliano Zapata. Pertencente ao município de Ayala, esse *pueblo* tinha aproximadamente 700 anos de existência e conservava tradições comunitárias pré-hispânicas que, desde as últimas décadas do século XIX, vinham sendo gravemente ameaçadas pelas pressões dos latifúndios canavieiros.¹⁷ Com a chegada da estrada de ferro no estado, facilitando o acesso à capital e ampliando significativamente o mercado para o açúcar de Morelos, a violência por parte dos latifundiários, *hacendados*, se intensificou, o que levou os camponeses a se armarem para defender suas terras. A luta pela terra se confundia com a defesa da autonomia local, incluindo a livre escolha das lideranças municipais pelas comunidades. Assim, quando em 1909, numa tentativa de reforçar o poder central na região, chegou ao governo de Morelos o “científico hacendado modernizador” Pablo Escandón, tal medida incitou ainda mais o descontentamento com o regime e a revolta de Zapata.¹⁸

Além de atingir frontalmente a estrutura das comunidades camponesas, a centralização da administração estatal afetou também o poder das tradicionais elites regionais. Essa situação tornou-se evidente quando Díaz passou a confiar os governos dos estados e outros importantes cargos públicos à “nova elite”, constituída por setores ligados ao capital internacional, como industriais, banqueiros e agro-exportadores. Como

¹⁵ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana. História mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 15.

¹⁶ TUTINO, John. *De la insurrección a la revolución en México. Las bases sociales de la violencia agraria, 1750-1940*. México: Era, 1990.

¹⁷ WOMACK Jr., John. *Zapata e a Revolução Mexicana*. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 61.

¹⁸ GUERRA, *Op. cit.*, p. 284.

observa Tutino, essa mudança tinha o sentido de “realinhar o poder político com a elite econômica mais dinâmica”, mas acabou resultando numa grave cisão política.¹⁹ Cada vez mais marginalizadas do poder político, as elites tradicionais passaram a questionar as bases do regime, dando origem ao fenômeno dos “latifundiários revolucionários”²⁰, do qual emergiu a figura de Francisco Madero, principal articulador de uma oposição nacional à ditadura *porfirista*.

Ao atacar os *pueblos* e as antigas elites regionais, Díaz mostrava a verdadeira face do regime e rompia o “equilíbrio” duramente concertado no início do *porfiriato*. Mas o México tinha mudado bastante desde então, havia se “modernizado” e via despontar novos grupos sociais com demandas e insatisfações às quais se juntaram as “afrontas” ao campo e às elites tradicionais, dando origem a uma oposição de amplitude nacional, que levaria, enfim, à destruição da ordem *porfirista*.

Com a modificação do regime fundiário, além de favorecer uma parcela da elite agrária local, o governo vendeu boa parte das terras do Estado a investidores estrangeiros, o que promoveu a especulação financeira e o aumento astronômico do valor da terra. Os investimentos externos nos setores agrícola e minerador do país, assim como os nacionais, ampliaram-se substantivamente e os produtos mexicanos conquistaram novos mercados no exterior, além de contar com uma maior integração do mercado interno, facilitada pela significativa expansão da malha ferroviária. Enquanto a maioria dos países latino-americanos, no período, atraía principalmente capitais ingleses, o México – em razão, fundamentalmente, da sua localização geográfica – tinha sua economia atrelada sobretudo à dos Estados Unidos. De acordo com Josefina Zoraida Vázquez e Lorenzo Meyer, em 1911, os capitais estadunidenses representavam 38% do total de investimentos estrangeiros no México e estavam assim distribuídos: 47,3% investidos nas estradas de ferro e 61,7% no setor de mineração. As potências européias, principalmente Inglaterra e França, também possuíam investimentos consideráveis no país, entretanto, os Estados Unidos, além de serem os principais investidores, absorviam

¹⁹ TUTINO, *Op. cit.*, p. 281-2.

²⁰ KATZ, 1990, p. 201.

76% das exportações mexicanas, representadas basicamente por metais.²¹

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, o México conheceu um *boom* da mineração, com a instalação de grandes companhias estadunidenses sobretudo em regiões próximas à fronteira. Os centros mineiros do norte atraíram trabalhadores de todas as partes do país em busca de melhores salários e uma vida melhor, mas essa expectativa nem sempre se concretizava. Aqueles que conseguiam emprego nas companhias mineradoras precisavam se submeter a péssimas condições de trabalho, com carga horária excessiva e insalubridade, além de discriminação, pois, em geral, recebiam salários inferiores aos dos trabalhadores estadunidenses que executavam as mesmas funções.

Além dos centros mineiros do norte, um incipiente proletariado urbano começava a se concentrar na capital, que reunia a maior parte das manufaturas e da indústria nascente, e no estado de Vera Cruz, caracterizado pela atividade portuária. Apesar de terem realizado importantes greves ainda durante o *porfiriato*, os operários mexicanos só vieram a se organizar em sindicatos após o início da Revolução, valendo-se da nova conjuntura política.²² Mas, em que pese os avanços modernizadores do período, em grande medida refletidos no aumento desse grupo social, em 1910 este não representava mais do que 16% da força de trabalho nacional e o México continuava sendo um país agrário, sendo que cerca de 80% da população vivia nas zonas rurais e estava ocupada em atividades agropecuárias.²³

Enquanto na região centro-sul, no período, a tragédia das comunidades tradicionais foi a principal realidade do campo, no norte a situação apresentava-se consideravelmente distinta. Como já apontamos, a mineração atraía trabalhadores de diferentes partes do país para a região historicamente menos povoada do México. Muitos eram antigos camponeses que haviam perdido suas terras com a especulação fundiária

²¹ De acordo com os autores, os investimentos ingleses eram os segundos mais importantes no setor ferroviário, representando 35,5% do total. No setor mineiro, por sua vez, os franceses ocupavam a segunda colocação, com cerca de 22%. Ver VÁZQUEZ, Josefina Zoraida & MEYER, Lorenzo. *México frente a Estados Unidos (un ensayo histórico, 1776-1988)*. México: FCE, 1992. p. 115.

²² CARR, Barry. *El movimiento obrero y la política en México, 1910-1929*. México: Era, 1981. p. 45.

²³ As cifras são apontadas, respectivamente, por RUIZ, Ramón Eduardo. *La revolución mexicana y el movimiento obrero, 1911-1923*. México: Era, 1978, p. 15 e GUERRA, *Op. cit.*, p. 358.

e, quando não conseguiam emprego no setor minerador, acabavam trabalhando como *peones* nos latifúndios nortistas. Como na região predominavam *haciendas* de criação de gado, que não demandavam muita mão-de-obra, os trabalhadores rurais, para garantir a subsistência, frequentemente precisavam submeter-se a situações de superexploração. Exemplo típico desses abusos era o sistema pelo qual os salários eram pagos com vales, que só podiam ser trocados por produtos vendidos nos armazéns dos próprios patrões – conhecidos como *tiendas de raya* – a preços abusivos, situação que levava os *peones* a constantes endividamentos. Essas dívidas prendiam os *peones* às *haciendas* em que trabalhavam e eram, caso não pagas em vida, herdadas pelos descendentes ou outros familiares. Parte dos trabalhadores migrantes, sem conseguir qualquer tipo de trabalho e sem vínculos na região, acabava numa situação de extrema instabilidade que culminava, muitas vezes, no banditismo social.

Diferentemente do sul, onde grande parte das comunidades rurais já se encontrava articulada a partir de enraizadas tradições comunitárias, ainda que restritas ao âmbito local, no norte, as lideranças camponesas, sem possuírem elementos tradicionais de “coesão comunal” em que se apoiar, tenderam a despontar somente durante o processo revolucionário, para articular sua luta pela terra. Outro aspecto, marcante no norte, que tendeu a dificultar a formação de lideranças camponesas foi a significativa participação de grandes proprietários rurais no processo revolucionário. Em vários estados do norte – sobretudo no chamado “triângulo nortista”, formado por Coahuila, Sonora e Chihuahua, e também em San Luis Potosí – houve uma intensa participação de *hacendados* no processo revolucionário, valendo-se da lealdade de seus trabalhadores. Como observa Romana Falcón sobre a situação de San Luis, “a permanência dessa autoridade de tipo tradicional” acabou se tornando “um obstáculo importante para a formação de um movimento camponês forte e independente, tanto em suas demandas quanto em suas lideranças.”²⁴ Mas, durante a Revolução de 1910, também despontaram lideranças camponesas nortistas, cujo principal expoente foi Francisco Villa, mais conhecido como Pancho Villa. O exército villista tornou-se um dos

²⁴ FALCÓN, *Op. cit.*, p. 92.

mais poderosos da Revolução e sua composição, como aponta Tutino, refletia a maior heterogeneidade social nas zonas rurais do norte, compondo-se “não apenas pelos despossuídos rancheiros nortistas mas também subordinados das *haciendas* que buscavam solução para a insegurança [...] do trabalho temporário.”²⁵

Embora não seja capaz de abarcar toda a complexidade do mundo rural mexicano no período, a distinção “nortistas” e “sulistas” expressa, em linhas gerais, a diferença regional marcante em relação à questão da terra no México, claramente refletida nos movimentos zapatista e villista, em sua composição, articulação e propostas. Enquanto no primeiro encontravam-se bastante fortes os laços comunitários e os *pueblos* eram a realidade social pela qual lutavam, no segundo, predominava uma população camponesa instável, em geral migrante, que nunca havia tido acesso à terra e que se insurgiu basicamente pela divisão dos imensos latifúndios do norte mexicano.

Em que pese essas diferenças, as massas rurais tanto do norte quanto do sul se levantaram em armas contra os abusos da “modernização” *porfirista*, e o que se pode afirmar é que a magnitude da participação camponesa na Revolução Mexicana correspondeu à profundidade das “afrontas” que assolaram o campo nas décadas anteriores. Embora o descontentamento camponês tenha sido apenas parte das insatisfações que culminaram no fenômeno revolucionário desencadeado em 1910, pode-se dizer que a imensa participação camponesa, atuando em grande medida de forma autônoma, foi um elemento distintivo da Revolução Mexicana. Nesse sentido, estamos totalmente de acordo com Alan Knight, para quem “o movimento popular, derivado do campo e fortemente impulsionado pelo ressentimento agrário foi o coração da rebelião”, o que levou a Revolução a significar muito mais do que um movimento anti-oligárquico.²⁶

Muito embora o descontentamento camponês viesse se expressando durante o *porfiriato* por meio de inúmeras revoltas rurais, essas respondiam a situações localizadas, em geral à imposição de um chefe local ligado aos interesses dos latifundiários e à decorrente “legalização” da usurpação de terras das comunidades da região. Assim como a onda de levantes que marcou o contexto da imposição das Leis da Reforma meio

²⁵ TUTINO, *Op. cit.*, p. 287.

²⁶ NIGHT, *Op. cit.*, p. 34.

século antes, essas revoltas se configuravam enquanto reações locais às “afrontas” *porfiristas*, sem que houvesse uma perspectiva nacional de oposição ao regime. Essa, no entanto, começava a brotar em setores intelectualizados das classes médias e antigos liberais das classes altas, que iniciaram um movimento oposicionista articulado de forma mais ampla, a partir da formulação de “uma ideologia de oposição”, como observa Arnaldo Córdova, baseada na defesa de um “retorno liberal”. Encontrando no liberalismo o “verdadeiro passado do México” e no seu retorno a possibilidade de “correção do presente, do falso progresso ostentado pelo *porfirismo*”, a reivindicação inicial do movimento não ia além de se colocar em prática os preceitos da Constituição mexicana que, instituída pelos liberais, em 1857, continuava vigorando apenas no papel e cujos parâmetros eram democracia representativa, livre sufrágio e liberdade de expressão.²⁷

Com base nessa idéia, um movimento de oposição começou a tomar forma, a partir da fundação dos Clubes Liberais, iniciados por Camilo Arriaga, filho de um importante liberal de meados do século XIX, Ponciano Arriaga, cujo nome foi atribuído ao primeiro clube, fundado em 1900. Esse ano marcou o início do que se costuma denominar a “etapa precursora” da Revolução, quando, juntamente com o movimento dos Clubes, iniciado na cidade de San Luis Potosí, e com a mesma perspectiva “regeneradora” dos princípios liberais, surgiu na capital federal o periódico *Regeneración*, fundado pelos irmãos Ricardo e Jesús Flores Magón, que haviam deixado Oaxaca, seu estado natal, para estudar na Cidade do México, onde há alguns anos atuavam no movimento estudantil. Rapidamente os irmãos Flores Magón se vincularam à mobilização iniciada em San Luis Potosí, que logo se expandiu e se transformou num movimento apoiado por intelectuais de outros estados, composto por cerca de 50 clubes espalhados pelo norte e centro do país.

A repressão policial da ditadura *porfirista* não tardou: os Clubes e a redação de *Regeneración* foram fechados e vários integrantes do movimento presos, em 1901. Ainda assim, nesse mesmo ano e no seguinte, sob a liderança de Arriaga, realizaram-se dois congressos liberais com vistas a desenvolver estratégias para fortalecer a oposição ao

²⁷ CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. México: Era, 1977. p. 87-8.

regime. Foram nessas ocasiões que várias das personalidades que viriam a ser conhecidas como os “precursores intelectuais” da Revolução Mexicana entraram em contato; além dos irmãos Flores Magón e do diretor Camilo Arriaga, os também *potosínos* Antonio Díaz Soto y Gama, Juan Sarabia e Librado Rivera, entre outros, reuniram-se na cidade. Logo após os congressos, o movimento passou a articular uma mobilização contrária a uma nova reeleição de Porfirio Díaz nas eleições que se realizariam em 1904, transformando os Clubes Liberais em Anti-reelecionistas. Novamente, muitos acabaram presos e alguns optaram pelo exílio nos Estados Unidos, onde, em 1905, em Saint Louis, Missouri, constituíram a Junta Organizadora do Partido Liberal Mexicano e transformaram o jornal *Regeneración* no seu órgão oficial.

A essa altura já se tornavam evidentes as divergências ideológicas que dividiram o movimento liberal, a partir da publicação do Programa do Partido Liberal Mexicano, em 1906, que manifestou a clara vinculação do movimento à causa social e sua opção pela ação direta, revolucionária, inclinada à causa anarquista, sob a liderança de Ricardo Flores Magón. Na realidade, as temáticas sociais haviam sido incorporadas pelo movimento liberal muito rapidamente, ainda no México. Por ocasião do Segundo Congresso, organizado por Arriaga, em 1902, como destaca Córdova, “pela primeira vez os liberais se lançam aos problemas que atingiam as classes trabalhadoras”, aludindo à necessidade de buscar “meios práticos e legais para favorecer e melhorar a condição dos trabalhadores nas *haciendas* e para resolver o problema agrário”.²⁸ Mas a questão da divisão do movimento e sua inclinação ao anarquismo é bastante discutida pela historiografia, sendo que é frequente tomar-se o exílio nos Estados Unidos como momento de definição ideológica, devido a experiência dos intelectuais mexicanos no contexto de um sindicalismo anárquico já bastante estruturado.²⁹

²⁸ CÓRDOVA, 1977, 93.

²⁹ Nos Estados Unidos, país já bastante industrializado no início do século XX, os operários nos encontravam-se organizados em torno de sindicatos e a ideologia anarquista tinha bastante força no movimento. Os intelectuais mexicanos exilados travaram contato com Emma Goldman e Florêncio Bazora, entre outras importantes personalidades que marcaram o cenário anarquista estadunidense no período. Sobre o exílio de Ricardo Flores Magón e as polêmicas em torno da importância do mesmo para sua definição ideológica, consultar PAULA, Melissa C. M. Santos e. *Ricardo Flores Magón e a propaganda do Partido Liberal Mexicano*. Franca, SP: Departamento de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2005. (Dissertação de Mestrado). p. 65-7.

Embora a experiência do exílio estadunidense tenha tido enorme importância para o movimento, sobretudo em relação ao desenvolvimento de novas estratégias de ação, não se pode perder de vista que os contatos iniciais desses intelectuais com a doutrina anárquica se deram ainda no México e que suas próprias trajetórias, enquanto oriundos das classes média e baixa, os ligava diretamente aos problemas sociais de seu país.³⁰ De acordo com James Cockcroft, que desenvolveu um estudo aprofundado sobre a “etapa precursora” da Revolução Mexicana, a adesão às idéias anarquistas foi um dos pontos de aproximação entre vários intelectuais desde o início do movimento liberal. Embora não tenha aderido à causa libertária, Camilo Arriaga era dono de uma famosa biblioteca que marcou a formação intelectual dos jovens integrantes do movimento e incluía, além de obras sobre a Revolução Francesa, vários títulos de autoria de anarquistas e socialistas, como Proudhon, Bakunin, Marx, Engels, entre outros, adquiridos em uma viagem à Europa.³¹

Sob a liderança magonista, embora vinculado à doutrina anárquica, o movimento manteve a insígnia “liberal” em sua denominação. O Programa do PLM, de 1906, conclamava à criação de células secretas em todo o México e propunha a uma legislação trabalhista que instituísse o salário mínimo e a jornada de oito horas. Além disso, defendia a restituição das terras usurpadas aos camponeses e a fixação de um limite máximo de terras por proprietário.³² Assim, entre 1906 e 1908, o PLM organizou diversos levantes armados nos estados de Coahuila, Vera Cruz, Tamaulipas e Chihuahua, além

³⁰ A maioria dos “precursores intelectuais” da Revolução que aderiram às idéias anarquistas provinha das classes média e baixa. Entre eles, além dos irmãos Flores Magón – cuja família era de ascendência indígena, sendo o pai um militar de baixa patente –, destacaram-se os seguintes *potosinos*: Antonio Díaz Soto y Gama, um dos dezesseis filhos de uma família de classe média empobrecida que, no início do movimento oposicionista, terminava o curso de Direito e já figurava no movimento estudantil da capital; o poeta Juan Sarabia, que ainda muito jovem precisou trabalhar como operário mineiro em Guanajuato para sustentar a família, após a morte de seu pai, e antes mesmo de completar vinte anos já estava engajado no movimento liberal; Librado Rivera que, proveniente de uma família camponesa, havia aprendido a ler na escola da *hacienda* onde vivia e se tornou professor, chegando inclusive a ocupar o cargo de diretor da Escola Normal de sua cidade. Em sua atuação no magistério, Rivera influenciou toda uma geração de alunos, dentre os quais estavam o jovem Antonio Villarreal, que logo se engajou no movimento e abraçou a causa anarquista. Para maiores informações sobre as trajetórias individuais e as relações pessoais entre esses intelectuais, consultar COCKCROFT, *Op. cit.*, especialmente o capítulo 3.

³¹ O autor destaca ainda que, durante as últimas décadas do *porfiriato*, várias obras de anarquistas e socialistas europeus podiam ser adquiridas na capital e em várias outras cidades mexicanas a um preço de vinte e cinco centavos a cópia, graças ao esforço editorial e de distribuição da casa espanhola Editorial Maucci, fundada por um rico e idealista anarquista espanhol (COCKCROFT, *Op. cit.*, p. 70.).

³² *Programa del Partido Liberal Mexicano*. Apêndice de CÓRDOVA, 1977, p. 405-27.

das importantes greves no distrito mineiro de Cananea e no têxtil de Río Blanco.³³ Embora violentamente reprimidos pelo governo, esses movimentos tiveram uma enorme repercussão e serviram para tornar clara a existência de uma oposição organizada e armada contra o regime.

Após os levantes, vários líderes do movimento foram presos e a publicação de seu “periódico de combate”, *Regeneración*, foi interrompida até 1910. Apesar de suspenso em alguns períodos por falta de recursos financeiros e pelas constantes prisões dos redatores, o periódico oficial do PLM continuou sendo publicado até 1918, circulando durante praticamente toda a fase bélica da Revolução. Cockcroft destaca que, “empregando uma rede de contrabando político organizado entre pequenos comerciantes instalados ao longo da fronteira [...] e trabalhadores ferroviários do México”, conseguiram enviar milhares de cópias. O autor salienta ainda que “um grande número de pequenos comerciantes, artesãos, operários e camponeses lia o semanário com uma regularidade surpreendente.”³⁴ De fato, o alcance do *Regeneración* excedeu o contexto mexicano, sendo que chegou a circular na América do Sul.³⁵ como veremos à frente.

No contexto das revoltas organizadas pelo PLM no período, a greve de Cananea, de 1906, fez emergir no cenário público, além das típicas reivindicações operárias, por melhoras salariais e uma jornada diária regular, a questão nacionalista. O conflito envolveu a insatisfação dos trabalhadores nacionais em relação aos abusos dos estadunidenses donos da companhia, que incluíam o pagamento de salários maiores aos trabalhadores de seu próprio país que executavam a mesma função dos mexicanos. Nesse sentido, o movimento levantava um dos pontos de insatisfação de boa parte dos trabalhadores mexicanos e apontava para uma das facetas importantes do movimento revolucionário. Como afirmam Vázquez e Meyer, “dada a visibilidade da grande empresa estrangeira e sua íntima relação com o regime, tornou-se inevitável que a oposição a Díaz fosse ganhando rapidamente uma coloração nacionalista e claramente anti-

³³ Sobre a greve de Cananea, consultar CABRAL, João Batista. *O Partido Liberal Mexicano e a greve de Cananea*. Brasília: UnB, 1981.

³⁴ COCKCROFT, *Op. cit.*, p. 118.

³⁵ Pablo Yankelevich destaca que a presença do periódico anarquista mexicano, *Regeneración*, em Buenos Aires e Montevideu. Ver YANKELEVICH, 1997, p. 18.

estadunidense.”³⁶ E, realmente, os Estados Unidos intervieram em momentos decisivos da Revolução Mexicana mas, no contexto do início do movimento, mantiveram uma postura de neutralidade em relação aos acontecimentos no país vizinho.

Em meio ao acirramento da oposição a seu governo, em 1908, Porfirio Díaz, então com 78 anos, afirmou, numa entrevista a um jornalista estadunidense, que pretendia abandonar a presidência quando se extinguisse o mandato, em 1910, dada sua avançada idade. Foi a oportunidade encontrada por grupos insatisfeitos com a centralização e a corrupção política do *porfiriato*, mas que se opunham a uma derrubada violenta da ditadura. Essa era a postura de Francisco Madero, membro de uma das famílias mais tradicionais de Coahuila, que decidiu enfrentar Porfirio Díaz nas eleições de 1910.

Apesar de ser amigo pessoal de Camilo Arriaga, Madero não participou ativamente da mobilização liberal, embora tenha chegado a contribuir financeiramente para a publicação de *Regeneración*, antes da radicalização do PLM, que ele desaprovava.³⁷ Sua vida política iniciou-se em 1905, quando concorreu às eleições para governador de seu estado e, supostamente, foi vencido pelo candidato *porfirista*. O “apóstolo da democracia”, como Madero ficou conhecido, encontrou na aparente greta aberta pelo regime a possibilidade de restaurar a legalidade no país, através de um governo que, eleito democraticamente, respeitasse as leis e instituições consagradas na Constituição liberal.

Mas Díaz logo voltou atrás e resolveu “concorrer” às eleições de julho de 1910. Madero, então, decidiu manter sua candidatura e, para expor sua plataforma política e influenciar a opinião pública, publicou *La sucesión presidencial en 1910*, levantando as insígnias “sufrágio efetivo” e “não-reeleição”. A primeira edição do livro, de três mil cópias, rapidamente se esgotou e várias outras foram feitas,³⁸ enquanto se articulavam

³⁶ VÁZQUEZ & MEYER, *Op. cit.*, p. 114.

³⁷ CUMBERLAND, Charles C. *Madero y la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1977. p. 57.

³⁸ De acordo com Cumberland, *Op. cit.*, p. 73, houve uma pequena edição, de dezembro de 1908, que Madero distribuiu apenas entre alguns familiares e amigos mais próximos, dos quais esperou a opinião para uma edição mais ampla, destinada à propaganda política. Esta última foi considerada como a primeira edição do livro e data de janeiro de 1909.

vários Clubes Anti-reeleicionistas, que se espalharam pelo país e deram origem ao *Partido Nacional Antirreeleccionista*, pelo qual Madero concorreu às eleições.

Ao analisar o pensamento político de Madero, Córdova destaca que ele reivindicou os princípios do liberalismo do século XIX, “sem o jacobinismo” dos liberais de meados daquele século. Partindo de um “igualitarismo abstrato”, próprio da ideologia liberal, em sua visão não havia “nada mais do que *ciudadãos*, que consciente ou inconscientemente cumpr[iam] um papel no país que [era] uma *nação*, na medida em que [era] uma sociedade *políticamente organizada* e cujo atraso [era] demonstrado por sua pouca ou nenhuma vida política.”³⁹ Nesse sentido, a resposta para os males do país passava por uma solução política, que consistia em fazer com que os indivíduos recobrassem seu papel de cidadãos, por meio do exercício dos direitos políticos. No entanto, Madero não imaginava que todos os mexicanos fossem dotados de “virtudes cidadãs”, mas considerava que essas poderiam ser desenvolvidas, sobretudo através da educação. No programa do *Partido Nacional Antirreeleccionista* destacou a instrução pública como “a base do verdadeiro progresso” e “o progresso intelectual como o único e verdadeiro que pode engrandecer o país.”⁴⁰

Como se percebe, as propostas de Madero não eram propriamente revolucionárias, não traziam qualquer tipo de solução mais efetiva para os problemas sociais, mas se configuravam como um projeto reformista, dentro da ordem liberal que pretendia restabelecer. Mesmo assim, seu pensamento permitiu operar uma completa inversão da ideologia *porfirista*. Em primeiro lugar, realizou aquilo que Córdova identificou como um “redescobrimento do povo”, ao considerar o conjunto dos mexicanos como sociedade política, sendo que a política deixava de ser considerada como “ciência”, restrita a técnicos, para se tornar um dever patriótico e cidadão.⁴¹ E Madero retirou o “progresso material” do primeiro plano, afirmando que a corrupção dos meios políticos fazia com que até mesmo os frutos desse progresso escapassem da nação. Sendo a própria corrupção decorrente da ausência de uma vida democrática, encontrava no

³⁹ CORDOVA, 1977. p. 97, 109-10.

⁴⁰ O Partido Antirreeleccionista y la próxima lucha electoral, *apud* CORDOVA, 1977, p. 112.

⁴¹ CORDOVA, 1977. p. 107.

problema político a raiz de todos os males mexicanos. Como bem resumiu Cumberland, Madero “não deixava de considerar as necessidades sociais, mas acreditava que havia tempo suficiente para enfrentar esses problemas uma vez que melhorasse a situação política.”⁴² Paradigmático dessa crença se tornou o famoso discurso que proferiu aos operários de Orizaba, durante a campanha presidencial, em 1910, quando afirmou:

Não depende do governo aumentar-lhes o salário nem diminuir as horas de trabalho, e nós, que encarnamos suas aspirações, não vimos a oferecer tal coisa, pois não é isso que vocês desejam; vocês desejam liberdade, desejam que respeitem seus direitos, que lhes permitam agrupar-se em sociedades poderosas, para que unidos possam defender seus direitos [...] vocês não querem pão, querem unicamente liberdade, pois a liberdade lhes servirá para conquistar o pão.⁴³

Contando com o apoio de importantes lideranças políticas, como Emilio Vázquez Gómez e Luis Cabrera, além de José Vasconcelos e Filomeno Mata,⁴⁴ Madero viajou por todo o México em campanha. As viagens renderam importantes adesões, em todas as regiões do país, para a chapa que foi formada com o político yucateco José María Pino Suárez como vice. Mas as eleições, mais uma vez, deram vitória a Díaz e Madero foi preso, acusado de incitar a desordem. Após as eleições, ainda sob liberdade condicional, Madero foi para o Texas, de onde passou a liderar uma insurreição nacional para derrubar Díaz através das armas. Publicou seu *Plan de San Luis Potosí*, em que declarou nulas as eleições, desconheceu as autoridades *porfiristas* e conclamou a população à insurreição nacional em 20 de novembro de 1910.⁴⁵

A publicação do Plano *maderista* e a insurreição que o seguiu são consideradas o marco inicial do processo que ficou conhecido como Revolução Mexicana. Entretanto, desde a mobilização liberal da virada do século, passando pela radicalização do PLM e

⁴² Idem, p. 73.

⁴³ MADERO, Francisco. Discurso pronunciado na cidade de Orizaba em 22/05/1910, *apud* CORDOVA, 1977, p. 111.

⁴⁴ José Vasconcelos fazia parte de um grupo de intelectuais que se autodenominavam “independentes” e que haviam fundado, em 1909, um centro intelectual, o *Ateneu da Juventude*, com o intuito de discutir novos conceitos filosóficos, em contraposição ao cientificismo positivista. Filomeno Mata, por sua vez, foi uma das figuras mais importantes do jornalismo de oposição ao *porfirismo*, anterior à “etapa precursora” da Revolução Mexicana, tendo sido mais uma das vítimas da repressão do governo ditatorial de Díaz. Sobre os intelectuais “independentes” e a atuação de Filomeno Mata, consultar COCKCROFT, *Op. cit.*, p. 57 e 78, respectivamente.

⁴⁵ O Plano foi publicado quando Madero já estava no Texas, entretanto, visando afastar qualquer repercussão internacional, foi atribuído à cidade de San Luis Potosí, onde o líder revolucionário tinha sido encarcerado, e datado de 05 de outubro, que correspondia ao último dia em que passou na prisão. Para mais detalhes sobre a redação do Plano, ver CUMBERLAN, *Op. cit.*, p. 142.

seus levantes armados, sem nos esquecermos das revoltas camponesas que, apesar de localizadas, se avolumavam no período, todo um movimento oposicionista estava sendo gestado em várias partes do país e, mais cedo ou mais tarde, culminaria na derrubada da ditadura. Como muito bem enfatiza Córdova, “Madero não foi o criador da revolução. A revolução mexicana havia tempo que já tinha seus cimentos e haveria estourado com ou sem seu programa.” Mas foi ele que “proveu a revolução de uma bandeira e de um líder, e chegou a ser o símbolo dos descontentamentos e a expressão do desejo profundo de uma mudança tanto social e econômica quanto política.”⁴⁶

De fato, o *Plan de San Luis* conseguiu reunir em torno da figura de Madero as mais diversas aspirações e demandas. Além de membros das elites tradicionais, sobretudo do norte, insatisfeitos com a centralização política do *porfiriato*, a insurreição *maderista* foi apoiada pelos camponeses. O Plano não trazia qualquer referência ao setor *obrero*, posto que, para Madero, o assunto se reduzia à liberdade de associação operária. Quando à questão agrária, o Artigo 3º afirmava que:

Abusando da lei de terrenos baldios, numerosos pequenos proprietários, em sua maioria indígenas, foram despojados de seus terrenos com o aval da Secretaria de Fomento ou por decretos dos tribunais da República. Sendo de toda justiça restituir os terrenos a seus antigos donos, que foram despojados de forma tão arbitrária [...] exigir-se-á aos que os adquiriram de um modo tão imoral, ou a seus herdeiros, que os restituam a seus proprietários iniciais, aos quais pagarão também uma indenização pelos prejuízos sofridos.⁴⁷

A questão da terra aparecia, como todas as demais, explicada simplesmente pelos excessos do regime *porfirista*, cuja solução seria alcançada através da correta aplicação da lei. Nem mesmo a lei que possibilitou tal expropriação era questionada em si, o problema estaria simplesmente no abuso da mesma. Além disso, o despojo ilícito das terras indígenas era a única questão fundiária reconhecida pelo Plano *maderista*, não havendo, portanto, nenhuma proposta para possibilitar o acesso à terra àqueles que nunca a tiveram. Assim, pode-se compreender porque o *Plan de San Luis* pode ser

⁴⁶ CÓRDOVA, 1977. p. 99.

⁴⁷ Artigo 3º do *Plan de San Luis Potosí*. Apêndice de CÓRDOVA, 1977, p. 431.

tomado como bandeira tanto pelos “latifundiários revolucionários” do norte quanto por camponeses sulistas, como os liderados por Zapata.

A partir da data prevista no *Plan de San Luís*, vários levantes maderistas iniciaram-se no norte do país onde encontraram o apoio daquele que se tornaria uma das principais lideranças populares da Revolução, Pancho Villa, codinome de Doroteo Arango. Filho de camponeses que viviam nas terras de um grande latifundiário de Durango, Villa teria se vingado do *hacendado*, que teria violado sua irmã, e se tornado um fugitivo da polícia rural do *porfiriato*. Conhecido “bandido social” da região, Pancho Villa atuava nos estados de Durango e Chihuahua, roubando gado das grandes fazendas e entregando-o aos pobres, “uma espécie de Robin Hood mexicano”, conhecido como “amigo dos pobres”, nas palavras de John Reed.⁴⁸ Villa foi convidado a incorporar-se ao exército revolucionário com a patente de coronel, recebendo também a promessa de que Madero perdoaria os crimes dos quais era acusado.⁴⁹ Junto com Pascual Orozco e outras lideranças maderistas, Villa foi responsável por importantes vitórias dos revolucionários no norte e nordeste do México. Em março de 1911, a insurreição *maderista* ganhou outro importante apoio popular, representado pelos camponeses do estado de Morelos. Liderados por Emiliano Zapata, vários *pueblos* já tinham se levantado em armas contra a expansão dos latifúndios sobre suas terras, sendo que, como observa John Womack Jr. em seu clássico trabalho sobre o zapatismo, entre finais de 1910 e inícios de 1911, “Zapata tornara-se já a verdadeira autoridade naquela região.”⁵⁰

Estendendo-se pelo país, a revolução *maderista* triunfou em maio de 1911, quando foram assinados um acordo de paz e a renúncia de Porfirio Díaz, que embarcou para a Europa. Madero, aclamado pela população, entrou na Cidade do México em junho mas, como mandava a legislação, o ministro de Relações Exteriores em exercício, Francisco de la Barra, foi o presidente interino até as eleições de outubro, que deram a presidência ao líder revolucionário. Já durante o governo interino iniciou-se uma

⁴⁸ REED, John. *México Rebelde*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d. p. 99. A respeito da figura de Pancho Villa, enquanto um “bandido social”, consultar também o clássico de Hobsbawm sobre o tema: HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

⁴⁹ VILLA, Marco Antônio. *Francisco “Pancho” Villa. Uma liderança da vertente camponesa na Revolução Mexicana*. São Paulo: Ícone, 1992. p. 61.

⁵⁰ WOMACK Jr., *Op. cit.*, p. 61 e 65.

campanha de desmobilização das tropas revolucionárias, para evitar novos levantes e assegurar a ordem institucional estabelecida após a derrubada da ditadura.

A situação tornou-se particularmente tensa na região de Morelos⁵¹ e, logo após a posse de Madero – ao não verem atendida sua condição de somente entregar as armas mediante a simultânea devolução das terras expropriadas –, os zapatistas lançaram seu *Plan de Ayala*, em novembro de 1911. Nele, desconhecera a autoridade de Madero e instituíram a retomada imediata pelos camponeses em armas dos “dos terrenos, montes e águas que houvessem sido usurpados pelos *hacendados*, *científicos* ou *caciques* à sombra da tirania”.⁵² Com base nesse documento, Zapata seguiu lutando à frente do Exército Libertador do Sul, enquanto, no norte, outra importante oposição a Madero despontou com a rebelião de Pascual Orozco, antigo líder *maderista* que tentou eleger-se governador de Chihuahua mas não obteve apoio do presidente. Com o auxílio de latifundiários, comerciantes e banqueiros insatisfeitos com a legislação fiscal do novo governo, a revolta orozquista atingiu Chihuahua, Sonora e Torreón.

Mesmo atravessado por intensas dissensões e rebeliões, o governo maderista procurou garantir os princípios de liberdade de expressão e associação, que havia defendido desde o início. Assim, através de um amplo e irrestrito uso da imprensa, os mais diversos grupos de oposição operaram a completa desqualificação de Madero e de seu governo.⁵³ Além de uma imprensa contra-revolucionária, articulada em torno de tradicionais jornais porfiristas, sobretudo *El Imparcial*, a propaganda dos anarquistas do PLM retornou, em 1910, implacável contra o maderismo, impulsionando as classes

⁵¹ Os zapatistas propunham uma desmobilização parcial e gradativa, tendo em vista que os antigos latifundiários da região intensificavam sua base bélica para proteger seus interesses, reunidos em torno de uma organização chamada “Filhos de Morelos”. Travou-se uma longa e tensa negociação entre os zapatistas e o presidente eleito. Enquanto Zapata e Madero buscavam um acordo pacífico, o governo interino, formado por antigos *porfiristas*, enviou tropas do Exército a Morelos para forçar o desarmamento dos camponeses. Lideradas por Victoriano Huerta, as tropas federais devastaram vários *pueblos*, desencadeando um conflito armado. Para maiores detalhes sobre as longas e difíceis tentativas de negociação empreendidas por Madero para evitar o conflito, consultar CUMBERLAND, *Op. cit.*, p. 199 ss.

⁵² Artigo 6º do *Plan de Ayala*. Apêndice de CÓRDOVA, 1977, p. 437.

⁵³ Segundo AGUILAR CAMÍN & MEYER, *Op. cit.*, p. 51, Madero foi vítima da “mais intensa campanha de ofensa e ataque pessoal de que alguém jamais fora alvo na história do México.” Um antigo *porfirista*, Francisco Bulnes, enquanto observador do período, qualificou a oposição impressa contra o presidente como “uma campanha selvagem a favor do regicídio”. BULNES, Francisco. *Toda la verdad acerca de la Revolución Mexicana*. México: Los insurgentes, 1960, p. 168-9, *apud* CUMBERLAND, *Op. cit.*, p. 266. Sobre a oposição do PLM a Madero, consultar especialmente os artigos de *Regeneración*, dos anos 1911 e 1912, reunidos em BARTRA, Armando. *Regeneración, 1900-1918. A corrente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate*. México: Era, 1985. p. 268-318.

trabalhadoras à ação direta, para a efetivação de uma revolução social. O PLM apoiou os intensos movimentos grevistas do período, que marcaram o início da organização operária em nível nacional.

Em que pesem as significativas mobilizações grevistas, sobretudo dos setores mineiro, têxtil e ferroviário, durante o período pré-revolucionário, foram os artesãos e trabalhadores de ofícios especializados os responsáveis pela formação dos primeiros sindicatos mexicanos. Imediatamente após a vitória maderista, ainda em 1911, os tipógrafos da capital fundaram sua Confederação, que logo se expandiu, dando origem à Confederación Nacional de Artes Gráficas, em 1912. Esse primeiro sindicalismo nasceu sob a forma de associações mutualistas tradicionais, inspiradas por “um anarquismo clássico: filosófico, não violento e visionário”, mais centrado na “evolução” da classe operária, como observa John Hart.⁵⁴ Mas a conjuntura revolucionária abria espaço para uma mobilização mais efetiva e, nesse contexto, boa parte do sindicalismo inicial assumiu uma postura mais radical, reunindo-se em torno de um grupo anarquista secreto chamado *Luz*, que logo deu origem à *Casa del Obrero Mundial*, fundada em 1912.

Primeira central sindical mexicana, a COM foi criada com a intenção de reunir todos os sindicatos e organizações operárias dos países e, ao agrupar os diversos sindicatos, incorporou diferentes posturas político-ideológicas. Segundo Barry Carr, a COM “nunca definiu uma posição congruente sobre a questão mas, ao contrário, orgulhava-se do fato de que entre seus membros tinha de tudo, desde anarco-sindicalistas até católicos e maçons.”⁵⁵ Durante os primeiros anos da Revolução, a *Casa* manteve uma postura autônoma, afastada das disputas entre as facções revolucionárias, atuando principalmente através das greves. Antes mesmo de sua fundação, tiveram início grandes ondas grevistas, sendo que, por volta de janeiro de 1912, mais de 40.000

⁵⁴ Segundo John Hart, essa vertente anarquista menos radical vinha sendo propagada principalmente por imigrantes espanhóis, cuja figura mais expressiva foi a de Amadeo Ferrés, para quem “a sociedade anarco-sindicalista libertária seria o produto de uma evolução social que requeria várias décadas”. (HART, John. *El anarquismo y la clase obrera mexicana, 1860-1931*. México: Siglo XXI, 1980. p. 145.).

⁵⁵ CARR, *Op. cit.*, p. 50 e 54.

trabalhadores encontravam-se em greve e a COM, no seu primeiro ano de existência, chegou a organizar mais de 70 movimentos grevistas.⁵⁶

Assim, após reunir interesses tão díspares, unidos em prol da derrubada do *porfiriato*, o governo surgido da Revolução encontrava-se duramente pressionado pelas reivindicações, muitas vezes inconciliáveis, de diversos setores sociais. Nessas circunstâncias, Madero cometeu um erro político que seria fatal, quando convocou o general Huerta, que havia sido responsável pelo acirramento do conflito em Morelos, para debelar a revolta orozquista. Huerta solicitou a colaboração de Pancho Villa, que foi incorporado ao Exército federal. Após a vitória sobre Orozco, em outubro de 1912, Huerta acusou Villa de insubordinação e o mandou para a prisão, de onde o líder camponês conseguiu fugir e foi para os Estados Unidos. No México, Huerta planejava um golpe de Estado, que foi levado a cabo em fevereiro de 1913.

Além dos problemas internos, o governo de Madero foi duramente afetado pelas pressões internacionais. Afastando-se da inicial postura de neutralidade, o governo dos Estados Unidos passou a expedir duras notas diplomáticas questionando as perdas sofridas por seus cidadãos no território mexicano desde o início da Revolução e as medidas fiscais do governo de Madero que interferiam nos interesses financeiros das empresas estadunidenses. Segundo Friedrich Katz – que realizou um minucioso estudo a respeito da atuação da diplomacia dos Estados Unidos e das potências européias em relação à Revolução Mexicana –, em fins de 1912, o presidente William Taft e o secretário de Estado Philander Chase Knox, aceitando as sugestões do diplomata estadunidense no país vizinho, Henry Lane Wilson, “concordaram em subverter o governo de Madero, utilizando, para esse fim, a ameaça de intervenção, promessas de postos [...] e suborno.”⁵⁷

⁵⁶ O governo Madero, de acordo com os princípios que defendia, não desenvolveu qualquer política de repressão às greves e chegou a criar, em janeiro de 1912, o Departamento do Trabalho, que tinha a faculdade de mediar as disputas entre patrões e trabalhadores, quando solicitado por uma das partes, e era dirigido por um socialista moderado, Antonio Ramos Pedrueza. Sobre as greves durante o governo maderista e a atuação do Departamento do Trabalho, consultar CARR, *Op. cit.*, p. 50 ss.

⁵⁷ KATZ, Friedrich. *La guerra secreta en México*. México: Era, 1991. (Tomo I). p.117. O envolvimento do embaixador Wilson nos episódios da derrubada de Madero é destacado também por VÁZQUEZ & MEYER, *Op. cit.*, p. 126-8.

Em 9 de fevereiro de 1913 teve início uma conspiração dentro do Exército mexicano, quando levantes na guarnição da capital libertaram Félix Díaz, sobrinho do antigo ditador. Logo o diplomata estadunidense envolveu-se no conflito e encontrou apoio para os seus planos também no embaixador alemão Paul Von Hintze.⁵⁸ Após ameaçar Madero com uma intervenção, Wilson travou conversas com Huerta e Félix Díaz, na Embaixada estadunidense, garantindo-lhes que Washington apoiaria “qualquer governo capaz de estabelecer a paz e a ordem no lugar do governo do *señor* Madero.”⁵⁹ Iniciava-se a chamada *Decena Trágica*, que culminou nos assassinatos do presidente e de seu vice, Pino Suárez, em 22 de fevereiro de 1913, sob a alegação de que foram mortos ao tentar fugir.

O governo de Huerta representava as aspirações de setores contra-revolucionários, como latifundiários, banqueiros e a burocracia *porfirista*, que desejavam retomar as rédeas do poder como nos tempos de *don* Porfirio. Mas a ditadura *huertista* logo perdeu o apoio dos Estados Unidos, cujo governo mudou e o novo presidente, Woodrow Wilson, operou “um giro de 180º na política para com o México”,⁶⁰ começando a pressionar por eleições para a formação de um governo democrático no país vizinho.

Dentro do México, o assassinato de Madero reacendeu as forças revolucionárias, sob o comando de Venustiano Carranza, governador de Coahuila, o único eleito constitucionalmente, durante o governo de Madero, que não aceitou o governo *huertista*.⁶¹ Sob a bandeira do “constitucionalismo”, Carranza publicou, em 26 de março de 1913, seu *Plan de Guadalupe*, que desconhecia a autoridade do governo golpista e nomeava a si próprio como Primeiro Chefe da Revolução Constitucionalista. O Plano de Carranza não trazia qualquer proposta social, sua preocupação residia apenas na retomada da ordem constitucional ferida pelo golpe.

⁵⁸ Segundo Katz, o apoio alemão se explica pelos interesses dos bancos do país em recuperar a posição dominante nas finanças mexicanas, que tinham conseguido durante o *porfiriato*. Entre esses, destacava-se o Dresdner Bank, diretamente ligado aos *científicos*. Sobre o apoio alemão à ditadura *huertista*, ver KATZ, 1991, Capítulo 6.

⁵⁹ Telegrama de Wilson a Hintze, 16/02/1913, *apud* KATZ, 1991, p. 122. Wilson reproduziu o trecho da conversa com os conspiradores mexicanos no telegrama ao diplomata alemão no México.

⁶⁰ VÁZQUEZ & MEYER, *Op. cit.*, p. 129.

⁶¹ AGUILAR CAMÍN & MEYER, *Op. cit.*, p. 57.

Francisco Villa, que havia retornado ao México, foi convidado por Carranza para integrar-se ao Exército Constitucionalista e aceitou. O exército camponês villista transformou-se numa força de dez mil homens, batizada de Divisão do Norte, que se tornou a principal força militar da revolução no período. Graças à tática de ataques noturnos às ferrovias, desenvolvida por Villa ainda antes do período revolucionário, as tropas villistas conseguiam rápida mobilidade, o que se somava ao conhecimento do terreno do norte do país, criando um grande arrojo militar.⁶² Ainda no norte, as forças lideradas por Álvaro Obregón, do estado de Sonora, aderiram ao exército *carranzista*. Durante o ano de 1913 seguiu-se uma ferrenha guerra entre constitucionalistas e huertistas. Entre fins de 1913 e inícios de 1914, importantes batalhas foram vencidas pelas tropas *villistas*, que tomaram Torreón, Ciudad Juárez e Chihuahua. As tropas lideradas por Obregón também venceram importantes batalhas e tomaram Culiacán, Jalisco e Guadalajara enquanto, no sul, sem aderir ao constitucionalismo, o exército zapatista seguia com sua revolução. Após tomar todo o estado de Morelos, as forças zapatistas seguiam por Puebla, Tlaxcala e Guerrero, aproximando-se da Cidade do México.⁶³

O exército do general Huerta teve que enfrentar, ainda, as pressões crescentes do governo dos Estados Unidos, que culminaram, em abril de 1914, na invasão do porto de Vera Cruz por navios estadunidenses. A guerra civil do México ameaçava, então, transformar-se numa guerra internacional com a potência do norte. Rapidamente, as três “potências” do sul do continente – Argentina, Brasil e Chile – ofereceram seus bons ofícios para resolver o conflito México-americano, por meio de uma mediação conjunta. As conferências do ABC, como ficaram conhecidas, ocorreram na cidade canadense de Niagara Falls, entre maio e julho de 1914. Os mediadores solicitaram a Carranza e a Huerta que suspendessem as hostilidades militares durante as negociações diplomáticas, porém o *primer jefe* constitucionalista respondeu negativamente, afirmando que sua luta contra Huerta era independente do conflito entre os dois países e ressaltando que a

⁶² VILLA, Marco Antônio. *Op. cit.*, p. 79.

⁶³ AGUILAR CAMÍN & MEYER, *Op. cit.*, p. 65.

mediação deveria dirigir sua atenção apenas à parte internacional do conflito.⁶⁴ Os constitucionalistas não enviaram representantes para Niagara Falls, pois consideravam que a mediação tinha um caráter intervencionista. E tinham razão, pois os principais pontos estabelecidos pelo presidente dos Estados Unidos para as conferências incluíam, além da renúncia de Huerta e da criação de um governo provisório, o estabelecimento de armistício entre as facções revolucionárias.

Na prática, a mediação do ABC não alterou em nada o curso da Revolução, que foi estabelecido, de fato, nos campos de batalha mexicanos. Com o prolongamento da guerra civil no país vizinho, o governo estadunidense decidiu convocar uma nova conferência, em junho de 1915. Dessa vez, tratou-se de uma “conferência pan-americana”, que incluía, além dos países do ABC, representantes de Bolívia, Guatemala e Uruguai.⁶⁵ Katz destaca que a nova configuração dada à mediação pelo governo estadunidense tinha a intenção de “dissipar a suspeita de que os Estados Unidos tinham intenções agressivas e favorecer seus próprios interesses, imprimindo um caráter pan-americanista à conferência.”⁶⁶ A reunião internacional reconheceu o governo de Carranza, em outubro de 1915, quando, efetivamente, a facção constitucionalista já havia conseguido se impor sobre as demais.

Após sucessivas vitórias, em agosto de 1914, o exército constitucionalista obteve a rendição do exército de Huerta, que foi para o Texas. Carranza entrou triunfante na Cidade do México, entretanto, a hegemonia do constitucionalismo não estava consolidada após a derrubada do ditador. Junto com o *primer jefe* chegaram à capital as forças zapatistas, que nunca haviam estabelecido aliança com o constitucionalismo ou qualquer outra facção revolucionária desde o rompimento com Madero. Além disso, os desentendimentos entre Villa e Carranza já se avolumavam, o que levou ao rompimento entre ambos pouco tempo depois.

O período compreendido entre os últimos meses de 1914 e os primeiros de 1915 correspondeu à conjuntura decisiva para a definição dos rumos da Revolução.

⁶⁴ KATZ, 1991. p. 235-6.

⁶⁵ A participação das diplomacias de Argentina e Brasil em ambas as conferências mediadoras será uma temática abordada mais detidamente no capítulo 4.

⁶⁶ KATZ, 1991. p. 241.

Novamente, após a derrubada do inimigo comum, diversas facções disputavam a hegemonia do movimento revolucionário e estavam, então, divididas em três forças militares principais: Exército Constitucionalista, Divisão do Norte e Exército Libertador do Sul. De fato, muito mais do que um conflito militar, tratava-se de um confronto entre diferentes e divergentes projetos políticos e ideais de sociedade, representados por cada um desses grupos.

Embora seja possível caracterizar os movimentos populares liderados por Villa e Zapata como a vertente camponesa da Revolução Mexicana, é preciso não perder de vista as particularidades existentes entre ambos. Como já destacamos, villismo e zapatismo representavam desdobramentos regionais da luta histórica do campesinato mexicano, o que resultou em distintas percepções e propostas em relação à questão da terra, que expressavam realidades distintas. Como muito bem sintetizou Víctor Alba, “para Zapata, do sul, onde abundavam as comunidades agrárias despojadas, o fundamental era devolver-lhes as terras; para Villa, do norte onde abundavam os latifúndios, o básico era dividir as *haciendas*”.⁶⁷ E isso fizeram, em nível regional, os dois líderes camponeses.

Entre 1913 e 1915, quando governou Chihuahua, Villa distribuiu terras em pequenas propriedades individuais. Para o villismo, todo cidadão deveria ter acesso a um lote de terra suficiente para as necessidades de sua família. Mas, como determinou a lei agrária do villismo, esse lote não poderia ser vendido e, caso não fosse cultivado por dois anos, o proprietário o perderia.⁶⁸ Evitava-se, assim, o ressurgimento das *haciendas*, mesmo que fossem produtivas. Além da pequena propriedade individual, o projeto villista também procurou favorecer a constituição de colônias agrícolas, espécies de cooperativas de pequenos produtores. A cada cinquenta lotes cultivados, foram reservados espaços para a construção das casas dos camponeses, escolas e outros edifícios públicos. A educação constituía-se numa das principais preocupações do líder

⁶⁷ ALBA, Víctor. *Las ideas sociales contemporáneas en México*. México: FCE, 1960, p. 163. *Apud* CÓRDOVA, 1977, p. 144.

⁶⁸ *Lei agrária de Francisco Villa*, de 24 de maio de 1915. Apêndice de CÓRDOVA, 1977, pp. 465-70.

camponês do norte. Como observa Marco Antônio Villa, no projeto villista “a educação sempre foi considerada essencial para romper o domínio do saber dos ‘de cima’”.⁶⁹

Diferentemente do projeto villista, para os zapatistas a organização produtiva deveria ser comunitária, como, historicamente, era realizada na região. Com essa concepção, Zapata determinou a repartição das terras de Morelos entre, aproximadamente, cem *pueblos*. Como observa Arturo Warman, no projeto zapatista a comunidade agrária era a unidade básica da produção e dela emergia uma nova organização político-social, sendo a comunidade concebida “não só como a corporação proprietária da terra mas também como a unidade política básica, pelo que a proposta zapatista enfatizava o município livre, dotado de autonomia e recursos próprios, como a entidade política central.”⁷⁰

Ainda que possamos pensar as medidas adotadas nas regiões governadas por cada um dos movimentos camponeses como propostas a serem estendidas ao conjunto nacional,⁷¹ a ocupação do poder central não era o objetivo dos líderes camponeses. Isso ficou evidente num dos mais marcantes episódios da Revolução, ocorrido em dezembro de 1914, quando Zapata e Villa, juntos, ocuparam a Cidade do México, adentraram o Palácio Nacional, sentaram-se à cadeira presidencial mas não tomaram o governo. Voltaram, cada um para sua região de origem, onde seguiram lutando.

Warman observa muito bem essa situação para o caso do zapatismo, afirmando que “o governo era concebido como um instrumento de opressão por seu centralismo, por seu controle por uma casta profissional afastada do povo, por sua natureza repressiva e expropriatória”, enquanto “a revolução era concebida como um processo e não como um ato de tomada do controle.”⁷² No caso do villismo, ainda que seu líder

⁶⁹ VILLA, Marco Antônio. *Op. cit.*, p. 88.

⁷⁰ WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friedrich. *Revolución, rebelión y revolución*. México: Era, 1990. Tomo 2. p. 15.

⁷¹ Essa é a posição assumida tanto por Arturo Warman, ao tratar do zapatismo, quanto por Marco Antônio Villa, ao tratar do villismo.

⁷² WARMAN, *Op. cit.*, p. 22.

tenha assumido o governo de Chihuahua, julgava não ter educação o bastante para ser presidente do México.⁷³

O avesso dessa concepção se encontrava no projeto carranzista, que tinha como objetivo primordial a tomada do Estado. Carranza acabou se convencendo de que algumas reformas sociais eram imprescindíveis para o desenvolvimento do país mas, para ele, deveriam ser realizadas por um governo central, fortemente consolidado. Com base nesse ideal, Carranza articulou toda uma estratégia político-ideológica visando impor seu projeto sobre o conjunto da sociedade. No caso dos movimentos camponeses, a falta de uma perspectiva nacional acabou se transformando numa grande debilidade política, posto que dificultou a formulação de um projeto que pudesse conquistar a adesão de outros grupos sociais e empreender um combate também ideológico ao carranzismo.

Logo após a derrubada de Huerta, pareceu haver uma solução não-bélica para o conflito mexicano, quando, em outubro de 1914, as forças militares em disputa concordaram em estabelecer uma Soberana Convenção Revolucionária, que ficou conhecida como Convenção de Aguascalientes, cidade onde foi realizada. Inicialmente, a proposta partiu do líder constitucionalista, na esperança de rapidamente reunir sob sua autoridade todas as forças revolucionárias, sendo que tinha o exército mais poderoso, antes do rompimento com Villa. Mas a Convenção tomou um rumo completamente distinto. Longe de reconhecer o governo de Carranza, o “novo órgão de poder”, representando o povo em armas por meio de seus líderes militares, reuniu todas as forças revolucionárias, inclusive lideranças que vinham lutando por conta própria, sem se ligarem a nenhuma das grandes facções da Revolução. O que se buscou foi discutir as propostas e encaminhar uma nova legislação que atendesse aos diversos grupos, principalmente em relação à questão agrária, de fato o “coração” da Revolução.⁷⁴

Carranza rapidamente desconheceu a autoridade da Convenção e lançou, em dezembro de 1914, um decreto adicional ao *Plan de Guadalupe*, garantindo que efetivaria

⁷³ Segundo declaração atribuída a Villa por John Reed. Ver REED, John. *Op. cit.*, p. 121. Villa, assim como Zapata, aprendeu a ler durante a Revolução.

⁷⁴ Sobre a Convenção de Aguascalientes, consultar CÓRDOVA, 1989, capítulo 5, “Villistas y zapatistas en la Soberana Convención Revolucionária.”

reformas sociais. Logo em seguida, lançou sua Lei Agrária, de 6 de janeiro de 1915, arrebatando a principal bandeira revolucionária dos camponeses. Com a publicação da Lei Agrária, que anulava “todas as anexações de terras, águas e montes pertencentes aos *pueblos* [...]”,⁷⁵ o líder “constitucionalista” deslegitimava a luta armada como forma de acesso à terra. Assim, os camponeses em armas passaram a ser tratados pelos constitucionalistas como “reacionários”, enquanto esses se colocavam como “os verdadeiros revolucionários”.

Uma parte fundamental da estratégia para consolidação da hegemonia constitucionalista foi a aliança articulada com a *Casa del Obrero Mundial*, em fevereiro de 1915, que previa a criação de leis trabalhistas em troca da ajuda do operariado urbano para combater a “reação” camponesa.⁷⁶ A aliança entre a COM e o *carranzismo* originou um dos fenômenos mais dramáticos da Revolução, que foram os *Batalhões Vermelhos*, exércitos formados por cerca de oito mil operários que lutaram ao lado dos *carranzistas* contra os camponeses.⁷⁷ Além da habilidade política demonstrada pelos constitucionalistas, outros fatores ajudam a explicar tal aliança. Em primeiro lugar, há que se levar em conta uma certa “desilusão” por parte dos operários urbanos em relação ao zapatismo “real”. Embora boa parte dos trabalhadores ligados à COM fosse simpática ao movimento zapatista e o anarquismo mexicano, de uma forma geral, estivesse marcado por uma “tendência agrarista” – cuja maior expressão foi o veterano do movimento liberal, Antonio Díaz Soto y Gama –,⁷⁸ muitos proletários ficaram decepcionados quando da entrada dos zapatistas na capital. Esperavam que os rebeldes camponeses sulistas fossem verdadeiros “demolidores da moralidade e da propriedade”, quando, de fato,

⁷⁵ Artigo 1º da Lei de 06 de janeiro de 1915. Apêndice de CORDOVA, 1977, pp. 453-457.

⁷⁶ Desde que romperam com a Convenção, os constitucionalistas passaram a demonstrar muito “boa vontade” para com a classe operária. Publicaram leis regionais de proteção aos trabalhadores em vários estados que tomaram militarmente; intervieram a favor dos operários em conflitos contra as grandes empresas, sendo um caso clássico a entrega do controle da Companhia Telefônica Ericsson aos trabalhadores, em fevereiro de 1915. Além disso, o constitucionalismo fez uma doação de cerca de meio milhão de pesos à COM para que dividisse entre seus filiados mais necessitados, no contexto de uma ainda maior debilitação econômica dos trabalhadores, num país devastado pela guerra civil. (CARR, *Op. cit.*, p. 61-66.)

⁷⁷ CARR, *Op. cit.*, p. 68.

⁷⁸ Após ter sido preso no início do movimento liberal, em 1902, Soto y Gama ficou afastado da mobilização oposicionista, pois precisava trabalhar para sustentar sua família. Mas, após a explosão revolucionária de 1910, tornou-se um dos intelectuais de maior participação no movimento revolucionário. Logo após atuar na fundação da COM, juntou-se aos zapatistas em Morelos e transformou-se num dos principais porta-vozes do movimento, inclusive representando Zapata na Soberana Convenção. Sobre a trajetória política de Soto y Gama, ver COCKROFT, *Op. cit.*, p. 69-74.

“despertaram admiração por sua docilidade e disciplina”. Como observa Carr, os camponeses liderados por Zapata, “para o horror de muitos operários, andavam mansamente pelas ruas pedindo pão, com um distintivo da Virgem de Guadalupe no chapéu.” A decepção dos anarquistas da COM em relação à religiosidade dos camponeses sulistas logo foi contrastada com uma “campanha de anti-clericalismo demagógico” por parte dos *carranzistas*. Coroando a estratégia de atração do movimento operário, Álvaro Obregón, um dos mais importantes líderes constitucionalistas, tomou o convento de Santa Brígida e o entregou à COM, junto com as máquinas impressoras do jornal clerical *La Tribuna*.⁷⁹

Embora não haja dúvidas de que parte dos operários anarquistas da COM simpatizavam com a causa zapatista por seus ideais comunitários, com os quais compartilhavam, não há um consenso historiográfico quanto à sua relação com o villismo. Enquanto o trabalho de Carr aponta para um apoio claro ao zapatismo em detrimento do villismo, Ramón Eduardo Ruiz, num estudo específico sobre a atuação do movimento operário na Revolução, afirma que “dentre os dirigentes da COM, apenas Soto y Gama e Luis Méndez se uniram a Zapata, enquanto vários outros abraçaram a causa villista.”⁸⁰ O fato é que, independentemente do posicionamento em relação a cada um dos movimentos camponeses, boa parte dos operários se uniu contra ambos, a favor do carranzismo, na conjuntura decisiva de 1914-1915.

Nesse contexto, deve ser ressaltada, ainda, a propaganda veiculada pelo *Regeneración*. O PLM sempre defendeu a causa zapatista mas, em relação ao villismo, cometeu o que Armando Bartra qualificou de “um erro de apreciação política que se tornou definitivo”,⁸¹ ao identificar Villa aos “interesses burgueses”. Em sua linguagem

⁷⁹ CARR, *Op.cit.*, p. 61. O autor destaca que um dos trabalhadores mais atuantes na COM, no período, o catalão J. Tudó, escrevendo no jornal *Revolución Social*, em fevereiro de 1915, assim se referiu à entrada dos zapatistas na Cidade do México: “Logo fez sua entrada triunfal o general Zapata de braço dado com o general Villa. E nós nos perguntávamos, o que têm em comum Villa e Zapata? Seguiu-se um desfile de forças e vimos os zapatistas levarem como pendão de combate a Virgem de Guadalupe. Outra desilusão. Por fim, a reabertura das igrejas e a retomada das práticas religiosas. O zapatismo, como imaginávamos, como desejávamos, tinha morrido [...] Ali se vê claramente que o clericalismo encontra suas esperanças no zapatismo e este último dado foi o que nos levou a considerar decididamente que Zapata é tão detestável quanto Villa e que enquanto não se destruir um e outro não será possível a cristalização dos ideais revolucionários.” (J. TUDÓ, Da Atalaia, *Revolución Social*, etapa I, n.4, 28 de fevereiro de 1915, *apud* CARR, p. 64.)

⁸⁰ RUIZ, *Op. cit.*, p. 73.

⁸¹ FLORES MAGÓN, Ricardo. Zapata y Villa. *Regeneración*, nº 195, 11/07/1914. *Apud* BARTRA, *Op. cit.*, p. 349.

sempre direta e explosiva, os magonistas afirmavam: “falar de união entre Villa e Zapata é absurdo. Villa é um bandido, porque cuida dos interesses da burguesia; Zapata é um revolucionário honrado e sincero, porque arrebatou a riqueza das mãos da burguesia e a entregou aos seus verdadeiros donos: os pobres.”⁸² Os anarquistas do PLM consideravam as propostas villistas como burguesas porque essas não eram radicais a ponto de desconhecer a propriedade privada, mas defendiam uma reforma agrária que limitasse o tamanho das propriedades rurais, acabando com os latifúndios. Não identificado à busca pela formação de uma sociedade sem classes, o projeto villista foi completamente deslegitimado pela visão de mundo anarquista e seu líder desqualificado como “bandido”. Quanto aos interesses burgueses de Carranza, toda a propaganda magonista contrária à aproximação da COM ao constitucionalismo não foi capaz de impedi-la, após as reformas sociais concedidas estrategicamente por Carranza. Este, por sua vez, logo que viu consolidado seu poder – após vencer militarmente os camponeses e ter seu governo reconhecido –, reprimiu duramente os movimentos grevistas, no início de 1916.

No caso do villismo e do zapatismo, os aspectos regionais da luta camponesa se fizeram marcantes e dificultaram não só a formulação de um projeto de caráter nacional que pudesse combater ideologicamente o projeto constitucionalista como também uma aliança mais consistente entre os dois grupos, como demonstram as constantes desavenças entre ambos durante a Convenção. Somente em janeiro de 1916, e com representação praticamente só dos zapatistas, conseguiu-se publicar o Programa de Reformas Político-Sociais da Convenção,⁸³ quando o constitucionalismo já havia se tornado hegemônico. Vencidos política e militarmente, os exércitos villista e zapatista entrincheiraram-se em seus estados de origem, procurando garantir o domínio em nível local. Zapata seguiu controlando Morelos até que foi assassinado, numa emboscada, em

⁸² BARTRA, *Op. cit.*, p. 321.

⁸³ Para uma análise mais detida sobre os debates entre villistas e zapatistas e o programa de reformas da Convenção, consultar os seguintes artigos de Arnaldo Córdova: “El encuentro de Villa y Zapata con la nación: El ‘Programa de Reformas Político-Sociales de la Revolución aprobado por la Soberana Convención Revolucionaria’” e “Villistas e zapatistas en la Soberana Convención”, em CÓRDOVA, 1989, p. 76-88 e 89-112, respectivamente.

1919. Villa depôs as armas, em 1920, e, a partir de então, passou a viver pacatamente em um rancho, em Chihuahua, mas também foi assassinado, em 1923.⁸⁴

Embora o projeto político que se impôs ao México não tenha sido o dos camponeses revolucionários, sua participação efetiva durante a Revolução resultou em ganhos sociais significativos, ratificados na nova Carta constitucional que expressa, em grande medida, a diversidade ideológica que marcou o processo revolucionário durante quase uma década. A Constituição Mexicana de 1917, além de prever a realização da reforma agrária pelo Estado, garantiu a forma *ejidal* de propriedade da terra. Ao lado da propriedade privada, continuaram existindo *ejidos*, terrenos familiares ou comunitários, que eram de propriedade do Estado, cedidos em usufruto aos seus habitantes, não podendo ser vendidos, visando evitar a formação de latifúndios.⁸⁵ A Constituição foi, também, uma das mais avançadas para a época quanto à legislação trabalhista, definindo jornada máxima de oito horas de trabalho e reconhecendo o direito de greve, entre outros direitos conquistados.⁸⁶

Na década de 1920, iniciou-se a pacificação do país e também o processo de institucionalização do novo Estado, que surgia, em grande medida, legitimado enquanto um Estado “revolucionário”.⁸⁷ Embora a grande e poderosa realidade que emergiu com a Revolução tenha sido o Estado herdeiro do projeto constitucionalista, considerado vencedor, se atentarmos para o fato de que a Constituição de 1917, por meio dos *ejidos*, garantiu a propriedade comunal da terra e limitou a formação de latifúndios, além de garantir a reforma agrária por lei, podemos considerar que os camponeses não foram completamente vencidos. Em que pese os seus limites, a Revolução de 1910 no México

⁸⁴ VILLA, *Op. cit.*, p. 153-4

⁸⁵ A Constituição de 1917 continua em vigor atualmente, apesar de várias e profundas modificações. A forma *ejidal* de propriedade foi extinta como uma das exigências do governo estadunidense para a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994. Nesse ano, posicionando-se contra a orientação neo-liberal tomada pelo Estado mexicano, o Exército Zapatista de Libertação Nacional fez sua primeira aparição pública. (CASTELLS, Manuel. Os zapatistas do México. O primeiro movimento de guerrilha informacional. In: *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, Vol. 2, p. 99.)

⁸⁶ Artigo 123 da Constituição de 1917, Apêndice de CORDOVA, 1977, p. 491-94.

⁸⁷ Para se ter uma idéia, o partido oficial que surgiu da Revolução — inicialmente com o nome de Partido Nacional Revolucionário (PNR), em 1929, renomeado de Partido da Revolução Mexicana (PRM), em 1936, e finalmente ganhando a paradoxal denominação de Partido Revolucionário Institucional (PRI), em 1946 — permaneceu no poder até o ano 2000.

trouxe à tona uma realidade que não podia mais ser simplesmente ignorada, como tão bem expressaram Aguilar Camín e Meyer, ao afirmar que:

a consciência urbana e ilustrada do país viu-se confrontada com a elementar e poderosa “novidade do México”. [...] O surgimento do México áspero e rude da Revolução teve o efeito de uma catarse de descobrimento e afirmação nacional.⁸⁸

Para além do seu significado nacional, a Revolução Mexicana adquiriu grande importância no contexto latino-americano, ao representar a derrubada de toda uma velha ordem oligárquica e o anúncio de novos tempos, nos quais as massas populares não poderiam mais ficar à margem do jogo político.

1.2. A Argentina sob o signo da reforma política

O início do século XX na Argentina também foi marcado por uma forte contestação à ordem oligárquica que se havia consolidado nas décadas anteriores. A “ordem conservadora” havia se consolidado a partir de 1880, quando o conflito que opôs Buenos Aires ao restante das províncias culminou na imposição definitiva da autoridade central ao conjunto nacional, marcado pela federalização da capital.⁸⁹ A principal figura que ascendeu nesse conflito foi Julio Roca, “militar desdobrado em político”⁹⁰, que assumiu a presidência no mesmo ano, com o projeto de construir uma “Argentina moderna”.

Em sua efetivação prática, o projeto *roquista* estabeleceu o desenvolvimento econômico como o principal objetivo e relegou a participação política ao segundo plano, instituindo a hegemonia de um único partido, que deveria garantir a fórmula “paz e administração”, com a qual Roca sintetizou seu programa de governo. Com base nesse

⁸⁸ AGUILAR CAMÍN & MEYER, *Op. cit.*, p. 75-6.

⁸⁹ O conflito que culminou numa guerra civil, em 1880, se estabelecia em torno da proeminência política e econômica de Buenos Aires sobre as demais províncias, expressa tanto em sua maior representação no Congresso quanto na concentração dos recursos da aduana do porto mais importante do país. As forças bonaerenses foram vencidas militarmente e a cidade capital, onde se localiza o porto, foi federalizada. As causas e o desenrolar do conflito são analisados por BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Debolsillo, 2005, especialmente no capítulo 1, e por BOTANA, Natalio & GALLO, Ezequiel. *De la república posible a la república verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Emecé, 2007, principalmente na primeira parte do Estudo Preliminar realizado pelos autores.

⁹⁰ BOTANA, *Op. cit.*, p. 68.

objetivo, foi fundado, em 1880, o Partido Autonomista Nacional (PAN), que deveria reunir os aliados das províncias e canalizar as disputas políticas para acordos pré-eleitorais, que garantissem a indicação de um candidato oficial, minimizando, assim, os conflitos. Como destaca Natalio Botana, tratava-se de uma “resposta precária formulada ao drama da desintegração territorial e da guerra interna”, que a precederam.⁹¹

Controlando as sucessões presidenciais, inclusive por meio de fraudes eleitorais, o PAN perpetuou-se no poder durante as décadas seguintes, consolidando uma “ordem conservadora” que pretendia se legitimar enquanto uma “nova ordem” de desenvolvimento e prosperidade. Ideologicamente, os conceitos positivistas tornaram-se ferramentas eficazes para substituir as disputas políticas e guerras civis por uma noção “natural de evolução social”. Como bem sintetiza Oscar Terán, após as “desilusões do liberalismo”, uma classe proprietária “naturalmente *descobria* numa filosofia que preconizava ‘ordem e progresso’ a *expressão* ideológica de suas aspirações.”⁹² Assim, “progresso”, “civilização” e modernização capitalista tornaram-se sinônimos e abriram espaço para a adoção da “fórmula latino-americana” para a modernização, que se constituía na baseado na abertura econômica para o investimento dos excedentes das potências capitalistas, conjugada à agroexportação.

A grande particularidade da Argentina nesse contexto foi a intensidade que o processo de modernização adquiriu no país. A Inglaterra foi a grande investidora e também o principal destino das exportações argentinas. A vinculação com a economia inglesa foi tamanha, que Luis Alberto Romero chegou a qualificar a Argentina desse período como “um membro informal” do império britânico.⁹³ Para se ter uma noção, por volta de 1914, enquanto os investimentos de outros países europeus eram pouco significativos no país, os ingleses representavam quatro vezes mais que os estadunidenses, que começavam a entrar. A economia argentina desenvolveu-se de forma tão expressiva que seu ritmo de crescimento chegou a superar o das potências

⁹¹ Idem, p. 70.

⁹² TERÁN, Oscar. *América Latina: positivismo y nación*. México: Katún, 1983. p. 9-10.

⁹³ ROMERO, Luis Alberto. *Sociedad democrática y política democrática en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004. p. 24.

européias e dos Estados Unidos, que era o grande exemplo de prosperidade da época, alcançando uma marcha anual de 6% entre 1875 e 1913.⁹⁴

Embora o expressivo crescimento da economia argentina estivesse baseado na agroexportação, sobretudo de carnes e cereais, os outros setores econômicos também tiveram um desenvolvimento bastante significativo, sendo que, por volta de 1910, o peso do setor primário não representava mais de 30% da economia nacional, enquanto o industrial alcançava pouco mais de 20%. Entretanto, segundo Fernando Rocchi, boa parte do crescimento das atividades secundárias e terciárias estava “íntima e diretamente relacionado à exportação”, já que “o transporte e o comércio cresceram, em boa medida, vinculados ao movimento de produtos em direção ao porto, assim como uma parte do setor industrial estava representada pelos frigoríficos”. Mesmo assim, destaca que “a economia interna chegou a gerar seu próprio dinamismo” e, “por volta da década de 1910, a maior parte do país se configurava como um mercado unificado de produtos.”⁹⁵

Outra grande marca do período da modernização argentina foi a entrada massiva de imigrantes europeus. Embora essa tenha sido uma pauta comum a boa parte do subcontinente na época, o impacto do aluvião migratório foi particularmente intenso na região platina, que contava, historicamente, com uma menor densidade demográfica. Estreitamente ligada ao desenvolvimento econômico do período e respondendo, em grande medida, ao desafio de povoar o amplo território nacional, a imigração alterou completamente o quadro demográfico do país, que teve sua população triplicada entre 1880 e 1914. Para se ter uma idéia, o número de habitantes da cidade de Buenos Aires passou de 187.100, em 1869, para 1.575.800, em 1914, enquanto a de Rosário aumentou em dez vezes e a de Córdoba em quatro, entre 1880 e 1914. Os dados também apontam claramente para uma concentração na área urbana, onde a pujança do setor terciário e da indústria nascente atraiu a maior parte da massa de imigrantes. Diversamente do subcontinente latino-americano, de uma maneira geral, a Argentina

⁹⁴ ROCCHI, Fernando. El péndulo de la riqueza: la economía argentina en el período 188-1916. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. (Tomo 5). p. 19 e 27. Os dados estatísticos são apresentados na página 35.

⁹⁵ Idem, p. 46 e 50.

tornou-se um país majoritariamente urbano, com as cidades concentrando cerca de 53% da população, por volta de 1914.⁹⁶

O quadro de um enorme impacto migratório e intensa urbanização se completava com um aumento significativo das classes médias e da mobilidade social, num país cuja economia crescia rapidamente e possuía um dinamismo interno expressivo. Todas essas mudanças dotaram a Argentina de uma fisionomia fortemente cosmopolita, muito particularmente Buenos Aires, que emergiu também como uma “metrópole cultural”. Os grandes jornais diários que surgiram no período, *La Prensa* e *La Nación*, foram grandes expressões desse destaque portenho, publicados com amplas tiragens e contando com a colaboração de grandes nomes da intelectualidade continental.⁹⁷

Embora o contexto da “modernização” tenha ampliado as oportunidades de trabalho intelectual nos grandes centros urbanos latino-americanos, de uma forma geral, a capital argentina se destacava sobretudo por concentrar um expressivo público leitor, o que ampliava as possibilidades editoriais. De fato, os índices de alfabetização na Argentina apresentavam-se bastante superiores à média latino-americana, com cerca de 36% de analfabetismo, em 1914, enquanto no México, por exemplo, esse número ultrapassava os 70% e na América Central chegava a mais de 90%.⁹⁸ Muito embora o expressivo índice de alfabetização argentino refletisse uma trajetória mais longa em prol da escolarização — que remontava à presidência de Sarmiento (1868-1874) e seu projeto “civilizador”, que levou a escola pública às províncias, alcançando as pequenas cidades do interior —, no contexto analisado a educação pública vinha ganhando um novo impulso.

Tendo em vista o grande número de imigrantes que entrava no país, a educação passou a fazer parte da estratégia de “nacionalização” empreendida pelo Estado argentino, que passou a exercer um controle efetivo sobre o campo educacional,

⁹⁶ Os dados estatísticos são apontados, respectivamente, por LOBATO, Mirta Zaida. *Trabajadores en la era del progreso*; e LIERNUR, Jorge Francisco. *La construcción de país urbano*. In: LOBATO, *Op. cit.*, p. 411 e p. 471.

⁹⁷ A imprensa argentina e seus principais diários, no contexto da modernização, será um tema abordado no próximo capítulo.

⁹⁸ A estatística argentina é apontado por SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes. Uma história da formação de leitores no Brasil e na Argentina (1915-1954)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 34, com base no *Censo General de La Nación, de 1947*, e a mexicana por GUERRA, *Op. cit.*, p. 416, com base nos censos mexicanos da época.

homogeneizando as práticas escolares em nível nacional. Assim, como observa Lilia Ana Bertoni, dentro do projeto mais antigo, cujo “objetivo central era capacitar a todos através de uma escola comum”, passou a ser integrado “o propósito mais recente de formar a nacionalidade”, dotando a escola pública de elementos de instrução cívica e patriótica, com vistas à construção de uma “nacionalidade argentina”. Em que pese os conflitos em torno da questão da identidade nacional que tal processo instaurou entre o Estado argentino e os diferentes grupos imigrantes, o período marcou a “consolidação de uma educação de caráter e alcance nacional”.⁹⁹

Se, dentro do contexto mais amplo da “modernização”, que atingia o subcontinente como um todo, a Argentina representou um caso particular, posto que as grandes transformações socioeconômicas — como aumento populacional, concentração urbana, crescimento econômico e incipiente industrialização — incidiram com maior intensidade no país, também a “questão social” argentina não deixou de apresentar singularidades. Enquanto na América Latina, de forma geral, os problemas e conflitos sociais, nesse período, localizavam-se fundamentalmente no campo, identificados com a questão da terra, sob as diversas formas que adquiria nacional ou regionalmente, na Argentina referiam-se, sobretudo, ao mundo urbano. A “questão social”, como passou a ser denominada a partir de então,¹⁰⁰ emergiu intensamente no cenário político nacional, no início do século XX, por meio de uma precoce organização sindical de caráter nacional e da combatividade do movimento operário, sobretudo por meio das greves.

O início da organização operária argentina remonta à última década do século XIX, quando as doutrinas anarquistas e socialistas passaram a se firmar com bastante intensidade no país.¹⁰¹ Além da típica situação de superexploração que assolava as classes trabalhadoras de uma forma geral, o aluvião migratório tornava o contexto

⁹⁹ BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: FCE, 2001, p. 77. As ações estatais sobre o campo educacional desenvolveram-se por meio do Conselho Nacional de Educação, criado em 1880 e dotado de um corpo técnico centralizado, que consolidou uma reforma educacional de caráter nacional, em 1887. Bertoni analisa o papel conferido à escola na formação de uma “nacionalidade argentina”, especialmente no capítulo 2.

¹⁰⁰ Paradigmático da percepção por parte das elites da emergência da “questão social”, tornou-se a série de reportagens publicadas por *La Prensa* a respeito, em 1901, com esse título.

¹⁰¹ Sobre os inícios do movimento operário argentino, ver FALCÓN, Ricardo. *Los orígenes del movimiento obrero (1857-1899)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

argentino particularmente fértil a tais ideários. Não apenas a presença de indivíduos que vinham da Europa trazendo essas “novas idéias” mas, sobretudo, a condição de desenraizamento de grande parte dos trabalhadores favorecia a adesão a doutrinas universalistas.

Inicialmente, os meios de difusão da doutrina libertária foram os círculos e centros de estudo anárquicos, fundados a partir da década de 1880. Um dos mais expressivos foi o *Círculo Comunista Anárquico*, criado, em 1884, pelo italiano Enrico Malatesta, que era uma das mais expressivas lideranças anarquistas européias e encontrava-se exilado na Argentina. Outro importante instrumento utilizado pelos anarquistas para a divulgação de seu ideário foi a imprensa, cuja expressão mais significativa, na Argentina, foi o periódico *La protesta humana* que, fundado em 1897, inicialmente com uma periodicidade semanal, perdurou por décadas, passando a ser editado diariamente a partir de 1904, com o título *La protesta*. Nesse mesmo ano, somente a capital possuía cerca de 50 círculos anárquicos, que se espalhavam também por outros centros urbanos, como Santa Fé e La Plata. Os anarquistas privilegiaram a ação direta, por meio das greves. Já os socialistas, em concordância com as diretrizes estabelecidas pela Segunda Internacional, de 1891, optaram pela via democrática.¹⁰²

Empunhando a bandeira social-democrata, os socialistas argentinos erigiram as atividades eleitoral e parlamentar como campos de luta privilegiados, cujo instrumento principal foi o Partido Socialista (PS), fundado em 1896 por Juan Bautista Justo.¹⁰³ O programa político socialista estava fundamentado no paradigma evolucionista, que permitia basear o avanço do socialismo na “evolução natural” das sociedades, sem a necessidade de se empregar meios violentos e voluntaristas. Assim afirmava o manifesto de fundação do partido, publicado por seu jornal oficial, *La Vanguardia*: “O Partido Socialista *Obrero* não acredita que o povo pode chegar ao bem-estar e à liberdade de

¹⁰²SURIANO, Juan. *El anarquismo*. In: LOBATO, *op. cit.*, p. 302-4. Sobre o socialismo argentino, Consultar ADELAMN, Jeremay. Socialism and Democracy in Argentine in the Age of the Second International. In: *Hispanic American Historical Review*, nº 72-2, maio, 1992, p. 211-238 e SANGUINETTI, Horacio. *Los socialistas independientes*. Buenos Aires: Belgrano, 1981.

¹⁰³Juan Bautista Justo foi um dos mais expressivos intelectuais argentinos no período e, em sua principal obra, *Teoría y práctica de la historia*, de 1909, analisou a história do país por meio de um enfoque evolucionista, identificando a Argentina a um organismo ainda imaturo, em processo de desenvolvimento. Justo realizou a primeira tradução de *O Capital*, de Marx, para o espanhol, datada de 1890.

uma hora para a outra, mas [...] por uma luta perseverante e tenaz; não espera nada da fraude nem da violência, mas tudo da inteligência e da educação populares.”¹⁰⁴

Mesmo com o cenário eleitoral marcado pelas práticas fraudulentas que garantiam a hegemonia do PAN, o PS participou ativamente das disputas eleitorais e, ao conquistar a adesão de parte dos setores médios urbanos e também de operários, conseguiu eleger o primeiro deputado por um partido socialista na América Latina, Alfredo Palacios, eleito, em 1904, como deputado província de Buenos Aires. Apesar do relativo sucesso parlamentar do socialismo, no âmbito do movimento operário sua influência foi rapidamente superada pela dos anarquistas.

Os dois grupos estiveram à frente da criação, em 1901, da Federação Obrera Argentina (FOA), que reuniu dezenas de organizações sindicais de todo o país, e definiu a greve geral como principal instrumento de luta. Os socialistas, que criticavam o voluntarismo e a violência que envolviam esse tipo de protesto, deixaram a organização no ano seguinte e, a partir de então, os anarquistas tornaram-se hegemônicos no movimento operário. Em 1905, o comunismo anárquico foi aprovado como a direção política da central sindical, cujo nome foi mudado para Federação Obrera Regional Argentina (FORA), em 1904.¹⁰⁵

Sobre a proeminência anarquista, Juan Suriano afirma que, comparada à estratégia socialista, a ação direta pregada pelo anarquismo “podia oferecer respostas imediatas às demandas cotidianas e às expectativas de uma vida melhor por parte dos trabalhadores.”¹⁰⁶ Dominando a organização sindical, entre 1902 e 1910 os anarquistas organizaram uma série de greves, sendo que as mais expressivas foram a dos estivadores, em 1903, e a dos inquilinos, em 1907, culminando na greve geral de 1910, marcada para dias antes dos festejos oficiais do Centenário da Independência. Esse

¹⁰⁴Primer Manifiesto Electoral del Partido Socialista Argentino, *La Vanguardia*, 29/02/1896, Apêndice de BOTANA & GALLO, *Op. cit.*, p. 217.

¹⁰⁵Sobre o movimento operário argentino, ver ADAB DE SANTILLÁN, Diego. *La FORA, ideología y trayectoria*. Buenos Aires: Proyección, 1976; COGGIOLA, Osvaldo & BILSKY, Edgardo. *História do movimento operário argentino*. São Paulo: Xamã, 1999; BEIRED, José Luis Bendicho. *Movimento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹⁰⁶SURIANO, 2000, p. 298-9.

marco fixou, também, a ação do “Estado repressor”,¹⁰⁷ com a implementação das Leis de Residência e de Defesa Social, respectivamente, que permitiam deportar os imigrantes envolvidos em protestos. A partir da dura repressão de 1910, o movimento anarquista se viu bastante debilitado, restringindo sua atuação basicamente ao meio impresso, sobretudo através de *La protesta*.

Enquanto o mundo urbano argentino, nas primeiras décadas do século XX, esteve marcado pelos conflitos sociais, a situação no campo, de uma forma geral, foi menos tensa. O conflito de maior repercussão foi a greve dos colonos arrendatários de Santa Fé, em 1912, movimento que ficou conhecido como Grito de Alcorta. Os *chacareros* — como eram chamados os colonos que arrendavam terras de grandes latifundiários e se constituíam na figura típica da área pampeana, ligada à agroexportação — negaram-se a fazer a colheita, exigindo contratos mais longos e a diminuição do preço dos arrendamentos, tendo em vista a queda dos preços dos cereais no mercado internacional. A greve dos colonos *santafesinos* alcançou os objetivos mais imediatos e, além disso, originou a Federação Agrária Argentina (FAA), que se tornou o principal instrumento de luta política do “mundo chacarero”.¹⁰⁸

Vale ressaltar a influência do Partido Socialista na organização do mundo rural. Desde que se afastaram do sindicalismo urbano, hegemonizado pelos anarquistas, os socialistas passaram a apoiar fortemente as demandas agrárias e a formação de ligas e cooperativas rurais, que culminaram na formação da FAA, com a qual mantiveram estreita relação. Mas é preciso atentar para o fato de que a “questão agrária” argentina não se restringia aos agricultores da “pampa próspera”, que receberam o apoio socialista. A realidade camponesa do norte do país apresentava-se ainda mais precária, além de marginalizada no conjunto nacional.

¹⁰⁷SURIANO, Juan. *Trabajadores, anarquismo y el Estado represor: de la Ley de Residencia a la Ley de Defensa Social (1902-1910)*. Buenos Aires: CEAL, 1989.

¹⁰⁸Segundo Marta Bonaudo e Susana Bandieri, “o Grito de Alcorta e seu tratamento político marcaram o futuro da questão agrária”, posto que o acordo entre os agricultores e os donos de terras não tocou no cerne das questões enfrentadas pelos colonos — que envolviam o monopólio comercial das companhias exportadoras, o alto custo do transporte para a exportação e a ausência de um sistema de crédito acessível para os pequenos produtores —, fazendo com que os conflitos se intensificassem nas décadas seguintes. Cf. BONAUDO, Marta & BANDIERI, Susana. La cuestión social agraria en los espacios regionales. In: FALCÓN, Ricardo (org.). *Nueva historia argentina. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. (Tomo VI). p. 234.

As províncias do norte experimentavam um significativo desenvolvimento econômico, com a produção açucareira voltada para o mercado interno, facilitada pelo estabelecimento de uma ampla rede ferroviária que passava a articular as diferentes regiões do país. A produção de açúcar baseava-se em sistemas de coação do trabalho, como o de *peonaje* por dívidas, semelhantes ao das *tiendas de raya* do norte mexicano, que conservou vigência legal no norte argentino até o início da década de 1920.¹⁰⁹ A partir das últimas décadas do século XIX, as empresas passaram a contar com o trabalho dos indígenas da região do Chaco, que foram submetidos à órbita estatal no período.

De fato, a articulação do mercado interno, para além de uma questão propriamente econômica, representou a culminação do processo de imposição da autoridade central sobre todo o território nacional, cujo marco foram as “campanhas do deserto”, de 1884.¹¹⁰ Por meio dessas ações militares, o governo do general Julio A. Roca avançou sobre as regiões da Patagônia e do Chaco, escassamente povoadas ou constituídas por populações indígenas, autônomas até então. As populações indígenas do Chaco passaram a ser integradas ao esquema de trabalho das empresas açucareiras, forçadas a abandonar suas comunidades para trabalhar nos canaviais nortistas durante os períodos de safra.

Assim, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX ocorreram vários levantes camponeses, de indígenas ou *peones*, contra o trabalho forçado no norte, que continuou sendo um “território de migração”, ao contrário do restante do país. Em muitos sentidos, o norte argentino representava o avesso da “modernização”, concentrada nos pampas e muito particularmente nos centros urbanos. Como destaca Daniel Campi, sendo produtora de açúcar, a região norte estava vinculada à economia pampeana, “e com ela, de alguma maneira, compartilhou os saldos da expansão agroexportadora”. Mas essa “redistribuição” do ‘progresso’ foi muito limitada”, se considerarmos os índices sociais da região, cuja expectativa de vida era 11 anos menor

¹⁰⁹De acordo com Daniel Campi, o sistema de *peonaje* por dívidas vigorou legalmente nas províncias de Salta e Jujuy até 1921. Ver a respeito CAMPI, Daniel. Economía y sociedad en las provincias del norte. In: LOBATO, *Op. cit.*, p. 93.

¹¹⁰As primeiras “campanhas do deserto” ocorreram em 1833-1834 e voltaram a ser empreendidas, em 1879, durante a presidência de Nicolás Avellaneda, dirigidas pelo próprio Roca, como militar.

que a média nacional e congregava as províncias com maiores taxas de analfabetismo do país, por volta de 1915.¹¹¹

A situação marginal do norte no conjunto nacional se expressava também em termos identitários, posto que a presença indígena, marcante na região, era uma realidade que o projeto de uma “Argentina moderna” procurava negar. Embora boa parte das populações indígenas tenha permanecido no território argentino após as “campanhas do deserto”, o discurso oficial foi o da negação de sua presença, sendo as diferenças “étnicas” rapidamente traduzidas em “sociais”, vinculadas a caracteres como “marginalização” e “pobreza”. De acordo com Mónica Quijada, recorrendo-se insistentemente à noção de “extermínio”, “a idéia do desaparecimento do elemento indígena” passou a ser “incorporada coletivamente como uma fatalidade derivada de uma necessidade nacional, [...] a da construção de uma nação moderna orientada para o futuro.” Assim, além do extermínio físico de grande parte dos indígenas, a “conquista do deserto” marcou o início da construção de um mito nacional, que passava pela auto-identificação da nação argentina como “de raça branca”, sendo que a grande afluência de imigrantes europeus no período “contribuiu para dar uma aparência de ‘realidade demográfica’” a essa “elaboração identitária.”¹¹²

Se, por um lado, a imigração européia massiva impunha um enorme desafio à constituição de uma identidade nacional, por outro, com base nos determinismos biológicos em voga, permitia fundamentar a idéia de uma “superioridade” da “Argentina branca” no contexto latino-americano, marcado pelo predomínio ou mescla de “raças” consideradas “inferiores”. Nessa perspectiva, o grande desenvolvimento econômico alcançado pelo país, identificado à noção de “progresso”, podia ser explicado pela pretensa “superioridade racial”, que levava inclusive a vislumbrar uma posição hegemônica no subcontinente, sob a forma de uma “missão civilizadora”.¹¹³

¹¹¹CAMPLI, *Op. cit.*, p. 113.

¹¹²QUIJADA, Mónica. De mitos nacionales, definiciones cívicas y clasificaciones grupales. Los indígenas en la construcción nacional argentina, siglos XIX a XXI. In: ANSALDI, Waldo (coord.). *Calidoscopio latinoamericano. Imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel, 2006. p. 432-433, 436.

¹¹³O maior expoente desse pensamento foi José Ingenieros, defensor da “superioridade” da “raça argentina” e de sua “missão civilizadora” no subcontinente latino-americano, sob a forma de um “imperialismo pacífico”. Essas idéias foram desenvolvidas pelo autor no ensaio *Sociología argentina*, publicado em 1913.

Mas o grande crescimento econômico e a prosperidade material também tornavam cada vez mais evidente o descompasso entre a intensa modernização socioeconômica e o atraso político em relação à modernidade européia que se tomava como modelo, cuja base política era a democracia liberal. O discurso da “Argentina moderna” que emergiu em 1880, com o presidente Roca, foi ainda mais fortemente empunhado por seu sucessor, Miguel Juárez Celman, para quem o progresso material, “o bem-estar que a atualidade produz”, era o grande objetivo e, para conquistá-lo e garanti-lo, afirmava que os argentinos deviam “prescindir da política ou mudar seu significado para ações administrativas.”¹¹⁴ Tal concepção pretendia justificar a hegemonia política do grupo reunido em torno do PAN, composto por dirigentes considerados capazes de administrar o país, cujos progressos materiais já se tornavam manifestos e “por si só” demonstravam que a disputa partidária era desnecessária.

Mas, já na última década do século XIX, um forte movimento oposicionista começou a se formar, articulando sua base ideológica a partir da inversão do paradigma oficial, identificando na “aparente prosperidade” a causa da apatia política, sendo essa uma corrupção dos princípios republicanos. Nessa perspectiva, como observam Botana & Gallo, “o discurso opositor fixou seu núcleo central na revalorização da virtude cívica e na necessidade de um rápido renascimento da atividade política.” Luis Alberto Romero destaca que a oposição política foi “o desafio mais notável que o regime oligárquico enfrentou”; constituindo “um protesto, de envergadura similar ou superior a do protesto social”, a oposição política levou a uma postura reformista por parte da elite governante e culminou na derrubada da ordem oligárquica na década de 1910.¹¹⁵

Em 1890, os grupos opositores ao regime do *unicato*, como denominaram a hegemonia do PAN, fundaram a União Cívica (UC), reunidos em torno de duas lideranças principais, o ex-presidente Bartolomé Mitre e o senador Leandro N. Alem. No mesmo ano, a UC levou a cabo um levante armado que forçou a renúncia de Juárez Celman e

¹¹⁴JUÁREZ CELMAN, Miguel. Mensaje presidencial de 1888, Apêndice de BOTANA & GALLO, *Op. cit.*, p. 104. Sobre os discursos políticos do *roquismo* e do *juarismo*, amplamente difundidos por seus respectivos periódicos oficiais, ver ALONSO, Paula. *La Tribuna Nacional y Sud-América: tensiones ideológicas en la construcción de la “Argentina moderna”*. In: ALONSO, Paula. (comp.). *Construcciones impresas*. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: FCE, 2003. p. 203-41.

¹¹⁵GALLO & BOTANA, *Op. cit.*, p. 56; ROMERO, *Op. cit.*, p. 43 e 45.

marcou, também, a divisão do movimento opositor. De fato, Mitre e Alem representavam duas tendências distintas dentro do movimento: respectivamente, uma moderada, que se dedicava principalmente a criticar a corrupção e os desmandos do governo; e outra mais radical, que pretendia derrubar o regime e estabelecer a disputa partidária. Logo após a renúncia do presidente, essas tendências desembocaram em duas posturas antagônicas: o “acordo”, que levou o *mitrismo* a pactuar a sucessão com o PAN, e a “intransigência”, da qual surgiu, no ano seguinte, uma nova agremiação política, claramente com fins partidários.¹¹⁶ A União Cívica Radical (UCR), fundada por Alem, em 1891, converteu-se no principal foco de oposição à “ordem conservadora”.

O discurso oposicionista empunhado pela UCR representava, de fato, a radicalização do núcleo central do discurso da antiga UC. Paula Alonso, que realizou um estudo aprofundado sobre os primeiros anos do partido, destaca que a retórica política dos radicais – como ficaram conhecidos os membros da UCR – se articulou em torno de três pontos principais: a defesa da liberdade, significando participação política; a luta contra a corrupção, entendida como decadência moral e violação do princípio constitucional de divisão dos poderes, em oposição à concentração de poderes no Executivo; e a legitimação da revolução, entendida como restauração.¹¹⁷ Nesse sentido, os radicais exigiam a restauração da vida cívica, com a concorrência entre os partidos. Essa, nas palavras de Alem, seria “a boa política”, baseada “[no]o respeito aos direitos [...], garantias constitucionais, confiança nas instituições”..¹¹⁸

Na visão dos radicais, portanto, tratava-se de “restaurar” uma situação que se havia perdido, de “regenerar” a política nacional, retornando aos princípios “corrompidos” pela “má política” do PAN. Semelhante à noção de um “retorno liberal”, que predominou, no México, no início da formação de uma ideologia de oposição ao *porfiriato*, para a UCR, a situação ideal, o “verdadeiro” passado argentino, encontrava-se na política anterior ao *unicato*, identificada aos princípios republicanos e liberais consagrados na Constituição de 1853. Nessa leitura da história política argentina, a UCR apresentava-se como dotada

¹¹⁶Idem, 59 e 71.

¹¹⁷ALONSO, Paula. *Entre la revolución y las urnas. Los orígenes de la UCR y la política argentina en los años '90*. Buenos Aires: Sudamericana/ Universidad de San Andrés, 2000. p. 161.

¹¹⁸ALEM, Leandro N. *Discurso no Senado*, 06/06/1891, *apud* ALONSO, 2000. p. 152.

de uma missão “regeneradora”. Segundo *El Argentino*, jornal oficial do partido, os radicais não pretendiam mais do que “obter o restabelecimento das instituições, sem pedir a reforma de nenhuma delas”.¹¹⁹

Uma característica fundamental da concepção política dos radicais era a idéia de que a situação de “corrupção” das instituições justificava o uso da violência, da “revolução”, como meio de restauração dos “verdadeiros” princípios da política. De fato, a UCR levou a cabo uma série de levantes armados contra o regime — em 1893, 1895 e 1905 —, mas a estratégia opositora também incluiu a luta partidária e a oposição parlamentar, utilizando-se das poucas cadeiras conquistadas pelo partido. Nesse sentido, os radicais encontravam-se inseridos num contexto de oposição mais amplo, que incluía, também, o Partido Socialista. Entretanto, o grande traço distintivo da UCR nesse contexto foi a retórica legitimadora da “revolução” e o uso da ação armada.

A noção de “revolução” que os membros da UCR concebiam era a “tradicional”, ou seja, aquela ligada a um movimento cíclico, que significava a “restauração” da ordem anterior, correspondendo à retomada dos princípios constitucionais. Os radicais se identificaram ao modelo revolucionário inglês e refutaram claramente o modelo francês. Sobre o último, afirmavam que “abalou a sociedade inteira e levava a uma inovação profunda na ordem política, na ordem social e na ordem econômica.”¹²⁰ Claro está que o que se propunha era uma mudança restrita à instância política, afastando-se de qualquer questionamento à situação social que a “ordem conservadora” comportava. Nesse sentido, o movimento oposicionista da UCR se diferenciava completamente do movimento liberal mexicano, que rapidamente articulou a crítica política à necessidade de reformas sociais. Vale ressaltar que, além dos autores anarquistas e socialistas europeus, as obras sobre a Revolução Francesa faziam parte da literatura dos liberais mexicanos. Já no caso argentino, como ressalta Alonso, “os representantes da UCR não no Congresso não demonstraram preocupação alguma pela ‘questão social’ ou por defender um determinado setor econômico ou social.”¹²¹

¹¹⁹*El Argentino*, 18/06/1891, apud ALONSO, 2000, p. 156.

¹²⁰ALEM, Leandro N. *Discurso no Senado*, 20/06/1891, apud ALONSO, 2000, p. 156.

¹²¹ALONSO, 2000, p. 18.

Além da intensa e multifacética oposição da UCR que, além da oposição parlamentar e dos levantes armados, se manifestava na mobilização da opinião pública, através d'*El Argentino*, a atuação do movimento operário também contribuiu para configurar um forte clima de tensão durante a primeira década do século XX. Nesse contexto turbulento, uma ala do PAN passou a considerar seriamente a necessidade de se reformar o sistema político, de forma a ampliar a participação de novos setores sociais. Como observam Botana & Gallo, embora estivesse claro para os reformadores do PAN que “a política estava afastada da sociedade e que esta havia gerado uma dinâmica própria, aprofundando a brecha entre o público e o privado”, a opção pela reforma deu-se muito claramente como uma resposta à oposição da UCR. A reforma tornou-se a principal arma do regime na “batalha ideológica” que se travou como “um combate para apropriar-se do sentido do regeneracionismo”, sendo que os reformadores defendiam a idéia de que era possível uma “regeneração por dentro.”¹²²

Sobretudo após o levante organizado pela UCR, em 1905, tornou-se urgente para a elite governante a necessidade da reforma. O sufrágio universal foi percebido como o instrumento capaz de desfazer a “brecha” que separava a sociedade da política, ao transformar o habitante em cidadão. A eleição de Roque Saénz Peña, em 1910, marcou a vitória da ala reformista e, em 1912, foi concretizada a reforma eleitoral que estabelecia o sufrágio universal obrigatório. Mas, em que pese a “abertura” política, é preciso considerar o sentido dado à reforma pelo “reformismo conservador”, como denominou Botana, posto que comportava todo “um plano estratégico baseado no uso de todos os resguardos institucionais que a ordem constitucional punha à disposição dos reformistas.”¹²³ Muito embora o resultado da Lei Saénz Peña, como ficou conhecida, tenha sido a vitória eleitoral da UCR, nas eleições presidenciais de 1916, evidentemente essa não era a intenção dos reformadores. O presidente, que não aceitava a idéia do “governo eleitor”, advertia que a mudança era inevitável, mas enfatizava que era necessário reorganizar o partido para que vencesse as eleições.

¹²²GALLO & BOTANA, *Op. cit.*, p. 162 e 164.

¹²³BOTANA, *Op. cit.*, p. 295. O autor analisa pormenorizadamente a construção estratégica da reforma eleitoral no capítulo 9 da referida obra.

Desde a ascensão de Saénz Peña, estabeleceu-se uma atmosfera de expectativa e muita tensão, intensificada nos anos seguintes pela promulgação da reforma, em 1912, e pela morte do presidente, em 1914. O debate público exacerbou-se por meio da imprensa, polarizando os posicionamentos políticos entre pró-reformistas e conservadores, sendo que os primeiros pressionavam para que a reforma fosse realmente efetivada, enquanto os últimos alertavam para os “perigos” da abertura democrática.

Foi nesse clima de tensão que os argentinos se interaram e interpretaram a explosão revolucionária no México, seus desdobramentos e as primeiras consequências do movimento. E o debate sobre a Revolução Mexicana intensificou-se ainda mais quando a Argentina – junto com o Brasil e o Chile – participou de uma mediação diplomática nos conflitos entre os Estados Unidos e o México revolucionário, em 1914.

A Argentina, com estreitas relações comerciais com a Inglaterra, manifestou-se enfaticamente contra a formação de um sistema continental, desde a Primeira Conferência Pan-Americana, realizada em Washington, em 1889. Durante o período analisado, o governo reformista de Saénz Peña caracterizou-se pela defesa da aproximação com as outras “potências” sul-americanas, como forma de contrabalançar a pretensão de hegemonia estadunidense no continente, aprofundando o posicionamento argentino.

Os debates sobre os eventos revolucionários mexicanos por meio dos grandes jornais portenhos foram articulados ao debate público local por meio de dois pólos principais: por um lado, as disputas políticas nacionais, na conjuntura de crise que marcou a primeira metade da década de 1910, e, por outro, os debates sobre as relações continentais, muito intensos nesse período.

De forma semelhante ao que ocorreu na Argentina, as discussões sobre o México revolucionário nos jornais brasileiros também oscilaram entre os dois pólos destacados, relacionando-se ao debate sobre as relações continentais, que marcou as primeiras décadas republicanas, e ao contexto de cisão política e conflitos sociais que caracterizaram a década de 1910 no Brasil.

1.3. O Brasil entre a dissensão política e a tensão social

O contexto que envolveu a eleição e o governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) constituiu-se num período bastante particular dentro da nova ordem republicana. Pela primeira vez, desde a articulação da “política dos governadores” por Campos Sales, as oligarquias não entraram em consenso para a indicação do novo presidente.

Semelhante ao que ocorria durante a “ordem conservadora” na Argentina, a “invenção republicana”¹²⁴ de Campos Sales havia estabelecido um sistema político-eleitoral que girava em torno de negociações entre as expressões estaduais do Partido Republicano. No final de cada mandato, o sucessor era definido através de negociações intrapartidárias e confirmado nas urnas por meio de manipulações ou fraudes eleitorais. Assim, sob a aparência de eleições constitucionais, a “política dos estados”, como o sistema ficou conhecido, garantiu o monopólio do poder às elites agroexportadoras durante a Primeira República brasileira.

Atualmente a historiografia sobre o período tem questionado a idéia de uma república do “café com leite”, atribuída à hegemonia de apenas dois estados, São Paulo e Minas Gerais, sobre toda a federação. De acordo com Cláudia Viscardi, seria mais apropriado pensarmos em termos de um “bloco” de poder hegemônico, formado pelos maiores estados que dominaram tanto o Executivo quanto o Legislativo federal durante todo o período. Além de São Paulo e Minas, o “Bloco”, como denomina a autora, seria composto, ainda, por Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco.¹²⁵ Mas é importante atentarmos para a predominância, no período, não apenas política mas, sobretudo, econômica do sudeste.

A República aprofundou o processo de modernização iniciado nas últimas décadas do Império, cujas principais expressões eram a acelerada urbanização, o desenvolvimento das comunicações e dos transportes, o aumento demográfico – com a

¹²⁴LESSA, Renato. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988.

¹²⁵VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Clarte, 2001.

entrada de milhões de imigrantes para servir de mão-de-obra nas lavouras ou nas indústrias que começavam a se desenvolver – e a formação de um incipiente proletariado urbano. Todas essas mudanças atingiram mais intensamente o centro político-econômico do país, concentrando-se, principalmente, no eixo Rio-São Paulo-Minas, o que alterava rapidamente suas configurações sociais e ampliava os contrastes regionais.

A assimetria regional traduzia-se, em grande medida, no âmbito político. Muito embora a aliança São Paulo-Minas ainda não estivesse concertada, ambos os estados possuíam incontestável relevância política, sendo que Minas era o principal ator na articulação interna ao Bloco no período. Mas, no contexto da sucessão presidencial de 1910, a cisão do bloco hegemônico obrigou a chapa oficial – formada pelo marechal Hermes da Fonseca, que tinha sido ministro da Guerra no governo anterior, de Afonso Pena, como candidato a presidente, e Venceslau Brás, indicado a vice – a construir alianças com facções oposicionistas, inclusive dos estados menores, sobretudo onde os grupos que estavam no poder aderiram à chapa “civilista”, encabeçada por Rui Barbosa.

A cisão política que marcou a eleição de Hermes da Fonseca se expressou como uma oposição “civilista”, temerosa de um novo domínio militar, como tinha ocorrido no início da República. Enquanto o candidato oficial foi apoiado pelas oligarquias do Rio Grande do Sul e da maior parte de Minas, além dos “estados satélites” do senador gaúcho Pinheiro Machado,¹²⁶ no norte, e em Pernambuco; Rui Barbosa obteve os apoios baiano e paulista para sua chapa, que transformou a campanha eleitoral numa verdadeira disputa, na qual “a mobilização da imprensa e da população urbana foram significativas.” Dessa forma, como destaca Cláudia Viscardi, o governo hermista tornou-se “o primeiro a surgir de uma eleição efetivamente disputada na República.”¹²⁷ E, pela primeira vez, o governo federal teve que enfrentar uma oposição organizada, que se manteve articulada sob a liderança de dois grandes estados, Bahia e São Paulo.

¹²⁶SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 203. O general Pinheiro Machado foi uma das figuras mais representativas do personalismo que marcou o cenário político durante a Primeira República. O senador, pelo Rio Grande do Sul, foi um dos principais articuladores da política nacional, com projeção sobre vários estados, através de alianças com lideranças locais.

¹²⁷VISCARDI, Cláudia. *Op. cit.*, p. 214 e 313.

Contando com o apoio das principais “máquinas políticas” estaduais, elegeu-se o candidato oficial. Imediatamente as forças hermistas que se encontravam fora do poder nos estados aproveitaram o momento para se apoderar das respectivas máquinas políticas estaduais. Com o apoio do Exército e do governo federal, respaldado pelo recurso intervencionista disposto na Constituição, executaram uma série de intervenções militares em vários estados,¹²⁸ alijando do poder grupos que não haviam apoiado a eleição do presidente e entregando a direção das políticas estaduais a grupos fiéis ao governo federal. A justificativa dada às “salvações”, como ficaram conhecidas as intervenções militares, foi “a depuração do regime republicano”, visando “defender a democracia”.¹²⁹ Maria do Carmo Campello de Souza destaca que o governo federal apoiava “as aspirações de todas as reduzidas oposições estaduais, até então sem qualquer importância na política federal, desde que escolhessem elementos – militares de preferência – bem vistos pelo Catete.”¹³⁰

As “salvações” acabaram derrubando grupos fiéis a Pinheiro Machado no norte e nordeste, como aconteceu no Ceará, com a derrubada da facção de Antônio Accioly. Mas os partidários de Accioly contavam com grande força no sertão, onde eram apoiados por vários “coronéis” e, inclusive, pelo padre Cícero, então prefeito de Juazeiro e figura de ascendência política e religiosa sobre toda a região. Assim, a intervenção federal, em 1912, desembocou numa longa luta de facções, que durou até 1914, mesclando-se a fatores religiosos e envolvendo a mobilização de tropas lideradas pelo padre, fazendo florescer o cangaceirismo na região.¹³¹

Contemporâneo ao conflito em Juazeiro desenvolveu-se, no outro extremo do país, na região disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, o movimento liderado pelo monge José Maria, que culminou na chamada “guerra do Contestado”, representando mais uma das “manifestações políticas da religiosidade popular”, como

¹²⁸As intervenções militares ocorreram nos seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, e Sergipe.

¹²⁹SOUZA, *Op. cit.*, p. 204.

¹³⁰Idem, p. 203.

¹³¹O conflito entre o padre Cícero e a Igreja originou-se em 1889, quando o padre não teve seus milagres reconhecidos por Roma e foi excomungado. A partir de então, reuniu-se com seus fiéis em Juazeiro e, em 1909, conseguiu a emancipação da cidade, antes pertencente ao município de Crato. O padre tornou-se prefeito da cidade e passou a envolver-se mais diretamente nas questões políticas, valendo-se da ascendência religiosa que adquiriu na região.

muito bem qualificou Jacqueline Hermann.¹³² No caso do Contestado, a tensão iniciou-se em 1912, quando um acampamento de sertanejos, liderado pelo monge José Maria, instalou-se em Irani, território de litígio entre os dois estados, após ser expulso das terras compradas pela Companhia Brazil Railwail para a construção de uma ferrovia na região. A chegada dos fiéis foi interpretada como uma “invasão dos catarinenses”, desencadeando um conflito bélico. No combate, José Maria foi morto, mas difundiu-se a crença no regresso do monge e a região começou a atrair fiéis, tornando-se um centro de peregrinação, ao mesmo tempo em que se intensificava a disputa pela região. Um novo agrupamento foi estabelecido em Taguaçu, sendo novamente atacado, por contingentes do Exército e da polícia catarinense, em meados de 1913. Os fiéis se entrincheiraram nas florestas, onde sofreram outro ataque militar, no início de 1914, quando o movimento foi debelado, com a prisão de seu líder e de vários fiéis.

No que diz respeito ao posicionamento político, o grupo se identificava ao monarquismo, assim como o movimento de Canudos, que marcou os primeiros anos da República. Por essa razão, a repressão aos fiéis do Contestado foi justificada como sendo uma guerra contra os “fanáticos” do “novo Canudos”. No caso de Juazeiro, apesar de não remeter à questão monárquica, o tratamento dispensado aos “fanáticos” seguidores do padre Cícero foi marcado pela mesma “matriz” interpretativa empregada em relação aos movimentos de Canudos e Contestado. Essa se baseava em termos de uma oposição entre “civilização” e “barbárie”, a primeira como sinônimo de desenvolvimento capitalista, significando “progresso”, e a última enquanto o “atraso” em relação a tal modelo, sintetizado na imagem do camponês e seu “fanatismo religioso”.¹³³

Apesar de assumirem posicionamentos políticos distintos e articularem a religiosidade de diferentes maneiras, os três grandes movimentos rurais que marcaram a Primeira República tinham suas raízes na situação de marginalização social das populações camponesas, que não se distanciava muito daquela enfrentada por boa parte

¹³²HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 123.

¹³³SILVA, Rogério Souza. *Antônio Conselheiro. A fronteira entre a civilização e a barbárie*. São Paulo: Annablume, 2001. p. 220.

dos mexicanos que se lançaram no movimento revolucionário. No caso do Brasil, que havia abolido recentemente o regime escravista e mantinha a ordem latifundista intocada, o processo de modernização, intensificado com o novo regime, trouxe novos problemas. Tal situação esteve claramente expressa no conflito do Contestado, diretamente relacionado à expansão da “modernidade” sobre a região, com a expropriação fundiária das comunidades locais pelas grandes empresas. Não por acaso o movimento identificava no regime republicano a causa dos grandes males enfrentados por seus seguidores. Oriundos da situação de miséria do campesinato, decorrente da concentração agrária, reuniram-se, em torno de líderes religiosos, os “exércitos de caboclos”, como foram denominados os fiéis do Contestado, constituídos de pequenos agricultores e criadores de gado, com uma quantidade significativa de negros, além de imigrantes poloneses e italianos.¹³⁴

Embora marcante nos “sertões” e particularmente agravada em várias regiões do nordeste pelas constantes secas, a questão da terra era um problema central também nos grandes centros de poder. Sobretudo em Minas Gerais e São Paulo, as primeiras décadas do século XX caracterizaram-se pelo avanço dos cafezais sobre as terras devolutas, em geral ocupadas por populações pobres que não tinham condições de legalizar a posse, situação que gerava um clima de insatisfação e conflitos no meio rural também na região sudeste.¹³⁵

Nesse “Brasil central”, outro grande foco da “questão social” que desafiou a ordem oligárquica foi desencadeado no mundo urbano, protagonizado pelo incipiente proletariado. O início da industrialização fez-se, principalmente, com a utilização de mão-de-obra imigrante. De forma menos avassaladora do que foi o aluvião migratório na região platina, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, entraram no Brasil milhões de trabalhadores, principalmente italianos, portugueses e espanhóis, que

¹³⁴HERMANN, *Op. cit.*, p. 153. Para uma comparação entre os movimentos rurais que ocorreram durante a Primeira República, em seus aspectos religiosos e conexões com as disputas políticas, consultar também MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (vol. 2). p. 39-92.

¹³⁵Sobre a questão agrária no Brasil nas primeiras décadas republicanas, consultar ANDRADE, Manuel Correia de. A questão da terra na Primeira República; e MELO, Hildete Pereira de. O café e a economia fluminense: 1889-1920. In: SILVA, Sergio S. & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp; Hucitec; Imprensa Oficial, 2002. p. 143-169 e 215-234.

se concentraram, basicamente, nas regiões sudeste e sul. Diferentemente do que ocorreu na Argentina, grande parte dos imigrantes que entraram no Brasil destinaram-se ao campo, para servir nas lavouras de café, que era o carro-chefe da economia brasileira na época. Mesmo assim, a concentração urbana e o desenvolvimento de atividades industriais também foi um traço importante do período.¹³⁶

Embora muitos dos trabalhadores que migraram da Europa tenham vindo imbuídos de idéias anarquistas e socialistas, que foram bastante relevantes no início do movimento operário brasileiro, o “mito do imigrante militante”, como qualifica Cláudio Batalha, precisa ser matizado. Isso se torna claro ao observarmos, como destaca o autor, que “os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram, em muitos casos, desde o século XIX, foram os trabalhadores qualificados, detentores de um ofício.” Foram esses trabalhadores, e não o proletariado industrial, os primeiros articuladores de organizações sindicais no Brasil. Até o marco crucial da Revolução Russa de 1917, os sindicatos estiveram majoritariamente fundados sobre ofícios, sendo que a principal exceção foi constituída pela organização dos operários industriais do setor têxtil.¹³⁷

Mas, independentemente da qualificação ou não dos trabalhadores, as doutrinas anarquistas e socialistas estiveram presentes no início do movimento operário brasileiro e a imprensa foi um dos principais instrumentos de mobilização do operariado. As lideranças operárias à frente dos jornais, em consonância com as propostas internacionalistas de anarquistas e socialistas, procuraram manter-se informadas sobre os eventos internacionais.

De forma semelhante ao que ocorreu na Argentina, o anarquismo rapidamente suplantou o socialismo no alinhamento ideológico do proletariado no Brasil, tendo em

¹³⁶No caso do Brasil, ainda que as grandes massas de imigrantes tenham começado a entrar no país a partir da década de 1870, a imigração remonta ao fim do período joanino e às primeiras décadas do século XIX, quando entraram no território brasileiro principalmente imigrantes suíços e alemães. Para se ter uma noção do impacto demográfico da entrada de imigrantes nas últimas décadas daquele século, a população da cidade do Rio de Janeiro praticamente dobrou, entre 1872 e 1890, passando de 266 para 522.000 pessoas. Na cidade de São Paulo, a população era de 240.000, em 1900, e passou para 375.000, em 1910. Os dados são apontados, respectivamente, por CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 16; e COSTA, Ângela Marques da & SCHWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 34.

¹³⁷BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA & DELGADO, *Op. cit.*, p. 170-171.

vista o contexto político oligárquico que dificultava em muito a estratégia democrática adotada pela Segunda Internacional. Os socialistas brasileiros, assim como os argentinos, chegaram a articular um partido, em 1902, entretanto, esse não alcançou a mesma perenidade do PS do país vizinho, facilitada, naquele contexto, pela reforma eleitoral de 1912.¹³⁸

Dada a dispersão geográfica do proletariado, marcante no contexto brasileiro, o movimento operário não conseguiu se articular em nível nacional durante a Primeira República, apesar da existência de algumas organizações com esse intuito, como a Confederação Operária Brasileira, que funcionou na capital federal nos períodos de 1908-9 e 1913-15. Além disso, em 1906 e 1913, foram realizados os Congressos Operários Brasileiros, na tentativa de reunir os movimentos que se mobilizavam em nível regional, sobretudo por meio das greves.¹³⁹

Os anos de 1902-3 e 1906-7 foram marcados por intensas atividades grevistas em várias cidades brasileiras, culminando na forte repressão estatal, com a aprovação da Lei Adolfo Gordo, de 1907, que permitia expulsar os imigrantes envolvidos nesse tipo de mobilização. Após a onda repressiva de 1907, as mobilizações operárias voltaram a ganhar expressão no cenário nacional durante a década de 1910, com a greve dos estivadores do porto de Santos, em 1912, e o movimento contra a carestia, em 1913. Novamente a repressão se instaurou e a lei de expulsão, de 1907, foi ampliada em 1913.¹⁴⁰

Os vários conflitos sociais, tanto urbanos quanto rurais, desencadeados na década de 1910, concomitante à grave dissensão que marcou o cenário político, conferiram um caráter crítico ao governo hermetista. Num contexto em que a oposição defendia o “civilismo”, a repressão violenta aos movimentos sociais, sobretudo no campo, suscitou grandes polêmicas, sendo a violência por parte do Exército criticada por muitos como representativa do governo militarista. Ainda assim, as elites tendiam a se aproximar

¹³⁸A respeito do socialismo no Brasil, ver MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Teotônio Vilela, 1998.

¹³⁹BATALHA, *Op. cit.*, p.175 ss.

¹⁴⁰Para uma perspectiva geral do movimento operário brasileiro e das ações repressivas do Estado no período, consultar também PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, *Op. cit.*, p. 135-178.

em relação à “questão social” e os posicionamentos políticos polarizados entre hermismo e “civilismo” passaram a oscilar num contexto de forte tensão social.

Outro assunto que acirrou as discussões em relação ao governo federal foi a política externa, quando houve um estreitamento, ainda maior, dos laços com os Estados Unidos, com Lauro Müller à frente do Ministério das Relações Exteriores, após a morte de Rio Branco em 1912. Embora a Inglaterra continuasse sendo a principal fonte dos investimentos e de produtos manufaturados que entravam no Brasil, a economia brasileira tornava-se cada vez mais dependente dos Estados Unidos, posto que era esse país o principal importador do café brasileiro. Assim, a conexão econômica passou a exercer grande influência sobre a política externa da República, levando à introdução de mudanças “com o objetivo de direcioná-la para Washington, colocando-a em compasso com a crescente vinculação da economia de ambos os países”.¹⁴¹

A ascensão de Müller marcou uma posição que Clodoaldo Bueno qualificou de “amizade sem reservas” com a “potência do norte”.¹⁴² Mas tal postura, que não era consensual sequer dentro da diplomacia brasileira, enfrentou duras críticas por parte de boa parte da intelectualidade em relação ao “perigo” do “imperialismo *yankee*”. Em meio a esse debate, a formação do ABC e sua atuação nos eventos mexicanos aprofundou ainda mais as discussões que já se travavam sobre o México por meio da imprensa.

Em meio ao turbulento contexto de intensas desavenças políticas e não menos intensos conflitos sociais, as notícias sobre a Revolução Mexicana ganhavam a cena pública, sendo interpretadas “no calor da hora” pelos grandes jornais, cujo surgimento, configuração e atuação política eram também resultados do processo modernizador do período.

¹⁴¹BUENO, Clodoaldo. *A política externa da Primeira República. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 107.

¹⁴²Idem, p. 367.

Capítulo 2

A imprensa modernizada: o “lugar” dos jornais nos debates políticos

O desenvolvimento da imprensa acompanhou as transformações mais amplas que imprimiam maior complexidade social ao subcontinente. O surgimento dos grandes jornais foi uma importante expressão do período modernizador na América Latina e eles próprios acabaram se tornando símbolos de modernidade; com seus suntuosos edifícios, converteram-se em “parte ostensiva da *cidade letrada*”, como destaca Rama.¹

Ao longo do século XIX havia predominado uma imprensa identificada ao combate político, desenvolvida basicamente com tal intenção. Durante o longo e difícil processo de consolidação estatal, que na América Hispânica, de forma geral, perpassou boa parte daquele século, aqueles que se lançavam no dispendioso empreendimento de publicar um jornal “depositavam em sua existência a esperança de que a discussão apaziguasse as lutas persistentes.”² Nesse sentido, como sugere Julio Ramos, “é possível pensar o jornalismo de então como o lugar onde se formalizava a *polis*, a vida pública em vias de racionalização.”³ Seu formato, como ressalta Paula Alonso, guarda pouca semelhança com o dos diários modernos; eram “jornais de curta vida, pequenas tiragens, de linguagem violenta e apaixonada, produzidos por pessoas que faziam política também com a pluma.”⁴

Embora o Brasil não tenha experimentado a mesma “tradição” de imprensa, posto que a manutenção do regime imperial significou um processo menos turbulento de construção da ordem estatal, podemos observar a profusão dos impressos exatamente nos momentos de crise política, como a Independência e as Regências.⁵ Mas tanto o

¹ RAMA, *Op.cit.*, p. 83.

² ALONSO, Paula. Introdução. In: *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003, p. 8.

³ RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina. Literatura e política no século 19*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 108.

⁴ ALONSO, Paula. *Op. cit.*, p. 8.

⁵ Consultar a respeito LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo Companhia das Letras, 2000; MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005; NEVES, Lúcia Maria Bastos

Brasil quanto a Hispano-América experimentaram, nas últimas décadas do século XIX, o surgimento de um novo modelo jornalístico. Ao contrário da “imprensa de combate” que o havia precedido, tratava-se, então, de uma imprensa caracterizada pela perenidade das publicações, grandes tiragens, preços baixos, informação mais ágil e significativo espaço para publicidade.

A emergência desse “novo jornalismo” era viabilizada por uma série de fatores entrelaçados: modernização técnica, que tornava os jornais mais acessíveis; ampliação do número de leitores, que possibilitava o aumento dos anúncios comerciais na imprensa; publicidade, que garantia o auto-financiamento dos jornais, que logo se converteram em empresas. Como bem sinaliza Sodré, “o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte.”⁶

A introdução de novas técnicas de impressão permitiu a produção em larga escala e, portanto, o barateamento do jornal,⁷ ampliando consideravelmente seu alcance social. Mesmo em países como o Brasil, que não conheceu avanços expressivos na alfabetização durante as primeiras décadas republicanas, encontramos “a expansão vitoriosa do jornalismo”. Como observa Nicolau Sevcenko, “sua força e sua ação, quer sobre as classes conservadoras, quer sobre a massa de caixeiros, aventureiros e funcionários de toda espécie, é uma evidência indiscutível”.⁸

Em que pese os limites da alfabetização no Brasil, com o analfabetismo chegando a cerca de 70% da população, como é destacado por Angela de Castro Gomes, um fenômeno marcante no período foi o expressivo crescimento do ensino secundário, “área de atuação privilegiada da iniciativa privada”; isso ocorreu “em função

Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura e política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003;

⁶ SODRÉ, *Op. cit.* p. 315.

⁷ Trata-se basicamente da introdução de modernas rotativas, capazes de imprimir em torno de 100.000 exemplares de aproximadamente 12 páginas por vez. A respeito das inovações nas técnicas de impressão, consultar VAZ, Paulo B. De Liberty a Marioni: feição e feitura jornalística. In: CASTRO, Maria Ceres *et alli. Folhas do tempo. Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte*, 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG/ Prefeitura de BH, 1997.). Para se ter uma idéia do efeito da redução dos custos de produção, vale observar que em 1895, o jornal artesanal *Bello Horizonte* custava 200 réis enquanto, na mesma época, o moderno *Gazeta de Notícias* apenas 40. (Dados fornecidos, respectivamente, por VAZ, *Op. cit.*, p. 47e SODRÉ, *Op. cit.* p. 257.).

⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 100.

dos avanços da urbanização e dos desejos de ascensão social das classes médias.”⁹ Justamente os setores médios, em franca expansão, não apenas no Brasil mas na América Latina de forma geral, garantiram a ampliação e a diversificação do público leitor. Sobretudo nos centros urbanos, a prática da leitura do jornal diário transformou-se num hábito que já não se restringia às elites sociais.

Com um preço acessível e um jornalismo de tipo informativo e de opinião, o jornal, muito mais do que o livro, atraiu grande parte do público letrado. A atividade jornalística, inicialmente apenas uma “prática tolerada” pelos escritores, foi se tornando uma “atividade regular”, pois passava a se constituir na principal alternativa de trabalho e visibilidade fora dos âmbitos estatais no período.¹⁰ Dessa forma, os grandes diários latino-americanos cumpriram um papel central no incipiente processo autonômico das funções intelectuais no contexto da “cidade modernizada.”¹¹

Para os grandes diários a colaboração de intelectuais renomados significava mais do que uma estratégia de atração do público, era mesmo uma necessidade diante da incipiente profissionalização do ofício de jornalista, que contrastava com a modernização técnica experimentada pelos jornais-empresa. De fato, as primeiras décadas do século XX se constituíram num momento bastante particular no desenvolvimento da imprensa latino-americana. Sylvia Saítta conseguiu apreender muito bem a particularidade dessa imprensa, às vésperas da implementação de um jornalismo moderno, comercial e massivo, ao caracterizá-lo como

um período de tensão, dada a incorporação de novos formatos jornalísticos que permanecem fortemente entrelaçados com antigas práticas [...] como é, essencialmente, sua estreita relação com a política. Portanto, um dos eixos mais importantes que perpassa a construção de estilos e posicionamentos da imprensa é a tentativa de resolver a tensão entre um ideal de imprensa independente, a cargo de jornalistas profissionais, e uma longa tradição de imprensa partidária, ligada às lutas entre facções políticas.¹²

⁹ GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Nova Fronteira, 2002, p. 419.

¹⁰ MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 54.

¹¹ Sobre a relação entre o desenvolvimento do jornalismo e a profissionalização dos escritores latino-americanos, consultar, além do clássico *A cidade das letras*, Ángel Rama, o trabalho de RAMOS, *Op. cit.*, particularmente o capítulo 4.

¹² SAÍTTA, Sylvia. *Regueros de tinta. El diario “Crítica” en la década de 20*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998. p. 30.

No alvorecer do século XX a imprensa latino-americana continuava muito próxima das disputas políticas. Constituía-se num dos principais espaços de contendas, polémicas e debates, travados, muitas vezes, com a mesma linguagem violenta e apaixonada da “imprensa combativa” do século anterior, embora já se encontrasse tecnicamente modernizada e inscrita na lógica capitalista, com a informação e a publicidade ocupando um espaço cada vez mais significativo. Mas, se a “imprensa modernizada” permaneceu essencialmente política, não podemos esquecer seu novo “lugar” social, que pressupõe uma nova relação com o âmbito do político.

Enquanto empreendimentos capitalistas, os jornais passam a ser definidos por sua independência estrutural em relação ao Estado ou a quaisquer grupos políticos aos quais pudesse se vincular. Essa nova situação permitiu, por exemplo, o surgimento de jornais autodenominados “populares”, claramente afastados das disputas partidárias e “que buscavam representar os interesses mais gerais das massas anônimas de leitores.”¹³ Foi o caso do jornal argentino *La Razón*, que surgiu em 1905, dando início a um “jornalismo popular”, mais comercial e menos político, que se consolidaria na década seguinte.

De fato, ao final do século XIX, a consolidação de um novo panorama político na América Latina implicou na refuncionalização da imprensa, enquanto instituição. Semelhante ao processo que Habermas identificou no contexto europeu da primeira metade daquele século, quando, “com o estabelecimento do Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica [...] pode abandonar a sua posição polêmica para assumir as chances de lucro de uma empresa comercial”, também nos países latino-americanos a institucionalização da vida pública sob os moldes liberais, baseada (ao menos teoricamente) nos princípios de liberdade de expressão, associação e representação, garantiu a “evolução de uma imprensa politizante para uma imprensa comercializada”,¹⁴ típica das democracias liberais.

¹³ SAÍTTA, Sylvia. El periodismo popular en los años veinte. In: FALCÓN, *Op. cit.*, p. 438.

¹⁴ Idem.

No caso brasileiro, esse processo está diretamente relacionado ao surgimento do Estado republicano, sendo que o modelo do jornalismo empresarial emergiu exatamente no contexto da campanha republicana e se consolidou após a instauração do novo regime.¹⁵ Mas, tanto no Brasil quanto na Hispano-América as limitações do modelo liberal-democrático durante os regimes oligárquicos – com a maioria da população excluída da participação política e sem uma estrutura partidária consolidada ou uma concorrência efetiva entre partidos – impeliram boa parte da imprensa do período a manter uma “posição polêmica” e, sobretudo, os jornais passaram a se auto-atribuir uma “magna missão”, a de formar, guiar e expressar a “opinião pública”.

Tal função era considerada pelos produtores dos jornais como superior à luta facciosa, sendo que caberia à imprensa, menos identificada à defesa dos interesses de determinados grupos políticos, “a tarefa de ensinar os cidadãos a atuar politicamente”. Assim, como destaca Maria Helena Capelato, “os jornais se colocavam como anteparo entre o governo cego e o povo ignorante. Situavam-se acima dos poderes públicos e do povo. Consideravam-se superiores a ambos.”¹⁶ Essa “missão” apresenta-se particularmente significativa quando consideramos o fato de que os jornais alcançavam setores sociais cada vez mais amplos e, especificamente no caso do Brasil durante a Primeira República, existia a identificação leitor/eleitor.

A “missão pedagógica” que os produtores da imprensa latino-americana se auto-atribuíram aparece reafirmada no discurso do guatemalteco Francisco Sánchez Latour, vice-presidente do Conselho Diretor da União Pan-Americana, na ocasião do Primeiro Congresso Pan-Americano de Jornalistas, realizado em Washington, em 1926. Sánchez Latour caracterizou a imprensa do subcontinente da seguinte maneira:

o jornalismo latino-americano é, em seu conjunto, um jornalismo de editorialistas, de homens conscientes da grande responsabilidade que assumiram, de guiar a opinião pública de seus respectivos países a partir das colunas editoriais. [...] Tal é o caráter de nossa imprensa e ele faz de

¹⁵ Uma análise sobre o surgimento do “novo jornalismo” durante a campanha republicana no Brasil pode ser encontrada em ALONSO, Angela. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Paz e Terra, 2002, particularmente no capítulo 4.

¹⁶ CAPELATO, 1991, p. 133-4.

nossas páginas editoriais a verdadeira fonte de inspiração de nossa vida política.¹⁷

O representante da Guatemala fez questão de afirmar como “o caráter” da imprensa latino-americana um jornalismo no qual predominava a discussão e a opinião, vinculando, dessa forma, a imprensa do subcontinente ao chamado “modelo francês”. Tal modelo já se encontrava em decadência no período, quando o “modelo norte-americano” se impunha, com um jornalismo mais comercial e informativo, considerado também como mais “moderno”. Nesse contexto, a “grande responsabilidade” de “inspirar a vida política” das nações latino-americanas, função auto-atribuída à imprensa por seus produtores, aparecia ratificada como a “missão suprema do jornalismo”, acima da função informativa e da “objetividade dos fatos”, que já se tornava um elemento central do discurso jornalístico na época.¹⁸

Apesar dos limites já apontados em relação à “modernização” do ofício jornalístico nas primeiras décadas do século XX, não podemos deixar de considerar o impacto causado pelas inovações tecnológicas. Nesse sentido, também são válidas as observações de Habermas, que percebe a própria modernização técnica como parte essencial do processo de profissionalização da imprensa. Segundo o autor, “sob a pressão da transmissão de notícias de um modo tecnicamente mais avançado”, a atividade redacional se especializou “de uma atividade literária para uma atividade jornalística”, num processo que pode ser assim resumido: “a elaboração e a avaliação das notícias, a sua revisão e preparação se torna prioritária em relação à obediência efetiva, do ponto de vista literário, de uma ‘linha’”.¹⁹

Sem dúvida, a inovação técnica determinante nesse contexto foi a introdução do telégrafo, que operou uma verdadeira “revolução da informação”. Ao possibilitar a reprodução e distribuição de notícias com uma agilidade quase instantânea, transformou a informação num eixo central do discurso jornalístico, ao contrário da antiga “imprensa

¹⁷ SÁNCHEZ LATOUR, Francisco. Discurso no Primeiro Congresso Pan-Americano de Jornalistas, 1926, *apud* NAPP, Guillermo. *Para la historia del periodismo. El primer congreso panamericano de periodistas*. Buenos Aires: El cronista comercial, 1987. p. 130.

¹⁸ Sobre a centralidade que a notícia, em forma de “fatos”, e a “objetividade jornalística” ganharam no discurso da imprensa no período, consultar CAPELATO, 1991.

¹⁹ HABERMAS, *Op. cit.*, p. 218.

combativa” que, “apesar de informar, essa estava longe de ser a sua meta.”²⁰ De fato, uma implicação decisiva da inserção da imprensa latino-americana no circuito capitalista foi a sua incorporação na já então complexa rede mundial da informação, dominada pelas agências internacionais de notícias, que haviam surgido no início do século XIX ligadas aos interesses geopolíticos da expansão imperialista européia.

Ao analisar os interesses das potências capitalistas envolvidos na expansão da rede mundial da informação, Frédéric Barbier e Catherine Lavenir observam que “rapidamente se percebeu as possibilidades de controle social através da rede” e essa se transformou num novo e fundamental espaço de “manipulação da opinião”. Os despachos das agências de notícias passam a “formar opinião”, valendo-se do contexto informacional caracterizado pelo dinamismo na transmissão de informações, “que lhes dava uma ressonância imediata entre a massa de leitores”. Portanto, “o controle da informação através dos despachos se converteu num desafio político.”²¹

A rede mundial da informação reproduzia a lógica imperialista do período, ao demarcar espécies de “áreas de influência informacional” das grandes potências capitalistas, cujas agências monopolizavam a captação e distribuição de notícias. Desde meados daquele século as agências operavam através de um sistema de acordos, visando controlar as disputas pela informação. Um acordo firmado em 1859 dividia o mundo em três partes, cada uma submetida à distribuição de informação por uma das três grandes agências do período, a inglesa Reuther, a francesa Havas e a alemã Wolff, que deixavam de competir entre si e passavam a intercambiar as notícias. Um acordo de 1875 colocava a América do Sul sob exclusividades da Havas e, em 1902, a estadunidenses Associated Press foi incluída no cartel da informação, ficando responsável pela captação de notícias de toda a América do Norte.²²

²⁰ ALONSO, 2003, p. 8.

²¹ BARBIER, Frédéric & LAVENIR, Catherine Bertho. *Historia de los medios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires, Colihue, 2007, p. 161.

²² Sobre o surgimento e desenvolvimento das agências internacionais de notícias e o sistema de acordos entre as grandes agências, consultar REYES MATTA, Fernando. A evolução histórica das agências transnacionais de notícias no sentido da dominação. In: *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 55-72 e BARBIER & LAVENIR, especificamente o capítulo 1 da segunda parte.

Essa situação é de fundamental importância para nosso objeto de estudo. Como os jornais estudados não possuíam enviados no México, dependiam basicamente das notas provenientes dessas agências, o que nos remete a uma origem comum de boa parte das informações que possuíam sobre os eventos revolucionários no país do norte.

Outro aspecto importante a ser considerado na análise do impacto das notícias sobre a Revolução Mexicana em outros espaços nacionais no continente, diz respeito às relações identitárias possibilitadas pelo novo padrão da notícia instantânea e articulada por meio de uma rede mundializada. Julio Ramos observa, nesse sentido, um importante efeito da modernização da imprensa latino-americana, baseando-se nas concepções desenvolvidas por Benedict Anderson a respeito da capacidade da imprensa de fomentar uma identidade comum entre os leitores, sob a forma de uma “comunidade imaginada.”²³ Ramos observa que, ao tornar possível a aproximação imediata a realidades de diferentes partes do mundo, “o telégrafo permitia à comunidade de leitores se auto-representar como uma nação participante de um ‘universo’ articulado, mediante uma rede de comunicação.”²⁴

Se, por um lado, a aproximação à realidade européia permitia aos leitores latino-americanos sentirem-se parte da “modernidade capitalista”, por outro, o sentido de sincronia e articulação promovido pelo novo contexto da informação e da imprensa latino-americana, de maneira mais ampla, também possibilitou uma nova forma de “imaginar” a relação entre os diferentes países do continente. A propagação das notícias, de forma cada vez mais dinâmico, favorecia a aproximação às realidades dos outros países latino-americanos. Além disso, a atuação de intelectuais como correspondentes de jornais de outros países do subcontinente, que era uma prática comum no período, também contribuía para a aproximação entre as diversas, e por vezes semelhantes, realidades latino-americanas. De várias outras maneiras, como, por exemplo, a reprodução de artigos de um jornal em outros do subcontinente, ou a publicação de obras literárias de escritores latino-americanos nas páginas dos grandes diários, o fato é que “a imprensa se

²³ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁴ RAMOS, *Op. cit.*, p. 116.

constitui no principal agente de religação do período, pois promove uma rede intensa e extensa de vínculos entre os latino-americanos”, como ressalta Susana Zanetti²⁵

À medida que o jornal se tornava um instrumento de informação cada vez mais dinâmica, emergia uma nova forma de legitimação do discurso jornalístico, baseada na sua capacidade de informar quase que instantaneamente sobre os acontecimentos mundiais. Mas sua publicação nos jornais era apenas o produto final de todo um processo de construção das notícias, que se iniciava nas agências. A própria existência de uma rede mundializada pressupunha um processo de homogeneização de informações, não apenas quanto ao conteúdo mas também em relação à forma.

Como destaca Maurice Mouillaud, a informação, sob a forma dos despachos das agências de notícias, submete os acontecimentos, independentemente de sua natureza ou origem, a um mesmo padrão, “o padrão do ‘fato’”, “normatizado e controlado pelas agências.”²⁶ Construída enquanto fato e baseada no princípio da agilidade, a notícia implica numa descontextualização dos acontecimentos e na priorização da informação em detrimento da análise, conduzindo à fragmentação do discurso.

Mas, em que pese a centralidade cada vez maior que a informação adquire no discurso jornalístico, esse não se esgota na publicação de notícias, mas é constituído também pelos comentários desenvolvidos pelos editores e colaboradores dos jornais. Disso resulta a dupla faceta da atuação social da imprensa, que a transforma num “veículo de ideologia muito particular”, como destaca Capelato, posto que essa “se expressa em dois campos: nas informações (notícias) e nas idéias (contidas nos editoriais e artigos). Esses dois aspectos não se excluem, ao contrário, entrecruzam-se.”²⁷

Tanto a seleção das notícias, do que publicar dentre as várias notas recebidas das agências, quanto os comentários que se decide desenvolver ou não a respeito fazem

²⁵ ZANETTI, *Op. cit.*, p. 514. A autora enfatiza, nesse contexto, a “particular aptidão religadora dos modernistas”, sendo Rubén Darío e José Martí expressões fundamentais da perspectiva de uma “religação continental”. Na Hispanoamérica, o Modernismo foi a corrente literária que marcou a virada do século XIX para o XX, o que no Brasil corresponde ao Parnasianismo e Naturalismo. Na América-Hispânica, o movimento correspondente ao Modernismo brasileiro, dos anos 1920, foram as Vanguardas literárias e artísticas.

²⁶ MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD & PORTO, *Op. cit.*, p. 32.

²⁷ CAPELATO, 2003, p. 147.

parte de um mesmo discurso, construído a partir das estratégias de “excluir, incluir e hierarquizar”. Como destaca Héctor Borrat, apesar de práticas rotineiras do ofício do editor, essas decisões nada têm de arbitrárias, constituem-se mesmo em “recursos estratégicos do jornal”, pensado sempre como um ator político. Por meio da veiculação de seu discurso público, produz-se a atuação política do jornal, enquanto mediador, intérprete e comentarista da atualidade.²⁸ Entanto, a “atualidade” que se apresenta em suas páginas como “a realidade” corresponde, de fato, a uma construção discursiva, pautada por interesses e objetivos, dentre os quais figura a difusão de determinadas idéias, ideais e valores políticos, defendidos por seus idealizadores.

Ao analisarmos a repercussão dada pelos grandes jornais aos eventos revolucionários mexicanos, é preciso considerar fundamentalmente que, independente da maior ou menor distância em relação às disputas partidárias, todos os grandes jornais diários do período eram produzidos por setores das elites político-intelectuais de seus países. Outro aspecto fundamental a considerar sobre o “lugar” dessa imprensa é que sua “fala” vem das cidades, dos centros urbanos. Mais do que uma localização geográfica, a cidade também representa um lugar social, sobretudo no contexto da modernização, quando se aprofundou a dicotomia rural X urbano.

Na Argentina, esse discurso remonta ao século XIX, ao contexto da expansão do Estado sobre o “campo indômito”, mas não há dúvidas de que a modernização, concentrando-se no mundo urbano, tendia a aprofundar a dissociação entre cidade e campo. No Brasil, o período da modernização coincide com o fim da ordem imperial que conservava, ao menos no nível do imaginário, a idéia de uma sociedade patriarcal e rural. Como observa Sevcenko, “é nesse momento que se registra na consciência intelectual a idéia do desmembramento da comunidade brasileira em duas sociedades antagônicas e dessintonizadas”, portanto, “mais do que nunca, agora se abusaria da oposição cidade industriosa – campo indolente”.²⁹

Essa dicotomia é fundamental para a compreensão dos discursos veiculados pelos grandes diários sobre a Revolução Mexicana, um processo que contou com enorme

²⁸ BORRAT, *Op.cit.*, p. 41-2.

²⁹ SEVCENKO, *Op. cit.*, p. 32.

participação das massas camponesas. Pensar os discursos dos jornais de grandes cidades sul-americanas sobre o México revolucionário não deixa de ser pensar as “leituras” da revolução feitas pela “cidade modernizada” e letrada.

Mas a referência a um mesmo lugar social de onde emanam os discursos dos grandes diários não nos permite falar em *uma* visão da imprensa, quer seja “urbana” quer seja “de elite”. Os grandes jornais expressam a multiplicidade de posicionamentos assumidos por grupos da elites político-intelectuais nos debates do período e, em grande medida, tal diversidade encontra-se refletida nas interpretações que os diários veicularam a respeito da revolução no México.

A seguir, traçamos uma breve trajetória dos jornais analisados, enfocando as campanhas por eles encampadas, suas posições nos debates políticos nacionais e os aspectos materiais desses impressos no período abordado. Visamos, assim, subsidiar a compreensão de suas interpretações e tomadas de posição em relação à Revolução Mexicana, sem, no entanto, esquematizar filiações ideológicas que possam ofuscar as matizes de seus posicionamentos.

2.1. Jornais argentinos

2.1.1. *La Prensa* e a pretensão de exceder às elites sociais

O diário *La Prensa* foi fundado, em 1869, pelo político e diplomata José Clemente Paz, que quatro anos antes havia iniciado sua atuação jornalística ao criar o periódico *El Inválido Argentino*, órgão da Sociedade Protetora dos Inválidos, que acolhia os mutilados da Guerra do Paraguai.

Em sua primeira edição, *La Prensa* foi apresentado como um jornal “noticioso, político e comercial”, procurando diferenciar-se da imprensa partidária que predominava no período. Não abdicava de exercer um papel político, mas o pretendia acima das

disputas facciosas, afirmando a independência de seu posicionamento: “o ataque racional ao homem público e não à personalidade individual formarão nosso credo.”³⁰

Na prática, o discurso não-partidarista correspondia muito mais a uma pretensão do que a uma realidade. Apenas cinco anos após a sua fundação, o diário apareceu com o título “*La Prensa* em campanha”, apoiando a tentativa de golpe contra o presidente Avellaneda, da qual José Paz participou “sem deixar por um momento a direção do diário”.³¹

A tensão entre o discurso da opinião “independente” e a prática política não era uma especificidade do *La Prensa* mas, como observamos, caracterizava a imprensa do período. Mas a própria sinalização do jornal, ao afirmar estar “em campanha”, já denota uma tentativa de diferenciar a atuação partidária de sua prática cotidiana, como se aquele fosse um período excepcional. Mesmo com limites, essa postura, que poderíamos qualificar com uma “vontade de independência” já aponta para um caminho que se começava a trilhar, no sentido de um distanciamento das disputas partidárias, o que nas décadas seguintes somente se acentuaria.

A trajetória de *La Prensa* traduz de forma exemplar o caminho traçado pela imprensa latino-americana no sentido de uma maior independência das disputas partidárias. Logo após sua criação, o diário foi considerado por muitos como “um jornalzinho sem importância nem mérito”,³² que não iria muito longe, mas a estratégia de distribuir gratuitamente os primeiros exemplares garantiu ao jornal uma clientela expressiva e, conseqüentemente, os anunciantes, verdadeiros sustentáculos do grande diário no qual se converteu. Ao fim do século XIX, suas tiragens já atingiam 77.000 exemplares e, na primeira década do XX, chegavam a 100.000. No período estudado, a tiragem de *La Prensa* era de cerca de 160.000 exemplares diários.

Apesar de se configurar num diário da chamada “imprensa séria”, mais identificada com as elites sociais, com o predomínio de temas políticos, *La Prensa* conseguiu atrair leitores de outras camadas sociais, ao demonstrar desde o início o que poderíamos

³⁰ *La Prensa*, 18/10/1869, 1ª pág.

³¹ ULANOVSKY, Carlos. *Parén las rotativas. Diarios, revistas y periodistas (1920-1969)*. Buenos Aires: Emecé, 2005, p. 21-22.

³² Idem, p. 21.

chamar de uma certa “inclinação popular”. A distribuição gratuita de seus primeiros exemplares evoluiu para a prestação de serviços gratuitos aos leitores. No início do século XX, para além de um jornal diário com preço acessível, *La Prensa* oferecia a seu público serviços médicos e jurídicos, acesso a uma biblioteca com cerca de 25.000 volumes e aulas de música.³³

Em pouco tempo o diário se tornou o maior e mais moderno da América Latina e, na década de 1910, já contava com uma estrutura colossal. Seu edifício possuía uma sala onde funcionavam modernas rotativas; sala de expedição; depósitos de papel, com estoque para uma semana; oficina de fotografia; telégrafo sem fio; uma sala de traduções, outra de reportagens e uma de arquivo.³⁴ Nessa época dirigido por Ezequiel Paz, filho do fundador, o diário contava em sua redação com personalidades ilustres como o político e diplomata Estanislao Zeballos, que era o responsável pelos editoriais sobre os temas do exterior, além de colaboradores de renome, nacionais e internacionais, incluindo o brasileiro José Veríssimo.

Em seu aniversário de 1911, *La Prensa* reiterou os ideais de sua fundação, como um “programa invariavelmente seguido e respeitado durante quarenta e dois anos de vida pública”, e reafirmou sua vontade de “ultrapassar os episódios efêmeros dos partidos”. A função política, entendida como uma “missão cívica”, que se traduzia num “órgão de opinião” era, assim, identificada como sua principal meta, apesar de o jornal se apresentar, *também*, como um diário que servia “informativamente a todos os homens livres, qualquer que seja a sua nacionalidade, que vivem no território da Nação.” A “tendência popular” se liga, então, à vontade de falar aos imigrantes, que tinham entrado

³³ A estrutura realmente impressionante de *La Prensa*, que ia muito além de um jornal, chamava enormemente a atenção e foi alvo de diversos elogios. Oliveira Lima, que visitou a Argentina entre meados de 1918 e inícios de 1919, ficou absolutamente maravilhado com os serviços oferecidos, além da própria modernidade do diário, e afirmou: “Não conheço no mundo empresa jornalística que se lhe possa aventajar.” Das atividades culturais desenvolvidas por *La Prensa*, o que mais chamou a atenção do intelectual brasileiro foi o Instituto Popular de Conferências – dirigido na época por Estanislao Zeballos –, onde, segundo o brasileiro, se reuniam “os homens iminentes da Argentina e um ou outro do estrangeiro adrede convidado para dissertar sobre um problema da atualidade.” (OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Na Argentina (impressões 1918-19)*. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1920, p. 123). Na ocasião do Primeiro Congresso Pan-americano de Jornalistas, em 1926, o presidente dos Estados Unidos, John Coolidge, elogiou a estrutura de *La Prensa*, afirmando: “É quase uma universidade”. (Coolidge, John. Discurso de abertura do Primeiro Congresso Pan-americano de Jornalistas, Washington, 1926, *apud* NAPP, *Op. cit.*, p. 23.). Para maiores detalhes a respeito da estrutura da empresa *La Prensa* e os serviços que oferecia, consultar SAÍTTA, 1998, p. 30-31.

³⁴ SAÍTTA, 1998, p. 31.

(e continuavam entrando) aos milhares no território argentino desde a fundação do diário.³⁵

No contexto estudado, seu posicionamento no âmbito das disputas nacionais se traduzia no apoio à ala reformista do PAN, encabeçada por Roque Saénz Peña, cuja eleição à presidência, em 1910, *La Prensa* apoiou entusiasticamente e, durante toda a primeira metade daquela década, pressionou para que as reformas políticas democratizantes fossem efetivadas. O jornal apostava numa “regeneração cívica” da nação, através do sufrágio livre e efetivo, princípio consagrado na Constituição de 1853 mas constantemente desrespeitado pelos “governos eleitores”.

2.1.2. O pedagogismo elitista de *La Nación*

O segundo mais importante jornal argentino no início do século XX, *La Nación*, foi fundado em janeiro de 1870, apenas três meses depois do surgimento de *La Prensa*, do qual divergia em muitos aspectos. Enquanto o principal diário do país, desde sua fundação, buscava chegar a diferentes camadas sociais, o público-alvo de *La Nación*, como destaca Ricardo Sidicaro, era prioritariamente os “indivíduos que se encontravam nas posições mais altas da estrutura do poder político, do sistema econômico e da hierarquia do reconhecimento social.”³⁶

O diário foi fundado pelo ex-presidente Bartolomé Mitre para substituir *La Nación Argentina*, que havia sido o “órgão de combate” de seu governo (1862-1868). Com o novo diário, o general Mitre pretendia traçar outro perfil de atuação: “*La Nación* será uma tribuna de doutrina”, afirmava o primeiro editorial, significativamente intitulado “Novos Horizontes”.³⁷ Entretanto, durante muito tempo o novo jornal atuou, assim como seu predecessor, como um posto de combate do “mitrismo”.

³⁵ Entre 1879 e 1914 entraram na Argentina em torno de 8 milhões de imigrantes e cerca da metade permaneceu no país. (LOBATO, *Op. cit.*, p. 470.)

³⁶ SIDICARO, Ricardo. *La política mirada desde arriba. Las ideas del diario “La Nación”, 1909-1989*. Buenos Aires: Sudamericana, 1993, p. 10.

³⁷ *La Nación*, 04/01/1870, 1ª pág.

Mas o desenvolvimento de *La Nación* acabou se revelando bem mais complexo do que simplesmente um órgão partidário. Já no fim do século XIX, o jornal extrapolava em muito o papel de meio de expressão dos seguidores de seu fundador. Sua redação era formada por pessoas de diferentes idéias e incluía, por exemplo, Juan Bautista Justo, fundador do Partido Socialista Argentino. Essa abertura do jornal também se mostrou muito fértil no âmbito intelectual e literário, com a colaboração de verdadeiros ícones continentais, como Rubén Darío e José Martí, além de expoentes nacionais, como Leopoldo Lugones. O espaço aberto à literatura permitia compensar o caráter muito mais político que comercial, que no início dificultou ao jornal obter os recursos advindos da publicidade.

Progressivamente, o diário foi incorporando a tendência modernizadora da imprensa do período, investindo em novas rotativas e aprofundando o caráter informativo, contratando os serviços de agências de notícias e formando uma rede própria de correspondentes. O caráter comercial foi, assim, se intensificando e *La Nación* se tornou o segundo maior diário do país, chegando a uma tiragem de 100.000 exemplares na década de 1910. Esse período marca, de fato, uma profunda mudança no perfil do jornal.

Após a morte de Bartolomé Mitre, em 1906, a direção ficou a cargo de seu filho, o engenheiro e político Emilio que, se não houvesse falecido inesperadamente, em 1909, seria candidato nas eleições presidenciais do ano seguinte pelo Partido Republicano, criado sob sua liderança no início do século. *La Nación* permanecia, assim, identificado a um partido. Mas, com a morte de Emilio, a direção do diário passou a outro filho do fundador, Luis Mitre, que promoveu uma significativa mudança no perfil do jornal. Em seu trabalho sobre as idéias políticas do diário, Sidicaro afirma que o novo diretor “decidiu distanciar o matutino das lutas partidárias e convertê-lo em expressão e educador da classe dirigente da época”. Iniciava-se, assim, todo um “esforço político-pedagógico” que se manteria nas décadas seguintes, visando a homogeneização de idéias e a unificação

dos grupos que ocupavam as posições de maior proeminência, sendo os governos seus “interlocutores privilegiados.”³⁸

No contexto das disputas políticas nacionais da década de 1910, o diário se inclinava abertamente às tendências conservadoras. Após a vitória dos reformistas nas eleições presidenciais e a consequente aprovação da lei de reforma eleitoral, em 1912, o jornal não se cansava de alertar a elite dirigente sobre os perigos de uma democratização “repentina” para um “organismo social” ainda “não amadurecido”. Na esteira de um pensamento liberal-conservador, *La Nación* considerava que a democracia política significava um nivelamento “por baixo” que culminaria numa sociedade governada por “homens medíocres”. Esse foi, inclusive, o título dado por José Ingenieros a seu livro, publicado inicialmente nas páginas de *La Nación*, sob a forma de fascículos, com a intenção quase explícita de criticar a ascensão de Roque Saénz Peña e sua proposta reformista.

2.1.3. *La Razón* e os inícios de um jornalismo popular

Em 1905 surgia o diário vespertino *La Razón* que, em pouco tempo, se tornou o terceiro mais importante do país, ao lado dos dois grandes matutinos. O aparecimento do jornal marcou um novo momento na imprensa argentina, até então hegemonizada por *La Prensa* e *La Nación*, diários que, não obstante a dinamização técnica e crescente vinculação comercial, permaneciam bem próximos das disputas partidárias. *La Razón*, primeiro diário criado e dirigido por um jornalista profissional, Emilio Morales, deu início a um modelo jornalístico que se consolidaria nas décadas seguintes, com jornais “massivos e comerciais, que se apresentam publicamente como diários populares”, buscando representar os interesses de grupos sociais mais amplos. Como observa Saítta ao contrário do “peso da tradição”, identificada à política, que marcava os diários já

³⁸ SIDICARO, *Op. cit.*, p. 7-8.

existentes, “os jornais populares encontram sua legitimidade no número de leitores e nas regras do mercado.”³⁹

À diferença de uma certa “inclinação popular”, que observamos em *La Prensa*, como uma vontade de exceder os limites das elites sociais, *La Razón*, assim como os outros “diários populares” que o seguiram, fez das massas o seu público-alvo e buscou representar seus interesses. Evidentemente, as disputas facciosas entre os detentores do poder não se apresentavam como interesses prioritários desse público. Assim, a primeira preocupação do diretor Morales foi, significativamente, a de dotar o novo diário de um perfil não-partidário, apesar de pessoalmente ser simpatizante da União Cívica Radical.⁴⁰

O fundador conseguiu imprimir ao diário o estilo que se manteria nas décadas seguintes, mas a principal figura de *La Razón* no período estudado foi José Cortejarena, que entrou para a redação em 1909 e tornou-se sócio de Morales até que, em 1912, assumiu a direção e transformou-se no único dono do jornal. O novo diretor já vinha construindo uma expressiva carreira jornalística que havia começado no diário *El Tiempo*, passando em seguida a *El País* e, depois, ao *La Prensa*, atuando como repórter. Cortejarena teve também uma passagem pela política, no Partido Conservador, tendo sido eleito deputado pela província de Buenos Aires, cargo ao qual renunciou em 1911, ano em que se somou à sociedade de *La Razón*.⁴¹ A partir de então, não retornou à carreira política e manteve na direção do diário a diretriz do fundador, conservando-o afastado das disputas partidárias. *La Razón* pretendia ser “apenas intérprete das aspirações públicas”.⁴²

De fato, *La Razón* se eximia de vinculações partidárias e dedicava bem menos espaço que os dois maiores diários argentinos à discussão política. À diferença de *La Prensa* e *La Nación*, o jornal de Cortejarena punha em destaque o caráter informativo. *La*

³⁹ SAÍTTA, 2000, p. 438, 440.

⁴⁰ PERALTA, *Op. cit.*, p. 6.

⁴¹ *Idem*, p. 6.

⁴² *La Razón*, 03/09/1913. Editorial, 1ª pág., 3ª ed.

Razón era vespertino e saía em três edições diárias,⁴³ o que lhe permitia adiantar muitas das notícias publicadas no dia seguinte pelos matutinos.

Abundavam nas páginas de *La Razón* assuntos de interesse geral, reportagens sobre temas diversificados e cotidianos, com um uso intenso da fotografia, além de um enorme espaço dedicado aos anúncios comerciais, que apareciam espalhados ao longo das diversas páginas do jornal, mesclados aos demais temas. Esse formato marcava uma significativa mudança em relação à “imprensa séria”, sendo que, nos dois principais jornais argentinos, por exemplo, os anúncios ocupavam um lugar à parte, com páginas específicas, separando a publicidade dos “assuntos sérios”, eminentemente políticos.

O novo modelo jornalístico iniciado com *La Razón* expressava e, ao mesmo tempo, era fruto do amadurecimento do processo de complexificação social iniciado nas décadas finais do século XIX, com o surto modernizador acompanhado da entrada massiva de imigrantes. Como observa Dante Peralta, por volta da década de 1910, não era difícil para Cortejarena perceber a importância que adquiria “uma ‘opinião pública’ já não reduzida a uma elite mas ampliada a vastos setores”, assim como o “valor estratégico da informação e da orientação dessa opinião segundo princípios e interesses também ampliados, mais gerais do que os que sustentavam as agrupações políticas tradicionais através dos diários existentes até então.” Assim, em *La Razón*, “o princípio organizador da representação da atividade jornalística e de suas funções sociais já não é um *partido* mas a *pátria*.”⁴⁴

O diário demonstrava uma grande preocupação com a desagregação social, que considerava decorrente da modernização, e muito particularmente da imigração, exacerbada, ainda, pelas disputas entre facções. Assim, contra as paixões políticas particularistas, propunha a articulação de uma unidade cívico-patriótica que integrasse o conjunto nacional acima dos diversos segmentos sociais. No contexto das discussões da década de 1910 sobre a reforma eleitoral, o diário não escondia suas inclinações reformistas. Essas, no entanto, não se expressavam através da defesa de um grupo

⁴³ As edições diárias de *La Razón* eram denominadas de 3ª, 4ª e 5ª edição, saindo, respectivamente, às 14h, 18h e 20h. Essa peculiar denominação, provavelmente, se refere ao fato do jornal ser vespertino, considerando hipoteticamente as primeiras edições como matutinas.

⁴⁴ PERALTA, *Op. cit.*, p. 7 e 9 (grifos do autor).

político mas se projetavam na crença de que a ampliação da participação política era uma das formas de integrar os distintos setores sociais – e, particularmente, os imigrantes – na comunidade nacional, tarefa que, considerava, passaria ainda pela ampliação da escola pública.

No que diz respeito aos aspectos formais os diários argentinos apresentavam algumas diferenças importantes no período estudado. *La Prensa* possuía em torno de 35 a 40 páginas, dedicava as primeiras sete ou oito para os anúncios comerciais, seguidas de duas ou três de noticiário e pequenas notas e, por vezes, uma crônica. Outras duas ou três páginas eram dedicadas aos telegramas nacionais e internacionais, organizados sob o título “Boletim Telegráfico” e, na seqüência, vinham mais duas ou três contendo notas diversas. A página seguinte era dedicada à notícias de outras cidades da província, que vinham organizadas sob o título “Província de Buenos Aires”, e as duas ou três seguintes eram dedicadas às outras províncias. Normalmente seguiam mais uma ou duas páginas com as colunas “Notícias Universitárias” e “Bibliografia”. Essa última indicava aos leitores livros literários ou científicos. As últimas páginas do diário, assim como as primeiras, eram inteiramente dedicadas à publicidade.

Em *La Nación*, que possuía cerca de 25 a 30 páginas, sendo que a primeira era composta por anúncios comerciais e colunas culturais, “Museus”, “Bibliotecas”. As quatro ou cinco páginas seguintes traziam “Notas comerciais” e a cotação internacional dos principais produtos de exportação argentinos. Seguiam mais três ou quatro páginas de noticiário e algumas reportagens, além da coluna “Exército e Marinha”. A página seguinte, durante o período estudado, esteve dedicada à reprodução de diversos documentos referentes à atuação política de Bartolomé Mitre, com o título “Arquivo do general Mitre”. Seguiam-se cerca de três páginas contendo outras pequenas notas, informações meteorológicas e as colunas “Tribunais” e “Municípios”. Várias páginas seguintes eram, então, dedicadas exclusivamente à publicidade e a última página da edição era inteiramente dedicada aos assuntos econômicos, que preenchem as colunas “Comércio”, “Navegação” e “Exportações”.

O formato de *La Razón* se diferenciava bastante dos dois grandes matutinos do país. O jornal, que circulava em três edições diárias, trazia em torno de 10 a 15 páginas em cada uma, totalizando cerca de 30 a 45 páginas por dia. Na primeira aparecia “Telegramas do Exterior” e algumas pequenas notas, indicando claramente a priorização da função informativa. Outro aspecto que o diferenciava dos dois maiores jornais era o fato de não conter várias páginas seguidas dedicadas aos anúncios comerciais, que apareciam intercalados e mesmo mesclados aos demais temas e colunas do diário. Assim, a segunda página, normalmente, trazia publicidade, a terceira notícias e reportagens em geral, contendo várias fotografias. A página seguinte também era de publicidade e era seguida por outra que continha notícias diversas. Outra página seguia, contendo anúncios comerciais, “Avisos Oficiais”, notícias da capital, da província de Buenos Aires e das outras províncias. Uma página era dedicada à “Cultura”, trazendo informações principalmente sobre os teatros; a página seguinte trazia, novamente, anúncios comerciais e informava sobre o tempo, enquanto as últimas páginas traziam, além da coluna “Esportes”, mais anúncios comerciais.

2.2. Jornais brasileiros

2.2.1. A *Gazeta de Notícias* e os limites do “popular”⁴⁵

O jornal carioca *Gazeta de Notícias* surgiu em 1874, na esteira do movimento republicano. Foi fundado e dirigido pelo médico de formação Antônio Ferreira de Araújo, quem, ao lado de José do Patrocínio, fez da *Gazeta* um importante instrumento dentro da estratégia de mobilização das classes médias urbanas da capital federal.

O interesse em representar os grupos populares era um dos principais pilares do auto-discurso do diário, que orgulhava-se de ser um jornal que chegava “aos bolsos mais modestos.”⁴⁶ O outro pilar sobre o qual sustentava seu discurso era a marcada distância

⁴⁵ Esse item apresenta mais análises do que os dos outros jornais, posto que, pela ausência de bibliografia específica sobre a *Gazeta*, tomamos diretamente as fontes para reconstituir sua trajetória.

⁴⁶ FERREIRA DE ARAÚJO, Antônio. Presse. In: SANTA-ANNA NÉRY, M. F. J. (org.). *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889, p. 512, *apud* ALONSO, 2002, p. 299.

que assumia em relação aos partidos e às disputas facciosas, apresentando-se como uma imprensa independente de qualquer vinculação partidária. Como destaca Sodré, a *Gazeta* foi um jornal reconhecido em sua época por haver “reformado a imprensa de seu tempo, [...] com desprezo pelas misérias e mesquinharias da política.”⁴⁷

De fato, sua redação contava apenas com intelectuais e literatos de prestígio, mas não com políticos, o que era comum entre os grandes jornais do período. Após a morte de Ferreira de Araújo, em 1900, a *Gazeta* passou à direção de Henrique Chaves e, no período estudado, a redação era composta, ainda, por Gilberto Amado, João do Rio e Ramiz Galvão.

Sua percepção do ofício jornalístico e das funções representadas por um jornal era a de um jornalismo comercial, tecnicamente moderno e informativo. Nesse sentido, vale ressaltar que o jornal se destacou como o primeiro diário brasileiro a usar cores, a partir de 1907.⁴⁸ Além disso, chama a atenção o fato de que, já em 1911, o diário começou a trazer na primeira página o resumo das principais notícias publicadas nas páginas seguintes. Assim justificava tal empreendimento: “muitas vezes não há tempo para a leitura completa de um jornal. Aqui estão, em resumo, as notícias da *Gazeta*.”⁴⁹

Em 1913, em sua edição de aniversário, o periódico carioca apresentou claramente sua concepção de que o melhor jornal era aquele que “todos os dias [era] um jornal novo pelo seu trabalho e pelo seu esforço em servir a curiosidade do leitor, um grande órgão de informação”. Assim descreveu sua trajetória, procurando demarcar seu espaço no âmbito da imprensa brasileira:

a *Gazeta de Notícias* criou no Rio a necessidade aguda de destaque e de competição, vindo, muito tempo após o *Jornal do Comércio*, fazer-lhe concorrência pelos processos modernos. [...] a *Gazeta de Notícias* desde sua fundação através do tempo tem sido a iniciadora e adaptadora de todas as transformações do jornalismo. [...] Não se vive mais dos louros do passado no mundo moderno [...] [e] o jornal reflete absolutamente, na concorrência diária, esse aspecto.⁵⁰

⁴⁷ SODRÉ, *Op. cit.*, p. 257.

⁴⁸ Idem, p. 344.

⁴⁹ *Gazeta de Notícias*, 01/09/1911, 1ª pág

⁵⁰ Idem, 02/08/1913, 1ª pág.

Podemos perceber que o jornal carioca encontrava sua legitimidade nas regras de mercado e não na “tradição política”, característica essencial dos “diários populares” no período, como abordamos anteriormente, de acordo com as proposições de Saítta, sobre o diário argentino *La Razón*.

De fato, encontramos muitas semelhanças entre a *Gazeta* e *La Razón*. Para além do fato de não se envolverem diretamente nas disputas partidárias, ambos apresentavam aspectos bastante parecidos no que diz respeito ao formato. Faziam amplo uso da fotografia e da reportagem – que se constitui num estilo próprio do jornalismo –, dedicavam grande espaço a temas gerais de utilidade pública, além de distribuírem os anúncios comerciais ao longo das páginas, sem concentrá-los apenas em páginas específicas.

Para se ter uma idéia do formato “popular” adotado pelo jornal carioca, vale a pena citar dois rápidos exemplos. Em primeiro lugar a existência de uma coluna denominada “Reclamam à *Gazeta*”, na qual o jornal publicava reclamações da população em geral, como a endereçada à Prefeitura sobre a estrutura viária da cidade, em março de 1914. No mesmo mês podemos ler ainda uma reportagem de primeira página com o título “Os restaurantes populares”, na qual a redação destaca que, à parte os inúmeros restaurantes e casas de petisqueria encontrados no Rio, “como toda cidade cosmopolita”, “há também os restaurantes populares, onde se comem por preços mais diminutos.”⁵¹

Poderíamos citar inúmeros exemplos que revelam a proposta da *Gazeta* não só de falar às classes populares como também de representá-las. Entretanto, o “popular” apresenta limites e contornos muito bem definidos no discurso do jornal carioca. Em primeiro lugar, as classes populares às quais o jornal se dirige restringem-se ao mundo urbano. Todas as representações sobre o meio rural que encontramos na *Gazeta*, no período estudado, são bastante pejorativas e negativas, o que certamente tem relação com os movimentos sociais rurais vivenciados no Brasil, no período. O jornal qualifica toda e qualquer mobilização camponesa como “banditismo” e defende irrestritamente o uso da violência por parte das autoridades contra esses movimentos.

⁵¹ *Gazeta de Notícias*, 16 e 19/03/1914.

Era no âmbito dos centros urbanos que a *Gazeta* projetava seu ideal de “popular”. O jornal pretendia falar e dar voz aos trabalhadores humildes que habitavam as grandes cidades, especialmente o Rio de Janeiro, chegando a denunciar suas precárias condições de vida. Entretanto, o limite colocado pelo diário ao trabalhador urbano estava justamente na sua capacidade de mobilização. A *Gazeta* demonstrava grande temor em relação às organizações operárias e, assim como no caso dos movimentos rurais, a solução que encontrava para esse “perigo” era a enérgica repressão por parte do Estado.

A demarcação das classes populares vislumbradas pela *Gazeta de Notícias* era, assim, muito clara. Tratava-se na verdade de um ideal de “popular”, a partir do qual o jornal pretendia ser lido também pelo “povo”. Evidentemente, seu discurso resultava ambíguo, expressando as limitações de seu próprio lugar social, o das elites intelectuais, às quais, aliás, o diário nunca deixou de falar. Mesmo portando um auto-discurso “popular” e buscando atingir as massas fica claro que a *Gazeta* nunca desviou seu discurso das elites intelectuais, abarcando uma literatura de alto nível e chegando, inclusive, a publicar uma coluna denominada *Chronique Parisienne*, em francês. Nas primeiras décadas do século XX, a *Gazeta* era um dos principais diários do país e possuía uma tiragem diária de 50.000 exemplares.

2.2.2. O oposicionismo d' *O Estado de São Paulo*

Assim como a *Gazeta*, o jornal paulista surgiu no contexto da campanha republicana, em 1875, com o nome de *A Província de São Paulo*. Cresceu com a campanha republicana e, com o advento da República, passou a se chamar *O Estado de São Paulo* (OESP).

Defensor dos ideais liberais, procurou atuar na formação e no fortalecimento da “opinião pública”, enquanto canal “legítimo” entre o povo e os poderes públicos.

Importava-lhe atuar como um órgão modelador dessa opinião e, enquanto seu “intérprete”, pretendia-se “acima do povo e dos poderes”.⁵²

Em 1891, Júlio César Ferreira de Mesquita assumiu a direção d’*OESP* e, em 1902, tornou-se o único proprietário do jornal. Sob a direção de Mesquita, o *OESP* se tornou “o grande órgão político na capital do estado”,⁵³ representando a dissidência do Partido Republicano Paulista, insatisfeita com a “política dos governadores” instituída por Campos Sales.

Desde então, o jornal passou a se auto-definir como “órgão de oposição” aos governos constituídos, atacando no plano político a “oligarquia dominante”. Ao mesmo tempo, porém, defendia os interesses dos cafeicultores, no plano econômico. Essa importante contradição foi destacada por Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato em estudo sobre as idéias políticas do jornal. Segundo as autoras, “não se lhes afigurava [aos representantes do jornal] que esse setor da classe dominante paulista era não apenas o dominante sobre a sociedade, mas também o detentor do poder político.”⁵⁴

Além da defesa dos interesses agrários, *OESP* enfatizava, já no início do século XX, a importância da expansão da indústria para se atingir o progresso. Apesar de endossar a necessidade do financiamento externo para o desenvolvimento nacional, demonstrava uma grande preocupação com o aumento da ingerência estrangeira no país. Suas críticas recaíam principalmente sobre a vinculação econômica do Brasil aos Estados Unidos, que considerava como excessiva.

No período estudado, *OESP* já era um dos maiores e mais respeitados jornais do país. Além de Júlio de Mesquita, a equipe de redação era formada por Plínio Barreto, José Filinto e Nestor Pestana. A tiragem diária d’*OESP* era de 35.000 exemplares e o periódico contava com a colaboração de vários intelectuais, incluindo Manoel de Oliveira Lima, importante diplomata e homem de letras.

Os redatores e colaboradores do jornal paulista caracterizavam-se por uma postura bastante crítica aos rumos tomados pela república no Brasil, o que, no contexto

⁵² CAPELATO, 1991, p.134.

⁵³ SODRÉ, *Op. cit.*, p. 371.

⁵⁴ PRADO, Maria Ligia & CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p.68.

específico de nosso estudo, se traduziu numa explícita oposição ao governo hermista. De fato, *OESP* atuou como plataforma de campanha de Rui Barbosa e sua oposição civilista, que continuou organizada mesmo após a eleição do Marechal Hermes.

O público-alvo do jornal paulista pode ser identificado nas classes média e alta, que de fato incluíam a grande maioria dos alfabetizados do país. A dimensão desse público leitor pode ser apreendida a partir dos anúncios comerciais que o diário veiculava e mesmo de algumas de suas colunas. Eram frequentes os anúncios de bancos, de maquinário agrícola, além da publicação diária da cotação do café no mercado internacional. Além disso, é preciso destacar o caráter “sisudo” do jornal. Contava com pouquíssimas imagens e era composto, em geral, por artigos extensos e densos cuja leitura demandava um certo nível intelectual.

2.2.3. *Minas Gerais*, um diário oficial

O *Minas Gerais* foi criado em 1892, como “órgão oficial dos Poderes do estado”. Ainda na antiga capital mineira, foi dirigido pelo médico de formação Jorge Pinto, “jovem político republicano, que militava nos meios jornalísticos de Ouro Preto à época”. Segundo o Suplemento comemorativo do centenário do diário, “o que mais impressionou aos que projetaram a linha [editorial] do *Minas* foi a forma como o diretor conseguiu produzir um jornal leve, interessante e noticioso, sem dar guarida aos fatos de natureza escandalosa ou violenta”, o que se converteu na verdadeira “doutrina do órgão oficial”, consciente de sua “função educativa”.⁵⁵

Desde o início, portanto, os produtores do diário oficial lhe conferiram uma função mais ampla do que a simples publicação de informes administrativos do poder público estadual. Como se depreende do discurso comemorativo do centenário, a “função pedagógica” que moveu a criação do jornal passava pela minimização dos conflitos, por meio da exclusão de fatos “escandalosos ou violentos”. Dessa maneira, operava-se a veiculação de referências e valores que remetessem à ordem e à estabilidade social,

⁵⁵ *Minas Gerais*, Suplemento Especial do Centenário, 1991. p. 7.

típico de um diário oficial, que tem como função legitimar a posição de grupos que estão no poder.

Essa característica diferencia amplamente o *Minas Gerais* dos outros diários estudados, sendo que os temas políticos, e entre eles os assuntos sobre o exterior, geralmente eram comentados pelos editores e assumiam um caráter de versão oficial. A função “noticiosa”, também enfatizada desde a criação do jornal, era reforçada devido à carência de jornais privados que suprissem tal demanda no estado. Sua tiragem era de 16.000 exemplares diários, dos quais uma parte era destinada aos órgãos públicos do estado.

O redator-chefe do jornal era o próprio secretário de Imprensa do estado, cargo ocupado durante o período estudado pelos juristas Gabriel Santos, até março de 1912, e León Rossoulière, a partir de então. A equipe de redação era formada, também, por proeminentes intelectuais mineiros, como Abílio Machado e Columbano Duarte, ambos ligados ao Partido Republicano Mineiro. Entre os colaboradores, destacavam-se Azeredo Netto e o padre Francisco Ozamis.

O diário oficial mineiro destinava uma parte bastante expressiva de suas páginas ao noticiário. Mais do metade do jornal era dedicada a notícias locais, nacionais e internacionais, além de artigos diversos, crônicas e anúncios comerciais. A importância do periódico enquanto imprensa de notícias fica bastante clara numa nota do redator que, situada na seção *Diversas* do noticiário, chama a atenção do leitor para que leia um despacho do secretário de Finanças, na parte oficial.⁵⁶

O público-alvo do jornal pode ser identificado nas classes mais altas, o que justifica, por exemplo, a introdução de uma coluna dedicada a crônicas de escritores franceses, *Chronique*, publicada em francês, a partir de 1913. Evidentemente, a identificação de um público-alvo não esgota as possibilidades de leitura. Nesse sentido, vale notar que o jornal oficial mineiro era distribuído às bibliotecas públicas do estado, o que facilitava o acesso de uma parcela mais ampla da sociedade.

⁵⁶ *Minas Gerais*, 18/07/1913, p. 07.

Em 1913, ao assumir a direção do jornal, Rossoulière introduziu uma série de inovações que ficaram conhecidas como "Projeto Nova Imprensa". O novo diretor procurava, "através de colaboração e noticiários sempre variados e interessantes", fazer do jornal "um elemento eficaz de orientação do público, em proveitosa cooperação permanente com todas as forças propulsoras da obra grandiosa de nosso progresso".⁵⁷

A fala do diretor do periódico mineiro aponta para alguns aspectos político-ideológicos defendidos pelos representantes do jornal. Assim como grande parte da elite brasileira do início da República, os homens à frente do *Minas Gerais* guiavam-se no plano político por pressupostos positivistas, priorizando a ordem como elemento fundamental e imprescindível para se alcançar o progresso; defendiam ou aceitavam o autoritarismo político, se isso lhes parecesse necessário para a manutenção da "paz social". Acreditavam que o progresso do Brasil dependia da entrada maciça de capitais estrangeiros, o que poderia ser facilitado passando-se ao exterior uma imagem estável e ordeira do país. O progresso ansiado era o capitalista e a cultura burguesa européia tomada como modelo cultural.

Como órgão oficial do estado e no papel de aliado político do governo federal, o periódico mineiro ocupava-se bastante das figuras do governador (chamado na época de presidente do estado) e do presidente da República. Dedicava um espaço significativo a comentários elogiosos sobre suas atuações políticas, além de suas viagens e participações em eventos.

Em relação aos aspectos formais, cada um dos diários brasileiros apresentava particularidades. A *Gazeta*, que possuía em torno de 10 a 15 páginas, diferentemente dos outros diários analisados, trazia, na primeira página, o resumo das principais notícias enfatizadas pelo jornal no dia. As duas ou três páginas seguintes, assim como ocorria no argentino *La Razón*, mesclavam anúncios comerciais, notícias e reportagens em geral; eram seguidas de uma página contendo os telegramas nacionais e internacionais, com o

⁵⁷ Idem, 07/09/1913, *Relatório da Imprensa Oficial ao Secretário de Finanças*, p. 2.

título “Boletim Telegráfico”. Várias páginas seguiam contendo diversas colunas como “Notas Sociais”, “Loteria”, “Utilidade Pública”, “Vida Comercial”, sempre mescladas a anúncios comerciais. Uma página específica concentrava o movimento dos portos brasileiros, a cotação do café, o câmbio, notícias da Bolsa e dos bancos. Em seguida, mais duas ou três páginas contendo apenas anúncios comerciais fechavam a edição.

O Estado de São Paulo, cuja edição diária continha cerca de 15 a 20 páginas, trazia a seção “Telegramas do Exterior” na primeira página, demonstrando a importância conferida pelo jornal à função informativa. Geralmente a página inicial era composta, ainda, pela a cotação do café no mercado internacional e o movimento do porto de Santos, o que remete claramente ao público que se pretendia atingir. Na segunda página, vinha a coluna “Os Municípios”, com telegramas do interior do estado, e uma seção dedicada a notícias da imprensa da capital federal, “Jornais do Rio”, com a reprodução de trechos selecionados dos jornais cariocas. Na sequência, várias páginas eram dedicadas a artigos de colaboradores e, a partir de 1912, também de seus correspondentes na Europa. Os artigos, quase sempre longos, vinham em destaque, em colunas específicas como “Cartas de Londres”, de Zeno; “Coisas Estrangeiras”, de Oliveira Lima, de Paris; “Divagações”, de Sílvio de Almeida. Ainda uma “Seção Judiciária” trazia informes sobre os processos em andamento e era seguida de notícias variadas. Por último, de 4 a 7 páginas de publicidade.

O Minas Gerais, enquanto um jornal oficial, tinha o formato bastante diferente dos demais diários analisados, pois tinha as primeiras 4 ou 5 páginas dedicadas a informes administrativos, como editais e notícias sobre processos judiciais, entre outros. Sua parte noticiosa, o entanto, não diferia muito dos jornais privados da época. A primeira seção era intitulada “Noticiário” e trazia as notícias nacionais e internacionais consideradas mais relevantes; vinham em títulos maiores e, em geral, comentadas pelos editores. Seguiam-se artigos de colaboradores do jornal sobre temas variados, crônicas e excertos de livros ou artigos recentemente publicados na Europa ou nos Estados Unidos. A partir de meados de 1913, além da coluna *Chronique*, surgiu a seção “Imprensa do Rio”, na qual publicava-se uma seleção de artigos e comentários dos jornais da capital federal.

Manteve-se a seção “Diversas”, com notícias e informações variadas de acontecimentos do Brasil e do exterior, na forma de pequenas notas. Devido à pequena quantidade de notícias locais, essa seção incluía até mesmo a movimentação de visitantes e as aquisições da biblioteca municipal, enquanto outra, “Hóspedes e Viajantes”, destacava a passagem de personagens ilustres pela capital mineira. Na coluna “O Café”, o jornal informava o preço do produto no mercado internacional e, dependendo da conjuntura econômica, fazia comentários sobre sua exportação. A última seção da parte noticiosa era sempre dedicada aos telegramas, dividida em “Telegramas do Exterior” e “do Interior”, essa última contendo telegramas recebidos de outros estados e do interior de Minas Gerais. As últimas 3 ou 4 páginas eram ocupadas por anúncios comerciais.

2.3. Jornais da Argentina e do Brasil: uma breve comparação

A análise da configuração dos diários estudados nos permite levantar alguns aspectos comparativos em relação às imprensas dos dois países. Como podemos observar, os grandes jornais da Argentina se destacavam bastante em relação aos do Brasil. O número de páginas dos três maiores diários portenhos, por exemplo, era bastante superior ao dos brasileiros. Também em relação às tiragens, os jornais argentinos superavam, em muito, os brasileiros, o que refletia, em grande medida, o significativo nível de alfabetização de seu país. Além disso, é preciso considerar que os principais jornais bonaerenses circulavam por outros países do continente, assim como possuíam colaboradores de outras nacionalidades latino-americanas. Buenos Aires se constituía mesmo numa “metrópole cultural”, um espaço de projeção intelectual para além das fronteiras nacionais, o qual concentrava a imprensa mais moderna do subcontinente e, também, as editoras mais importantes.⁵⁸

⁵⁸ Sobre a projeção cultural de Buenos Aires no subcontinente e seu papel enquanto “pólo de religação continental”, consultar ZANETTI, *Op. cit.*, p. 523-4.

Em relação aos jornais brasileiros, suas tiragens refletiam as distintas situações dos estados representados por cada um. A maior tiragem correspondia à *Gazeta*, jornal editado no Rio de Janeiro que, além de ser a capital política, era também o principal centro cultural do país no período. No caso de Minas, a particularidade de o principal órgão da imprensa informativa ser um jornal oficial – posto que a “grande imprensa” ainda não se havia consolidado no estado – demonstra seu relativo atraso, no âmbito cultural, em relação aos dois grandes centros urbanos do país, Rio e São Paulo.

No que diz respeito às abordagens sobre a Revolução Mexicana, tanto nos diários argentinos quanto nos brasileiros, as notícias recebidas das agências de notícias apareceram publicadas nas partes de Telegramas e pequenas notas. Na maioria dos jornais analisados, as análises a respeito do processo revolucionário mexicano tenderam a ser produzidas pelos próprios editores, sob a forma de matérias e editoriais.⁵⁹ Apenas no caso d’*OESP* os artigos sobre o México, na grande maioria das vezes, foram escritos pelos principais colaboradores do jornal, ocupando suas respectivas colunas.

⁵⁹ Consideramos como “matérias” os artigos escritos pelos redatores dos jornais – portanto, sem a assinatura de um autor específico – mas que não apareceram nos espaços típicos dos “editoriais”.

Capítulo 3

A Revolução Mexicana nos debates político-sociais brasileiros e argentinos

3.1. Rumores que vêm do norte

Quando analisamos a repercussão de um determinado assunto na imprensa diária, convém começar refletindo sobre sua ocorrência e recorrência nas páginas dos jornais. Sobretudo, em se tratando de um evento internacional, a escolha por noticiar ou não, retomar ou não o assunto e dar-lhe ou não destaque é bastante significativa.

No caso de nosso objeto de estudo, o primeiro aspecto que merece ser destacado é exatamente a expressiva repercussão que a Revolução Mexicana obteve nos diários argentinos e brasileiros. Para um processo desencadeado do outro lado do continente, sem implicação direta sobre os países da América do Sul, a revolução do México foi um tema muito presente nos jornais. Todos os diários analisados publicaram centenas de notas sobre o México revolucionário e, também em todos, o assunto ganhou destaque em dezenas de artigos, matérias e editoriais.¹

Enquanto as intervenções mais elaboradas tenderam a se concentrar nos eventos mais significativos do processo revolucionário, as pequenas notas recebidas das agências internacionais de notícias, embora também se avolumassem nesses momentos, foram continuamente reproduzidas pelos diários, durante todo o período estudado. Raramente ocorreu de se passar um mês sem que os jornais publicassem notícias a respeito da situação no México. Dessa forma, a recorrência, ao menos de pequenas notas sobre os acontecimentos mexicanos, aliada, ainda, à própria periodicidade dos diários, favorecia a percepção de que se tratava de um processo, algo que se prolongava no tempo, muito embora, como veremos, as argumentações dos diários nem sempre apontassem nessa direção.

¹ Verificar Anexo 2, p. 214.

Apesar da significativa presença da Revolução Mexicana nos jornais ser apenas uma constatação de ordem quantitativa, esse fato remete à questão das fontes de informação que a imprensa sul-americana possuía sobre o país do norte, ou seja, os meios através dos quais era possível obter informações sobre o que ocorria no México e transmiti-las a seus leitores.

Antes de mais nada, é preciso considerar o lugar relevante ocupado pelo México no espaço latino-americano. Desde o período colonial, quando a Nova Espanha era o principal centro de colonização espanhola na América, mas, principalmente a partir do século XIX, o México e sua história tiveram certa projeção internacional, sobretudo em virtude das invasões que sofreu por outros países, tanto as intervenções francesas (1838-39 e 1862-67), como a guerra contra os Estados Unidos (1846-48), que resultou na perda de mais da metade do território mexicano.² Além disso, o fato de estar na fronteira com a potência do norte transformava o México num foco “natural” de atenção, num período — primeiras décadas do século XX — em que o temor em relação ao expansionismo estadunidense era reforçado pelos rumos agressivos da política externa da Casa Branca para a América Latina.

Os discursos dos diários, de uma forma geral, demonstram que possuíam alguns conhecimentos prévios sobre o México e, inclusive, recorreram a aspectos de sua história para embasar suas reflexões sobre os eventos revolucionários. Por outro lado, na maioria das vezes não demonstraram ter um conhecimento mais aprofundado em relação à situação interna do país hispânico da América do Norte. No contexto da Revolução, posto que nenhum dos diários analisados possuía enviados no México, as notícias recebidas por meio das agências internacionais constituíram-se numa fonte fundamental para todos eles.

Como já destacamos no capítulo anterior, dentro do sistema de acordos estabelecido pelas grandes agências, a América do Sul estava submetida à distribuição de notícias pela agência francesa Havas mas, pelo mesmo sistema, a captação de notícias de toda a América do Norte ficava a cargo da agência estadunidense *Associated Press*. Além disso, o sistema previa o intercâmbio de notícias, o que também possibilitava a circulação

² Considerando-se a perda do Texas, em 1836, anexado à União norte-americana em 1845.

de informações divulgadas por diários europeus, muitos dos quais possuíam enviados especiais que cobriam a revolução no México. Dessa forma, as informações que chegavam às redações dos jornais estudados, através do telégrafo, provinham de diferentes fontes mas tendiam ser mesmas para todos, posto que eram distribuídas pela mesma agência.

No início do movimento revolucionário, todos os diários limitavam-se à reprodução dessas notas, acrescentando-lhes, por vezes, alguns comentários. Apenas posteriormente, quando os acontecimentos no México foram se radicalizando, os jornais passaram a dedicar matérias e editoriais ao tema e esboçaram estratégias mais elaboradas para obter e fornecer informações mais substantivas sobre os acontecimentos daquele país. Uma estratégia comum a todos os jornais foi a reprodução de artigos sobre o México publicados em jornais ou revistas europeus e estadunidenses. *La Prensa* e *OESP* apresentaram algumas especificidades em relação aos demais diários.

No maior jornal argentino, que contava em sua redação com um intelectual do quilate de Estanislao Zeballos, a intervenção mais comum a respeito do México foram os editoriais típicos, localizados na parte específica, que concentrava o primeiro artigo da edição diária. Já n'*OESP*, enquanto os redatores estavam bastante envolvidos com as questões nacionais e a maior parte de seus editoriais foi dedicada a criticar o governo federal, os assuntos internacionais tenderam a ser analisados pelos colaboradores do diário. A grande maioria dos artigos sobre a Revolução Mexicana publicados pelo diário foi escrita por seus colaboradores – dentre os quais figurava Manoel de Oliveira Lima –, sendo que muitos deles escreviam da Europa e reportavam, quase sempre, à imprensa inglesa. O fato das análises sobre o México não serem, em geral, escritas pelos próprios editores d'*OESP* não significava, como veremos, que o jornal lhe atribuísse pouca importância ou que não veiculasse opinião a respeito. Como nos lembra Borrat, a opinião do periódico não se expressa apenas nos editoriais, é muitas vezes sugerida pela própria “distribuição das vozes”; um intelectual, por exemplo, “pode alcançar efeitos de persuasão mais fortes”, devido ao seu reconhecimento perante a sociedade, por “convocar [a audiência] pela sua

própria assinatura, seja qual for o tema.”³ Algo que chama a atenção nos artigos sobre a Revolução Mexicana publicados por *OESP* é o fato de que, embora desenvolvidas por colaboradores distintos, as análises, opiniões e tomadas de posição em relação aos eventos mexicanos apresentaram uma grande sincronia.

Num primeiro momento, quando os periódicos se restringiram à reprodução de pequenas notas, a atuação dos editores delineou-se através da seleção do que publicar, dentre os inúmeros telegramas recebidos a respeito da situação política no México. Por sua vez, as notas que os diversos jornais recebiam eram basicamente as mesmas, dada a configuração homogeneizante da rede mundial da informação. Nesse sentido, o início do movimento revolucionário apresenta-se como um momento particularmente interessante para analisar as estratégias de seleção operadas pelos diários.

Os primeiros eventos relacionados ao processo revolucionário mexicano repercutiram quase imediatamente nos jornais analisados. No mesmo dia estabelecido pelo plano de Madero para o início dos levantes, *OESP* publicou a primeira nota a respeito, na qual destacava a relevância do movimento de oposição ao governo:

Em vésperas de revolução? – Graves conflitos entre as tropas federais e os insurretos em Puebla – Muitos mortos e feridos – México, 19 (H.)⁴

Chegam notícias de Puebla [...] anunciando graves conflitos entre as tropas federais e as forças organizadas dos adversários do general Porfirio Díaz, presidente da república. [...] O sr. Madero, chefe opositor e ex-candidato à presidência da República, sendo entrevistado por um jornalista, que lhe pediu o seu parecer sobre o movimento insurrecional de Puebla, declarou que tal agitação é o prenúncio seguro de que a revolução não pode mais sequer ser evitada. “É apenas questão de dias, concluiu Madero, mas não há dúvida de que hoje ou amanhã há de rebentar a revolução, porque o povo já está farto de suportar a ditadura do general Díaz”.

Observe-se que o jornal já se refere a “forças organizadas”, sob a liderança de Madero, e aponta a longa ditadura como o motivo de insatisfação do “povo”. Nos meses

³BORRAT, Héctor. *Op. cit.* p. 135.

⁴ As letras que aparecem entre parênteses no início das notas referem-se à sua origem. A letra “H”, como neste caso, corresponde à agência francesa Havas que, junto com a estadunidense *Associated Press* – representada pela letra “P” – apareceu como fonte da grande maioria das notícias sobre o México publicadas tanto pelos diários argentinos quanto pelos brasileiros. Entretanto, nem sempre os diários explicitavam a origem das notícias. A brasileira Agência Americana, fundada por Cásper Líbero, em 1912, não foi mencionada nos diários estudados como fonte de informações sobre o México. No âmbito continental, a Argentina e o Chile apareceram como os principais focos das notícias distribuídas pela agência brasileira.

seguintes, *OESP* continuou noticiando o movimento e dando destaque para sua abrangência: “é opinião geral que o general Porfirio Díaz e sua política cairão desta vez”.⁵

O argentino *La Prensa* deu a mesma tônica aos acontecimentos, publicando notas como: “continua se estendendo o movimento revolucionário no México. As informações recebidas a respeito são contraditórias, mas tudo indica que o atual movimento é de uma importância excepcional. [...] O manifesto de Madero circula com grande profusão [...]”.⁶

La Nación, por sua vez, dava destaque, poucos dias após o início dos levantes no México, a um pronunciamento do ministro mexicano da Guerra, no qual ressaltava o controle da situação por parte das autoridades do país, afirmando que “a tranqüilidade renasce em todas as localidades sublevadas e que a autoridade do governo ficou restabelecida em toda a república”.⁷

Assim como *La Nación*, os brasileiros *Gazeta de Notícias* e *Minas Gerais* tenderam a minimizar o alcance do movimento revolucionário desde as primeiras notas que publicaram a respeito. Nos diários carioca e mineiro, entretanto, essa disposição se revestiu de uma estratégia de abordagem mais elaborada.

Numa das primeiras notas sobre o movimento mexicano, intitulada “Agitação no México”, o *Minas Gerais* citou rapidamente os conflitos entre tropas federais e revoltosos em El Paso del Norte e Zacatecas e deteve-se em contar a história de cada uma das cidades, ressaltando a exuberância dos monumentos, igrejas e conventos de Zacatecas. Certamente essas informações ajudavam a situar os leitores, que deviam ter poucas referências sobre o México, mas não há dúvida de que a ênfase nos aspectos históricos e turísticos das cidades mexicanas desviava a atenção dos leitores dos conflitos que se desenrolavam ali. O que mais chama a atenção, no entanto, é que o jornal mineiro não informa que esses comentários foram reproduzidos da *Gazeta*, que havia publicado

⁵ *OESP*, 20/11/1910, *Telegramas do Exterior*, 1ª pág.; 21/04/1911 e 26/04/1911, *Telegramas do Exterior*, p. 2. (A grafia de toda a documentação foi atualizada, visando facilitar a leitura.).

⁶ *La Prensa*, 24/11/1910, *Boletín Telegráfico*, p. 11.

⁷ *La Nación*, 25/11/1910, *Telegramas*, p. 7

exatamente a mesma matéria dois dias antes, sob a forma de uma “Nota da Redação”, incluída logo após a reprodução do telegrama que informava sobre os conflitos mexicanos.⁸

O mesmo ocorreu, alguns meses depois, com um comentário sobre a suposta concessão do princípio de não-reeleição pelo ditador mexicano. O *Minas Gerais*, novamente sem informar aos seus leitores, reproduziu outra Nota da Redação da *Gazeta*, afirmando que, dada a decisão de Díaz, o movimento revolucionário deveria terminar em pouco tempo. E acrescentou: “como se sabe, mais pelas complicações exteriores do que pelo poder mesmo dos revolucionários, a revolução no México ia abrindo um abismo insondável para a grande República espanhola da Norte-América.”⁹

Fica claro que, mesmo com a iminência da queda da ditadura, os jornais carioca e mineiro continuaram minimizando a importância do movimento revolucionário. Em ambos essa disposição não se esgotou no início da Revolução, ao contrário, revelou-se como uma tendência contínua, não só de minimizar seu alcance mas, sobretudo, de defender a ordem estabelecida. Entretanto, o mesmo posicionamento foi expresso em cada um diários por meio de distintas estratégias discursivas, que apontam para os distintos lugares sociais desses jornais.

No caso da *Gazeta*, diário carregado de um auto-discurso “popular”, a defesa incontestada da ordem vigente, sobretudo ao se tratar de um governo autoritário, precisou se revestir de estratégias mais elaboradas. Já no *Minas Gerais*, um jornal oficial e explicitamente comprometido com a manutenção do *status quo*, a estratégia de desqualificação do sentido político dos eventos mexicanos pôde assumir formas extremas, chegando à banalização. Em suas páginas, a luta revolucionária do México foi transformada numa anedota, como na crônica “A revolução no México”, que vale a pena reproduzir:

A revolução no México tem dado ensejo às damas americanas para oferecerem às pessoas de suas relações um chá original – *the battle tea*. Assim que se anuncia um encontro entre as tropas revolucionárias e as governistas, as senhoras que têm a suprema ventura de residir nas vizinhanças do lugar em que a batalha se deve ferir, expedem incontinentemente

⁸ *Gazeta de Notícias*, 22/11/1910, *Boletim Telegráfico*, Nota da Redação, p. 4; *Minas Gerais*, 24/11/1910, Agitação no México, p. 6.

⁹ *Minas Gerais*, 05/04/1911, *Diversas*, p. 6.

convites às amigas para tomarem um modesto *battle tea*. Preparam-se, para esse fim, mesinhas nos terraços ou nos caramanchões e os convidados, aos quais são oferecidos magníficos binóculos, enquanto comem bolos e bebem chá, vão acompanhando, tranqüila e confortavelmente, todas as peripécias da luta... [...] É fácil imaginar a satisfação da dona da casa e a raiva... das suas melhores amigas.¹⁰

Na Argentina, também *La Nación* seguiu minimizando o alcance do movimento revolucionário mexicano, apesar da iminente queda da ditadura. Ao receber notícias a respeito da renúncia de Díaz, o diário portenho acrescentou o seguinte comentário às notas recebidas:

pode ser que não seja tão delicada a situação do governo, que ainda conta com o exército, nem tão brilhante a dos revolucionários, os quais, por sua vez, têm interesses em dar informações alarmantes [...] apesar das notícias alarmantes que chegam dos Estados Unidos, parece certo que a revolução não conseguiu se impor em nenhum centro de importância [...]¹¹

Para além de sua defesa do porfirismo, o comentário de *La Nación* demonstra as desconfianças em relação às notas de origem estadunidense. Todos os diários analisados mostraram-se conscientes das possibilidades de manipulação de informações a respeito da situação mexicana por parte da imprensa dos Estados Unidos, tendo em vista a defesa dos investimentos financeiros daquele país no México. Assim, em diversos momentos, questionaram as informações de origem estadunidense.

La Nación, em seu explícito antiamericanismo, manifestou abertamente a questão, enquanto os outros jornais argentinos o fizeram de forma mais tênue, aludindo a “informações contraditórias” ou “falta de notícias concretas”.¹² Entre os brasileiros, apenas o oficial *Minas Gerais*, sempre inclinado a minimizar os conflitos, não fez menção à problemática. Tanto o antiestadunidense *OESP* quanto o pró-americanista *Gazeta de Notícias*, lançaram mão de notas de diários europeus para criticar a atuação da imprensa estadunidense. Ambos reproduziram, por exemplo, a seguinte nota de origem inglesa: “O *Daily Mail* publica telegrama importante sobre a situação atual do México. A colônia norte-

¹⁰ Idem, 16/04/1911, A Revolução no México, p. 6.

¹¹ *La Nación*, 08/05/1911, p. 9.

¹² *La Prensa*, 24/11/1910, *Boletín Telegráfico*, p. 11 e *La Razón*, 21/04/1911, *Telegramas*, 1ª pág., 3ª ed.

americana estabelecida no México publicou um protesto contra as notícias exageradas que os jornais dos Estados Unidos espalharam sobre a situação mexicana.”¹³

A reprodução da mesma nota por jornais distintos permite, por um lado, constatar a tendência homogeneizadora das informações que circulavam por meio da rede mundial. Mas a diversidade das notícias publicadas pelos jornais a respeito dos eventos mexicanos, desde o início, quando praticamente se limitaram à reprodução de telegramas recebidos, também demonstra que, mesmo dentro da restrição das notas recebidas das agências, era possível optar por diferentes abordagens sobre o assunto. E os jornais o fizeram, concertando estratégias de seleção que permitiram adequar as informações recebidas a seus próprios posicionamentos político-ideológicos. O fato das notas distribuídas pelas agências serem, em grande medida, homogêneas, torna ainda mais evidentes tais estratégias.

Na leitura das primeiras notícias publicadas pelos jornais sobre o México revolucionário, salta aos olhos o fato de que os diários de tendência mais conservadora deram destaque para os pronunciamentos oficiais do governo mexicano e ressaltaram a superioridade das forças oficiais, procurando minimizar a importância do movimento revolucionário, enquanto os de postura política mais crítica tenderam a dar ênfase às causas e às proporções tomadas pelo movimento maderista. Entretanto, os posicionamentos que os diários assumiram em relação aos eventos que se desenrolavam no México não se resumiram a uma relação simplista. Suas percepções da situação mexicana apresentaram nuances e meandros bem mais intrincados, que se multiplicaram com o desenrolar do complexo movimento revolucionário no país do norte.

Dos diários de tendência reformista, apenas *La Razón* se posicionou desde o início firme e definitivamente contra o governo e a personalidade do ditador mexicano, a quem qualificou de “um novo Ramsés”. O jornal portenho celebrou a luta revolucionária no México afirmando: “o povo mexicano, habituado já a uma longa e perniciosa dominação

¹³ *Gazeta de Notícias*, 16/05/1911, *Boletim Telegráfico*, p. 4 e *OESP, Telegramas do Exterior*, p. 2.

militar, tão absoluta quanto mansa, tinha finalmente que sacudir a pesada servidão que lhe impunha o chefe dessa ditadura, general Díaz.”¹⁴

La Prensa e *OESP*, no início, apresentaram leituras ambíguas sobre Porfirio Díaz e seu governo, procurando encontrar um meio termo entre sua política autoritária e o progresso material alcançado em seus sucessivos mandatos. O diário portenho declarou explicitamente sua dificuldade em avaliar a questão. Referiu-se a Díaz como “mandatário, que durante trinta anos governou o México, fazendo irrisórias as práticas republicanas”, entretanto, destacou, “é muito difícil julgá-lo com critério desapassionado, mas não se pode deixar de reconhecer que realizou grandes e positivos progressos em sua pátria.”¹⁵

Por sua vez, os editores do jornal paulista, na primeira matéria que publicaram sobre o movimento mexicano, afirmaram: “pode-se achar tirânico e ferrenho o seu longo domínio no México – e muitos já o têm achado – mas [...] o México, incontestavelmente desenvolveu, desenvolveu-se [*sic*] e progrediu sob o seu governo.”¹⁶

A ambigüidade desses discursos revela claramente as dificuldades encontradas por grupos das elites latino-americanas ao tentar equacionar a defesa de valores políticos liberais com as cristalizadas concepções positivistas, baseadas na dogmática cientificista de uma evolução no sentido do progresso material, amparada pela ordem social, que ainda se constituíam numa “linguagem de época” no alvorecer do século XX.

Em *La Nación* e no *Minas Gerais*, por sua vez, encontramos uma defesa sem reticências do porfirismo e de seus métodos. Tal perspectiva, inclusive, levou ambos os diários a veicularem uma imagem pitoresca do ditador mexicano, o que, em grande medida, permitia ofuscar a relevância tomada pelo movimento revolucionário. Quando Porfirio Díaz ainda resistia à oposição generalizada contra seu governo, *La Nación*, num tom bastante sentimental, acrescentou o seguinte comentário às notas publicadas: “O general Díaz decidiu morrer no serviço da nação e nem sua filha Carmencita, a quem adora, consegue fazê-lo mudar de opinião.”¹⁷

¹⁴ *La Razón*, 02/12/1910, El general Porfirio Díaz, un nuevo Ramsés II, p. 4, 4ª ed. e 04/05/1911, Revolución Mexicana: Porfirio Díaz em perigo, 1ª pág., 4ª ed.

¹⁵ *La Prensa*, 19/05/1911, A situação mexicana, p. 11.

¹⁶ *OESP*, 25/11/1910, A insurreição mexicana, p. 6.

¹⁷ *La Nación*, 08/05/1911, *Telegramas*, p. 7.

Já o *Minas*, transformou a renúncia do ditador mexicano num gesto generoso, reproduzindo parte de uma entrevista concedida pelo então ex-ditador a um jornalista francês, a bordo do navio rumo à Europa. Falando sobre sua “voluntária abdicação”, Díaz afirma: “eu não queria que se derramasse inutilmente o sangue de meus patrícios. O meu lema era: nada de guerra civil”; justifica sua atitude dizendo que o conflito poderia implicar no “abalo do crédito” mexicano e ressalta que “o exército legal não sofreu nenhuma derrota”. Ao final da entrevista, questionado se teria vontade de voltar um dia ao seu país, declara dramaticamente: “deixei o México sem pensar em voltar ali. Mas se, um dia, houver uma complicação internacional [...] então nada e ninguém serão capazes de reter-me a finalizar a minha vida como a iniciei como moço: com as armas na mão...”¹⁸ Temos, assim, a figura heróica de Porfirio Díaz veiculada pelo jornal mineiro.

Em que pesem as diferentes perspectivas adotadas, até a primeira vitória da Revolução Mexicana, com a derrubada da ditadura porfirista, o interesse dos jornais pelos acontecimentos mexicanos não excedeu, como já afirmamos, a reprodução de notas telegráficas recebidas das agências internacionais de notícias. Essas notas — factuais, fragmentadas e por vezes contraditórias — foram consideradas, via de regra, sem muito vagar, apenas como rumores de que havia alguma movimentação contra a ditadura porfirista. Não parecia razoável considerar, tão rapidamente, que o exemplo mais bem acabado da ordem social de inspiração positivista no continente pudesse ser destruído pela força das armas e com intensa participação popular.

Mas a violenta derrubada da ditadura no México trouxe à tona, irresistivelmente, essas contradições e, desde então, a situação daquele país tornou-se alvo de apreciações mais detidas e consistentes por parte dos diários analisados. Essa mudança de perspectiva demarcou uma transformação na própria escrita dos jornais a respeito da revolução no México.

No início, os discursos dos diários constituíram-se basicamente da publicação de notícias e apontavam no sentido mais estrito da informação, na qual o acontecimento tem primazia. A notícia, produzida sob a forma do fato, implica necessariamente num ato de

¹⁸ *Minas Gerais*, 21/07/1911, O presidente Porfirio Díaz, uma entrevista, p. 6.

descontextualização, já que representa apenas um fragmento, uma parte posta em destaque de um todo maior. Ora, isso não se faz de maneira aleatória, trata-se de um processo de seleção, que é determinado pelos interesses daqueles que o desenvolvem. No caso das notícias sobre o México, divulgadas pelos diários analisados, tratou-se de um duplo processo de seleção, sendo que os diários recebiam das agências as informações por elas selecionadas e, então, cada um passava a operar suas próprias estratégias para definir o que colocar ou não em visibilidade no cenário público. Delineava-se, assim, o que Mouillaud define enquanto “caráter imperativo da informação”, visto que não se trata apenas do que é possível mostrar, mas, sobretudo, “do que está marcado para ser percebido”.¹⁹

Como demonstramos, desde o primeiro momento os diferentes posicionamentos político-ideológico dos diários implicaram numa multiplicidade de abordagens sobre os mesmos acontecimentos, realizadas, em grande medida, a partir das mesmas fontes. Mas, num segundo momento, quando, além das notícias, a revolução no México passou a ser tema de artigos e editoriais, uma nova dimensão tornou-se primordial nos discursos dos jornais, a da análise. Embora as notas das agências não tenham sido abandonadas, passaram, a partir de então, a configurar apenas uma parte do discurso. A informação, o fato, tornou-se uma espécie pano de fundo, pois os artigos passaram a ganhar destaque e a funcionar como uma “contextualizador”, na medida em que analisavam, explicavam – cada um à sua maneira – a conjuntura na qual decorriam os eventos.

As construções discursivas dos diários a respeito do México passaram, assim, a revelar a “dupla escrita” que constitui o discurso da imprensa, construído a partir de dois eixos, que apontam para duas dimensões distintas: a do fato, que traz o sentido da sucessão e implica numa leitura linear; a do artigo, que representa uma reflexão mais detida, que tende a “mergulhar na profundidade da página”. Dessa forma, seus discursos estiveram caracterizados pela tensão, ou “dupla compatibilidade de tempo”, que marca o discurso jornalístico.²⁰

¹⁹ MOUILLAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. In: MOUILLAUD & PORTO, *Op. cit.*, p. 38.

²⁰ MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD & PORTO, *Op. cit.*, p. 78. Maurice Mouillaud identifica no sistema de títulos das reportagens nos jornais modernos o aspecto da atualidade, que

Enquanto, inicialmente, no plano meramente informativo das notícias, prevaleceu o distanciamento entre os eventos mexicanos e as realidades locais nas quais foram noticiados, no campo das análises essa tendência se inverteu.

3.2. “México lá e aqui”

Esse foi o título dado por *La Prensa* a um dos vários editoriais que dedicou à Revolução Mexicana e expressa claramente o sentido de articulação entre os eventos mexicanos e os contextos nacionais nos quais foram analisados. Apesar de nem sempre ocorrerem de maneira explícita, essas articulações se constituíram no traço predominante das considerações desenvolvidas sobre o México nas matérias, editoriais e artigos que os diários estudados lhe dedicaram.

Em *La Prensa* e *OESP*, a intensificação do processo revolucionário, com os episódios da renúncia de Díaz e ascensão de Madero, levou a um posicionamento mais contundente em relação aos eventos mexicanos. O ex-ditador, que no início mereceu considerações ambíguas por parte desses diários, foi ganhando traços cada vez mais negativos e ambos se inclinaram mais fortemente à defesa dos princípios constitucionais.

Quando da queda da ditadura no México, o diário portenho fez um histórico da atuação política do ex-ditador, ressaltando que “submeteu seus adversários com o poder das baionetas” e que, “para fazer esquecer sua imposição, Porfirio Díaz começou a desenvolver a riqueza pública”. Assim, concluiu: “a renúncia do presidente do México significou um grande triunfo da democracia.”²¹ Embora ainda não aparecesse relacionado diretamente ao contexto argentino, o discurso de *La Prensa* sobre o México já trazia um elemento fundamental da crítica que o diário sustentou durante todo o período analisado: a denúncia do “materialismo”, compreendido como progresso material alcançado à custa do autoritarismo político.

aponta no sentido da sucessão de fatos, acontecimentos. O mesmo aspecto pode ser atribuído às notas telegráficas reproduzidas pelos diários da época que analisamos.

²¹ *La Prensa*, 19/05/1911, A situação Mexicana: o general Porfirio Díaz e sua renúncia da presidência. p. 4.

Em *OESP*, uma explícita articulação entre o contexto mexicano e o nacional fez-se presente já no primeiro artigo dedicado à Revolução, no contexto da derrubada da ditadura porfirista, o qual serviu para criticar a política brasileira. A seguinte passagem explicita bem o tom da crítica veiculada pelo jornal paulista, que apareceu, quase sempre, sob a pena de seus colaboradores:

Diz-se que a capital da república está cheia de delegados dos estados da União – o México também é uma “união” – que agora se lembram de que existe uma bela coisa que se chama liberdade eleitoral e vêm reivindicar seu direito de elegerem seus governadores. Porque até aqui os seus governadores, que constitucionalmente se viam eleitos, eram de fato nomeados pelo onipotente presidente. Todo esse complicado aparelho de congressos estaduais, expressão da representação política, põe-se de novo em movimento para mostrar que estão enferrujadas suas molas e que as franquias adormecem, mas não morrem.[...] A ditadura encaminha-se novamente para a anarquia.

No trecho citado, Oliveira Lima articula a máquina política do porfirisismo à situação das eleições e da política no Brasil, numa crítica quase explícita à “política dos governadores”, e chega a chamar o ditador mexicano de “marechal Díaz”, numa clara alusão ao então presidente brasileiro, marechal Hermes da Fonseca.

Essa interpretação sintetizava uma idéia que foi sustentada pelo diário, através de seus editores e colaboradores, ao longo de todo o período estudado. *OESP* argumentou e reiterou inúmeras vezes a noção de que uma política autoritária levaria fatalmente à anarquia, por impedir o exercício efetivo da liberdade política, mascarando-se sob falsas eleições “constitucionais”. O artigo citado termina com a seguinte afirmação: “Díaz foi por 34 anos o chefe da família mexicana, e como tal exerceu discricionariamente os seus poderes, [mas] o pai fez-se avô”²². Assim, numa analogia entre sua idade e seus métodos políticos, o “marechal Díaz” aparece como um homem “do século XIX”, cujos métodos políticos autoritários haviam se tornado ultrapassados.

La Nación e *Minas Gerais*, por seu turno, continuaram manifestando sua oposição ao movimento revolucionário após a queda da ditadura. Quando da eleição de Madero, o jornal argentino apresentou o novo presidente mexicano da seguinte maneira:

²² OLIVEIRA LIMA, Manoel de. A situação no México. *OESP*, 27/05/1911, *Coisas Estrangeiras*, p. 3.

O senhor Madero é jovem – não tem ainda quarenta anos – e sua atuação na política de seu país é recente. Pertence a uma das mais ricas famílias do estado de Coahuila [...] No decorrer da campanha eleitoral, o senhor Madero foi preso. Posto em liberdade sob fiança, mudou-se para os Estados Unidos e desde lá dedicou-se por inteiro a preparar a revolução. [...] É de se esperar que a exaltação do senhor Madero à primeira magistratura de seu país feche definitivamente o período de agitação criado pela queda do general Díaz.²³

La Nación construía, assim, uma imagem imatura de Madero, vinculando sua juventude a traços de inexperiência política e, ainda, procurava relacioná-lo aos Estados Unidos, país cuja ingerência sobre os assuntos políticos latino-americanos era amplamente criticada pelo diário. A argumentação desenvolvida pelo diário não permitia relacionar a “mudança” de Madero para o país vizinho com a perseguição política que sofria e levava à dedução de que sua vitória sobre o porfirismo teria sido patrocinada pela potência do norte. Assim, o jornal operava a desqualificação do “jovem” presidente mexicano, de acordo com suas percepções e interesses políticos. Presumivelmente, na argumentação veiculada por *La Nación*, a queda do ditador mexicano é que teria “criado” a “agitação”.

O *Minas Gerais* não apenas reforçou seu posicionamento contrário ao movimento revolucionário, como voltou a empregar a mesma estratégia de “teatralização”, visando esvaziar os eventos mexicanos de seu sentido político. Como a entrada triunfal de Madero na capital mexicana, após a renúncia de Díaz, coincidiu com um tremor de terras na cidade, o jornal mineiro, como primeiro assunto de seu noticiário e com o título “Terremoto no México” em letras chamativas, reproduziu a seguinte notícia:

As mulheres ajoelhadas, rezavam, em meio das ruínas de seus ranchos e barracos. Um homem exclamou: ‘Isto é já vingança do céu, por havermos expulsado Porfirio Díaz!’ E logo, de milhares de bocas, saiu a mesma justificação da catástrofe. [...] As lindas casas dos norte-americanos e estrangeiros residentes nos subúrbios sofreram mais que as casolas da população local.

Na página seguinte, sobre a chegada de Madero à capital, uma pequena nota dizia apenas: “Entrou na Cidade do México o chefe revolucionário Francisco Madero, que foi freneticamente aclamado pela população.”²⁴ Assim, a entrada de Madero na capital não ganhou notoriedade no jornal mineiro, aparecendo quase que escondida em meio a

²³ *La Nación*, 18/05/1911, A paz no México: a renúncia do presidente Díaz, p. 11 e 03/10/1911, A presidência do México: Dom Francisco Madero, p. 10.

²⁴ *Minas Gerais*, 10/06/1911, Terremoto no México, p. 6 ; *Notas do Exterior*, p. 7.

pequenas notas sobre diversos países, completamente desarticulada da outra notícia, em destaque, sobre o México. O terremoto, acontecimento de origem natural, apareceu nas páginas do diário oficial explicado por circunstâncias políticas e de maneira teatral, atribuindo-se uma conotação negativa e dramatizada à derrubada da ditadura no México.

La Razón, que desde o primeiro momento vinha apoiando o movimento revolucionário no México, festejou a derrubada de Porfirio Díaz e, nesse contexto, publicou seu primeiro editorial a respeito da Revolução, que defendeu nos seguintes termos:

Tinha que acontecer; o povo mexicano, habituado já a uma longa e perniciosa dominação militar, tinha finalmente que sacudir a situação servil que lhe impunha o chefe dessa ditadura. A vida cívica não existe há trinta anos, pode-se dizer, no México. [...] Mas essas grandes servidões têm que engendrar os protestos mais generalizados e bravios; é o que ocorre no México. [...] Em todo o país surge já varonil e robusta a palavra guerra e o anseio da restauração democrática estalou. [...] Pode-se dizer que assistimos ao início de uma decomposição que já se fazia necessária para acabar com o estigma que aquele governo e aquele sistema representam para a democracia hispano-americana ante o conceito universal.²⁵

Embora não explicitamente relacionada à situação política argentina, não é difícil imaginar a implicação que poderia ter a defesa explícita da via armada para se efetivar a “restauração democrática” no debate político nacional, polarizado e exacerbado em torno da “questão democrática”. Lembremos que, nesse momento, a reforma eleitoral ainda não havia sido sancionada e que a UCR empunhava a bandeira da necessidade de uma “revolução” armada para estabelecer uma ordem democrática no país.²⁶

A questão da democracia se constituía no grande tema do debate político argentino no período analisado e tornou-se um elemento fundamental nas análises dos diários portenhos sobre o México. Nesse sentido, a noção que aparece na passagem citada de *La Razón*, do porfirismo como um “estigma” para “a democracia hispano-americana”, também nos revela uma faceta interessante das considerações dos jornais portenhos. Suas reflexões sobre a democracia como realidade, necessidade ou possibilidade extrapolaram o contexto nacional e se desdobraram em reflexões a respeito do continente. E todos os jornais, em diferentes momentos, lançaram mão dos eventos mexicanos para se posicionarem sobre a polêmica.

²⁵ *La Razón*, 04/05/1911, Revolução Mexicana – Porfirio Díaz em perigo. 1ª pág, 3ª edição.

²⁶ Consultar Capítulo 1, item 1.2.

De uma forma geral, os diários argentinos defenderam – ao menos teoricamente – a idéia de que a democracia corresponderia à forma de organização política capaz de expressar o mais alto grau de “civilização” atingido por uma sociedade; suas percepções diferiam justamente no que respeita ao “estágio” alcançado pela Argentina e demais países latino-americanos nesse processo.

Um elemento fundamental nessas análises, e que também aparece no trecho citado de *La Razón*, foi a percepção de que o subcontinente era tomado enquanto um conjunto “ante o conceito universal”, aspecto que será analisado no próximo capítulo. Ressaltemos, por ora, que, na opinião veiculada pelo vespertino, a “democracia hispano-americana” aparecia como uma tendência natural, o que justificava a deposição das ditaduras, que não representavam mais do que “desvios”.

O avesso dessa percepção foi sustentado por *La Nación*, que defendia que as “jovens” sociedades latino-americanas requeriam um governo forte ou mesmo ditatorial para conter seus ímpetos políticos. O jornal, que não se cansava de advertir sobre o “perigo” das liberdades democráticas para sociedades imaturas para desfrutá-las, encontrou no contexto da *Decena Trágica*, cujas notícias qualificou de “tranqüilizantes”, um “exemplo” para o continente. Na opinião do diário, a derrubada da ordem porfirista tinha sido o elemento que havia desatado “as fúrias de todos os subtiranos que Díaz manteve presos” e “a conquista violenta das liberdades política e civil” só tinha servido para “entregar o México novamente às convulsões anárquicas”. Dessa forma, advertia: “a tragédia do México contém uma lição que [...] devem aproveitar todas as jovens nacionalidades”.²⁷

Tomando a instabilidade política do México como mote, o diário da família Mitre manifestava sua crítica antidemocrática e, assim, enviava seu recado àqueles que defendiam a democratização política em seu próprio país. Anteriormente, no contexto da eleição de Madero, *La Nación* também se utilizou da situação mexicana para criticar a livre concorrência partidária. O diário veiculou a seguinte argumentação, através de um artigo assinado pelo pseudônimo “X.X.”, supostamente enviado do México:

²⁷ *La Nación*, 25/02/1913, *Ecos do dia*, A tragédia do México, p. 8.

A liberdade política de que atualmente se goza neste país levou aos homens que ontem pouco caso faziam dos problemas vitais da nação a empreenderem trabalhos para a formação de 'partidos' que lutem nas urnas eleitorais. Esses trabalhos não tiveram o êxito que os organizadores desejavam, e a principal causa é que um partido não se forma em quatro dias [...] No período curto de dois meses surgiram várias agrupações [...] Mas todos são partidos de ontem [...] ²⁸

Seria impossível não perceber nessa passagem uma espécie de resposta à crítica, latente na Argentina naqueles anos, em relação à falta de partidos políticos com programas estruturados, desligados dos “velhos” personalismos. O trecho citado denota a compreensão da política como âmbito restrito aos “notáveis”, àqueles que tradicionalmente dirigiam os “problemas vitais da nação”, sendo as disputas inacessíveis à gente comum ou aos “partidos de ontem”.

Essa percepção da política – e, mais amplamente, do mundo social – que se depreende das considerações de *La Nación* sobre os eventos mexicanos é aquela da “política vista de cima”, como tão bem sintetizou Ricardo Sidicaro em sua análise sobre o discurso do diário.²⁹ Tal noção, bastante representativa da visão que uma parcela da sociedade argentina possuía no período, estava, evidentemente, muito ligada a grupos que pertenciam às mais altas classes sociais. No principal debate político que cindia a Argentina naqueles anos, esse tipo de percepção da sociedade e da política fundamentou a oposição de parte das elites nacionais à abertura democrática proposta pela ala reformista do PAN.

Contrapontos essenciais às idéias de *La Nación* apareceram tanto em *La Razón* como em *La Prensa*, mas foi principalmente nas páginas dos “dois colossos” da imprensa portenha, claramente identificados às disputas políticas, que as análises sobre o México revolucionário se converteram em arsenais políticos capazes de embasar e demarcar posições.

La Prensa, por meio de um editorial sintomaticamente intitulado “A herança de um despotismo”, comentou os episódios da *Decena Trágica*, os quais qualificou como “assassinatos”, e analisou a situação de violência política no México da seguinte maneira:

²⁸ Idem, 16/10/1911, Do México: a política e os partidos, p. 6.

²⁹ SIDICARO, *Op. cit.*

São esses os efeitos do despotismo manso exercido por quase trinta anos por Porfirio Díaz cujo programa: ‘Pouca política e muita administração’ foi remedado entre nós com a frase: ‘Paz e administração’ [...] Nós, como no México, temos suportado, desde 1880, governos que sintetizaram, seu programa na manutenção da ordem a todo custo [...] fundaram ligas de governadores, estabelecendo como regra a vontade de um “sumo imperador” consagrado a chefe de partido e, quando não fecharam as portas da eleição, quando não perseguiram e encarceraram os adversários, confiaram à fraude, aos acordos, aos conselhos notáveis, a manutenção da funesta política. [...] Os de fora aplaudiam – assim como aplaudiam a Porfirio Díaz – mas os que estudávamos de perto os fenômenos dessa transformação prodigiosa sabíamos que sob a capa dourada fermentavam germes de decomposição moral. [...] As calamidades do presente são herança direta do despotismo, a natural consequência de uma escola de perversão para as instituições democráticas. [...] O exemplo do México deve ensinar dolorosamente a nossos mandatários e impulsioná-los a uma reação de verdade [...]”³⁰

A passagem citada sintetiza de maneira modelar a forma como o maior jornal argentino apropriou-se dos eventos revolucionários mexicanos para criticar a política argentina. Durante todo o período analisado, *La Prensa* embasou suas críticas à situação política nacional por meio de uma identificação à do México anterior à explosão revolucionária. Sua crítica, insistentemente difundida sobretudo por meio de editoriais, tinha por cerce a idéia de que a política autoritária e corrupta do PAN, desenvolvida por meio de articulações entre as oligarquias regionais que eram ratificadas pelo “governo eleitor”, assim como ocorria no México, não poderia levar a outro fim que não fosse uma reação democrática.

Apesar de reconhecer que tal reação já vinha se efetivando na Argentina, por meio da reforma eleitoral promulgada em 1912, o maior jornal portenho temia uma reação violenta, como ocorria no México, caso a reforma não se consolidasse na prática. Com o discurso, explicitamente dirigido “aos mandatários”, ou seja, à ala reformista do PAN que se encontrava no poder, o diário manifestava sua defesa de uma “reação democrática” efetivada dentro da ordem estabelecida, por meio do próprio governo, dotado de uma atitude reformista que *La Prensa* considerava capaz de “regenerar” a política nacional.

O tom de advertência revela a preocupação fortemente manifestada pelos editores de *La Prensa* de que a conjuntura política nacional extrapolasse os limites do reformismo “dentro da ordem” e chegasse a uma situação bélica. A situação do México aparecia, assim, como um “doloroso exemplo”, uma situação extrema que a Argentina deveria evitar.

³⁰ *La Prensa*, 27/02/1913, A herança de um despotismo (Editorial), p. 9.

Lembremos que, no contexto argentino, a UCR seguia com sua particular “retórica revolucionária”, defendendo o uso da violência para estabelecer uma ordem democrática no país.

A crítica de *La Prensa* às “vias de fato” e seu posicionamento em relação à democracia também se manifestavam numa perspectiva continental, como aparece claramente na seguinte passagem:

Convém repetir incessantemente que a civilização argentina já está fora do período embrionário em que são concebíveis e às vezes necessários as vias de fato para fundar uma ordem institucional. [...] [A Argentina] tem contraído virtualmente o solene compromisso de resolver pelo jogo regular de suas instituições todos os conflitos e problemas que a ‘South América’ resolveria por meio das armas fratricidas no transcurso do século XIX. O espetáculo do México, que causa horror, poderia ser classificado como um anacronismo brutal no processo da cultura latino-americana.³¹

Na visão do maior jornal argentino, seu país e a América Latina, de uma forma geral, já haviam superado as etapas iniciais do desenvolvimento social, estando os países aptos para se organizarem sob a forma democrática. Nesse sentido, a deposição do governo de Madero e a guerra civil que se prolongava e se intensificava no México representavam um “anacronismo” no contexto latino-americano.

Enquanto o tema que polarizava o cenário político argentino era a questão da democracia, no Brasil, as elites encontravam-se cindidas ante o “militarismo”. Nesse debate, *OESP* e *Gazeta de Notícias* também utilizaram as análises sobre o México para criticar a situação nacional e, assim como os diários argentinos, demonstraram uma percepção continental ao abordar o assunto.

Após os episódios da *Decena Trágica*, o jornal paulista dedicou um editorial ao tema da Revolução Mexicana. Sintomaticamente situado na seção *Ecos Americanos*, afirmava o seguinte:

A grande lição atual do México – [...] um novo fracasso da doutrina dos “salvadores”

“El continente enfermo” está dando mostras de que ainda o será por muito tempo. No México [...] uma situação que de tal modo se implanta, não dá esperanças de que a ordem se estabeleça. [...] Assim, servisse esta eloqüente lição de atualidade aos que, no Brasil, por fingida cegueira de politiquinhos “arrivistas”, por calculada amnésia de despeitados ou por inofensivo “snobismo” literário confiam ainda nos caricatos “salvadores” [...] Aqueles, tem-no provado,

³¹ Idem, 23/12/1913, p. 9

só conseguem nivelar-nos às tais republiquetas ingovernáveis por escravizadas aos seus caudilhos de ocasião. [...]³²

Na interpretação dos editores paulistas, o México padecia do caudilhismo, mal crônico latino-americano, então encarnado em Huerta, e o corolário, a Revolução Mexicana, como uma lição para o Brasil e sua oligarquia disfarçadamente constitucional, cujo caráter autoritário se intensificava sob o governo hermista e suas intervenções militares nos estados, eufemisticamente denominadas de “salvações” da democracia.

O tom da crítica na *Gazeta* foi bastante semelhante à d'*OESP* e apareceu numa matéria de primeira página denominada “A América em revolução”, na qual os editores cariocas tomaram a situação de instabilidade no México como mais uma expressão de um histórico continental de violência política. A argumentação foi a seguinte:

Vem de longe essas contínuas revoluções das repúblicas hispano-americanas. [...] Cada ano dá-se aqui e ali, principalmente pela parte meridional da América, um desses levantes. [...] Agora, a causa dessas revoluções quase sempre é a mesma – o militarismo. Em todos esses países de origem latina na América as revoluções são inspiradas nas classes armadas e por elas mantidas. E há sempre a figura saliente de um coronel ou de um general que aspira a cadeira presidencial, para não dizer a ditadura. [...] Não será tempo de pormos as barbas de molho, ao vermos, há tanto tempo, as do vizinho arder?...³³

Essa passagem sugere um posicionamento bastante semelhante ao dos editores do jornal paulista, posto que também se trata de uma crítica ao “militarismo” e seus frutos políticos. As aparências, entretanto, encobrem posições bastante diferentes. Em primeiro lugar, devemos salientar que cada um dos jornais lançou mão da situação mexicana para criticar a brasileira em momentos muito distintos. Enquanto n'*OESP*, o golpe de Estado no México, seguido dos assassinatos do presidente e do vice, foi o mote para a crítica antimilitarista, na *Gazeta* essa se manifestou ainda em princípios de 1912, durante o governo constitucional de Madero.

Se consideramos apenas a situação política do México, chama a atenção o fato de que a crítica da *Gazeta* tenha sido veiculada exatamente no ano de 1912, que não foi marcado por instabilidade ou violência política crônicas, comparativamente aos períodos

³² *OESP*, 27/02/1913, *Ecos Americanos*, p. 3.

³³ *Gazeta de Notícias*, 08/03/1912, A América em revolução. 1ª pág.

anterior à derrubada da ditadura porfirista ou posterior à *Decena Trágica*, aos quais, aliás, o diário não conferiu grande destaque. Mas quando atentamos para a realidade brasileira, fica claro que o discurso do jornal carioca e seu tom de advertência respondiam à conjuntura nacional, pois tratava-se de um momento em que as intervenções militares nos estados se avolumavam, aproveitando o contexto das eleições estaduais para forçar a ascensão de grupos que haviam apoiado a eleição do Marechal Hermes.³⁴

N'OESP, entretanto, a crítica às intervenções militares do governo federal se somava a uma crítica mais contundente à ordem política nacional, com a denúncia das fraudes eleitorais e das articulações politiquieiras que a marcavam, configurando uma clara defesa das instituições republicanas, sobretudo da efetividade do sufrágio. Na *Gazeta*, a postura “antimilitarista” – que se referia não só às intervenções militares do governo hermistista, mas também ao marcante aspecto personalista da política nacional, sobretudo, à proeminência política do general Pinheiro Machado, figura que os editores do jornal abominavam – tinha outro foco. O contraponto de sua crítica não se encontrava no respeito às liberdades políticas e sim no fortalecimento do Estado, enquanto instituição capaz de manter a ordem social, ameaçada por movimentos sociais, rurais e urbanos, que marcavam o cenário nacional no período e em relação aos quais o jornal demonstrava enorme preocupação.

A posição da *Gazeta* foi esclarecida de forma absoluta no seguinte comentário de seus editores – que, aliás, foi imediatamente reproduzido pelo *Minas Gerais* – ante as notícias publicadas sobre o acirramento dos movimentos rurais em Juazeiro e no Contestado:

Continuam, e cada vez mais deprimentes para os créditos do país, os grupos sediciosos e guerrilheiros em alguns estados do sul e do norte. [...] Esses bandos de perturbadores das administrações estaduais não podem continuar a sua impune assolação. [...] Quer se denominem revolucionários no Ceará, quer sejam conhecidos por fanáticos no sul, em Santa Catarina, o que não resta dúvida é que os presidentes dos estados que tal gente infesta precisam usar de processos definitivos para acabar, de vez, com semelhante e inexplicável desordem permanente. [...] É assombroso, pois, que passem meses e meses e um país, constitucionalmente constituído, cruze os braços diante de tanta carnificina, por motivos de inexplicáveis conciliábulo[sic] partidários, como se fosse possível considerar acontecimentos políticos assassinios e assaltos inspirados em ódios pessoais. [...] Para um governo

³⁴ Consultar Capítulo 1, item 1.3.

realmente digno desse nome, o caso desse coronel como do monge Cícero não é, não pode ser mais que um caso de polícia, que de ser liquidado em 24 horas, nem que seja preciso mobilizar o exército.³⁵

A passagem citada dispensa comentários – a não ser o fato de que, na hora de conter os “revolucionários”, o jornal carioca não considerava “militarista” o governo Hermes, mas sim “constitucional” – e, em nossa concepção, ajuda a explicar a abordagem utilizada pelo diário em relação ao tema da Revolução Mexicana, cujas notícias que chegavam pelo telégrafo informavam uma situação bastante semelhante à nacional. Exceto para o contexto da *Decena Trágica* – pois não tivemos acesso aos exemplares do diário referentes ao período –,³⁶ a ausência de análises mais detidas por parte da *Gazeta* em relação à Revolução Mexicana, mesmo em seus eventos mais significativos, foi um elemento que destoou tanto dos demais jornais analisados, brasileiros e argentinos, quanto do expressivo espaço que o jornal carioca dedicou aos eventos internacionais da Revolução, desde a intervenção estadunidense, em 1914. Como essa última questão será abordada no próximo capítulo, concentremo-nos na primeira.

São tão poucos e tão pouco aprofundados os comentários da *Gazeta* sobre a situação política mexicana durante os primeiros anos da Revolução que, à primeira vista, parece que o jornal não possuía suficientes informações sobre o que acontecia no México para produzir comentários a respeito. Mas alguns elementos apontam para o fato de que o jornal sabia muito mais do que publicava sobre a Revolução Mexicana.

Um claro exemplo dessa situação fica patente quando da visita do intelectual socialista argentino, Manuel Ugarte, ao Rio de Janeiro, em agosto de 1913, para dar uma conferência sobre a aproximação dos países latino-americanos, ideal fortemente defendido por ele. A *Gazeta* publicou na primeira página uma entrevista com Ugarte e, em uma das perguntas, o entrevistador referiu-se às conferências realizadas pelo argentino no México e afirmou: “sabemos aqui que essa conferência provocou desaprovação do presidente

³⁵ *Gazeta de Notícias*, 03/01/1914, Nota da Redação, *Boletim Telegráfico*, p. 5; *Minas Gerais*, 04/01/1914, *Imprensa do Rio*, p. 4.

³⁶ O referido período corresponde a uma falha no acervo da Biblioteca Nacional, que possui a coleção mais completa dos exemplares do diário.

Madero.”³⁷ Mas o jornal não havia feito qualquer comentário a respeito desses eventos ou qualquer outro a respeito da situação interna mexicana no período.

Fica claro que o jornal possuía razoáveis informações sobre o que ocorria no México, suficientes não só para saber que Ugarte havia conferenciado no país, como também, ao menos superficialmente, sobre o impacto que causou.³⁸ Mas, a essa altura, colocar em destaque os eventos mexicanos implicaria fatalmente na constatação da instabilidade política e social e, portanto, da incapacidade do Estado de manter a ordem, questões que tanto preocupavam o jornal no âmbito nacional. E o fato do comentário da *Gazeta* a respeito dos movimentos rurais brasileiros ter sido reproduzido no diário oficial do governo de Minas não foi uma ocorrência fortuita, pois transparece nas páginas desses jornais a existência de uma privilegiada “amizade” envolvendo as direções e redações de ambos.³⁹

No que diz respeito às intervenções públicas de ambos em relação à Revolução Mexicana, apesar da utilização de estratégias distintas, identificamos uma sincronia em seus posicionamentos, desde o início, quando o *Minas* fez as já citadas reproduções de comentários da *Gazeta*, sem se referir à fonte original ou ao menos informar aos leitores que se tratavam de reproduções de outro órgão de imprensa. Ambos mostraram-se particularmente interessados em minimizar o alcance do movimento revolucionário e em ressaltar o estabelecimento da ordem pelo Estado. Mas, enquanto a estratégia assumida pela *Gazeta* foi a de desviar-se dos acontecimentos mexicanos, a do *Minas Gerais* consistiu em difundir uma imagem barbarizada dos revolucionários, lançando mão das notas detratoras que circulavam pela imprensa internacional, principalmente sobre os zapatistas.

³⁷ *Gazeta de Notícias*, 29/08/1913, Manuel Ugarte, notável escritor e conferencista argentino fala à *Gazeta*, 1ª pág.

³⁸ Manuel Ugarte visitou o México em finais de 1911 e suas conferências, marcadas pelo antinorte-americanismo que caracterizava seu discurso político, tiveram forte impacto no contexto mexicano, quando grupos de oposição acusavam o governo Madero de ser financiado pelos Estados Unidos. Ao abordar essa conjuntura, Pablo Yankelevich destaca que “as referências de Ugarte foram utilizadas para fortalecer posturas nacionalistas no México, ao mesmo tempo em que serviram para legitimar o discurso dos opositores ao governo de Madero” e, ainda, que “Ugarte se tornou a figura central de um conflito que alcançou significativas dimensões.” (YANKELEVICH, 1997, p. 157).

³⁹ Em 1914, por ocasião da inauguração da sucursal da *Gazeta* em Belo Horizonte, o jornal publicou com enorme destaque uma reportagem sobre a visita de seus editores à redação do *Minas Gerais*. Permeada de fotografias, a matéria tomou várias páginas do jornal carioca, apresentando intermináveis elogios à modernidade da imprensa oficial mineira e à competência de seu diretor. Ao final, destacou a presença do filho do governador de Minas, Bueno Brandão Filho, na inauguração da filial do diário carioca na capital mineira. Imediatamente após o estabelecimento de sua agência em Belo Horizonte, a *Gazeta* passou a publicar a coluna *Chronique*, exatamente a mesma que o diário oficial mineiro vinha publicando há quase um ano, tornando explícito um sistema de cooperação entre ambos os diários.

Segundo Pablo Yankelevich, em estudo sobre a projeção internacional da Revolução Mexicana, houve, por parte dos Estados Unidos, toda uma “campanha” contra o México revolucionário, através da difusão da “... idéia de uma realidade anárquica e barbarizada” a respeito da revolução e dos revolucionários mexicanos, visando justificar uma intervenção, que de fato veio a ocorrer em abril de 1914.⁴⁰ E, de fato, através das reproduções feitas pelos diários, podemos perceber a circulação, por meio da rede internacional, de inúmeras notas detratoras dos revolucionários mexicanos. As reproduções feitas pelos jornais também permitem identificar que, normalmente, essas notícias tinham origem estadunidense. Todos os jornais analisados, em maior ou menor medida, reproduziram notas desse tipo e, inclusive, podemos verificar a existência das mesmas notas reproduzidas em diários dos dois países.

Entretanto, principalmente no *Minas Gerais*, percebemos que essas notas foram apropriadas de forma a projetar sobre os camponeses dos “sertões” do Brasil as mesmas imagens detratoras que circulavam sobre os revolucionários mexicanos. Assim, enquanto no México, “num ataque de zapatistas contra um comboio, os atacantes praticaram as mais revoltantes barbaridades contra os passageiros que lhes caíram nas mãos, dos quais muitos foram torturados e queimados, num saque desenfreado”,⁴¹ no Brasil, “continuam chegando a esta capital [Belo Horizonte] notícias dos horrores praticados pelos cangaceiros [da Paraíba], saqueando as casas de famílias e cometendo toda espécie de depredações.”⁴² Essas imagens foram se repetindo ao longo do tempo e as notícias sobre atos de “vandalismo” dos revolucionários mexicanos se tornaram mais recorrentes no jornal mineiro exatamente nos momentos de exacerbação dos conflitos rurais no Brasil.

Por meio dessa estratégia discursiva, as imagens dos camponeses, do México e do Brasil, apareceram nas páginas do *Minas Gerais* sempre vinculadas a situações de violência e completamente deslocadas de quaisquer reivindicações políticas ou sociais. Surgiam como atos de puro “vandalismo”, praticados por indivíduos “desclassificados” que só queriam espalhar o “terror”. Encontramos, ainda, no diário oficial mineiro, uma particular

⁴⁰ YANKELEVICH, 1997. p. 18.

⁴¹ *Minas Gerais*, 14/08/1912, *Telegramas do Exterior*, p. 8.

⁴² *Idem*, 02/06/1912, p. 8.

imagem de Zapata e de seu exército, associados de forma bizarra à doença, por meio da publicação da seguinte nota:

Entre os exércitos que se dilaceram no México, um existe, certamente, o mais estranho que se conhece encerrando o poder supremo do terror. Trata-se de um exército composto exclusivamente de soldados leprosos. É o exército do famoso general Zapata [...] Sabe-se que a lepra no sul do México é uma moléstia comum, encontram-se lá leprosos com rostos horrivelmente mascarados de branco ou de vermelho ou de negro. Desses homens, reunidos, resolveu fazer uma força o general revolucionário, que mantém em permanente terror e sobressalto o governo da convulsionada república.⁴³

Lembremos que, àquela época, estavam em voga teorias biologicistas de interpretação da realidade social, pensada enquanto um organismo que precisa funcionar harmonicamente. Conjugadas às teses positivistas defendidas pelos diretores do jornal mineiro, essas teorias levavam à interpretação dos conflitos como “moléstias sociais” que precisavam ser extirpadas, justificando, assim, a eliminação de quaisquer “sedições” por métodos autoritários e violentos.

A repressão militar por parte do Estado era a “solução” defendida tanto pelo *Minas Gerais* quanto pela *Gazeta* contra os movimentos camponeses que ameaçavam a “ordem nacional”. E percebemos que também o jornal carioca aproximou as imagens bárbaras que circulavam sobre os revolucionários mexicanos às representações dos movimentos camponeses brasileiros. Entretanto, no jornal carioca essa estratégia foi utilizada de maneira diversa, pois esse tipo de notícia tendia a desaparecer do diário quando os conflitos no meio rural brasileiro se agudizavam.

As diferentes formas como esses jornais articularam as imagens “barbarizantes” dos camponeses mexicanos ao contexto nacional podem ser relacionadas às distintas situações vivenciadas pelos respectivos estados em relação à questão agrária. No Rio de Janeiro, a questão da terra não gerava tantos conflitos no período – posto que a cafeicultura estava em decadência no estado, cujo fechamento da fronteira já havia ocorrido nas décadas anteriores.⁴⁴ Em razão disso, podia-se evitar abordar o assunto, como fez a *Gazeta*. Em Minas Gerais, por outro lado, as primeiras décadas do século XX

⁴³ *Minas Gerais*, 15/07/1913, *Diversas*, p. 3.

⁴⁴ Consultar Capítulo 1, item 1.3.

caracterizaram-se pelo avanço dos cafezais sobre as terras devolutas, em geral ocupadas por populações pobres que não tinham condições de legalizar a posse, o que culminou num clima de insatisfação latente no meio rural. Assim, sendo impossível desviar-se da questão agrária, o jornal oficial difundiu massivamente uma representação barbarizada dos camponeses, completamente desvinculada de quaisquer reivindicações de ordem política ou social, visando desqualificar os movimentos rurais candentes no estado.

Apesar de construídos de maneiras distintas, os discursos dos diários mineiro e carioca transmitiam aos leitores a noção de que o movimento mexicano carecia de um sentido político ou social e, sobretudo no caso da *Gazeta*, as poucas referências a respeito dos acontecimentos no país do norte induziam a pensar que, inclusive, lhes faltava relevância no próprio cenário mexicano. Uma “leitura”, portanto, do movimento revolucionário mexicano – que continha certas reivindicações semelhantes às colocadas no cenário brasileiro – que servia aos interesses político-ideológicos de ambos os diários. Em que pese a distância de seus auto-discursos, sendo um, jornal oficial, e o outro, considerado “popular”, suas práticas revelam a proximidade de seus posicionamentos efetivos: a defesa da ordem social como o valor político fundamental, por cuja manutenção deslegitimavam quaisquer movimentos que pudessem alterá-la, defendiam medidas autoritárias e, inclusive, o uso da força militar.

OESP e *La Prensa*, jornais que apresentavam posicionamentos políticos bastante críticos em seus contextos nacionais, foram os que mais estabeleceram vinculações explícitas entre seus contextos nacionais e a situação do México revolucionário. Ambos os diários encontraram na ordem porfirista e em seu legado todos os vícios políticos que identificavam em seus próprios países e utilizaram as análises sobre o México para desferir suas críticas às situações políticas locais.

No caso d’*OESP*, além do militarismo, outro foco marcante de sua crítica ao cenário brasileiro — que encontrou nos acontecimentos mexicanos um terreno fértil para se expressar — foi o antiimperialismo. Como o México, assim como o Brasil encontravam-se muito ligado à economia estadunidense, o jornal paulista observava de perto as atitudes dos Estados Unidos em relação ao seu vizinho, como fica claro num artigo do colaborador

Aguiar Andrade, logo após os eventos da *Decena Trágica*: “o México sem paz tornou-se um vizinho incômodo para os Estados Unidos [...] e a concentração de tropas em Galveston é um sinal evidente de que os ‘gringos’, como lhes chamam no México, estão fartos de vizinhos tão turbulentos.”⁴⁵

Portanto, antes mesmo da Revolução se desdobrar num conflito internacional, *OESP* já manifestava preocupação ante o perigo de uma intervenção estadunidense, dado o acirramento da guerra civil no México. E, desde o início dos conflitos diplomáticos entre os Estados Unidos e o México revolucionário, o cerne das análises veiculadas pelo diário paulista passou a ser a idéia de que a instabilidade política no México era fomentada pelos Estados Unidos, por interesses imperialistas. Como o agravamento das desavenças entre a potência do norte e seu vizinho do sul coincidiu com a aproximação diplomática ainda maior do Brasil com os Estados Unidos – cujo marco foi a viagem do ministro Lauro Müller àquele país em meados de 1913 –, as críticas d’*OESP* foram ainda mais aguçadas e o México, definitivamente, passou a encarnar, na crítica veiculada pelo jornal paulista, os efeitos de tamanha vinculação à economia estadunidense.

O posicionamento assumido pelo diário apareceu claramente sintetizado numa das *Cartas de Londres*, seção na qual eram publicados os artigos de um colaborador, de pseudônimo “Zeno”, que escrevia da capital inglesa para *OESP*.⁴⁶ Afirmava: “podem fazer-se a par as duas políticas [de aproximação aos Estados Unidos e manutenção de vínculos estreitos com a Europa], mas é preciso que se façam ambas para não cair na triste situação do México [...]” Em outra de suas *Cartas*, encontramos também, muito bem resumido e explicitado, o argumento que movia a crítica antiimperialista reiterada inúmeras vezes nas páginas do jornal paulista: “[...] O Brasil é grande e rico. Mas os Estados Unidos são absorventes. E uma dependência financeira e econômica converte-se necessariamente em dependência política. [...]”⁴⁷

⁴⁵ AGUIAR ANDRADE. *OESP*, 27/02/1913, A revolução no México, p. 4.

⁴⁶ O uso de pseudônimo, que era muito comum na época, dificulta a identificação de algumas figuras que tinham seus artigos publicados pelos jornais. Não conseguimos identificar quem era “Zeno”, no entanto, podemos sugerir que se tratava de um intelectual de proeminência no período, visto que possuía uma coluna assinada no jornal paulista, que era um dos maiores órgãos de imprensa do Brasil.

⁴⁷ ZENO. *OESP*, 29/07/1913, *Carta de Londres*, p. 4 e 02/03/1914, p. 3.

No plano da política interna, tanto *OESP* quanto *La Prensa* empreenderam uma crítica contundente aos governos “despóticos”, considerados incapazes de assegurar a ordem política por muito tempo, e a defesa do respeito às instituições políticas como a única forma de desenvolvimento eficaz e condizente com o século XX, compreendido como uma nova era que consagraria tais princípios políticos.

Em um de seus artigos sobre o México, Oliveira Lima, escrevendo para o jornal paulista, afirmava: “O México [...] continua a ser para nós uma ‘lição’, de forma, em todo caso, negativa, [...] porque já ficou demonstrado à sociedade o que vale material e moralmente uma ditadura firmada no terror.” Para o autor, a estabilidade política “estabelecida sobre uma escravidão moral”, ainda que conquistasse progressos materiais, levaria “finalmente à anarquia”, pois, argumentava, “o despotismo não é suscetível de dar frutos diversos.”⁴⁸

La Prensa, por sua vez, num editorial sintomaticamente intitulado “Descendências do personalismo político: México e a República Argentina”, identificou Díaz “[a]os Rosas, os López, e tantos outros menores da série que imperaram em seu tempo” e, na ocasião da morte do ditador mexicano, em 1915, afirmou enfaticamente: “decididamente, passou para sempre a época dos homens providenciais, só as virtudes cívicas de uma nação podem assegurar sua própria grandeza.”⁴⁹

Dessa forma, ambos os diários expressaram-se nos termos do reformismo liberal que marcou o cenário latino-americano no início do século XX. No caso do maior jornal argentino, tal posicionamento se inclinava à defesa do estabelecimento de uma ordem democrática, com a ampliação da participação política, como se configurava no cenário argentino. Já no caso d’*OESP*, centrava-se na defesa do respeito às instituições, principalmente no que concerne à efetividade do sufrágio. Em ambos, o posicionamento crítico se restringia aos aspectos políticos.

⁴⁸ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *OESP*, 09/06/1914, A trapalhada mexicana, *Coisas Estrangeiras*, p. 5. O título dado ao artigo referia-se à atitude do presidente Wilson em relação ao México, que o autor criticou como precipitada e desastrada. Embora publicado no início de junho pelo jornal paulista, o artigo tinha sido escrito em maio, pouco tempo após a invasão de Vera Cruz.

⁴⁹ *La Prensa*, 05/08/1915, México, p. 5; 03/07/1915, Porfirio Díaz, morto ontem em Paris, p. 10; 15/08/1915, Descendências do personalismo político: México e a República Argentina (Editorial), p. 5.

Dos jornais analisados, apenas em *La Razón* a questão social apareceu de forma mais contundente nas análises sobre a Revolução Mexicana, particularmente em alguns artigos enviados do México, em 1914, por Tito L. Foppa, membro da diplomacia argentina naquele país. Sua interpretação da Revolução, veiculada através das páginas de *La Razón*, aparece bem resumida na seguinte passagem:

Madero foi o líder do movimento político, mas conhecendo a existência da agitação agrária, fez de ambas as aspirações um só programa vinculando a segunda ao primeiro. [...] [ele] sofreu a influência dos senhores latifundiários e, de boa ou má fé, esqueceu os compromissos mais sagrados firmados durante sua campanha. [...] Os camponeses se lançaram novamente à revolta e o governo Madero, como o de Díaz anteriormente e o de Huerta depois, organizou tropas e mobilizou soldados para combater e exterminar o zapatismo, como se fosse fácil exterminar em um dia o que há um século é uma questão de vida ou morte para 13 milhões de seres. [...] [Madero] não soube ou não quis levar até o fim a revolução que, partindo de Morelos, até hoje é a mesma que açoita os campos do México.⁵⁰

Foppa identificava a questão da terra no México como “um problema secular econômico cujas raízes históricas encontravam-se na conquista” e chegou a afirmar categoricamente: “a repartição da terra fatalmente terá que se realizar, mais cedo ou mais tarde, se de fato se quiser restabelecer a normalidade no México”.⁵¹

Como sabemos, na Argentina a questão agrária não era um problema tão crucial como ocorria no México e no Brasil, portanto, enfatizar a luta pela terra como um aspecto central da Revolução Mexicana não tinha o mesmo peso que dizê-lo, por exemplo, no país vizinho. Ainda assim, os dois maiores jornais argentinos desviaram-se das reivindicações sociais do processo revolucionário mexicano. Explicitamente envolvidos nas disputas políticas que marcavam o cenário nacional, centraram-se nos aspectos políticos da Revolução, os quais esgrimiram como armas na defesa de suas posições. Entretanto, podemos afirmar que, também *La Razón*, apesar de ter veiculado a citada interpretação, que destacava a questão agrária como elemento central na Revolução Mexicana, assumiu uma postura de afastar-se da principal questão social que poderia gerar ressonâncias em seu país.

⁵⁰ FOPPA, Tito L. Do país da tragédia, *La Razón*, 02/05/1914, p. 4, 3ª ed.

⁵¹ Idem, 01/03/1914, p. 5, 3ª ed.

Quando Tito Foppa enviou seu primeiro artigo do México para o jornal portenho, o fez em forma de uma resposta ao editor, que questionava sobre o caráter do processo revolucionário no país do norte, se tratava-se de um movimento anarquista. O questionamento é, em si mesmo, bastante revelador, pois demonstra que a grande preocupação de *La Razón* se concentrava no perigo de uma revolução libertária. Enquanto a “questão agrária” na Argentina, além de não se apresentar como uma temática tão central, configurava-se de maneira muito distinta da mexicana, o movimento operário, particularmente anarquista, era identificado como a grande “questão social” do país, já majoritariamente urbano no início do século XX.

Assim, ao desmentir o caráter anarquista da revolução no México, a resposta do diplomata argentino ganhou destaque em *La Razón*, expressa de forma taxativa: “não é um movimento anarquista o que está se desenvolvendo no México [...] Zapata e Eufemio não são apóstolos de nenhuma tendência ou escola filosófica, eles são camponeses [...] cujas aspirações não vão além do reparto de terras.”⁵² Se tal interpretação ressaltava a importância da ação camponesa, sem dúvida fundamental na Revolução, também permitia afastar os olhares da mobilização anarquista, que também se fez presente no processo revolucionário mexicano.

Certamente o artigo de Foppa não teria ganho o mesmo destaque no jornal portenho caso sua resposta fosse positiva, no sentido de afirmar tratar-se de uma exitosa revolução libertária. Vale ressaltar que, nesse mesmo período, o movimento anarquista argentino debatia a respeito da mesma questão, sobre o caráter libertário ou não da Revolução Mexicana e sobre o papel que deveria ser assumido pelos anarquistas mexicanos no processo.⁵³

Por outro lado, o endosso, por *La Razón*, da proeminência da reivindicação agrária na Revolução não significa que o jornal manifestasse qualquer tipo de apoio à ação das classes populares no movimento. Ao contrário: enquanto a questão agrária no México e a

⁵² FOPPA, Tito L. Do país da tragédia: As duas revoluções. É um movimento anarquista?, *La Razón*, 01/03/1914, p. 5, 3ª Ed.

⁵³ No início de 1914, as discussões dentro do movimento anarquista argentino sobre a Revolução Mexicana baseavam-se, sobretudo, nas notas enviadas do México por um dos dirigentes do movimento argentino, Rodolfo González Pacheco, que havia passado pelo país do norte em fins de 1913, antes de seguir para a Espanha (YANKELEVICH, 1997, p. 190).

participação camponesa no processo revolucionário apareceram, ainda que de maneira contundente, de forma pontual, apenas nos artigos de Foppa, a desqualificação da ação das massas indígenas no movimento mexicano foi continuamente operada pelo diário.

Os principais líderes camponeses, Villa e Zapata, foram taxados de “caudilhos brutais e cruéis” e a imagem veiculada por *La Razón* dos “revolucionários mexicanos”, de forma generalizada, aparece bem exemplificada na seguinte anedota, que foi publicada com o título de “O original esporte dos revolucionários mexicanos” e acompanhada de uma imagem ilustrativa da cena narrada:

O exército revolucionário mexicano tem seus dias de diversão, como descanso entre os de luta. Um dos jogos favoritos é o que ilustra a gravura que reproduzimos. Um boneco, representando um soldado federal, é pendurado no teto; seu corpo oculta uma panela de barro cheia de cigarros, pedaços de cana de açúcar e doces de todo tipo. Para conseguir essas guloseimas, escolhe-se um dos concorrentes, a quem, depois de tampados os olhos com um pano e feito dar várias voltas, se ordena bater com um pau no soldado federal. Todos o animam com o grito: Bate nele! Bate nele! Enquanto isso, uma garotinha entoa canções populares, ao som de harpa e violão. Todos os presentes estão prontos para se apoderarem do conteúdo da panela, mas às vezes acontece que, por uma brincadeira, o boneco não tem mais que terra, então a multidão decepcionada reage com gritos de protesto e raiva, que costumam terminar em cenas sangrentas.⁵⁴

Sobressaem as imagens de violência e barbárie, enfatizadas pelo jornal e, não raro, identificadas aos caracteres raciais da população mexicana. Na opinião de *La Razón*: “não podemos perder de vista que ali predomina, em absoluto, o elemento asteca, puro ou quase puro, cujos representantes têm todas as tendências e caracteres físicos e morais da raça indígena”.⁵⁵

Aqui aparece claramente a “questão racial”, um dos aspectos fundamentais a ser considerado nas leituras argentinas da Revolução Mexicana e um elemento interessante a ser comparado em relação ao Brasil.

Em todos os diários argentinos esteve latente uma visão depreciativa do “México indígena”, independentemente de seus posicionamentos em relação à Revolução. Os discursos dos jornais portenhos demonstram que compartilhavam de uma auto-imagem da

⁵⁴ *La Razón*, 16/04/1914, Acontecimientos do México, 1ª pág. 3ª ed. e 24/04/1914, O México e os Estados Unidos, p. 3, 4ª ed. e 22/1913, p. 5, 3ª ed. (A referida gravura encontra-se reproduzida no Anexo 3, p. 215.)

⁵⁵ *Idem*, 16/04/1914, Acontecimientos do México, 1ª pág., 3ª ed.

Argentina como “nação branca”, o que, em todos eles, desembocou num olhar de “superioridade” em relação ao México.

Nem mesmo *La Prensa*, que buscou insistentemente aproximar as realidades argentina e mexicana, escapou dessa perspectiva. Para o jornal, ainda que o contexto político de seu país apresentasse um quadro semelhante ao mexicano, “não chegamos aos extremos do México, porque aqui, felizmente, atuam poderosos fatores de salvação: a superioridade do grau médio intelectual das massas, o predomínio da raça européia.”⁵⁶ Assim, na percepção dos editores do maior diário argentino, em comparação com o México, a “raça européia” correspondia a um elemento de “superioridade” da sociedade argentina, na qual era possível alcançar a democracia sem a necessidade de uma guerra civil.

La Nación, em sua característica defesa da ordem *porfirista*, encontrou, na herança indígena, a explicação para as guerras e violências que assolavam o país do norte. Em sua visão, o México, “sob a enérgica administração de Porfirio Díaz[,] havia conseguido nos enganar com uma aparência de tranqüilidade e trabalho”, mas voltava a “atrair a atenção do mundo [...]. Em dois dias a capital do antigo império asteca voltou a presenciar as matanças do tempo de Montezuma.”⁵⁷

Enquanto *La Nación* vinculou as violências da política mexicana às heranças do passado asteca, um contraponto interessante apareceu nas páginas do brasileiro *OESP*, num artigo de Oliveira Lima que se referiu elogiosamente ao passado indígena do México, ao criticar a situação que vigorava no campo mexicano. Intitulado “Barbarous México”, o artigo fazia alusão ao livro de mesmo nome do estadunidense John Kenneth Turner, que denunciava o sistema de *peonaje* naquele país. O fato do livro ter sido publicado quase ao mesmo tempo que a apresentação de um projeto de lei de seguro para trabalhadores na Inglaterra chamou ainda mais a atenção do intelectual brasileiro, que afirmou:

No mesmo momento em que o governo inglês resolvia chamar para si a proteção dos trabalhadores nacionais contra a doença e a falta de emprego [...] ficava o mundo sabendo, por aquele volume de um americano, que no estado de Yucatán a antiga população Maya, cuja civilização foi tão notável,

⁵⁶ *La Prensa*, 27/02/1913, A herança de um despotismo, p. 9.

⁵⁷ *La Nación*, 12/02/1913, *A revolução no México*, p. 9.

se acha forçada ao trabalho sem remuneração, surrada e vendida por efeito de um sistema de dívida pessoal que já foi denunciado na nossa Amazônia e no nosso Acre [...] No México a imprensa, sujeita a um poder ditatorial não pode fazer às revelações americanas o acolhimento que elas poderiam merecer, nem defender todos aqueles desventurados [*peones*].⁵⁸

Dessa forma, o autor encontrava as “barbaridades mexicanas” não numa pretensa característica racial de sua população, mas na situação de miséria e exploração à qual estava submetida. E essa realidade não foi apontada apenas no México, mas também no Brasil, onde grande parte da população rural encontrava-se submetida a condições semelhantes às do país do norte.

Mas ressaltemos, desde logo, que essa foi a única alusão à questão social no México que o jornal paulista veiculou ao longo de todo o período estudado e, tratando-se de um artigo assinado, não necessariamente representava uma opinião compartilhada pelos editores do diário. Além disso, como se depreende da leitura do trecho citado, a situação de exploração social não apareceu vinculada ao movimento revolucionário que se desenvolvia no país do norte, ao contrário, subjaz na argumentação do autor a noção de que caberia à imprensa denunciá-la e “defender” a população explorada. Revela-se claramente a perspectiva da “missão pedagógica”, que era auto-atribuída à imprensa por seus próprios produtores.⁵⁹

Com a intensificação da guerra civil no México, após a queda de Madero, o “caráter” da população mexicana apareceu enfocado como explicação para a instabilidade política do país também n’*OESP*, que vinha se posicionando de forma mais favorável ao movimento revolucionário. Num artigo de um dos principais colaboradores do diário, Aguiar Andrade, encontramos a seguinte análise da situação mexicana: “Madero quis governar com a constituição [*sic*], parecendo ignorar que o povo mexicano[,] em sua grande maioria composto por *peones*, raça inferior e semi-selvagem, ainda está longe de poder compreender o alcance de um governo dessa natureza.”⁶⁰

⁵⁸ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Barbarous México. *OESP*, 20/06/1911, *Coisas Estrangeiras*, p. 3-4. (Nessa data, Porfirio Díaz já havia renunciado, mas o artigo havia sido enviado da Europa em maio de 1911.)

⁵⁹ CAPELATO, 1991, p. 133.

⁶⁰ AGUIAR ANDRADE. Idem, *A revolução no México*, p. 4.

Como se depreende do excerto citado, apesar da ocorrência da palavra “raça”, o tom pejorativo utilizado para se referir aos mexicanos não remete diretamente a uma caracterização étnica, mas principalmente a uma identificação social e muito claramente a seu pertencimento ao mundo rural. Essa foi a forma mais recorrente nos jornais brasileiros, ao contrário dos argentinos, que normalmente tenderam a associar pejorativamente, e de forma explícita, os revolucionários mexicanos à figura do “índio”. No caso dos diários portenhos, a identificação racial dos mexicanos pode ser explicada, além do latente preconceito racial, pelo fato de que a presença indígena – que continuava significativa no país apesar de, em grande medida, ser negada pelo discurso oficial – ganhava o cenário público no período por meio de diversos levantes, desencadeados por comunidades originárias da região do Chaco, recentemente incorporadas ao território nacional e forçadas a trabalhar nos canais do norte. Essas revoltas aparecem noticiadas pelos diários portenhos normalmente sob o título “Assalto de índios.”⁶¹ Já o cenário brasileiro, como já destacamos, esteve marcado — enquanto a luta revolucionária se desenrolava no México — pela eclosão de movimentos sociais rurais.

Sobre essas referências pejorativas em relação à população mexicana, é interessante observar que uma das poucas vezes em que observamos, no *Minas Gerais*, a associação explícita de caracteres raciais à imagem negativa dos mexicanos ocorreu exatamente através de uma reprodução “de um jornal platino”. Apesar de o jornal mineiro não citar o nome do periódico do qual reproduziu o artigo, tratava-se do argentino *La Razón*, que no período vinha publicando um série de artigos do jornalista italiano Luigi Barzini, enviado do diário *Corriere della Sera* ao México. O italiano, que possuía uma visão extremamente negativa dos indígenas, afirmava o seguinte no referido artigo, reproduzido pelo diário oficial mineiro: “entre essa gente, em períodos de desordens, quando difunde a embriaguez do sangue e do mando, para pacificar é necessário aterrorizar e abater.” E completava: “é necessário não esquecer que o México, moderno em aparência, tem

⁶¹ *La Prensa*, 22/06/1911, p. 10; *La Nación*, 14/05/1912, p. 11. Sob os títulos “assalto de índios” ou “malón de índios” os periódicos publicaram notícias de levantes indígenas no Chaco austral, em Salta e outras localidades do nordeste e noroeste argentino. Essas referências remetem à memória oficial da construção do Estado nacional na Argentina e a todo um imaginário que foi construído em relação aos indígenas no século XIX, relacionando “o índio” às noções de violência, como rapto de mulheres ou ataques a populações brancas indefesas, visando justificar as campanhas do deserto e os massacres das populações indígenas que marcaram o processo de expansão do Estado argentino.

enorme maioria de população semi-selvagem e está dominado por uma classe de alma medieval.”⁶²

A reprodução feita pelo jornal mineiro não foi fortuita, visto que, apesar de em todos os diários argentinos o critério “raça” ter atuado como uma referência importante ao se referirem ao México, apenas *La Razón* produziu uma interpretação essencialmente racista dos eventos que se desenrolavam naquele país.

Ao comentar a situação mexicana após os eventos da *Decena Trágica*, o jornal considerou que se constituía numa “restauração” da “arcaica entidade política”, operada pelo sobrinho do antigo ditador, “retrato moral e político do tio”. Então, para criticar a política porfirista, “seus homens e seus métodos”, o diário recorreu à origem genética dos Díaz, que expressou, inclusive, por meio de um organograma contendo a árvore genealógica da família, além do desenho do tipo físico de Félix Díaz, ocupando cerca de meia página do jornal, com o seguinte comentário:

De pai espanhol e mãe índia mestiça, de raça mixteca, pura até a geração anterior, [Porfirio] Díaz é, pois, um mestiço, como seu irmão mais novo Félix, o pai do homem a quem atribuímos maior influência que o próprio Huerta na atualidade do México. [...] Acaba-se de ensaiar nas cabeças de Madero e de Pino Suárez seus métodos, utilizados por seus homens. Logo veremos a sorte que eles reservam a seu desgraçado país.⁶³

A origem genética apareceu em *La Razón* como o principal parâmetro para explicar os comportamentos políticos, configurando uma análise marcada pelo determinismo biológico, pelo qual o elemento racial condicionaria os caracteres morais dos indivíduos. Nessa perspectiva, *La Razón* considerou o governo de Madero como “um breve interregno”, numa história de anarquia e violência, concluindo que a suposta “inferioridade racial” dos mexicanos seria o principal entrave para a consolidação de um governo estável no país.

Com o prolongamento da guerra civil no México, o jornal, que havia criticado duramente o porfirismo, acabou defendendo a necessidade de um governo autoritário como o único remédio para a situação. Mais uma vez, o aspecto racial apareceu como

⁶² *La Razón*, 29/04/1914, A Revolução Mexicana, p. 6.

⁶³ *La Razón*, 26/02/1913, Os homens e seus métodos, p. 3, 4ª ed. (As referidas imagens encontram-se reproduzida no Anexo 4, p. 213.).

elemento central para a compreensão da situação política mexicana, pois, segundo a opinião dos editores de *La Razón*:

A anarquia na qual até hoje se debate o México prova que seu povo merecia e necessitava da férrea ditadura com que *don* Porfirio no início dominou suas indômitas paixões, até aquietar seus levantiscos partidos e subordinar ao trabalho, à ordem e ao sossego absolutos as energias poderosas da raça.⁶⁴

O critério racial, identificado às noções de anarquia e violência política, foi o traço predominante na representação da Revolução e dos revolucionários mexicanos veiculada por *La Razón*. Nesse sentido, é compreensível que os artigos de Foppa, que destacavam a questão social no processo revolucionário do país do norte, tenham sido rapidamente substituídos pelos do jornalista italiano, Luigi Barzini. Em suas análises, além de enfatizar os aspectos mais sombrios do processo revolucionário, Barzini demonstrava sempre uma visão depreciativa dos indígenas e de sua participação na Revolução, como aparece no seguinte trecho:

Tudo está queimado, destruído, demolido. [...] São as primeiras marcas da revolução que passa como um cataclismo... Na manhã obscura, cinza, triste e fria, no meio de solidões imensas, o espetáculo dessa ruína é angustioso. [...] De nosso trem descem alguns soldados das forças irregulares com grandes *sombreros*, carabina nas costas, cartucheira na cintura e arrastando o laço. Nenhum deles fala; não se ouve nada; a melancolia mexicana chega a uma intensidade fúnebre. Ao redor dos fogões de arbustos se aquecem grupos de soldados. [...] Estão silenciosos, sem nenhum gesto, na imobilidade característica dos índios, a imobilidade instintiva dos povos caçadores.⁶⁵

O quadro desolador, apropriadamente intitulado de “A devastação”, foi traçado por Barzini numa de suas “Notas de viagem no México”, publicada apenas dois dias após a reprodução do último artigo de Foppa por *La Razón*. Enquanto um observador *in loco* dificilmente conseguiria negar a participação popular, mais precisamente indígena, no processo revolucionário mexicano, o jornalista italiano dava destaque principalmente à destruição causada pelas batalhas e aos pretensos aspectos morais/raciais dos “pele-vermelhas”. Essa representação da Revolução e dos revolucionários mexicanos

⁶⁴ *La Razón*, 03/07/1915, General Porfirio Díaz: morte ontem em Paris, p. 10, 3ª ed.

⁶⁵ BARZINI, Luigi. A devastação. *La Razón*, 04/05/1914, *Notas de viagem no México*, p. 5, 3ª edição.

apresentava grande sintonia com as percepções racistas que vinham sendo expressas pelos editores de *La Razón*.

Quer seja explicitamente ou de forma mais sutil, mas não menos reveladoras, o que as abordagens de todos os jornais analisados sobre o México refletem é a mesma consciência de que os dilemas “de lá” encontravam-se presentes também “aqui”. Nesse sentido, destacar ou minimizar a importância dos acontecimentos mexicanos e ressaltar ou negar a participação popular no processo revolucionário denotava muito mais do que tratar do México. Significava trazer ou não à discussão os conflitos, reivindicações e contestações latentes nos contextos em que a Revolução Mexicana era noticiada.

Evidentemente, como órgãos ligados às elites dominantes, os diários analisados não tinham interesse em ressaltar o caráter social de uma revolução que seguia vitoriosa. Dessa forma, também sobressaem, em seus discursos sobre o México, as estratégias que lhes permitiram afastar-se dessa faceta fundamental da Revolução Mexicana. Tais estratégias são mais facilmente apreendidas quando atentamos para os usos que os diários fizeram da palavra “revolução” ao se referirem ao processo mexicano.

3.3. Revolução, revoluções...

Em todos os jornais analisados, os eventos mexicanos foram percebidos como uma revolução e assim denominados desde o início do processo. Mas a palavra “revolução” foi preenchida por cada um com significados diferentes, por vezes contrastantes. Assim, quando seguimos o caminho traçado pelo uso dessa palavra em cada um dos diários, através de sua recorrência ou abandono e da permanência ou mudança dos sentidos que lhe foram conferidos, encontramos delineada uma visão global, ou seja, a “leitura” predominante que cada jornal conferiu ao processo mexicano.

Em primeiro lugar, é preciso considerar a novidade colocada pela Revolução Mexicana no âmbito continental. É certo que o sentido moderno de revolução foi consagrado com a Revolução Francesa, impondo às consciências, entre outras coisas, aquilo que Reinhart Koselleck identifica como “trajeto”: passagem da revolução política à

social ou a idéia de que uma revolução política possa comportar o objetivo de uma transformação da estrutura social.⁶⁶ Também é certo que, durante os processos de independência das repúblicas hispano-americanas, esse sentido tenha vindo à tona com a participação popular, mais ou menos significativa de acordo com cada região. Mas, ao longo do século XIX, muitas “revoluções” no subcontinente não passaram de conflitos intra-elites e o aspecto social permaneceu ofuscado exatamente até a Revolução Mexicana.

Dessa forma, é plausível pensar que, no início do processo mexicano, o caráter social do movimento não estava claro para aqueles que o analisavam de fora. Outro fator fundamental, a diversidade ideológica que marcou o processo revolucionário no México, também permitia aos jornais, de acordo com seus interesses, enfatizar essa ou aquela faceta do movimento. Mas, tão importante quanto esses fatores, é o fato de que os discursos dos diários estudados nos revelam, nem sempre de forma explícita, que seus produtores tinham clareza da questão social envolvida no processo revolucionário mexicano, em virtude da imensa participação popular no mesmo.

Analisemos, portanto, seus discursos, começando pelo diário que menos empregou a palavra “revolução” para se referir aos acontecimentos mexicanos, *La Nación*.

No início do movimento revolucionário, a palavra praticamente não apareceu no jornal portenho, que enfatizou notícias que aludiam a “motins”, “desordens” ou “distúrbios”.⁶⁷

Após a renúncia de Díaz, os telegramas sobre o México passaram a ser agrupados pelos editores de *La Nación* sob o título “A rebelião mexicana”, sempre destacando os aspectos de desordem e violência no país do norte. Durante os eventos da *Decena Trágica*, por sua vez, as notícias publicadas por *La Nación* ganharam a alcunha de “Outra revolução” e o jornal posicionou-se ante os acontecimentos, revelando claramente o sentido de “revolução” que predominou em suas páginas. A seguinte passagem o explicita muito bem:

⁶⁶ Sobre os sentidos que acompanham o conceito moderno de revolução, consultar KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Contraponto, 2006, Capítulo 3; ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática e Editora UNB, 1988, especialmente o capítulo 1.

⁶⁷ *La Nación, Telegramas*, novembro e dezembro de 1910.

São um tanto tranquilizantes as notícias que chegam do México. [...] Em todo caso, é de lamentar, pelo prestígio das instituições, que o governo constitucional do senhor Madero tenha que cessar suas funções por causa de uma revolta armada; mas se as gestões resultarem no restabelecimento da paz, haverá motivo para congratularmos de seu bom resultado. [...] Quanto aos revolucionários, só Deus sabe o que farão. Zapata sempre foi inimigo do regime porfirista, e não é provável que uma mudança de governo seja motivo bastante para que ele e seus bandos mudem sua atitude, mais de bandoleiros do que de revolucionários. [...] O presidente Madero não pôde dominar a revolução, degenerada em bandoleirismo; o porfirismo renascente conseguirá vencer uma vez mais a anarquia?⁶⁸

Na argumentação do diário, “revolução” correspondia a “anarquia”, já a “revolta armada” contra o “governo constitucional” – que se tratava do assassinato do presidente e do vice, episódios que deram início à ditadura do general Huerta – aparecia como uma notícia “tranquilizadora”, posto que poderia significar o restabelecimento da ordem, o que era muito mais importante para *La Nación* do que o respeito à Constituição. Além disso, como se percebe, a figura que resumia o caráter “revolucionário” do México, para o jornal portenho, era Zapata, identificado como “bandoleiro”, para quem “uma mudança de governo” não seria suficiente. Dessa forma, “revolução” só poderia ser desqualificada enquanto “anarquia” ou “distúrbio” por um jornal claramente comprometido com a manutenção da ordem social e a conservação de uma estrutura política autoritária.

Desde o início do conflito diplomático do México com os Estados Unidos, a partir de meados de 1913, o diário dos Mitre se afastou dos acontecimentos internos mexicanos para se concentrar no conflito externo. Mas não sem antes destacar as “nobres qualidades” do novo ditador mexicano, por meio de um artigo assinado por Estlin Grundy, supostamente apresentando “o ponto de vista britânico”. O artigo denunciava a ação dos Estados Unidos como um “desdobramento marcadamente significativo” da doutrina de Monroe,⁶⁹ deixando clara a nova perspectiva que seria assumida pelo jornal ao tratar da situação do México.

Uma das poucas vezes em que *La Nación* voltou a se referir à situação interna do México foi em uma matéria denominada precisamente “A revolução mexicana”, que contava com várias fotos dos “revolucionários” com *sombreros* e rifles. Os editores do

⁶⁸ *La Nación*, 15/02/1913, A situação no México, renúncia do presidente Madero, p. 9.

⁶⁹ GRUNDY, Estlin. *La Nación*, 12/11/1913, México e a doutrina de Monroe, o ponto de vista britânico, p. 5-6.

diário destacavam a triste sorte de uma nação “que geme sob o domínio impassível dos revolucionários”, que “contam com armas e soldados suficientes para continuarem sua ação de extermínio durante muito tempo.”⁷⁰ Permanecia, portanto, uma visão que empregava ao processo revolucionário mexicano um caráter de anarquia e violência simplesmente, não vinculado a qualquer reivindicação de ordem política ou social.

Já no jornal paulista, encontramos uma conotação muito distinta para “revolução”. A primeira nota publicada sobre o movimento mexicano, à qual já fizemos referência, é bastante representativa a respeito; destaca: “tal agitação é prenúncio seguro de que a revolução não pode mais nem sequer ser evitada [...] porque o povo já está farto de suportar a ditadura do general Porfirio Díaz.”⁷¹

Portanto, na concepção dos editores d’*OESP*, “revolução”, apesar de envolver “agitação”, ou seja, violência, não equivalia a isso; significava uma mudança política, como o fim da ditadura, e era atribuída à vontade popular. Até a renúncia de Díaz, o jornal continuou dando destaque para notícias sobre “as forças revolucionárias mexicanas”, enfatizando: “continuam, pois, a exigir [...] a extinção da atual oligarquia mexicana.”⁷²

Enquanto processo de derrubada da ditadura e restabelecimento da ordem constitucional, a revolução do México foi vista positivamente e explicitamente apoiada por *OESP*. No entanto, após o golpe huertista e o acirramento da guerra civil, derivados do termo revolução, como “revolucionário”, foram empregados no sentido de anarquia e violência política, como apareceu numa das *Cartas* de Zeno: “o México, quando parecia definitivamente curado do sarampo revolucionário [...] deixou-se novamente atacar pela moléstia infantil [...] desceu outra vez ao nível das repúblicas vulcânicas que o mundo não toma a sério.”⁷³

Percebe-se, nesse caso, que não se tratava de uma “revolução”, mas de uma situação “revolucionária”, uma situação permanente de anarquia, identificada pelo jornal à idéia de doença e percebida enquanto um retrocesso político, sendo que o uso da expressão “outra vez” dava a entender que o México voltava à situação de instabilidade

⁷⁰ Idem, 05/01/1914, *A revolução mexicana*, p. 9. (As fotos encontram-se reproduzidas no Anexo 5, p. 217).

⁷¹ *OESP*, 20/11/1910, *Telegramas do Exterior*, 1ª pág.

⁷² Idem, 21/04/1911, *Notícias Diversas*, p. 7.

⁷³ ZENO, *OESP*, 29/07/1913, *Cartas de Londres*, p. 4.

que tinha predominado ali no século XIX. Nesse contexto, outro colaborador do jornal, Aguiar Andrade, destacou negativamente a participação popular, afirmando o seguinte: “não sentindo mais pesar sobre os ombros a mão de ferro de Porfirio, acudiram em massa os ‘peones’, aventureiros afeitos à sedição e à revolta, ao primeiro brado dos antigos companheiros de Madero.”⁷⁴

Se, no início do processo, as abordagens sobre o processo revolucionário mexicano veiculadas por *OESP* destacavam positivamente “o povo” indignado contra a ditadura porfirista e apoiando a “revolução” de Madero, no contexto da ditadura de Huerta, os mesmos “peones” apareciam seguindo qualquer caudilho inimigo do governo constitucional e desencadeando “revoltas”. Fica muito claro que “revolta”, “rebelião” ou “situação revolucionária” não equivaliam a “revolução” no discurso do jornal paulista. Seu apoio ao que qualificou de “revolução”, ou seja, a derrubada da ditadura e o estabelecimento de uma ordem constitucional, não se confundia com a situação que considerava degenerada em anarquia e violência, em meio a qual a “massa” era facilmente manipulada.

Mas a “face” dos acontecimentos mexicanos mudou drasticamente no jornal paulista a partir dos conflitos diplomáticos entre Huerta e o presidente Wilson. O cerne das interpretações veiculadas por *OESP* recaiu sobre a idéia de que a situação de instabilidade no México era fomentada pelos Estados Unidos, tendo em vista seus interesses econômicos no país vizinho. A partir dessa idéia, Huerta não era aceito pela Casa Branca porque procurava estabelecer laços comerciais privilegiados com a Europa, como fica claro num artigo de Oliveira Lima:

Huerta não é tanto indigno da proteção norte-americana porque mandou fuzilar à traição o seu inimigo [...] – *don* Porfirio fazia o mesmo – como porque apelou para interesses europeus e com eles pretendeu fundar um contrapeso econômico que fizesse oscilar o fiel da balança política do México e subir o prato carregado pelos Díaz e Limantours com concessões norte-americanas.⁷⁵

⁷⁴ AGUIAR ANDRADE, *OESP*, 27/02/1913, A revolução no México, p. 4.

⁷⁵ OLIVEIRA LIMA. Manuel de. *OESP*, 02/01/1914, *Coisas Estrangeiras*, p. 3.

Além dos artigos de seus próprios colaboradores, *OESP* reproduziu telegramas do jornalista italiano Luigi Barini, que trazia a mesma interpretação dos eventos mexicanos por meio de informações como: “os *Yankees* procuram, por todo meio, exercer influência no espírito dos revolucionários do norte, induzindo-os à luta, em suma, os norte-americanos fazem guerra contra o general Victoriano Huerta servindo-se dos próprios mexicanos como instrumento”; e afirmações, supostamente do próprio Huerta, dizendo: “a revolução mexicana, hoje, nada mais é do que a guerra dos norte-americanos disfarçada. [...]”⁷⁶

Além do próprio posicionamento antiimperialista d’*OESP*, é preciso levar em conta o fato de que a maioria dos colaboradores do jornal escrevia da Europa e, assim, prevalecia em suas argumentações uma opinião europeísta, marcada pela disputa de interesses para com o país que despontava como uma potência continental, fator que analisaremos no próximo capítulo. Mas o fato é que, desde o início dos conflitos diplomáticos com o país vizinho, a revolução no México apareceu nas páginas do jornal paulista explicada simplesmente pela lógica externa, do suposto jogo de interesses estadunidenses. Dessa forma, o sentido do processo revolucionário no âmbito de sua realidade nacional acabou sendo negligenciado.

Na realidade, o que transparece é o desinteresse em pensar e discutir o México e sua revolução por si mesmos; a situação daquele país só interessava ao jornal paulista na medida em que servia de “argumento” para suas críticas, fossem elas à política nacional ou ao “imperialismo *yankee*”.

Apesar dos posicionamentos tão diferentes que apresentaram ante os eventos revolucionários no México, o antinorte-americanismo d’*OESP* e de *La Nación* levou ambos os diários a se concentrarem quase que exclusivamente nos conflitos entre os dois países do norte e, sobretudo, a submeter a compreensão da situação interna do México aos revezes da conjuntura externa.

A *Gazeta de Notícias*, por sua vez, não demonstrou, desde o início, qualquer simpatia pelos acontecimentos revolucionários no México. As primeiras notícias apareceram com o título “Agitação no México”, mas rapidamente o jornal passou a

⁷⁶ *OESP, Telegramas do Exterior*, 29/04/1914 e 12/05/14, p. 2.

qualificar os acontecimentos como “revolução” e, inclusive, “revolução mexicana”, termo que apareceu pela primeira vez em razão do anúncio da renúncia de Porfirio Díaz.⁷⁷ Mas o diário, como já destacamos, foi o que menos dedicou análises mais detidas sobre os eventos da Revolução antes que se desdobrassem no conflito internacional. No entanto, nas poucas ocasiões em que essas intervenções públicas se fizeram presentes, foram bastante reveladoras.

Numa matéria intitulada “A revolução no México” e publicada com certo destaque, os editores do jornal carioca destacaram a permanência da instabilidade política no país do norte mesmo durante o governo constitucional, eleito após a derrubada do porfirismo: “o general Madero, que tão bem soube coligar os revolucionários para depor o ditador, não achou ainda meio de restabelecer a ordem entre as facções que se digladiam e que ambicionam o poder.”

Em que pese a tácita defesa da revolução maderista, chama a atenção o fato de o jornal qualificar Madero de “general”, sobretudo durante seu mandato presidencial, para o qual havia sido eleito constitucionalmente. Vale destacar que em nenhum outro diário analisado encontramos semelhante referência a Madero, em qualquer conjuntura do período estudado, e que, quase sempre, seu nome aparece vinculado à defesa de valores constitucionais.

O discurso da *Gazeta* aponta no sentido da defesa da ordem, mais do que das instituições, e também na noção de que qualquer movimento que se lançasse contra o Estado desembocaria fatalmente em disputas facciosas, no “militarismo”, que o diário tanto atacava. Assim, nas poucas análises ou comentários a respeito da Revolução, os editores do jornal carioca sempre destacaram seu caráter violento e faccioso, como aparece na seguinte matéria que comentava o exílio de Huerta, após a derrubada de sua ditadura no México, a qual ocupou a primeira página do jornal:

Huerta, que tanto deu o que falar ao mundo e teve sua hora de celebridade por motivo de sua bela desgovernança [*sic*] no México e de sua forte teimosia caudilhista, naturalmente anteviu, após tantas complicações maderistas, zapatistas, carranzistas e por fim woodrow-wilsonistas, um doce refúgio na velha Europa. [...] Mas eis que surge uma complicação maior – a de todas as

⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, 27/05/1911, *Boletim Telegráfico*, p. 4.

grandes potências européias. Huerta não gostou: esse privilégio pertencia a ele e à imensa família de caudilhos, ramificada pelo resto da América. [...] Num vapor de nome banal, *Antonio Lopez*, partiu [da Europa] para a América do Sul [...] Tudo isso [a situação européia] recordava-lhe o México, o Madero traído e fuzilado numa noite, o general Villa saqueando cidades, o Carranza irredutível.⁷⁸

Assim, a revolução no México aparecia como mais uma demonstração de “militarismo”, em meio a qual as diferentes “facções” ou “complicações” – de maderista a carranzista, passando pela villista – não possuíam qualquer particularidade. A referência, supostamente, à figura de Antonio Lopez de Sant’Anna, o mais caricato caudilho mexicano do século XIX, reforçava o enquadramento da revolução de então no rol das muitas demonstrações do caudilhismo continental. Mas os editores da *Gazeta* sabiam que se tratava de muito mais do que isso...

Uma análise um tanto quanto inusitada sobre a Revolução Mexicana foi publicada pela *Gazeta* durante o governo maderista. A matéria, que apareceu em destaque e continha uma foto da praça central da capital mexicana, fazia menção à “marcha vitoriosa” de Zapata, “à frente de seus bandos rebeldes, compostos em grande medida por índios”, afirmava o caráter “popular” do movimento dirigido por Madero e ressaltava: “no México, é necessário que um movimento seja realmente popular e poderoso para que insurgentes, sem outro recurso a não ser sua coragem e seu entusiasmo, possam fazer frente durante meses [...] a todas as forças de que dispõe a autoridade.”⁷⁹

O tom, como se percebe, era diametralmente oposto ao empregado pelo jornal carioca nos demais comentários sobre a situação mexicana. O artigo punha em destaque o caráter popular da Revolução e a longevidade do movimento. A *Gazeta* não informou a seus leitores, mas tratava-se da reprodução de grande parte de um artigo escrito pelo anarquista cubano, então radicado em Londres, Fernando Tarrida de Mármol, que havia sido publicado, alguns dias antes, no periódico *A Guerra Social*.⁸⁰ Em primeiro lugar, essa reprodução demonstra que as poucas e quase sempre superficiais análises que a *Gazeta* publicou a respeito da situação interna do México não podem ser explicadas simplesmente

⁷⁸ Idem, 01/04/1914, O ditador Huerta parte para a América do Sul, 1ª pág.

⁷⁹ Idem, 27/03/1912, A revolução no México, p. 4.

⁸⁰ Em análise sobre a repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira, Fábio Sousa destaca a crítica dos editores d’*A Guerra Social* à reprodução do referido artigo feita pela *Gazeta*. Ver SOUSA, Fábio Silva, *Op. cit.*, p. 7.

pela pouca informação que possuía a respeito, posto que, quando interessou a seus produtores, até mesmo um jornal operário serviu de fonte. Mas a parte que os editores da *Gazeta* suprimiram do referido artigo é ainda mais reveladora do que a que publicaram, posto que retiraram do texto de Mármol exatamente o trecho em que o autor criticava “os grandes jornais” por publicarem notícias contraditórias e que tendiam a minimizar o movimento mexicano. É provável que essas críticas tenham incomodado os editores da *Gazeta*, que se pretendia um jornal “moderno” e “popular”, ao ponto de levá-los a reproduzir apenas parte do texto, evidentemente submetido à lógica de seu próprio discurso. Sem referências à real autoria, a publicação de uma análise que revelava um conhecimento mais aprofundado dos acontecimentos no México – noção que podia ser reforçada ainda pela foto que acompanhava o texto – passava aos leitores a impressão de que tinham em suas mãos o fruto de um jornalismo realmente competente, ao contrário, por exemplo, daquele que o verdadeiro autor do artigo criticava.

Mas é fundamental ressaltar que essa não foi a única ocasião em que a *Gazeta* se referiu ao caráter popular da Revolução Mexicana. Ao contrário, desde o início do movimento o jornal destacou notícias que aludiam à “efervescência popular”. Uma das primeiras notas que publicou, enfatizava como causa do “movimento revolucionário” exatamente “a animosidade do povo contra o governo”. E quando Díaz se negava a renunciar, destacou que “o populacho exasperado [...] dirigiu-se em massa ao palácio da presidência e em atitude ameaçadora, dando vivas a Madero e morras a Díaz.”⁸¹

Com o desenrolar dos acontecimentos, as notícias sobre o México foram perdendo o caráter de “revolução” para ganhar a alcunha “o México rebelionário”, sob a qual o jornal agrupava as notícias que selecionava publicar sobre a situação do país do norte. Uma estratégia amplamente utilizada pela *Gazeta* foi a de dar títulos próprios às notas recebidas das agências em forma de telegramas. Essa é uma das principais estratégias do discurso jornalístico, como observa Maurice Mouillaud, pois permite condicionar a visão do leitor, “submetendo-a a uma categoria de sentido”.⁸² Os títulos dados pelo diário às notas

⁸¹ *Gazeta de Notícias*, 27/11/1910 e 26/05/1911, *Boletim Telegráfico*, p. 8 e 2, respectivamente.

⁸² MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD & PORTO, *Op.cit.*, p. 50.

permitiam empregar-lhes o sentido que os editores pretendiam, que nem sempre correspondia ao cerne do conteúdo das mesmas.

As notas publicadas pelo jornal carioca não apresentaram qualquer variação que fugisse ao seguinte esquema: ora aludiam às “atitudes ameaçadoras” dos revolucionários — sendo que o jornal chegou a intitular algumas como “o movimento jacobino no México” —, ora enfatizavam a inferioridade dos “rebeldes” diante do exército “regular”, independentemente da situação política na qual o México se encontrava. Por exemplo, durante a ditadura de Huerta, o diário carioca salientava, numa notícia intitulada “Melhoria da situação política”, o seguinte: “tem melhorado sensivelmente a situação política [no México] depois da brilhante vitória alcançada pelas tropas federais.” Em alguns momentos a extremada defesa das forças “estatais” chegou a desembocar em situações cômicas, como na ocasião em que publicaram uma nota que afirmava: “o tifo e a varíola entre os revolucionários” e, dois dias depois, outra que destacava: “o tifo e a varíola não atacam as tropas federais.”⁸³

Diante do inquestionável caráter popular do movimento mexicano, não restava outra opção que minimizar suas proporções, tratando-se de um jornal pretensamente “popular” como a *Gazeta*, que tanto defendia a ordem instituída como pretendia chegar “aos bolsos mais modestos.”⁸⁴

Já para um jornal oficial como o *Minas Gerais*, incontestavelmente comprometido com a manutenção da ordem vigente, a estratégia de barbarizar o caráter e ação dos “rebeldes” mexicanos pareceu mais eficaz. Desde o início a palavra “revolução” apareceu no *Minas* carregada de sentidos depreciativos, sendo que podia ser substituída, e às vezes foi, por “anarquia”, “agitação” ou “desordens”. Mas, no geral, o diário oficial procurou minimizar o alcance dos acontecimentos “revolucionários” e, para isso, além de publicar notas de cunho oficial que ressaltassem a capacidade do governo em manter a ordem, chegou a ridicularizar a situação mexicana, como na anedota já citada, na qual as damas

⁸³ *Gazeta de Notícias*, 19/1912, 09/03/1912, 03 e 05/05/1912, *Boletim Telegráfico*, p. 7, 5, 4 e 6, respectivamente.

⁸⁴ Era o que afirmava o fundador do diário. (FERREIRA DE ARAÚJO, Antônio. Presse. In: SANTA-ANNA NÉRY, M. F. J. (org.). *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889, p. 512 *Apud* ALONSO, 2002, p. 299.)

estadunidenses que viviam na fronteira tomavam e ofereciam às amigas “the battle tea”, assistindo aos conflitos armados no país vizinho.

A idéia atribuída rapidamente pelo jornal ao termo “revolução” foi a da violência, como apareceu no comentário em forma de apresentação das notícias recebidas, no contexto da derrubada da ditadura porfirista: “sobre o movimento revolucionário que há meses vem ensanguentando a infelicitada república, são as notícias que se seguem as mais recentes”.⁸⁵

Desde então, as notas publicadas passaram a ser agrupadas sob o título “A situação no México”, sendo que normalmente se referiam a “desordens provocadas pelos insurretos”, “rebeldes zapatistas”, “bandos revolucionários” ou simplesmente “bandidos”.⁸⁶ Essa perspectiva permaneceu até o golpe de Huerta, quando o jornal mineiro publicou a seguinte notícia:

A paz no México

Como terminou a revolução. O ajuste de contas...

Em certas rodas diz-se que a revolução foi provocada por inúmeros abusos, praticados pelo irmão do presidente Madero, na pasta de Finanças. [...] Os camponeses, amotinados, mataram um irmão do sr. Rafael Hernandez, ministro da Indústria do governo do sr. Madero. [...]⁸⁷

Podemos observar claramente como o título dado pelos editores do diário à notícia permite condicionar sua leitura. Assim, o golpe de Estado não foi posto em questão e foi, inclusive, associado à idéia de “paz”, aparecendo praticamente justificado pelos “abusos” do governo de Madero. Na mesma nota, Huerta já passava a ser denominado “presidente” e aparecia preocupando-se em explicar os acontecimentos à população. Observe-se que, mesmo nesse contexto, no discurso do diário são os “camponeses” que praticam assassinatos.

Nas páginas do diário oficial mineiro, a “revolução” do México apareceu sempre identificada à violência e à anarquia, atribuídas, em geral, a setores do campesinato. Antes que a situação mexicana se desdobrasse num conflito internacional, o jornal oficial mineiro não desenvolveu qualquer argumentação ou análise minimamente fundamentada a

⁸⁵ *Minas Gerais*, 11/05/1911, *Telegramas*, p. 9.

⁸⁶ *Idem*, 03/03, 14/08, 07/10 e 24/10/1912.

⁸⁷ *Idem*, 22/02/1913, *A paz no México*, p. 9.

respeito do México revolucionário. Seu discurso foi composto unicamente por anedotas ou a pura e simples “barbarização” dos camponeses, cujos atos eram apresentados simplesmente como demonstração de barbárie. Dessa forma, as referências do *Minas Gerais* à Revolução Mexicana podem ser compreendidas dentro daquilo que se denomina na teoria da comunicação de “mensagens desinformativas”. Constituem-se numa ação consciente – portanto uma estratégia – utilizada pelos produtores do discurso, que operam uma determinada construção discursiva com “a intenção de diminuir, suprimir ou impossibilitar a correlação entre a representação do receptor e a realidade original.”⁸⁸ Como demonstramos, da maneira como foi construído, o discurso do jornal mineiro sobre o México tendia a dificultar qualquer associação entre as situações descritas e um contexto de luta política ou reivindicação social.

O vespertino argentino *La Razón* foi o jornal que apresentou a utilização mais elaborada, e também a mais ambígua, da palavra “revolução”. Defendeu veementemente a “revolução purificadora” de Madero e a completa extinção do regime *porfirista* e considerou a violência, nesse caso, como justa, já que não era possível uma mudança pelas vias institucionais. Contudo, a partir do assassinato de Madero, o termo “revolução” ganhou um sentido negativo, referindo-se a “golpes de quartel e revoluções intestinas”. Esses eventos não podiam ser considerados como parte da “revolução mexicana” que o jornal apoiou em seu início. Assim, para *La Razón*, “a revolução do México tem o seu epílogo” com o golpe militar liderado por Huerta, “esse movimento que enludou uma vez mais aquela república”.⁸⁹

O jornal, como observamos, chegou a publicar alguns artigos que enfocavam a questão da terra como uma reivindicação central da Revolução. Em uma de suas análises, publicadas por *La Razón*, Tito Foppa argumentava que a questão agrária, os latifúndios e abusos, a situação de semi-escravidão no campo eram os principais “entraves ao desenvolvimento moral e intelectual do índio mexicano”. Porém, mesmo nesses artigos já começava a soar a idéia de uma incapacidade ideológica das massas, lutando puramente pela sobrevivência, quase instintiva, e sendo facilmente manipuladas pelos “caudilhos” de ocasião. Ao explicar, por exemplo, porque a revolução do México não tinha o caráter

⁸⁸ FRAGUAS DE PABLO, María. *Teoría de la desinformación*. Madrid: Alhambra, 1985, p. 11, *apud* BORRAT, *Op. cit.*, p. 90.

⁸⁹ *La Razón*, 10/02/1913, p. 3, 3ª ed. e 21/02/1913, p. 3, 3ª ed.

anarquista, o diplomata argentino afirmou o seguinte: “a mente de Emiliano e Eufemio Zapata não foi nem é campo apto [...] [para esse tipo de] idéias, [pois eles] só alcançam a parte imediata e se atém ao resultado puramente local: não há, pois, tal revolução anarquista e nem há tais possíveis transcendentais.”⁹⁰

Essa idéia ficou patente no diário quando os artigos de Foppa foram substituídos pelos de Barzini, que descreviam a situação mexicana nos seguintes termos: “para o vulgo índio, a revolução não é mais que a suspensão da lei. [...] os instintos mais ferozes estão à expectativa na alma de uma multidão humilde, miserável, submissa, inerte, apática, que se aglomera nos pórticos da praça maior de qualquer povoado.”⁹¹

Ora, “submisso, inerte, apático” são as classificações mais inexatas que poderíamos encontrar para o campesinato mexicano em meados de 1914, período áureo dos exércitos populares, tanto do norte quanto do sul, que entrariam vitoriosos na cidade do México no fim do mesmo ano. Partindo de um observador que estava dentro do México no período, essa percepção só pode ser explicada como uma postura política interessada em negar a atuação central das massas populares, particularmente camponesas e indígenas, no processo revolucionário mexicano. Tal argumentação se apresentava bastante concorde com o posicionamento político-ideológico manifestado por *La Razón* durante o período estudado, no qual as explicações racistas levaram a desqualificar o processo revolucionário mexicano, sendo que era impossível negar a participação da massa indígena ao veicular relatos escritos a partir do próprio território do país em conflito.

La Prensa, por sua vez, foi o diário que desenvolveu, entre os selecionados, a análise mais coerente e fundamentada, embora parcial, a respeito da Revolução Mexicana. O diário manifestou seu apoio à revolução maderista, que defendeu enquanto um movimento que “responde a uma melhora política”. Assim, quando da derrubada da ditadura porfirista, os editores do diário afirmaram: “a revolução terminou virtualmente e começa hoje uma nova era para essa República.”⁹²

⁹⁰ FOPPA, Tito L. *La Razón*, 02/05/1914 e 01/03/1914, *Do país da tragédia*. p. 4, 3ª ed. e p. 5, 3ª ed.

⁹¹ Idem, 04/05/1914, p. 3, 3ª ed.

⁹² *La Prensa*, 19/05/1911, *Situação mexicana*, p. 4.

A argumentação de *La Prensa* indica que, embora o termo “revolução” se referisse à derrubada da ditadura, incluía também o processo de consolidação da ordem institucional, posto que durante o governo de Madero o diário continuou manifestando apoio à “revolução no México”, até que, após o golpe huertista, a situação política do país do norte passou a ser denominada de “a ditadura mexicana”.⁹³

Até a ascensão do constitucionalismo, *La Prensa* enfatizou a situação de “guerra civil” no país do norte e seguiu apoiando a luta dos “revolucionários” contra a ditadura, dentre os quais “o general revolucionário” Zapata que, ao contrário do que ocorreu nos demais jornais analisados, ganhou referências positivas no maior diário argentino.⁹⁴

La Prensa foi, também, o único jornal a se ocupar efetivamente dos acontecimentos internos da Revolução após o conflito internacional que envolveu o México revolucionário e os Estados Unidos, e manifestou uma certa propriedade ao se referir à política interna mexicana. Manifestou entusiasticamente seu apoio à ascensão do constitucionalismo e publicou parte de um discurso de Carranza, visto que, para os editores do diário, “ao converter-se o chefe da revolução em governante, é oportuno conhecer suas idéias a respeito dos problemas que está chamado a resolver.” A matéria terminava afirmando o seguinte: “depois do problema agrário e o da educação pública, no sentido de educar o povo analfabeto, o senhor Carranza declarou que se estudará e se resolverá todos os [outros] [...]. Essas são as idéias da revolução mexicana, que nesse momento se dispõe a constituir um governo.”⁹⁵

O fio condutor do apoio de *La Prensa* à Revolução Mexicana é bastante evidente. Em seu discurso, o processo revolucionário começa e termina com um movimento liberal, em prol de “uma melhora política”, e as reformas sociais, que só são referidas pelo diário a partir da ascensão de Carranza, aparecem como concessões feitas pelo “chefe da revolução convertido em governante”, ou seja, dentro da “nova ordem” constitucional(ista). A luta popular pelo “problema agrário” não ganhou relevância no discurso do diário, visto que, se, por um lado, Zapata não foi desqualificado como bandido, por outro, apareceu

⁹³ Foram os títulos atribuídos por *La Prensa* às notícias veiculadas nos respectivos contextos.

⁹⁴ *La Prensa*, 01/01/1914, 19/12/1913 e 22/04/1914, p. 20, 15 e 9, respectivamente.

⁹⁵ Idem, 02/06/1914, O governo dos constitucionais. *Vida continental*, p. 10.

como apenas mais um general dos vários que lutaram juntos – é o que sugere a argumentação do jornal – na “revolução mexicana”. Essa, por sua vez, apareceu no discurso de *La Prensa* como um processo iniciado por Madero e conduzido, após a sua morte, por Carranza, representando fundamentalmente “uma melhora política”, ou seja, uma política “liberal” e “moderna”, que se separava paulatinamente das heranças de um passado dominado por caudilhos militaristas e personalistas.

Como demonstramos, a palavra “revolução” esteve presente nos discursos de todos os diários analisados para se referir ao processo mexicano. Entretanto, foi preenchida com sentidos muito diversos, por vezes opostos, que variaram de acordo com o posicionamento assumido por cada diário. “Revolução” atuou nesses discursos como um conceito, concentrando um conjunto de significados e experiências que foram atribuídos aos eventos por meio da própria utilização da palavra. Como todo conceito, o de “revolução” não é unívoco, mas se apresenta de forma polissêmica e “elástica”, para usar a expressão de Koselleck.⁹⁶

Podemos identificar dois sentidos contrapostos de “revolução” que sobressaem dos discursos construídos pelos jornais sobre o México revolucionário: um que comporta todo um campo semântico negativo, envolvendo as noções de golpe de Estado, violência, anarquia, vandalismo; foi o predominante nas páginas dos diários que apresentavam posicionamentos mais inclinados à conservação da ordem vigente; e outro que identifica “revolução” a um processo positivo, de evolução política, e comporta basicamente a idéia de fundação e consolidação de uma ordem política legal. No contexto estudado, tratava-se da alteração da ordem política autoritária, que era, então, dominante.

Como destaca Koselleck, a importância de se estudar os conceitos político-sociais se encontra no fato de que a sua função semântica excede a descrição. “Um conceito não é somente o indicador” da experiência histórica mas, de acordo com os usos e significados que lhe são atribuídos, “é também o seu fator”.⁹⁷ Na análise realizada, foi possível perceber

⁹⁶ Baseamo-nos na definição proposta por Koselleck: “uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada se agrega a ela.” Ainda segundo esse autor, os “conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos.” (KOSELLECK, *Op. cit.*, p. 108-9.).

⁹⁷ KOSELLECK, *Op. cit.*, p. 109-10

que, ao tratarem da Revolução Mexicana, a utilização do conceito de revolução demarcado positivamente possibilitou abrir um “horizonte de expectativas” que envolvia a reforma política e, apesar de pontualmente, nos casos de *La Razón* e de *La Prensa*, também permitira vislumbrar algumas reformas sociais. No entanto, em todos os jornais analisados o conceito de revolução, tanto empregado no sentido positivo quanto no negativo, atuou como limitador da “experiência possível”, na medida em que, nas páginas desses diários não foi possível associar “revolução” a atuação e conquista de direitos sociais pelas massas populares, o que de fato ocorreu no México.

Como já evidenciamos, em momentos diferentes e tratando de distintas situações, vários dos diários analisados se referiram ao México como “lição” ou “exemplo” de alguma situação que consideravam que deveria ser evitada em seus contextos nacionais. Mas seus discursos sugerem, de forma implícita mas não menos reveladora, a percepção de que a “grande lição” que identificaram no México revolucionário foi a consolidação em experiência histórica de uma situação que estava colocada simplesmente enquanto “horizonte de expectativa”: a ascensão das massas populares ao centro das disputas políticas. Sem dúvida, a Revolução Mexicana deixava seu recado para as elites políticas e econômicas latino-americanas, dos quais os grandes diários eram meios de expressão.

Com o início dos conflitos entre o México revolucionário e os Estados Unidos, esse se tornou praticamente o único tema relativo ao México nos jornais. Apesar da atitude da potência do norte ser percebida como um foco de perigo para a América Latina, de um modo geral, e, então, despertar um interesse mais direto em relação a essa temática, não parece ser apenas coincidência o fato de que os assuntos internos do México foram praticamente abandonados pelos jornais exatamente no momento em que os exércitos populares conheciam o seu apogeu e as massas em armas alcançavam o cumprimento de reivindicações sociais levantadas desde o início do movimento.

Capítulo 4

O México revolucionário e o debate sobre as relações continentais

4.1. “Os Estados Unidos e o México”

O título acima foi utilizado por todos os jornais estudados para se referirem ao conflito, inicialmente diplomático, entre o México revolucionário e os Estados Unidos. Sob essa denominação apareceram reunidas as notas telegráficas sobre o assunto e a alcunha também foi usada para intitular matérias e editoriais, sendo mais ou menos recorrente em cada um dos diários de acordo com os posicionamentos que assumiram em relação à temática. Por vezes o título variou para “O México e os Estados Unidos” e chama a atenção o fato de que, em todos os jornais, a expressão que traz a potência anglo-saxônica em primeiro lugar foi a mais utilizada, o que demonstra claramente a lógica à qual passaram a estar submetidas suas análises sobre o México.

Antes da invasão do porto mexicano de Vera Cruz por navios estadunidenses, em abril de 1914, houve um longo litígio diplomático entre os dois países, iniciado por pressões da Casa Branca pela renúncia de Huerta e agravado pela expedição de um ultimato do presidente Henry Lane Wilson ao ditador do país vizinho. A crise entre os países do norte, que se aguçava desde finais de 1913, foi alvo de grande atenção por parte dos diários estudados. Suas reflexões e seus posicionamentos a respeito devem ser compreendidos dentro do contexto mais amplo de discussões sobre a política externa estadunidense no continente.

Desde a guerra contra o próprio México, entre 1846 e 1848, os Estados Unidos vinham demonstrando uma postura intervencionista e agressiva no continente, que se intensificou a partir da intervenção na guerra de independência de Cuba, em 1898. Nesse contexto, a política do *Big Stick*, formulada pelo governo de Theodore Roosevelt, em 1902,

e seu posterior corolário, de 1904, à Doutrina Monroe, foram os marcos oficiais da política externa estadunidense no continente.¹

Mas, ao mesmo tempo em que levavam a cabo uma política expansionista e intervencionista, os Estados Unidos desenvolviam toda uma articulação diplomática em torno da aproximação entre os países do continente, num sentido pan-americanista. A proposta, inaugurada oficialmente em 1889, com a Primeira Conferência Pan-Americana, em Washington, previa o estreitamento de laços, sobretudo comerciais, entre os países americanos, sob a hegemonia da grande potência continental.²

As discussões sobre a proposta estadunidense e sua agressiva política externa configuravam um intenso debate continental no início do século XX, sendo que boa parte da intelectualidade latino-americana considerava os Estados Unidos como uma potência imperialista que ameaçava as demais nações do continente.³

No que diz respeito às posturas oficiais das diplomacias nacionais ante a proposta estadunidense, argentinos e brasileiros representavam posicionamentos opostos. A Argentina vinha sustentando uma postura fortemente contrária ao pan-americanismo desde a Primeira Conferência. Roque Sáenz Peña, que representou seu país na conferência, foi responsável pelo protesto mais explicitamente contrário à proposta estadunidense, ao sintetizar o posicionamento argentino com a frase “América para a humanidade”, contrastando a velha fórmula de Monroe, “América para os americanos”. O Brasil, por sua vez, inclinava-se ao apoio à política pan-americanista, dada a vinculação econômica e a

¹ Na guerra contra os Estados Unidos, entre 1846 e 1848, o México perdeu os territórios que correspondem atualmente aos estados norte-americanos do Arizona, Califórnia, parte do Colorado, Novo México, Utah e Wyoming. O Texas, que tinha se tornado independente do México em 1836, foi anexado ao território estadunidense em 1845. Mas o ano de 1898 é considerado um marco na postura agressiva dos Estados Unidos no continente, quando o país entrou na guerra liderada pelos cubanos contra o domínio espanhol e, após a vitória, no mesmo ano, arrematou da Espanha as Filipinas e as ilhas de Porto Rico e Guam, além de impor à Constituição cubana, em 1901, a Emenda Platt, que garantia a intervenção estadunidense nos negócios internos da ilha. Esses eventos exerceram um forte impacto nos debates intelectuais latino-americanos e também espanhóis. Consultar a respeito CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e na Hispanoamérica. In: *História*. São Paulo: Ed. UNESP, v. 22, n. 2, 2003, p. 35-58. Sobre a política externa estadunidense no continente, no período, consultar DIVINE, Robert *et alli*. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992; SCHILLING, Voltaire. *EUA X América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

² O objetivo eminentemente comercial da proposta pan-americanista se evidencia no único resultado prático da Primeira Conferência: a aprovação da criação de um órgão responsável pela coleta e distribuição de dados comerciais sobre os países do continente. Ver ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.) *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 158.

³ Sobre os debates intelectuais a respeito, consultar FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos* Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.

aproximação diplomática com os Estados Unidos, que foi ainda mais intensificada com a ascensão de Lauro Müller ao Ministério das Relações Exteriores, após a morte do Barão do Rio Branco, em 1912.

Nesse período havia um intenso debate a respeito das relações que o Brasil republicano deveria tecer com o restante do continente. A proximidade com a potência do norte era criticada por parte da intelectualidade nacional, temerosa do “imperialismo *yankee*”. Mesmo dentro da diplomacia havia críticos da estreita “amizade” brasileira com os Estados Unidos, como era o caso do próprio Domício da Gama, embaixador em Washington, cuja posição Clodoaldo Bueno definiu como “a voz dissonante” no âmbito da política oficial. As primeiras décadas republicanas, no Brasil, também foram marcadas pelo desenvolvimento de reflexões mais sistemáticas sobre os países hispano-americanos, ainda que tenha prevalecido uma visão negativa sobre a “outra” América, como demonstrou Kátia Gerab Baggio.⁴

Portanto, havia todo um contexto de discussões continentais a respeito das relações entre os países e, sobretudo, em relação às atitudes da potência anglo-saxônica, quando se desencadeou o conflito diplomático entre os Estados Unidos e o México revolucionário e a posterior invasão estadunidense do país vizinho. Esses acontecimentos foram enquadrados no debate preexistente e analisados pelos produtores dos jornais com base nas reflexões desenvolvidas e nos posicionamentos assumidos em relação à polêmica sobre as relações continentais.

Dos jornais analisados, apenas *La Razón* não manifestou muito interesse em discutir a questão continental. Por um lado, as relações diplomáticas entre os países não deveria figurar entre os assuntos de interesse mais geral que o vespertino pretendia levar ao público mais amplo, que procurava atingir; por outro, seus editores também não

⁴ Entre os admiradores dos Estados Unidos, destacaram-se, entre outros, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. Representativas de uma postura antiimperialista, foram, por exemplo, as posições de José Veríssimo e Oliveira Lima. Sobre as interpretações desenvolvidas por intelectuais brasileiros acerca dos demais países do continente no início da República, consultar BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1998, 224 p. (Tese de Doutorado) e, da mesma autora, “A América Latina e os Estados Unidos na visão de Euclides da Cunha” In: *Estudos de História*. Franca, SP: Departamento de História UNESP-Franca, nº 2, v. 7, 2000. p. 55-68. A respeito da postura de Domício da Gama, ver BUENO, Clodoaldo. *A política externa da Primeira República. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 367-74.

demonstravam grandes preocupações a respeito da atitude da potência do norte no continente. Quando da iminência de uma intervenção estadunidense no México revolucionário, o jornal observou o seguinte: “pode ser que haja um interesse ‘latino-americano’ em vigiar de perto os procedimentos políticos que põe em prática Mr. Wilson ao pressionar o governo de Huerta”, mas, acima desse, “há evidentemente um interesse ‘humano’”. Esse estava relacionado à possibilidade de um movimento xenófobo por parte dos mexicanos, o que, na opinião do diário, “traria como consequência fatal a imolação de milhares de estrangeiros indefesos.”

Assim, enquanto boa parte da imprensa latino-americana manifestava temor em relação à atitude dos Estados Unidos para com o México, *La Razón* afirmava: “o verdadeiro perigo do momento atual [é o] que pode converter num instante os numerosos exércitos que hoje combatem entre si em outras bandas indisciplinadas e armadas de hostes astecas, que não hão de deixar *yankee* com cabeça.”⁵ Mais uma vez, a perspectiva racista impediu qualquer outro tipo de avaliação por parte do vespertino portenho. Nessa concepção, as “hostes astecas” representavam um perigo muito maior do que uma invasão estrangeira.

O maior jornal argentino, *La Prensa*, vinha demonstrando expectativas positivas em relação à política estadunidense. Na opinião dos editores do diário, as impressões negativas que alguns políticos estadunidenses ainda tinham a respeito do subcontinente se devia simplesmente à falta de conhecimento do verdadeiro “estado de civilização da América latina no século XX”; dessa forma, acreditavam que as visitas de “homens ilustres do Estados Unidos” contribuíam para desfazê-las. Num editorial intitulado “A política americana do presidente Wilson”, *La Prensa* protestou contra a percepção do presidente estadunidense, que teria se referido à “anarquia sul-americana” num discurso. Criticou a visão estadunidense da “South America” – termo que era utilizado principalmente por parte dos Estados Unidos para se referir a todo o subcontinente latino-americano – e registrou

⁵ *La Razón*, 16/04/1914, Os acontecimentos do México, grave ameaça par aos estrangeiros, 1ª pág, 3ª ed.

sua crítica como “uma formal demanda de mais estudo e meditação antes de julgar a cultura continental.”⁶

Com base nessa perspectiva, os editores de *La Prensa* demonstraram grande admiração pela figura do ex-presidente Theodore Roosevelt, que visitava outros países do continente no período. Em finais de 1913, quando já se aguçava o clima de tensão entre a Casa Branca e o México, Roosevelt, em viagem pela América do Sul, visitou a Argentina. Imediatamente, um editorial fez referência à presença do ex-presidente na Universidade de Buenos Aires e, revelando a figura de Zeballos por trás, se desculpou com os leitores por não tê-lo questionado sobre a postura do governo de seu país em relação ao México: “isso [o] colocaria numa situação constrangedora.”⁷ O mesmo editorial elogiou amplamente o visitante e afirmou que suas idéias sobre uma possível intervenção no México eram “diametralmente opostas à ação do presidente Wilson”. Até mesmo a política externa assumida por Roosevelt quando presidente foi elogiada pelo diário, da seguinte maneira:

Durante seu governo, com exceção do acontecimento do Panamá, já suficientemente explicado por ele mesmo, e que obedece a causas acidentais e políticas, [Roosevelt] nunca quis intervir na vida interna dos Estados americanos e, quando alguma vez interveio, foi para favorecê-los, devolvendo-lhes a liberdade.⁸

A intervenção aparecia, assim, como um princípio aceito pelos editores de *La Prensa*, desde que “favorecesse” o país cuja soberania fosse violada. Assim, o ícone da postura intervencionista estadunidense no início do século XX chegou a ser elogiado pelos editores do diário e mesmo sua atuação nos episódios da independência do Panamá, que fizeram parte da articulação estadunidense em torno do direito de construção do Canal, apareceu como uma situação que obedecia a “causas acidentais”. E o tom de aprovação no discurso de *La Prensa* não se explica simplesmente pela presença do “homem ilustre” na Argentina. Meses antes, no editorial já citado, que criticava o desconhecimento de Wilson sobre o restante do continente, os editores ressaltavam exatamente a figura de

⁶ *La Prensa*, 14/03/1913, A política continental do presidente Wilson (Editorial), p. 8.

⁷ Apesar de um editorial, portanto não assinado, certamente o artigo foi escrito por Zeballos, que era, então, professor da Faculdade de Direito e recebeu Roosevelt na Universidade de Buenos Aires. No mesmo ano, o intelectual argentino publicou seus comentários a respeito da visita do ex-presidente estadunidense, num artigo intitulado “Roosevelt e a política internacional americana”, publicado na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, da qual Zeballos era editor-fundador. Ver a respeito, YANKELECIH, 1997, p. 51.

⁸ Idem, 17/11/1913, Os americanos no México (Editorial), p. 8.

Roosevelt como contraponto, afirmando que “o mesmo que criou a idéia do ‘porrete’ a tirou de cena” por seu “reconhecimento da avançada civilização da América do Sul.” Com a certeza de que os Estados Unidos caminhavam na direção de reconhecer a “civilização” em outros países do continente, o maior jornal argentino manifestava seu apoio à “confraternidade dos povos que ocupam o hemisfério ocidental”, numa postura que qualificava de “pan-americanismo nato”.⁹

Mas o otimismo de *La Prensa* foi se desvanecendo com o desenrolar da crise entre a potência do norte e o México revolucionário. Às vésperas da invasão do porto de Vera Cruz, o jornal portenho manifestou abertamente o temor em relação à postura estadunidense no continente: “a questão do México pode ser, pois, num dado momento, motivo de complicações gerais [...] pois suas tendências e conclusões poderiam se traduzir em precedentes aplicáveis a todos os países do Novo Mundo, em maior ou menor grau de intensidade.”¹⁰

La Nación, por sua parte, sempre demonstrou grande preocupação em relação à política externa estadunidense e um forte ceticismo quanto a sua proposta de aproximação continental. Foi, por exemplo, o único diário argentino que enviou um correspondente especial para cobrir a Primeira Conferência Pan-Americana, em 1889. O enviado em questão era o proeminente intelectual cubano José Martí, cujos escritos sobre a Conferência, publicados pelo diário portenho, chamavam a atenção exatamente para a ameaça que a proposta estadunidense representava aos países latino-americanos.¹¹

No contexto do conflito entre os Estados Unidos e o México revolucionário, o diário dos Mitre enfatizou o perigo representado pela idéia de uma posição tutelar da potência do norte no continente, a qual classificou como “escabrosa”, posto que “esbarra[va], sobretudo, na política interna” dos demais países. Assim, com o agravamento dos conflitos

⁹ Idem, 14/03/1913, p. 8.

¹⁰ Idem, 20/04/1914, A sorte do México e a política americana. (Editorial), p. 8.

¹¹ MARTÍ, José. Congresso Internacional de Washington. In: *Obras Completas*. Havana: 1963-73, *apud* FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. Introdução a José Martí. In: MARTÍ, José. *Nossa América* (Antologia). São Paulo: Hucitec, 1991. p. 22. José Martí foi um dos principais mentores do movimento pela emancipação política cubana e morreu em batalha, em 1895, durante a guerra pela independência da ilha. Martí já alertava em relação ao perigo de Cuba se libertar do domínio espanhol e acabar submetida aos interesses dos Estados Unidos, cujos desígnios expansionistas considerava uma ameaça para todo o continente e principalmente para o Caribe. A citada “Introdução a José Martí”, de Roberto Fernández Retamar, recupera a trajetória intelectual e política de Martí.

diplomáticos entre Estados Unidos e México, o jornal advertia: “esses conflitos ensinam uma lição proveitosa para os países sul-americanos, a de que [...] se não sabem governar com tranquilidade, temperança e legalidade se verão expostos aos avanços das grandes potências, convertidas em guardiãs da paz e da normalidade institucional.” Na perspectiva do diário só havia um caminho para “a garantia da independência” política das nações do subcontinente, que estaria “[n]os capitais que disputa[ssem] os investimentos nesses países virgens.”¹²

A “virgindade” latino-americana relaciona-se à idéia que vinha sendo sustentada pelo jornal, como já observamos, de que o subcontinente era composto por nações jovens e imaturas. No plano de sua crítica antiimperialista, essa noção se expressava no receio de que pudessem tornar-se alvos da expansão das grandes potências capitalistas devido a seus interesses financeiros, principalmente quando houvesse uma vinculação comercial muito estreita com uma única potência. A invasão do México pelos Estados Unidos aparecia, assim, como uma simples prova do perigo imperialista, a respeito do qual o jornal vinha alertando. Nessa ocasião, *La Nación* manifestou-se num tom de desabafo: “há tempos que os povos mais civilizados do mundo vem nos ensinando o que valem para eles o direito, a justiça, a humanidade, quando são contrários a seus grandes interesses.”¹³

Dos jornais estudados, apenas *La Nación* e *OESP* manifestaram uma contundente crítica antiimperialista, mas apenas no diário dos Mitre essa postura extrapolava o contexto continental e se dirigia também à Europa, o que certamente se relacionava à enorme vinculação econômica de seu país com a Inglaterra no período. No âmbito continental, os editores do diário portenho consideravam a agressiva política externa dos Estados Unidos como uma perigosa releitura da doutrina de Monroe e a classificavam como “um desinteressado neomonroísmo, econômico e político”, uma “nova e muito recente modalidade imperialista”.

Assim como o argentino *La Nación*, *OESP* manifestou-se em defesa de uma posição clássica do liberalismo econômico, quanto à livre concorrência de capitais. Conscientes da posição subordinada do subcontinente na ordem capitalista, ambos os

¹² *La Nación*, 30/11/1913, O caso do México, *Ecos do dia*, p. 13.

¹³ Idem, 03/03/1914, O novo monroísmo, p. 10 e 24/04/1914, O futuro do México, *Crônica Americana*, p. 10.

diários demonstraram grande preocupação e uma postura fortemente antiimperialista. De forma semelhante ao discurso de *La Nación*, um dos principais colaboradores d'*OESP* argumentava que “só a concorrência dos capitais mundiais [...] pode[ria] mover o desenvolvimento autônomo das repúblicas americanas.” Mas não escondia sua preferência pelas relações brasileiras com a Europa, pois, ao contrário da posição do diário argentino, considerava que o Velho Mundo não representava qualquer perigo para as nações americanas: “a Europa está longe e dividida. Os capitais ingleses, franceses, alemães serão rivais no Brasil. ‘*Divide et impera*’ é sempre um bom princípio político. Por outro lado, os Estados Unidos estão próximos, e ninguém da Europa competirá com eles na América.”¹⁴

A postura marcadamente europeísta d'*OESP*, além de aparecer delineada em seu próprio discurso, se expressava claramente no fato de que os únicos correspondentes internacionais do diário estavam precisamente em Londres e Paris. A maioria dos artigos publicados pelo jornal paulista sobre a Revolução Mexicana foi enviada da Europa, mais exatamente da Inglaterra, ou baseada nas opiniões da imprensa londrina, como era o caso dos artigos de Oliveira Lima que, mesmo estando em Paris, em geral tomava os jornais ingleses como fontes para escrever sobre o México. A opção dos colaboradores, e do jornal de uma forma geral, pela imprensa inglesa não era fortuita. O argumento sobre o “nefasto” “imperialismo *yankee*” era utilizado pelos jornais londrinos contra a ação dos Estados Unidos no México, tendo em vista os interesses ingleses no país asteca.¹⁵ Assim, tomar os diários da Inglaterra como fontes permitia ao jornal paulista reforçar sua própria “leitura” dos acontecimentos mexicanos e, em certa medida, legitimá-la, como sendo uma percepção partilhada por um país de grande expressão mundial.

A posição da imprensa inglesa foi criticada, por exemplo, pela *Gazeta de Notícias*, que se posicionava favoravelmente à aproximação com os Estados Unidos. Comentando as notas recebidas sobre “a questão mexicana”, os editores do jornal carioca afirmavam:

¹⁴ ZENO. *OESP*, 01/01/1914 e 02/03/1914, *Cartas de Londres*, p. 6 e 5, respectivamente.

¹⁵ De acordo com Friedrich Katz, a rivalidade entre Inglaterra e Estados Unidos por interesses petrolíferos no México foi acentuada durante a ditadura de Huerta, que recebeu o apoio de empresas inglesas. O autor observa que somente às vésperas da Guerra Mundial, quando os antagonismos com a Alemanha se exacerbaram, a Inglaterra passou a apoiar a política estadunidense, pois, nessa nova conjuntura, o apoio norte-americano tornava-se “muito mais valioso para ela do que as concessões petrolíferas mexicanas.” (KATZ, 1982, p. 207).

“na Inglaterra parece haver uma corrente de simpatia pelo México e a imprensa só acha explicação [para as atitudes estadunidenses em relação ao país vizinho] ‘na excessiva extensão dada à doutrina de Monroe’”.¹⁶ Essa foi, exatamente, a posição assumida por *OESP*, que considerava a proposta pan-americanista simplesmente como um desdobramento histórico da doutrina de Monroe, aplicada ao novo contexto continental. Assim, sobre a atitude da potência do norte para com o México, o colaborador Zeno, em uma de suas *Cartas de Londres*, afirmava em *OESP*: “os Estados Unidos, esticando até o inverossímil a doutrina de Monroe, arrogam-se o direito de investidura dos presidentes das outras Repúblicas americanas. Este é o fato essencial.”¹⁷

O ultimato de Wilson ao ditador mexicano foi amplamente criticado por *OESP*, através de artigos de seus principais colaboradores, todos marcados pela ironia. Num artigo intitulado “Novos desenvolvimentos da doutrina Monroe”, Oliveira Lima declarou o seguinte: “a América Latina desconfia das lições de moral do presidente Wilson não menos do que das arremetidas sociológicas do presidente Roosevelt. O México está tomando aspecto de vítima e Huerta – quem diria? – de cordeiro perseguido pelo lobo *yankee*.” Por sua vez, Zeno, em outra de suas *Cartas*, afirmou: “Deus me livre de pôr em dúvida a sinceridade do presidente dos Estados Unidos, se é verdade que a base da sua política [...] é puramente moral, e consiste em não reconhecer o princípio de se conquistar o poder por meio do assassinio”, mas “Mr. Wilson, sendo um distinto humanista, não é o único humanista no mundo nem sequer na América. Também os há no México, embora em menor número talvez, por causa das revoluções que perturbam as leituras.”¹⁸

E, num tom ainda mais irônico, Sílvio de Almeida, que escrevia de dentro do Brasil para *OESP*, e cujos artigos eram publicados numa coluna denominada “Divagações”, protestou contra a atitude do presidente estadunidense sob a forma de uma carta ao “Mr. Uncle Sam”:

¹⁶ *Gazeta de Notícias*, 23/04/1914, Os Estados Unidos contra o México, 1ª pág.

¹⁷ ZENO. *OESP*, 01/01/1914, *Cartas de Londres*, p. 6.

¹⁸ *OESP*, 18/12/1913, 02/01/1914 e 10/11/1913, p. 5, 3 e 3, respectivamente.

Enquanto o ódio ao negro depôs contra a sua pretendida fraternidade, evangélica ou republicana, o processo das execuções sumaríssimas, estabelecido por Lynch protesta contra o seu apregoado sentimento de justiça, de cuja falta, ao contrário, se têm ressentido todas as relações internacionais para com o vizinho México. [...] Não, meu caro amigo Sam, em vez de nos mandar para cá, para nosso uso interno, a sua moral em pastilhas açucaradas de retórica, você a deve empregar, como cozimento de malvas, no curativo das passadas e futuras contusões do México. Espero uma resposta urgente à minha amistosa intervenção particular, folgando, por mim e pelo Brasil, se você, à maneira dos índios, quiser quebrar conosco a flecha da paz.¹⁹

Assim, a oposição d'*OESP* à atitude estadunidense em relação ao México se baseou numa crítica moral, visto ser esse o argumento utilizado pelo presidente Wilson, que exigia a renúncia de Huerta por se tratar de uma ditadura criada a partir do assassinato de um presidente constitucional.

Já o *Minas Gerais*, dada sua posição oficial, apoiava a postura da diplomacia brasileira e, portanto, defendia o estreitamento de laços com os Estados Unidos. O jornal fez uma ampla cobertura da viagem de Lauro Müller a Washington, em meados de 1913, que marcou oficialmente o estreitamento ainda maior da “amizade” entre o Brasil e a potência do norte. Antes que os conflitos entre os países do norte desembocassem na invasão do México por navios estadunidenses, o diário oficial procurou minimizar a existência de tensões entre os dois países. Das notas recebidas por telégrafo, publicou quase que exclusivamente as originárias dos centros diplomáticos de Washington, as quais, num tom tranquilizador e “diplomático”, negavam qualquer possibilidade de intervenção armada no país vizinho. Quando o agravamento dos conflitos entre os dois países se tornou inquestionável, o diário mineiro, em editorial, disparou:

Se o chefe da nação mexicana é tão inábil general nos campos de batalha como tem sido inábil presidente no campo político, tem uma coisa a fazer: recolher-se desde já à vida privada. [...] Só um cego não via que os Estados Unidos romperiam mais cedo ou mais tarde, interviriam militarmente no México e com essa intervenção introduziriam porventura importantes modificações na carta da América. [...]²⁰

¹⁹ ALMEIDA, Sílvio de *Divagações* e OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Novos desenvolvimentos da doutrina Monroe. *Coisas Estrangeiras*, *OESP*, 10/11/1913, p. 3 e 02/01/1914, p. 3, respectivamente.

²⁰ Minas Gerais, 04/11/1913, Os Estados Unidos e o México, p. 7.

Essa crítica soa mais como um desabafo, pois nem a oposição a Huerta nem a postura crítica aos Estados Unidos foram mantidas pelo jornal, que assumiu, desde então, uma posição ambígua. Até a invasão de Vera Cruz pelos estadunidenses, o *Minas* reproduziu de outros jornais, brasileiros e também ingleses, vários artigos favoráveis e outros tantos contrários à atitude dos Estados Unidos em relação ao México. Mas podemos afirmar que, antes da invasão de Vera Cruz, a defesa da potência do norte ainda levou vantagem no jornal. Um indício revelador é que o único artigo assinado que o jornal publicou sobre a Revolução Mexicana, do colaborador Gomes dos Santos, apareceu ocupando quase toda a página e com o título “Americanismo” em letras garrafais, defendendo a “hegemonia tutelar dos Estados Unidos sobre o resto do continente”, como uma “admirável trincheira de resistência” contra possíveis ataques europeus. Sobre a questão mexicana, afirmava:

A sentimental solidariedade com o México, ultimamente revelada entre nós (se bem que em proporções muito reduzidas) não é apenas uma atitude impolítica; é sobretudo uma atitude ridícula, [...] a manifestação de solidariedade com um povo ainda submetido aos piores vícios políticos.²¹

Mesmo depois do ultimato de Wilson a Huerta, o jornal chegou a justificar a atitude dos Estados Unidos, lançando mão, uma vez mais, do argumento da “barbárie mexicana”, agora atribuída aos “revolucionistas constitucionalistas”: “há arrepios de pavor, ante a idéia da sorte bárbara que se reserva ao infortunado México na hipótese de caber um sucesso a esses ‘constitucionalistas’”. Baseado nessa percepção, antes mesmo da invasão de Vera Cruz, o jornal oficial mineiro defendeu abertamente a necessidade de uma intervenção estrangeira no México:

É chegado o momento da humanidade, unida no interesse geral, pedir a todas as potências européias o início de uma ação das mais enérgicas, de concerto com os Estados Unidos, para forçar os partidos mexicanos a arrear as armas.²²

²¹ *Minas Gerais*, 25/12/1913, *Americanismo*, p. 5.

²² *Idem*, 07/01/1914, *Gazeta do Exterior*, p. 3.

Como se pode observar, antes que os Estados Unidos realmente intervissem no México, os diários refletiam amplamente sobre a postura da potência do norte no continente, mas as relações dos países latino-americanos entre si não encontravam espaço significativo nas discussões dos jornais. A *Gazeta de Notícias* representou uma exceção nesse contexto.

As relações continentais eram uma temática que ganhava muitas considerações por parte do diário, que desenvolvia uma forte e constante campanha pela aproximação entre todos os países americanos. Para os editores da *Gazeta*, a Europa representava o passado, enquanto os Estados Unidos encarnavam o modelo de civilização e progresso que deveria ser seguido pelo restante da América. Assim, consideravam “benéfica” a hegemonia estadunidense no continente e apoiavam a proposta pan-americanista, afirmando confiar na “palavra de fé de união política do excelso da Norte-América.” Entretanto, consideravam que a simples hegemonia da potência do norte poderia acabar se tornando perigosa para os outros países americanos. Não foi à toa, por exemplo, que apoiaram o discurso antiimperialista de Manuel Ugarte. O intelectual socialista argentino esteve no Rio, em 1913, para dar conferências e sua atuação foi enaltecida pela *Gazeta* nos seguintes termos: “como brasileiros ficamos muito sensíveis às [suas] palavras. [...] As conferências que tem realizado por toda parte são orientadas no sentido de fazer sentir aos povos americanos o perigo que constituem as tendências cada vez mais acentuadamente imperialistas da Grande República Norte-Americana.”²³

A solução defendida pelos produtores do jornal carioca para contrabalançar o poderio estadunidense era a aproximação entre os latino-americanos e, de forma muito particular, entre as duas “potências do sul”, Brasil e Argentina. Movidos por essa idéia, os editores da *Gazeta* davam amplo destaque para a presença de proeminentes personalidades latino-americanos no Brasil, como ocorreu, em 1912, com a visita de Rubén Darío, cuja atuação em prol de uma identidade latino-americana foi elogiada pelo diário, que apresentou o nicaraguense a seus leitores como “o poeta que tanto ama esta política de concórdia e mútuo apoio entre os povos latinos da América”. Numa matéria de primeira

²³ Idem, 18/1914, A política internacional, p. 2, e 29/08/1913, Manoel Ugarte, notável escritor e conferencista fala à *Gazeta*, 1ª pág.

página, denominada “Os latinos americanos em paz”, a *Gazeta* fez a seguinte afirmação, sobre as relações entre os países do continente: “é inegável que a corrente pacifista cada vez mais se fortifica entre todos os povos americanos, sem exceção mesmo daqueles que muita gente julga rivais.”²⁴

Os “rivais” referidos indiretamente pelo diário eram Brasil e Argentina, que haviam protagonizado uma crise diplomática em torno da questão dos armamentos navais, entre 1906-08.²⁵ O jornal fazia questão de ressaltar as boas relações entre os dois países, que considerava possuírem uma missão civilizadora no continente. Assim, quando da chegada de Julio Roca à capital brasileira, em 1912, como representante diplomático de seu país, a *Gazeta* também dedicou ao tema uma matéria de primeira página, que destacava o seguinte:

A fatalidade que aproxima as nações ligou-nos à Argentina, aliada do Brasil numa campanha provocada pela megalomania de um ditador e que ameaçava de convulsionar a América Meridional. Essa ligação jamais se quebrou e os anos [...] mais apontam a necessidade de se estreitarem esses laços [...] as duas nações que, na América do Sul, hão de ser os dois núcleos poderosos de civilização, de indústria e de grandeza.²⁶

Portanto, na opinião dos editores do jornal carioca, a missão civilizadora das grandes nações do sul já se havia manifestado no contexto da Guerra do Paraguai, tomada como modelo de atuação a ser seguido pelas “potências do sul”. Não por acaso a *Gazeta* identificou na figura de Bartolomé Mitre “o grande vulto argentino, que é bem uma eminente figura sul-americana.” Apesar de defender “a unificação dos ideais políticos, comerciais, artísticos e diplomáticos das nações americanas”, aparecia claramente no discurso do diário a idéia de uma hierarquia natural, que colocava Brasil e Argentina num patamar de superioridade, juntamente com os Estados Unidos, em relação ao restante do continente.

²⁴ *Gazeta de Notícias*, 23/07/1912, Os latinos americanos em paz, 1ª pag.

²⁵ Em 1906, o Congresso brasileiro aprovou um projeto para a construção de navios de guerra, com o objetivo de proteger o litoral do país. Imediatamente, iniciou-se na Argentina, com Estanislao Zeballos à frente do Ministério das Relações Exteriores, uma campanha pelo aumento do aparato naval do país para se equiparar à brasileira. O clima de tensão em torno da disputa armamentista vigorou até a renúncia de Zeballos, que deixou o Ministério em 1908. Ver a respeito FERRARI, Gustavo. *La Argentina y sus vecinos*. In: FERRARI, Gustavo & GALLO, Ezequiel. (comp.). *La Argentina del ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Sudamericana, 1981, p. 671-94; BUENO, *Op. cit.*, p. 182-271.

²⁶ Idem, 03/07/1912, Brasil-Argentina, a obra da aproximação, 1ª pag.

No contexto dos conflitos entre a potência do norte e o México, o jornal carioca criticou palidamente a atitude dos Estados Unidos nos seguintes termos: “não temos até aqui aplaudido o governo do general Huerta [...] Mas, no caso, a atitude do governo de Washington parece querer aproveitar-se [...] da crise revolucionária pela qual passa o México.” Crítica muito mais áspera, o diário desfechou aos latino-americanos pelo que considerava como um descaso da parte de uns para com os outros países do continente: “na América, [...] a criminoso indiferença pelo recíproco conhecimento [...] faz [...] os países americanos interessarem-se mais pelos problemas e conflitos da Europa e da Ásia, que pelos fatos graves passados no nosso próprio continente.”²⁷ Lembremos apenas que, até então, a *Gazeta* era, dos diários analisados, o que menos se dedicava ao tema da Revolução Mexicana. Mas, desde os conflitos com os Estados Unidos, a *Gazeta* se tornou o diário que mais dedicou espaço aos acontecimentos mexicanos, inclusive após a eclosão da Guerra Mundial, quando a maior parte dos diários praticamente abandonou o tema do México revolucionário. No ano de 1915, por exemplo, o jornal carioca foi o que mais dedicou espaço aos acontecimentos mexicanos.

Enquanto as questões internas da Revolução Mexicana não ganharam muito espaço no discurso do jornal carioca, particularmente preocupado com o “perigo” das mobilizações sociais, o conflito externo que envolveu o México revolucionário e os Estados Unidos foi amplamente utilizado pelo diário para embasar sua campanha pela aproximação dos países do continente.

Em todos os diários estudados, à exceção de *La Razón*, a atitude dos Estados Unidos para com o México revolucionário impactou fortemente o debate sobre a situação continental. Significou um forte alerta, mesmo para os mais otimistas em relação às “boas intenções” da potência do norte, como os editores da *Gazeta*, que consideraram que “uma intervenção no México nas vésperas do grande feito do canal do Panamá seria [...] um golpe de morte na confiança que nos tem inspirado [o pan-americanismo].” Para os mais críticos, representou a prova irrefutável dos desígnios imperialistas estadunidenses e sua ameaça a todo o continente. Assim apareceu nas páginas d'*OESP*, numa reprodução de

²⁷ Idem, 18/04/1914, p. 2 e 28/04/1914, Estados Unidos-México, 1ª pag.

um trecho do comentário do jornal carioca *O Diário*: “Oxalá possamos em tempo compreender a extensão desse perigo que caminha para nós, ao avizinhar-se da América do Sul.”²⁸

Apesar das diferentes perspectivas e dos distintos posicionamentos assumidos pelos jornais, o elemento que permeou as discussões foi a consciência de que os Estados Unidos despontavam como uma potência, alterando as relações políticas no continente e impondo aos países latino-americanos a necessidade de se firmarem internacionalmente. Foi com base nessa percepção que os jornais, cada um a seu modo, interpretaram e se posicionaram em relação à atuação conjunta das diplomacias de Argentina, Brasil e Chile para mediar o conflito entre os países do norte, quando os Estados Unidos invadiram o território mexicano.

4.2. O ABC e as relações internacionais

A idéia de um bloco diplomático formado pelos três principais países da América do Sul vinha se desenvolvendo há alguns anos, antes que a primeira atuação do ABC se produzisse exatamente nos conflitos entre os países do norte. De acordo com Clodoaldo Bueno, Rio Branco e o ministro argentino no Brasil, Manuel Gorostiaga, travaram conversas, em 1904, a respeito da possibilidade de um tratado de arbitramento entre seus países e sobre a possível inclusão do Chile. O assunto continuou sendo discutido nos anos seguintes e ganhou fôlego por volta de 1909, com uma forte atuação do argentino Roque Sáenz Peña, ainda como diplomata, em prol da aproximação dos três países.²⁹

A formação do bloco diplomático tinha o duplo objetivo de garantir a estabilidade na América do Sul e de servir como contrapeso à hegemonia da potência do norte no continente. A primeira oportunidade encontrada para colocar esse segundo ponto em

²⁸ *Gazeta de Notícias*, 18/04/1914, p. 2; *La Nación*, 21/04/1914, Estados Unidos e México, p. 10; *OESP*, 26/04/1914, *Jornais do Rio*, p. 3.

²⁹ BUENO, *Op. cit.*, p. 133. Roque Sáenz Peña é apontado como a principal figura responsável pela propaganda em torno do ABC e o período de sua presidência é apontado como marco fundamental das boas relações entre Argentina e Brasil. Nesse contexto, ao voltar da Europa, já eleito presidente, a passagem de Sáenz Peña pelo Rio de Janeiro teve o sentido de demonstrar o novo momento da diplomacia entre os países vizinhos. Consultar a respeito FERRARI, *Op. cit.*; YANKELEVICH, 1994, p. 52-3, p. 671-94, BUENO, *Op. cit.*, p. 442.

prática foi justamente o oferecimento da mediação do conflito entre os Estados Unidos e o México revolucionário, que ameaçava desembocar numa guerra internacional, após a invasão de Vera Cruz. Assim, os representantes do ABC em Washington — respectivamente Rómulo Naón, Domício da Gama e Eduardo Suárez Mújica —, por meio de uma nota conjunta, ofereceram-se para mediar o conflito entre os dois países.

As conferências mediadoras foram realizadas no Canadá, na cidade de Niagara Falls, entre maio e julho de 1914. Não alteraram o curso da Revolução Mexicana e nem sequer estabeleceram qualquer acordo a respeito da retirada das tropas estadunidenses do porto de Vera Cruz, que só foi desocupado no fim daquele ano.³⁰ Por outro lado, a simples ocorrência da mediação serviu para consagrar o ABC como ator na política continental e o bloco foi oficialmente reconhecido por meio de um tratado, assinado pelos três países em 1915. Nesse ano, a Casa Branca convocou uma Conferência Pan-Americana — que envolveu, além do ABC, as representações da Bolívia, Guatemala e do Uruguai — visando intervir no México, dada a continuidade da guerra civil naquele país. A nova conferência, cuja iniciativa partia dos Estados Unidos, trazia explicitamente a proposta de uma intervenção na política interna do revolucionário. Ambas as conferências, assim como a formação do bloco diplomático entre os países sul-americanos, tornaram-se alvo de discussões por parte da imprensa.³¹

A atuação do ABC no conflito do norte foi apoiada por todos os jornais analisados, com exceção d'*OESP*. A postura do jornal paulista pode ser explicada por vários fatores que atuaram conjuntamente. Em seu posicionamento tipicamente liberal, os produtores d'*OESP* opunham-se veementemente a qualquer violação das soberanias nacionais, o que consideravam ser o caso da atuação do ABC. Em sua crítica à vinculação do Brasil aos Estados Unidos, também a mediação foi vista como uma manipulação estadunidense e o diário praticamente não se referiu às conferências. O próprio tema do México foi perdendo espaço no jornal, que passou a se ocupar mais dos conflitos europeus. Como as discussões sobre a Revolução Mexicana vinham sendo desenvolvidas principalmente pelos

³⁰ VINHOSA, Francisco. A diplomacia brasileira e a Revolução Mexicana, 1913-1915. In: *Revista do IHGB*, n° 327 (abr/jun), 1980. p. 67.

³¹ Sobre as Conferências do ABC, consultar BUENO, *Op. cit.*, p. 425 ss; YANKELEVICH, 1997, p. 56 ss. A respeito da assinatura do Tratado do ABC, ver BUENO, *Op. cit.*, p. 441-8.

colaboradores que estavam na Europa, a exacerbação dos eventos que logo culminaram na Guerra Mundial colocou as questões mexicanas definitivamente em segundo plano.

Mas antes que o tema do México fosse abandonado pelo jornal paulista, Oliveira Lima, num artigo escrito de Paris, questionava a “autoridade moral” do Brasil para mediar conflitos externos. De forma irônica e direta, a crítica foi formulada nos seguintes termos:

Na simpatia que provoca o impulso sempre generoso de manter a paz entre criaturas humanas, chega-se a esquecer que falece a um país num estado de desordem que requer um estado de sítio de seis meses, bastante autoridade moral para tentar serenar conflitos políticos e guerras civis no estrangeiro, por mais altruísta que apareça sua ação. E a verificar-se o “controle” em que falam os Estados Unidos para a eleição presidencial que se deveria seguir à abdicação de Huerta, também será lícito perguntar quando por sua vez terá o México qualidade para fiscalizar as nossas pseudo-eleições? A nossa eleição presidencial de 1910 teria tido um outro desfecho.³²

Mais uma vez, os acontecimentos mexicanos embasaram a crítica do jornal ao sistema político-eleitoral brasileiro e às nefastas consequências das intervenções militares nos estados, o que agravava as disputas locais, como ocorria no Ceará.³³

Após essa data, *OESP* publicou apenas algumas notas do exterior sobre o México e passou a ocupar-se muito mais dos conflitos europeus. Nem mesmo a nova conferência em torno da questão mexicana, em 1915, ganhou espaço no jornal.

La Nación, que vinha se posicionando de forma semelhante ao *OESP* quanto à polêmica continental, manifestando repulsa a qualquer tipo de violação da soberania nacional e temor frente às pretensões estadunidenses, inicialmente se opôs aos boatos a respeito de uma mediação do ABC. Lembrou que a postura oficial da diplomacia argentina vinha sendo “a de não intervir nas contendas civis dos países irmãos” e alertou para o perigo de “pacificar o México em companhia dos Estados Unidos”, dada a postura imperialista da “poderosa irmã do norte.” Mas, após a invasão de Vera Cruz, o diário dos

³² OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *O Estado de São Paulo*, 09/06/1914, A trapalhada mexicana, p. 3.

³³ Numa das famosas “salvações” do governo federal, a intervenção militar na disputa eleitoral pelo governo do Ceará produziu a derrubada de Antônio Accioly e a ascensão do Tenente-Coronel Marcos Franco Rabelo. O acciolismo continuou forte no sertão e Juazeiro tornou-se o reduto da oposição, encabeçada por Floro Bartolomeo, com apoio do padre Cícero. Com a agudização do conflito, em março de 1914, o governo federal designou um interventor militar para controlar o estado, que permaneceu em estado de sítio por alguns meses. Ver a respeito MONTEIRO, *Op. cit.*, p. 50-1.

Mitre passou a apoiar entusiasticamente a atuação do ABC e fez questão de informar aos leitores que sua atitude não era contraditória: “trata-se agora de um conflito de caráter internacional”.³⁴

A expectativa que *La Nación* depositou na “mediação amistosa”, como a qualificou, foi a de que a atuação do ABC pudesse “demonstrar a hierarquia alcançada por esses países, que até pouco tempo eram entidades anônimas ante o critério das grandes potências.” Nessa perspectiva, não importava tanto o que se conseguisse em relação ao conflito México-americano, mas, muito mais, a possibilidade de mostrar ao mundo a estatura das “potências do sul”. Nas palavras do diário: “qualquer que seja definitivamente a obra da conferência, o ABC haverá obtido um grande triunfo moral.”³⁵

O diário portenho passou a veicular uma forte propaganda da mediação e mais particularmente do ABC, o que o levou, inclusive, a mudar de posição em relação à situação interna do México. O jornal, que vinha apoiando Huerta, celebrou a renúncia do “mandatário mexicano”, o que, em sua argumentação, ocorria “por obra da mediação amistosa do ABC.” Ao fim das reuniões em Niagara Falls, o diário destacou “o triunfo da mediação”, afirmando que “cheg[ava] ao fim, coroada de um êxito completo.” Como já destacamos, a conferência não alterou absolutamente nada em relação ao México, mas o grande êxito ao qual o jornal se referia estava no “novo vínculo” que considerava que a mediação tinha significado “para as três repúblicas da América do Sul, que a levaram a tão feliz termo e afirmaram nessas circunstâncias sua personalidade internacional”.³⁶

Mas o início da guerra européia logo desviou a atenção de *La Nación*, assim como da maior parte dos diários, dos eventos mexicanos, que só voltaram a ser abordados pelo diário portenho por ocasião da Conferência de Pan-Americana, de 1915. Dessa vez *La Nación* defendeu abertamente a necessidade de uma intervenção na política interna mexicana. Afirmou o seguinte:

³⁴ *La Nación*, 03/03/1914, p. 10; 12/03/1914, A questão mexicana, p. 11; 26/04/1914, A mediação no conflito do norte, p. 11.

³⁵ Idem, 05/05/1914, A mediação amistosa, p. 11.

³⁶ Idem, 26/06/1914, O triunfo da mediação, p. 9.

As facções mexicanas estão demasiado ensimesmadas em seus ódios e ambições para saírem do mal por si mesmas. [...] A palavra pacificadora tem, pois, que vir de fora, e se ela é pronunciada, não como uma ameaça de intervenção, mas como um convite fraternal para que os partidos em guerra discutam dentro de uma assembléia amiga suas querelas, não se vê, de fato, por que não haveríamos de contribuir com ela.³⁷

O discurso do diário demonstra que, para seu editores, quando se tratava de coroar “a personalidade moral” do ABC, mesmo o princípio da inviolabilidade das soberanias nacionais, que tanto defenderam, perdeu importância. Assim, as “querelas” mexicanas, que inclusive podiam comprometer a imagem do continente, teriam que ceder diante da “ação pacificadora”, que era vista como a oportunidade de mostrar ao mundo a “hierarquia” alcançada pelos países sul-americanos.

No contexto brasileiro, também para o oficialíssimo *Minas Gerais* a atuação do ABC aparecia como uma boa oportunidade de mostrar uma imagem positiva dos países que o integravam ao exterior. Condizente com sua posição, o diário deu destaque para pronunciamentos oficiais, como o discurso de Domício da Gama na inauguração da conferência de Niagara Falls, que foi reproduzido na íntegra. O jornal também destacou os elogios recebidos pela mediação por parte dos diários europeus, como o francês *Éclair*, que qualificou o ABC de “entente que deslocou o eixo diplomático, não só da América, mas de todo o mundo.”³⁸ A eclosão da Grande Guerra também desviou as atenções do jornal oficial mineiro, que nem mesmo se ocupou da segunda atuação do ABC nos assuntos mexicanos, em 1915.

Já os editores de *La Razón*, diferentemente das posições sustentadas por *La Nación* e *Minas Gerais*, defenderam que a atuação do ABC se constituía “[n]a própria essência da doutrina de Monroe”, a qual, segundo o diário, era “aceita no novo mundo de forma ampla e autônoma, [...] de acordo com nossa consciência de logo sermos povos maiores de idade.” Percebe-se claramente a idéia de que a “hierarquia” do ABC estaria diretamente relacionada à sua vinculação à órbita da grande potência continental. Se “logo” seriam maiores de idade, ainda precisavam dos auspícios “altamente pacíficos e paternais”

³⁷ Idem, 04/08/1915, México, a conferência de hoje, p. 10.

³⁸ *Minas Gerais*, 28/05/1914, O México e Estados Unidos, p. 5.

dos Estados Unidos, como qualificou o encarregado de negócios estadunidense na Argentina, ao ser entrevistado pelo vespertino. E se não havia qualquer dúvida sobre qual era a grande potência continental, na concepção dos editores de *La Razón* tampouco havia dúvida sobre quais eram “os expoentes do continente austral”. Assim, na opinião veiculada pelo diário, naturalmente “essa ação diplomática, amistosa e eficaz, não podia nem devia partir senão [...] [desses] países sul-americanos, por razões que seria prolixo enumerar.”³⁹

Quanto ao caráter da atuação do ABC, *La Razón* defendia que fosse intervencionista e não apenas mediador. Para os editores do vespertino, tratava-se de um “processo necessário e inevitável”, dada a situação interna mexicana. Os fins deveriam justificar os meios, visto que “o anseio do mundo é a paz do México e sua reintegração ao trabalho de suas indústrias e à exploração de suas riquezas, afirmando sua posição de nação livre da América”. Assim, afirmavam, “quaisquer que fossem os procedimentos da mediação, esse resultado lhe daria o êxito prático que seria sua desculpa.”⁴⁰

Na argumentação de *La Razón*, a idéia da volta à normalidade no México aparecia diretamente relacionada ao processo de produção de riquezas, como algo que “o mundo” ansiava – o mundo aqui certamente pode ser lido como as grandes potências. Enquanto dentro do continente os povos ainda “menores de idade” precisavam gravitar em torno da potência do norte, no plano mundial o estatuto de “nação livre” se ligava à capacidade de servir como espaço de investimento de capitais das grandes potências, vislumbrada como única forma de engrandecimento e mesmo de reconhecimento perante o mundo considerado civilizado. Não por acaso o tema da guerra européia passou a chamar muito mais a atenção do diário, que logo abandonou os assuntos mexicanos.

Na realidade, os dois únicos diários que continuaram dando destaque para a situação do México após a eclosão da Guerra Mundial foram *Gazeta de Notícias* e *La Prensa*, exatamente os jornais que mais se engajaram numa propaganda em torno da atuação do ABC no conflito México-americano.

³⁹ *La Razón*, 28/04/1914, O ABC, 1ª pág., 3ª ed.; 29/04/1914, Estados Unidos e México: o que diz o encarregado da União definindo a ação de seu governo, p. 7, 5ª ed. e 27/04/1914, A mediação do ABC, p. 4, 5ª ed.

⁴⁰ Idem, 07/05/1914, O conflito mexicano: atitude do ABC, mediação e intervenção, p. 7, 5ª ed.

Antes mesmo da proposta de mediação por parte dos países do sul, imediatamente após a invasão de Vera Cruz, a *Gazeta* considerou que a agressão estadunidense era “de algum modo salutar”, pois teria permitido “reuni[r] num ideal comum as várias facções caudilhistas, dando de novo a impressão de grande pátria.” Os editores do jornal carioca veicularam tal idéia inclusive por meio de uma gravura, que representava “os caudilhos Carranza e Huerta” fazendo as pazes “ante a invasão da pátria mexicana”.⁴¹

Na versão da *Gazeta*, a invasão estadunidense de Vera Cruz teria tido o efeito imediato de resolver as disputas internas e conciliar o país em torno do que chamou de “fogado patriotismo mexicano”. Esse, segundo os editores do diário, contrastava com “o patriotismo racional da América no norte” e teria sido o motivo do “longo preparo da hostilidade latente nas fronteiras.” Quando já se vislumbrava a proposta mediadora para o conflito, afirmaram, de forma despretensiosa: “resta agora saber [...] se, por meio dos bons ofícios de alguma potência estrangeira, chegará a um acordo para a solução amistosa aos seus erros [de Huerta] de político arrivista.”⁴²

Nessa percepção da situação, os “erros” mexicanos decorriam do temperamento passional dos caudilhos, o que justificaria a intervenção de uma nação “racional”, capaz de resolver a situação interna do país. A atuação do ABC foi enquadrada nesse esquema, exaltada nas páginas da *Gazeta* como “uma grande vitória americana – a da razão pela atitude moral do continente contra os ímpetos patrióticos”. Assim, na argumentação do jornal, as “potências do sul”, movidas pelos mesmos atributos “morais” e “racionais” que os Estados Unidos, colaboravam com a potência do norte na tarefa de civilização do continente.⁴³

Se, dentro da América, a simples aceitação da mediação do ABC pelos Estados Unidos significava o reconhecimento da “estatura moral” das três nações do sul, o mesmo deveria ocorrer em relação ao resto do “mundo civilizado”. Numa matéria intitulada “A Conferência de Niagara Falls trará resultados práticos?”, os editores da *Gazeta* respondiam

⁴¹ *Gazeta de Notícias*, 22/04/1914, p. 2; 24/04/1914, México-Estados Unidos, 1ª pág e 25/04/1914, A ocupação militar yankee de Vera Cruz e a opinião internacional, 1ª pág. (A página do jornal com a referida gravura encontra-se reproduzida no Anexo 6, p. 219).

⁴² Idem, 25/04/1914 e 28/04/1914, Estados Unidos- México, 1ª pág.

⁴³ Idem, 28/04/1914, Estados Unidos-México, 1ª pág.

a sua própria pergunta da seguinte forma: “[ao] conseguir dirimir tão importante questão internacional, o ABC terá inquestionavelmente traçado a mais bela página de sua diplomacia contemporânea e definitivamente [provado], perante a Europa, experimentada e experiente, a sua maioria política internacional”.⁴⁴

Na perspectiva da *Gazeta*, a ação da nova “entente do sul”, juntamente com a potência do norte, permitiria civilizar toda a América para fazê-la respeitada perante a Europa. Disso decorria que o papel do ABC não seria apenas o de mediar conflitos externos, mas inclusive intervir na política interna de países cuja “anarquia” compromettesse a imagem do continente. O posicionamento manifestado pelo jornal foi exatamente esse no contexto da conferência convocada pelos Estados Unidos em 1915, dessa vez com o objetivo explícito de resolver a situação interna do México.

A *Gazeta* aplaudiu a iniciativa estadunidense e, numa matéria denominada “O México anarquizado”, assim descreveu a situação: “que se pode fazer para apaziguar os caudilhos mexicanos? [...] A primeira conferência do ABC [...] resolveu o conflito yankee-mexicano, não estabeleceu a ordem no México. Agora os Estados Unidos querem que seja restabelecida. Daí o apelo à América do Sul.” Durante o período da conferência, o jornal publicou matérias que enfatizavam a situação do país revolucionário como “a da mais lamentável anarquia, a das revoluções que se sucedem, a de um momento que nenhuma garantia eficaz pode ser dada aos habitantes, nacionais e estrangeiros.” Ao fim das reuniões destacou “a pacificação do México” e elogiou a atitude do presidente Wilson, afirmando que “não se pode[ria] mostrar maior respeito nem mais delicada atenção pela soberania e independência de um país e de um povo”, que tinha sido afastado da vida constitucional pelas “ambições desvairadas dos caudilhos.”⁴⁵

O argumento dos editores da *Gazeta*, assim como o do presidente Wilson, que tanto admiravam, pretendia ser de ordem moral. Era o caráter “degenerado” dos caudilhos mexicanos que justificava, praticamente reclamava, a intervenção de homens racionais, os

⁴⁴ Idem, 15/06/1914, A conferência de Niagara Falls trará resultados práticos?, p. 2.

⁴⁵ Idem, 04/08/1915, O México anarquizado, p. 2; 05/08/1915, O México, 1ª pág.; 12/08/1915, A pacificação do México, 1ª pág.; 25/08/1915, O caso do México, 1ª pág.

quais sintetizavam os caracteres “superiores” de seus próprios países, considerados como “potências continentais”.

Já na argumentação de *La Prensa*, diferentemente dos demais diários, a noção de superioridade apresentou um viés marcadamente nacionalista. O maior jornal argentino procurou insistentemente destacar e reforçar o papel de seu próprio país dentro do ABC e do continente.

No discurso do diário, a intervenção do ABC na política interna do México aparecia como algo justificável, diante do quadro que era traçado por seus editores, ao enfatizarem o “horror que desperta a mais encarniçada e bárbara das guerras civis contemporâneas, a respeito da qual predomina na opinião mundial o anseio humanitário da pacificação a qualquer custo.”⁴⁶ Lembremos que a barbarização da Revolução Mexicana não vinha sendo a tônica do discurso de *La Prensa* até então; mas, desde que o ABC entrou em cena, essa passou a fazer parte dos argumentos do jornal em torno de uma pretensa atuação necessária do bloco, e mais especialmente da Argentina, no continente.

Os editores do diário informaram a seus leitores argentinos que a iniciativa da mediação teria sido “idéia de nosso governo” e, num editorial intitulado “Momentos de expectativa, deveres argentinos evidentes”, enfatizaram que a atuação no conflito mexicano correspondia à “consciência de tão sagrado dever [...] que corresponde à República Argentina”. A justificativa encontrava-se no que entendiam como a “superioridade natural” do país: “a boa sorte quis que chegássemos a ser um país constituído e rico, tomando a dianteira a outros irmãos menos felizes.” Quanto a seus vizinhos, considerava que Brasil e Chile experimentavam “análoga satisfação” e que, portanto, a mediação e o próprio ABC significavam, no contexto continental, “um esforço moral e civilizador”.⁴⁷

A posição do diário traduzia a concepção de uma parte da elite nacional quanto a uma superioridade da Argentina no contexto sul-americano, baseada no desenvolvimento econômico alcançado pelo país. Apesar de severos críticos do “materialismo”, os editores

⁴⁶ *La Prensa*, 26/04/1914, México e Estados Unidos, a mediação sul-americana, p. 10. e 23/04/1914, Incertezas México-americanas (Editorial), p. 6.

⁴⁷ *Idem*, 26/04/1914, p. 10; 30/04/1914, Momentos de expectativa, deveres argentinos evidentes (Editorial), p. 9 e 01/05/1914, A opinião da América (Editorial), p. 8.

de *La Prensa* não deixaram de considerar o “progresso” do país como fonte de proeminência no continente. Esse argumento apresenta-se bastante condizente com seu *status* de maior diário do país mais rico da América do Sul, no período. A crítica ao “materialismo” logo se desvanecia frente à possibilidade de ver a “superioridade argentina” reconhecida no âmbito continental.

Como seria impossível desconsiderar a supremacia da potência do norte, o diário portenho elevou “as repúblicas maiores”, Brasil e Chile, e principalmente “nossa república”, a Argentina, ao estatuto de colaboradoras dos Estados Unidos. Em editorial intitulado precisamente “As repúblicas maiores”, o jornal destacou que, “segundo o juízo de Roosevelt”, as nações do ABC estavam “aptas pelo poder de sua civilização [...] para aplicar a doutrina Monroe na América do Sul.”⁴⁸ Mais uma vez, o diário tomava a figura de Roosevelt como referência para o âmbito da política externa.

La Prensa passou, então, a encarar o ABC como uma verdadeira realização do princípio pan-americano. O resultado da conferência mediadora foi qualificado como “o pan-americanismo triunfante”, que representaria uma missão tutelar na América: “uma política de paz protetora dos destinos de um continente”, protagonizada pela potência do norte e as do sul do continente. E, finalmente, a defesa da proposta estadunidense para o continente se desdobrou na defesa de vínculos econômicos mais estreitos entre a Argentina e a grande potência continental.

Em editorial, o diário celebrou “a propaganda iniciada na América do Norte, tendente à cimentação de suas vinculações econômicas com o nosso país” e pediu “aos apóstolos dos novos ideais de confraternização continental” que continuassem a propaganda até que esses ideais, sobretudo econômicos, fossem “encarnados em fatos”, o que, ansiava, se daria “num futuro que já não pode estar longe.” Segundo os editores de *La Prensa*, a atuação do ABC tinha cumprido um papel fundamental para essa aproximação. Ressaltavam que, antes da mediação dos conflitos México-americanos pelos países do sul do continente, os Estados Unidos “não se interessavam por nada ao sul do Panamá”, mas

⁴⁸ Idem, 17/06/1914, As repúblicas maiores (Editorial), p. 7.

a atuação da “entente do sul” teria demonstrado, inclusive, “o desenvolvimento econômico sul-americano” e despertado o interesse estadunidense em investir capitais nessa parte do continente.⁴⁹

A defesa da aproximação comercial com a potência do norte pode ser entendida como uma alternativa à enorme vinculação de seu país com a Inglaterra, sobretudo num momento em que a Europa experimentava tão grave crise. Nesse sentido, cabe observar que o argumento comercial só apareceu claramente no discurso de *La Prensa* num momento bem posterior ao início da Guerra Mundial.

Apesar das diferentes perspectivas assumidas pelos diários, todos os que apoiaram a atuação do ABC no conflito entre os Estados Unidos e o México revolucionário manifestaram a esperança de que a intervenção no conflito do norte transformasse o ABC num fator de poder a ser considerado nas relações internacionais, não só dentro do continente, mas, inclusive, como forma de destacar o continente em nível mundial.

Embora a própria formação do bloco diplomático implicasse numa espécie de “hierarquia continental”, ao diferenciar o ABC dos demais países latino-americanos, os discursos dos jornais nos revelam que essa idéia se produzia, em grande medida, como reação a uma identificação mais ampla, baseada na consciência da posição marginal de todos os países do subcontinente perante as grandes potências e da situação de vulnerabilidade que essa representava numa “era de impérios”.

Essa percepção era aprofundada pelo despontar de uma potência no continente e esse fator contribuía para que o fortalecimento de uma identidade que abarcasse os países latino-americanos estivesse diretamente relacionado a uma contraposição à grande potência continental, entendida como uma “outra América”. Os discursos dos jornais sobre o México revolucionário estiveram permeados por essas identidades continentais.

⁴⁹ Idem, 24/08/1915, Os Estados Unidos na Argentina (Editorial), p. 5.

4.3. O México revolucionário e a questão das identidades continentais

As reflexões dos diários sobre o México, desde o início, apontam para o fato que seus produtores tinham clareza de que o subcontinente era visto como um todo homogêneo pelo “mundo civilizado”. Essa percepção explica o temor, manifestado explicitamente em alguns diários, de que a instabilidade política do México compromettesse a imagem da América Latina “ante o conceito universal” e a preocupação que demonstraram quanto à “impressão que os acontecimentos da República do México causa[vam] nos Estados Unidos e na Europa”.⁵⁰

Além disso, os homens à frente dos grandes diários sabiam que a idéia que se fazia do subcontinente estava atrelada à instabilidade política que tinha marcado a região no século anterior, identificada a caracteres pejorativos como “caudilhismo” e seus derivados, “republiquetas ingovernáveis” ou “repúblicas vulcânicas que o mundo não toma a sério.”⁵¹ Nesse quadro, o prolongamento da guerra civil no México poderia ser percebido como mais uma demonstração da “barbárie política” da América Latina. Daí a necessidade de diferenciar, no contexto continental, a situação dos países que se julgavam “civilizados”, de demonstrar sua estabilidade política e seu desenvolvimento, sobretudo material, que comprovassem “a avançada civilização da América do Sul”, nas palavras do maior jornal argentino.⁵²

Essa lógica geopolítica também influenciou – além, evidentemente, do próprio significado político-social da Revolução Mexicana, como já destacamos – nas identificações negativas que os jornais estudados estabeleceram entre seus próprios países e o México revolucionário. Essas identificações, como já demonstramos, apesar de nem sempre aparecerem explicitamente, baseavam-se em situações que eram repudiadas pelos produtores dos diários no plano nacional e identificadas também no país do norte: os vícios dos sistemas políticos, denunciados por alguns, e a mobilização das classes populares, temida por todos.

⁵⁰ *La Razón*, 04/05/1911, Revolução Mexicana – Porfirio Díaz em perigo. 1ª pág, 3ª edição e *La Prensa*, 17/11/1913, Os americanos no México (Editorial), p. 6.

⁵¹ *OESP*, 27/02/1913, *Ecos Americanos*, p. 3; *ZENO*, *OESP*, 29/07/1913, *Cartas de Londres*, p. 4.

⁵² *La Prensa*, 14/03/1913, A política continental do presidente Wilson (Editorial), p. 8.

Até a invasão do território mexicano pela potência do norte, a identificação negativa ao México foi absolutamente predominante nos jornais analisados. Entretanto, esse episódio implicou numa significativa modificação em suas perspectivas, o que permitiu uma nova identificação, agora positiva, em relação ao país revolucionário.

Imediatamente após a invasão estadunidense do porto de Vera Cruz, o México recebeu grandes elogios por parte dos jornais, inclusive daqueles que veiculavam as visões mais negativas sobre aquele país. O próprio *Minas Gerais*, que poucos dias antes tinha defendido a necessidade de uma intervenção das grandes potências no México, ao ver o território mexicano invadido pelo vizinho do norte, qualificou a nação revolucionária de “país vigoroso e cheio de glórias” e condenou “a intromissão intempestiva da América do Norte nos [seus] negócios [...]”⁵³

Já o argentino *La Razón*, que até então só via motivos para criticar a “anarquia mexicana”, em geral explicada pelos caracteres raciais de sua população, encontrou ocasião para elogiar o patriotismo do país do norte, da seguinte forma:

Ante a ameaça da invasão estrangeira, [...] as paixões se emudeceram e a energia se junta no mesmo esforço. E essa é a alta nota do povo mexicano, que convém ressaltar no que tem de significativa, [...] a noção de Pátria [...] Os mexicanos demonstram nesse caso que o México, para eles, é a Pátria, grande ou pequena, próspera ou desgraçada e se apressam a defendê-la. [...] Os mexicanos, ao defenderem seu território, se mostram dignos dos fundadores da nacionalidade, e se em som de reprovação lhes dizem na América do Norte que eles têm nas veias o sangue da raça vencida dos indígenas, eles não de provar que também os alenta o espírito daquele Hernán Cortez que fez queimar seus navios para matar todo pronunciamento de fuga.⁵⁴

Frente à invasão estrangeira, o vespertino portenho elogiou a “noção de pátria” mexicana, o que, aliás, os editores do diário consideravam faltar em seu próprio país, devido ao “aluvião migratório”, que dificultava a construção de uma nacionalidade argentina. Sem se afastarem um milímetro da perspectiva racista que guiava suas análises, encontraram como fonte do patriotismo mexicano o “espírito de Cortez”, ou seja, o sangue espanhol que agora consideravam “também” correr nas veias dos mexicanos, junto com o da “raça vencida”.

⁵³ *Minas Gerais*, 23/04/1914, México e Estados Unidos, p. 5 e 08/05/1914, p. 6.

⁵⁴ *La Razón*, 24/01/1914, México e Estados Unidos, p. 3, 4ª ed.

Em *La Nación*, por sua vez, até mesmo o elemento indígena chegou a ser exaltado, na figura de Benito Juárez, a quem os editores do diário qualificaram como “glória da raça autóctone”. O jornal enfatizou que a cidade de Vera Cruz representava, na história do México, “o baluarte dos sagrados interesses pátrios”, pois ali Juárez tinha expedido “as famosas leis de reforma, cujos benefícios”, na opinião dos editores do diário, “ainda se deixam sentir naquela terra”; também ali, continuava o jornal portenho, os mexicanos “resistiram heroicamente as agressões dos invasores estrangeiros”. Na opinião do diário, assim como tinha ocorrido no século anterior, por ocasião da guerra contra os Estados Unidos e da invasão francesa, Vera Cruz voltava a simbolizar todo o México e tornava a demonstrar a “resistência heróica” dos mexicanos contra a agressão estrangeira.⁵⁵

E mesmo a *Gazeta*, que, até então, só se referia ao México como a mais pura demonstração da “barbárie caudilhesca”, chegou a mencionar o país invadido como “a grande pátria de Juárez”.

Além de uma pontual e compreensível condenação da invasão de um país por outro militarmente mais forte, atuando como fator desencadeador de solidariedade em relação ao México, a agressão estrangeira significou um momento de inflexão nos discursos dos diários, de forma mais ampla. O resultado imediato foi uma avalanche de elogios ao México, o que, como era de se esperar, não se tornou um elemento constante. Mas, o fundamental a ser destacado é que, a partir da invasão de Vera Cruz, os discursos dos diários passaram a ser marcados pela formulação de identificações positivas em relação ao México, tais como “república irmã” ou “país irmão”.⁵⁶

O sentido de “irmandade” por meio do qual se buscava estabelecer vínculos de solidariedade para com o México apareceu de forma bastante clara nos discursos dos jornais. Para o argentino *La Nación*, embora geograficamente “distante”, havia uma identidade histórica com a “República do México”, “um país que compartilha conosco o idioma, a religião e a história.” No contexto brasileiro, de forma semelhante, argumentou

⁵⁵ *La Nación*, 22/04/1914, Estados Unidos e México: o desembarque em Vera Cruz, p. 12. O diário se referia à guerra contra os Estados Unidos, entre 1846 e 1848, e à intervenção francesa, levada a cabo por Maximiliano de Habsburgo, sob os auspícios dos conservadores mexicanos, que durou de 1862 a 1867, quando o imperador estrangeiro foi fuzilado pelos liberais mexicanos.

⁵⁶ *Minas Gerais*, 23/04/1914, México-Estados Unidos, p. 5; *La Prensa*, 10/08/1915, A América no México, p. 10.

um colaborador d'OESP: "prende-nos ao México [...] os elos antigos da vizinhança e parentesco desde o berço comum da Ibéria. [...] O passado fez-nos, sociologicamente, a mesma raça, afeiçoou-nos a mesma alma traduzida por duas línguas irmãs."⁵⁷

O argumento da "latinidade" foi o traço predominante em todos os jornais analisados, tanto argentinos quanto brasileiros, na formulação de uma identificação com o México. Mas essa identidade não atuava apenas num plano positivo, em relação à "república irmã", comportava igualmente o sentido de oposição à potência do norte, como expressado claramente em um editorial de *La Prensa*: "no Novo Mundo, por mais distantes que vivam entre si seus Estados, existe, como causa de interesses vivíssimos, além das afinidades históricas, as preocupações que origina a política dos Estados Unidos". Tratava-se, portanto, da consciência das diferenças entre "uma e outra América", na expressão de *La Nación*.⁵⁸

A identidade latino-americana e a noção de uma dualidade essencial do continente se desenvolviam intensamente nas primeiras décadas do século XX, em grande medida como resposta à postura expansionista estadunidense. A idéia de uma "América latina" havia sido cunhada, em meados do século XIX, por intelectuais latino-americanos residentes em Paris e, desde o início, o desenvolvimento dessa identidade trazia como contraponto fundamental a existência de uma "outra" América, de matriz anglo-saxônica, não apenas diferenciada mas também oposta à América de origem latina. No início do século XX, o latino-americanismo se fortalecia, atuando como contraponto à identificação encarnada na proposta pan-americanista da potência do norte e servindo de base para a formulação de um discurso antiimperialista no subcontinente.⁵⁹

Posto que o perigo imperialista era identificado como problema comum a todos os países latino-americanos, vários intelectuais encontraram na integração do subcontinente uma forma de conter essa ameaça. Assim, como observa Oscar Terán, a idéia da "unidade latino-americana" se converteu no "fator dominante" do discurso que se desenvolveu no

⁵⁷ *La Nación*, 05/01/1914, A revolução mexicana, p. 9; ALMEIDA, Silvio de. *OESP*, 27/04/1914, *Divagações*, p. 4.

⁵⁸ *La Prensa*, 20/04/1914, A sorte do México e a política americana (editorial), p. 9 e *La Nación*, 26/06/1914, O triunfo da mediação, *Ecos do dia*, p. 9.

⁵⁹ Sobre a formação do latino-americanismo e seu fortalecimento em face da proposta pan-americanista, consultar ARDAO, *Op. cit.*

subcontinente no período, configurando o “primeiro antiimperialismo latino-americano”.⁶⁰ Uma influência ideológica fundamental para o desenvolvimento desse discurso foi *Ariel*, livro do uruguaio José Enrique Rodó, publicado em 1900. Ao esboçar uma dualidade essencial do continente, que tinha como fundamento a existência de dois troncos culturais distintos, o “latino” e o “anglo-saxão”, e seus inconciliáveis atributos “espiritualistas” e “materialistas”, respectivamente, a matriz arielista passou a embasar o discurso anti-estadunidense de boa parte da intelectualidade latino-americana.⁶¹

Todo esse conjunto de idéias fez parte dos discursos construídos pelos jornais para se posicionarem a respeito do México e, não por acaso, essas concepções apareceram mais enfaticamente nos diários que possuíam um discurso mais fortemente antiestadunidense.

La Nación desenvolveu uma ampla propaganda da campanha de solidariedade para com o México e contra a atitude estadunidense, que foi encabeçada por Manuel Ugarte, um dos principais mentores da solidariedade latino-americana no período. Após publicar *El porvenir de América Latina*, em 1911, denunciando o perigo da expansão da potência do norte sobre todo o continente, o intelectual argentino viajou por vários países do subcontinente, inclusive o Brasil e o México revolucionário, para divulgar a necessidade de construir um sistema defensivo contra “o imperialismo saxão.”

Quando os Estados Unidos invadiram o México, Ugarte, já em Buenos Aires, criou o Comitê pró-México, que conquistou a adesão de vários setores sociais, como organizações estudantis, sociedades mutualistas e associações de bairro, inclusive de outros países, como Chile, Peru e Uruguai. O Comitê organizou conferências e publicou vários folhetos contra a atitude da potência do norte, o que culminou na criação da *Revista Americana* e na transformação do Comitê numa organização mais ampla, a Associação Latino-Americana, fundada em julho de 1914.⁶²

Embora os três diários argentinos tenham destacado a atuação do Comitê organizado por Ugarte, *La Nación* foi o que praticamente se converteu num instrumento de

⁶⁰ TERÁN, Oscar. El primer antiimperialismo latinoamericano. In: *Punto de Vista. Revista de Cultura*. Buenos Aires, ano IV, n. 12, jul-oct, 1981, p. 4.

⁶¹ Há uma edição brasileira recente da obra: RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: UNICAMP, 1991.

⁶² YANKELEVICH, 1997, p. 159-60.

divulgação do movimento. O diário informou diariamente a seus leitores sobre toda a mobilização do Comitê, avisou sobre os eventos que seriam realizados e ressaltou as “adesões de todos os pontos da República. O número delas chega a 4000”. Também publicou na íntegra o manifesto público do Comitê:

[A] América latina e o mundo comoveram-se profundamente ante os acontecimentos do México. [...] Traduzimos o protesto dos homens de todos os partidos e de todas as classes sociais, contra o imperialismo, contra a conquista, contra a anexação, contra o abuso da força nas relações entre os povos, e afirmamos de uma maneira clamorosa e definitiva nossa solidariedade com toda a América de fala hispana e especialmente com o país irmão. [...] Viva o México! Viva a união latino-americana!⁶³

Como foi a tônica do período, o ataque ao imperialismo vinha junto com a defesa da união latino-americana. Ante o perigo *yankee*, a causa do México se tornava comum a todo o subcontinente.

Assim também apareceu n’*OESP*. Ainda no contexto do ultimato de Wilson a Huerta, os editores do diário paulista reproduziram trechos de um artigo de Jose Veríssimo, publicado n’*O Imparcial*, do Rio de Janeiro, no qual o autor mobilizava “o sentimento latino-americano” contra o que considerava “um grande atentado internacional”. Após a invasão de Vera Cruz, a crítica antiimperialista que vinha sendo sustentada pelo diário ganhou conotações arielistas. O perigo do “imperialismo *yankee*” foi identificado aos “vícios anglo-germânicos”, que ameaçavam “as nações latinas deste continente”.⁶⁴

Com essa perspectiva, um colaborador do diário, João Grave, num artigo denominado “A guerra entre o México e os Estados Unidos”, argumentava que as desavenças entre os dois países do norte logo seriam acertadas, porém da pior maneira possível: “a pendência vai se resolver pelo fogo, pelo sangue e pela morte, com a pressa fulminante que os *yankees* empregam em todos os seus atos – porque *time is money*”. O autor relembrou a guerra entre os dois países, cerca de meio século antes — quando o México perdeu mais da metade de seu território para o vizinho do norte —, e afirmou: “hoje

⁶³ *La Nación*, 29/04/1914 e 01/05/1912, O conflito do México, p. 12 e 11.

⁶⁴ *OESP*, 08/11/1913, *Jornais do Rio*, p. 5; 26/04/1914, p. 3 e 01/06/1914, p. 5.

irá o resto. [...] Quando muito, por generosidade dos vencedores, [o México] será de futuro uma república como a de Cuba – uma espécie de protetorado!”⁶⁵

Nessa passagem, o autor dá à invasão do território mexicano o mesmo sentido do expansionismo estadunidense sobre o Caribe, remontando à guerra de independência de Cuba. Essa percepção apontava para a outra grande “lição” que os produtores dos diários identificaram na situação mexicana.

Se até então as intervenções da potência do norte tinham sido levadas a cabo sobre ilhas do Caribe ou pequenos países da América Central, a invasão do México, uma das “grandes repúblicas da América Latina”, como qualificou *La Prensa*, teve um impacto decisivo sobre a discussão em torno do imperialismo estadunidense. A violação do território de um “grande país”, como a *Gazeta* qualificou o México, não deixava lugar a dúvidas quanto às pretensões expansionistas da potência do norte e aparecia, naquele contexto, como prova irrefutável de que a agressiva postura dos Estados Unidos significava um perigo para todos os outros países do continente, independentemente de seu tamanho. O México aparecia, uma vez mais, como “exemplo” daquilo que se buscava evitar. Conforme observou um colaborador d’*OESP* no contexto da invasão de Vera Cruz, “graças a ti, caro México: a tua desgraça é a nossa lição”.⁶⁶

Além dos interesses materiais, capitalistas, o pretendido “destino manifesto” dos estadunidenses também foi destacado como fonte de perigo, principalmente para o México, “pelo fato de sua contiguidade geográfica com a nação essencialmente organizada e onipotente do Novo Mundo”. Oliveira Lima, escrevendo para o jornal paulista, apresentava a situação da seguinte forma:

Nos Estados Unidos, a interesses privados empenhados na intervenção, junta-se um sentimento geral produzido a um tempo pela força da expansão de uma nacionalidade em plena vitalidade e pela compreensão de seus deveres morais para com a humanidade. Os dois imperativos congregam-se para ameaçar a integridade e independência do México. [...] ⁶⁷

⁶⁵ GRAVE, João. *OESP*, 21/05/1914, A guerra entre o México e os Estados Unidos, p. 3.

⁶⁶ *La Prensa*, 03/07/1915, Porfirio Díaz morto ontem em Paris, p. 10; *Gazeta de Notícias*, 05/08/1915, O México, 1ª pág. e ALMEIDA, Sílvio de. *OESP*, 27/04/1914, *Divagações*, p. 4.

⁶⁷ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *OESP*, 09/06/1914, A trapalhada mexicana, *Coisas estrangeiras*, p. 5.

Mas se o México tornava-se um alvo imediato de seu “ameaçador e poderoso vizinho”, como *La Razón* se referiu aos Estados Unidos, essa condição de vulnerabilidade apenas traduzia de forma mais acentuada a situação em que se encontravam todos os países latino-americanos perante a potência continental. Nesse contexto, o México representava a América Latina e a atuação do ABC foi percebida como uma reação latino-americana contra a hegemonia *yankee*.⁶⁸

Mesmo os diários que defenderam com mais afincos a existência de uma hierarquia das nações do continente, e que tendiam a aproximar os atributos das “potências” sul-americanas aos daquela que era a incontestável potência continental, encararam a atuação do ABC como uma forma de “solidariedade das nações latinas” e uma possibilidade de “aproximação dos povos latino-americanos”. E essa atuação não deixava de ser, principalmente, uma oportunidade de demonstrar “a civilização das repúblicas latinas”, sobretudo diante da crise européia.⁶⁹

No ano de 1915, a ocasião da data comemorativa da independência argentina foi o momento escolhido pela *Gazeta* para exaltar a aproximação propiciada pela atuação do ABC e ressaltar suas expectativas quanto ao futuro do subcontinente. Num editorial intitulado “A independência argentina e o momento sul-americano, ABC”, os editores do jornal carioca afirmavam o seguinte: “o momento histórico na Europa é trágico e sangrento; realça-se, assim, mais nítida, a perspectiva da América Meridional”. Portanto, mesmo na *Gazeta*, diário que defendia os Estados Unidos como modelo de desenvolvimento para o continente, os episódios concomitantes da guerra européia e da atuação do ABC no âmbito continental permitiram vislumbrar a América do Sul – e não todo o continente – como fonte de uma nova “perspectiva” perante a decadência do Velho Mundo. Nesse contexto, os Estados Unidos, embora fizessem parte da América, apareciam identificados à matriz européia, ao imperialismo e à violência.⁷⁰

Essas idéias apareceram de forma incisiva num artigo de Leopoldo Lugones, escrito em Paris e publicado nas páginas de *La Nación*, sob o título de “A viga no olho”. Ao

⁶⁸ *La Razón*, 07/05/1914, O conflito mexicano, p. 7, 5ª ed. e *OESP*, 09/06/1914, p. 5.

⁶⁹ *Idem*; *Gazeta de Notícias*, 03/07/1915, ABC, 1ª pág. e 27/04/1914, p.2.

⁷⁰ *Gazeta de Notícias*, 25/05/1915, A independência argentina e momento atual, 1ª pág.

escrever logo após o início da guerra européia, o autor procurava desfazer as concepções idealizadas que os latino-americanos possuíam da Europa. Para tanto, destacava que a “barbárie albanesa” em nada diferia dos “índios sublevados do general Zapata”, e afirmava: “não se deve ver, pois, com tanta severidade a palha no olho mexicano”. Além disso, segundo o autor, “se os Estados Unidos exploraram a anarquia mexicana, convém não esquecer [...] que a tríplice aliança e a tríplice entente fazem exatamente o mesmo com a anarquia albanesa”. Em meio à percepção da decadência européia, Lugones terminava o artigo com a seguinte reflexão:

Como a Europa pode estranhar que o México não tenha civilizado todos os seus índios? [...] Por outro lado, acaso nos importa que a Europa estranhe ou não? Nós somos exclusivamente donos de nosso próprio destino, reafirmando nisso a importância fundamental dessa mediação [do ABC] [...] O Novo Mundo pressupõe e já iniciou uma nova civilização, que substituirá a semi-barbárie cristã, encaminhada por sua própria lógica a fracassar na iniquidade e na violência. O máximo que fizemos para sermos nós mesmos dentro de nossa própria índole e de nossas próprias possibilidades, acelerará esse acontecimento, com benefício para a humanidade inteira. Sigamos e deixemos ver. Aqui [na Europa] também existem selvagens tão autênticos como nos nossos Putamaios e reizinhos tão ridículos como nossos mais penachudos ditadores.⁷¹

O contexto da guerra européia dava lugar à percepção de que ali existiam todos os problemas que antes eram considerados exclusivos da América Latina — ou dos continentes asiático e africano — e reflexo de sua “inferioridade”. Simultaneamente, a atuação do ABC e a solidariedade manifestada em relação ao México invadido, identificadas pelo autor com a concepção de uma “América, unida pela primeira vez”, permitiam vislumbrar uma possibilidade de desenvolvimento autônomo nessa “América latina” unida, portanto, com um modelo próprio de civilização. A argumentação de Lugones trazia a tônica de um discurso que iria marcar os anos seguintes no subcontinente, baseado na busca pela autenticidade latino-americana, vista como a possibilidade de um desenvolvimento “dentro de nossa própria índole”.⁷²

⁷¹ LUGONES, Leopoldo. A viga no olho. *La Nación*, 10/08/1914, p. 3.

⁷² A valorização do “próprio”, do nacional, e muitas vezes do latino-americano marcou o discurso político-cultural no subcontinente, principalmente no período entre guerras, em decorrência da crise do modelo civilizacional representado pela Europa e da percepção negativa que vigorava sobre os Estados Unidos, percebido como um perigo imperialista. Ver a respeito ACHUGAR, Hugo. La hora americana o el discurso americanista de entreguerras. In: PIZARRO, *Op. cit.*, p. 635-662.

Dentro dessa perspectiva, a Revolução Mexicana foi valorizada, nos anos seguintes, por grupos mais progressistas, defensores de reformas políticas e sociais, como um modelo autóctone de transformação da ordem social. Não era o caso das elites representadas pelos diários analisados. Ainda assim, a invasão do México revolucionário pelos Estados Unidos foi interpretada pelos grupos dirigentes da grande imprensa, preocupados com a situação marginal da América Latina na ordem capitalista mundial, como a primeira oportunidade de demonstrar a capacidade do subcontinente, identificada por muitos na atuação do ABC. Em todos os jornais analisados — mesmo n’*OESP*, que não apoiou a ação do bloco diplomático sul-americano —, a oposição à invasão do território mexicano atuou como um importante elemento de fortalecimento tanto da identidade latino-americana quanto do discurso antiimperialista.

Ao contrário do “México revolucionário”, o “México invadido” originou uma identificação positiva por parte dos diários, tanto argentinos quanto brasileiros. Mas, mesmo nesse caso, a identificação e a solidariedade em relação ao país asteca passaram pela percepção de que o que ocorria ali representava uma ameaça que pairava sobre os outros espaços continentais. Uma vez mais, o México servia de “lição” e passava, então, a encarnar os dois grandes perigos vislumbrados pelas elites latino-americanas do período: uma revolução social e a invasão de uma potência imperialista.

Considerações Finais

A Revolução Mexicana foi um evento histórico de grande repercussão internacional. Como demonstramos ao longo desse estudo, durante os primeiros anos do processo revolucionário no México, os acontecimentos daquele país foram amplamente comentados e discutidos pelos editores e colaboradores dos grandes jornais diários brasileiros e argentinos.

As abordagens realizadas por cada um dos diários e as interpretações que veicularam sobre os acontecimentos mexicanos foram diretamente influenciadas pelos posicionamentos assumidos pelos jornais nos principais debates políticos de seus respectivos países. Assim, o início do processo revolucionário no México – que foi encabeçado por Madero e enfatizava uma ruptura política, representada pela luta contra a ditadura *porfirista* – foi apoiado pelos diários que tinham uma postura crítica frente aos sistemas políticos oligárquicos que vigoravam em seus países: *OESP*, no contexto brasileiro, e *La Prensa* e *La Razón* no argentino. Os demais diários, em momento algum, manifestaram apoio aos eventos que se desenrolavam no país do norte.

Grande parte da repercussão que os eventos mexicanos ganharam nos jornais analisados deveu-se aos pontos de contato que os produtores dos diários estabeleceram entre a realidade do México e a de seus países, o que lhes permitiu mobilizar os acontecimentos mexicanos como argumento para embasar seus posicionamentos nos âmbitos locais. Isso ocorreu tanto nos diários que manifestavam posições mais críticas quanto naqueles que expressavam tendências mais conservadoras.

OESP e *La Prensa*, explicitamente comprometidos com a crítica à ordem oligárquica, encontraram no México *porfirista* problemas políticos semelhantes aos que identificavam em seus países e, principalmente no maior diário argentino, a instabilidade e a violência que marcaram a Revolução Mexicana apareceram explicadas como “herança” da ditadura. *La Nación*, por sua vez, utilizou-se do quadro de instabilidade política no México para fundamentar seus argumentos contrários à reforma democratizante de seu país. *La Nación* e *OESP*, embora sustentassem distintos

posicionamentos político-ideológicos, desenvolviam uma forte crítica antiimperialista encontraram na estreita vinculação econômica do México aos Estados Unidos a explicação para a continuidade da instabilidade no país revolucionário. Ambos os diários tenderam a explicar os rumos tomados pela Revolução Mexicana como uma manipulação estadunidense baseada em interesses financeiros no país vizinho.

La Prensa, *La Nación* e *OESP* foram os diários que desenvolveram as análises mais fundamentadas a respeito dos acontecimentos mexicanos, cada um de acordo com seu próprio posicionamento e, portanto, com sua própria interpretação. Mas, nos três casos, as abordagens sobre o México privilegiaram os aspectos políticos.

La Razón e *Minas Gerais*, por sua vez, foram os jornais que mais fizeram referências à participação popular na Revolução Mexicana, embora de maneiras muito distintas. O argentino, que apoiou o início do movimento revolucionário no México, desde o assassinato de Madero se opôs veementemente ao desenrolar da Revolução, principalmente no que dizia respeito à participação das massas populares no processo revolucionário.

Por um lado, *La Razón* foi o jornal no qual o aspecto social do processo revolucionário mexicano se fez presente de maneira mais evidente, o que se deveu ao fato de ter sido o único dos diários analisados que publicou comentários sobre a Revolução escritos por pessoas que estavam dentro do México: primeiro, os artigos do diplomata argentino Tito L. Foppa; depois, do jornalista italiano Luigi Barzini, enviado especial do diário *Corriere della Sera*. Mas a posição assumida pelo vespertino portenho esteve longe de valorizar o aspecto social da Revolução. O diário demonstrou uma visão claramente racista em relação ao México e, por esse viés, enfatizou e condenou a violência do processo revolucionário como sendo prova irrefutável da inferioridade racial da população indígena daquele país.

Embora *La Razón* tenha sido, de todos os jornais analisados, o único que desenvolveu uma análise marcada pelo determinismo racial para explicar os acontecimentos mexicanos, todos os outros, em algum momento, veicularam uma visão pejorativa da população mexicana. No caso dos diários argentinos, essa percepção

esteve diretamente relacionada ao caráter racial, sendo que todos demonstraram preconceito em relação ao “México indígena”; no caso dos brasileiros, em geral, as imagens pejorativas dos mexicanos estiveram relacionadas ao meio rural, mais ligadas a uma caracterização negativa dos “camponeses”.

Entretanto, apenas o argentino *La Razón* e o diário oficial mineiro, *Minas Gerais*, tiveram como eixo central de seus discursos a desqualificação do processo revolucionário mexicano por meio da difusão de imagens bárbaras da população daquele país. Mas, diferentemente do jornal vespertino portenho, o *Minas* utilizou-se amplamente das imagens depreciativas que circulavam a respeito dos revolucionários mexicanos, muito particularmente dos zapatistas, através da imprensa internacional.

Todos os jornais analisados, em algum momento, publicaram pequenas notas sobre atos de vandalismo praticados pelos “rebeldes” mexicanos, as quais chegavam pelo telégrafo e, normalmente, remetiam à origem estadunidense. Mas, especificamente no caso do *Minas Gerais*, essas notícias foram amplamente divulgadas, principalmente as que especificavam “barbaridades” atribuídas aos zapatistas, e seu formato foi utilizado para descrever supostos atos similares de violência por parte dos camponeses brasileiros. Essa estratégia possibilitou ao jornal oficial do governo do estado desqualificar os movimentos rurais que assolavam o Brasil, e particularmente Minas, nos mesmos termos que a atuação dos zapatistas era desqualificada, principalmente pela imprensa estadunidense.

Também a *Gazeta de Notícias*, em alguns momentos, utilizou as notícias detratoras dos zapatistas para desqualificar os movimentos camponeses brasileiros. Mas o cerne do discurso do diário esteve na desqualificação da Revolução Mexicana como uma mera demonstração do caudilhismo latino-americano; todas as vezes que se referiu ao processo revolucionário mexicano, o fez a partir de uma crítica ao “militarismo caudilhesco” que considerava imperar no país do norte, de Porfirio Díaz a Carranza, passando por Zapata e, inclusive, Madero. Mas o jornal carioca foi, de todos os analisados, o que menos espaço dedicou aos acontecimentos no México antes que se desdobrassem num conflito internacional. Caso analisasse um pouco mais densamente

os eventos mexicanos, certamente encontraria inevitáveis semelhanças com o contexto brasileiro, em relação ao qual demonstrava grande preocupação com os movimentos sociais, tanto no campo quanto nos centros urbanos. Assim, os editores da *Gazeta* evitaram abordar mais detidamente o desenvolvimento do processo revolucionário no México, limitando-se à reprodução de pequenas notas telegráficas sobre o assunto, selecionando principalmente as que minimizavam o alcance da Revolução e/ou se referiam ao controle da situação pelas autoridades.

O discurso da *Gazeta* sobre a Revolução Mexicana foi o que mais se ateu à publicação de notícias recebidas das agências internacionais, porém, em todos os diários, essas notas foram as principais fontes de informação a respeito dos eventos mexicanos, já que nenhum dos jornais possuía enviados especiais no México. Além disso, as notícias recebidas das agências eram basicamente as mesmas para todos os jornais, devido ao próprio funcionamento da rede mundial da informação.

Contudo, ainda que a imprensa internacional tenha influenciado as abordagens dos jornais analisados sobre a Revolução, suas interpretações em momento algum foram condicionadas pelas notas recebidas. Ao contrário, mesmo no início do movimento mexicano, quando os diários estudados praticamente se limitaram à publicação dessas notas, as referências que fizeram aos acontecimentos do México foram muito distintas. A simples seleção feita por cada um dos jornais das notas recebidas atesta a diversidade de abordagens possíveis unicamente com a reprodução dessas.

Os jornais que manifestavam posturas políticas semelhantes tenderam a interpretar a Revolução e a se posicionar de forma similar em relação aos acontecimentos no México, mesmo pertencendo a contextos nacionais distintos. A exceção relaciona-se às imagens pejorativas veiculadas sobre a população mexicana. O preconceito das elites urbanas, no Brasil, em relação às populações rurais, e o das que se pretendiam “brancas” na Argentina, em relação aos indígenas, apareceram com essas diferentes conotações em cada país e os discursos dos diários demonstraram que esses preconceitos perpassavam pelas diferenças político-ideológicas e eram partilhados pelos grupos representados pelos vários jornais.

Um aspecto da Revolução Mexicana que passou a chamar muito mais a atenção dos diários brasileiros e argentinos foi seu desdobramento num conflito internacional, com os Estados Unidos. A política externa da potência do norte era um assunto que despertava extremo interesse no período, tendo em vista a postura intervencionista daquele país no continente e sua concomitante proposta pan-americanista de integração. Desde que o governo estadunidense começou a pressionar pela renúncia do ditador Huerta no México e, principalmente, a partir da invasão do porto mexicano de Vera Cruz por navios estadunidenses — e a decorrente mediação conjunta de Argentina, Brasil e Chile (o chamado ABC) do confronto entre os países do norte —, os conflitos externos do México revolucionário foram amplamente discutidos pelos diários.

Os jornais apresentavam diferentes posições em relação ao pan-americanismo. *La Nación* e *OESP* criticavam amplamente a proposta, compreendida por ambos como uma pretensão imperialista da potência do norte. No contexto argentino, *La Prensa* apoiava a aproximação de seu país à potência do norte, enquanto *La Razón* manifestava um certo desinteresse pela questão das relações continentais. Entre os brasileiros, o *Minas Gerais* tinha uma postura pró-estadunidense, já que apoiava a postura oficial da diplomacia brasileira, que estreitava cada vez mais seus laços com os Estados Unidos. A *Gazeta* manifestava o posicionamento mais original entre os diários estudados, pois era o único que enfatizava a aproximação de todos os países do continente e, muito particularmente, de Brasil e Argentina.

Apesar dos distintos posicionamentos, a atitude dos Estados Unidos para com o México exerceu um significativo impacto nos discursos dos diários. Todos os diários, inclusive os mais inclinados ao pan-americanismo, passaram a manifestar um grande temor em relação às atitudes estadunidenses após a agressão ao México revolucionário. Em *OESP* e *La Nación*, que já veiculavam uma forte crítica antiimperialista, a ação dos Estados Unidos no México foi vista como a prova do “perigo *yankee*” que ameaçava todo o continente.

Exceto *OESP*, que considerou a atuação do bloco diplomático sul-americano também como uma agressão à soberania nacional mexicana, todos os outros diários

defenderam a atuação do ABC no conflito entre os países do norte como uma forma de contraposição à hegemonia continental dos Estados Unidos e como uma demonstração da capacidade dos latino-americanos de se firmarem internacionalmente, frente às grandes potências capitalistas. Nesse contexto, a identidade latino-americana foi mobilizada por todos os jornais estudados para se solidarizarem em relação ao México, que passou a representar todo o subcontinente.

Em meio a toda essa discussão, a eclosão da Guerra Mundial alterou dramaticamente o debate. A maior parte dos diários afastou-se da discussão sobre o México e sobre o continente americano para se dedicar ao conflito europeu. Somente a *Gazeta* e *La Prensa* continuaram enfatizando as discussões americanas e, quando da nova intervenção do ABC nos assuntos mexicanos, em 1915, *La Nación* voltou a discutir a temática. Nos três jornais, a crise européia intensificou ainda mais a esperança numa perspectiva própria de desenvolvimento do continente americano.

Embora em alguns casos a idéia de valorização da América tenha incluído a aproximação com a potência do norte, como defenderam principalmente *La Prensa* e a *Gazeta*, o latino-americanismo apareceu como uma identidade partilhada por todos os jornais, inclusive pelos que defendiam o estreitamento de laços com os Estados Unidos, e a atuação do ABC no conflito entre a potência do norte e o México revolucionário foi tomado como um evento fundamental das relações de aproximação entre os países do subcontinente.

As análises e interpretações que os grandes diários brasileiros e argentinos veicularam sobre a Revolução Mexicana, tanto no que concerne à situação interna do país revolucionário quanto em relação ao conflito internacional com os Estados Unidos, não demonstraram um conhecimento muito aprofundado a respeito da realidade mexicana. Entretanto, suas tomadas de posição em relação aos acontecimentos foram, quase sempre, rápidas e enfáticas, revelando mais suas próprias posições políticas do que um profundo interesse em discutir o processo revolucionário mexicano em si, mesmo porque esse processo encaminhava-se na direção de uma transformação social mais profunda, o que não interessava a nenhum dos grupos produtores dos jornais analisados.

Assim, os eventos da Revolução Mexicana apareceram nas páginas dos jornais diários (re)construídos e interpretados com base nos interesses político-ideológicos aos quais se ligavam os produtores dos órgãos de imprensa. Mais do que informar sobre o processo revolucionário, esses discursos revelam acerca das tendências ideológicas e dos posicionamentos assumidos por cada um dos jornais diante das questões colocadas em seus contextos nacionais e no âmbito continental.

No entanto, essas “leituras” da Revolução Mexicana não eram veiculadas como construções e interpretações, mas sim como “a realidade”, conhecida e difundida por aqueles que tinham a “capacidade” de informar sobre o que se passava no mundo. Num período em que os jornais se popularizavam e conseguiam fazer as informações circularem com bastante agilidade, seus discursos sobre o México tendiam a encontrar certa legitimidade perante a sociedade e a cumprir um papel importante na formação de um imaginário sobre aquele país.

Essas reflexões, que foram suscitadas pelo estudo de uma época que nos precede em vários sentidos, podem nos fornecer elementos para pensar a atualidade de uma “sociedade em rede”, dentro da qual nos encontramos cada vez mais cercados de informações, mas não necessariamente de conhecimento.

Fontes e Referências Bibliográficas

I. Fontes

▪ Jornais argentinos

- *La Nación*: acervo da Hemeroteca José Hernández, Biblioteca del Consejo Deliberante de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
- *La Prensa*: acervo da Biblioteca del Congreso de la Nación, República Argentina.
- *La Razón*: acervo da Hemeroteca José Hernández, Biblioteca del Consejo Deliberante de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

▪ Jornais brasileiros

- *Gazeta de Notícias*: acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- *Minas Gerais*: acervo da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- *O Estado de São Paulo*: acervos da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo e da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

II. Referências Bibliográficas

▪ México

AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana*. São Paulo: Edusp, 2000.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio & LOPES, Maria Aparecida de Souza, A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. São Paulo: *História*, Revista do Departamento de História UNESP, vol. 20, 200. p.163-198.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A fotografia a serviço de Clio. Uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana (1910-1914)*. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. *20 de novembro de 1910. A Revolução Mexicana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Lazuli Editora, 2007.

BARTRA, Armando. (Prólogo, selección y notas). *Regeneración (1900-1918). La corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate*. México: Era, 1985.

BAZANT, Jan. O México da Independência a 1867. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina – Volume IV: da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp, 2001. Vol 3. p. 413-464.

BRADING, David. *Caudillos y campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985.

- CABRAL, João Batista P. *O Partido Liberal Mexicano e a greve de Cananea*. Brasília: UnB, 1981.
- CARR, Barry. *El movimiento obrero y la política en México (1910-1929)*. México: Era, 1981.
- COCKCROFT, James. *Precursores intelectuales de la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1971.
- COLOMBO, Sylvia & SOARES, Gabriela Pellegrino. *Reforma Liberal e lutas camponesas – México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. México: Era, 1977.
- _____. *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989.
- _____. Villistas y zapatistas en la Soberana Convención Revolucionaria. In: *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989, p. 89-112.
- _____. El encuentro de Villa y Zapata con la nación: El “programa de Reformas Político-Sociales de la Revolución Aprobado por la Soberana Convención Revolucionaria”. In: *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989, p. 76-88.
- CORRÊA, Anna Maria M. *A Revolução Mexicana (1910-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CUMBERLAND, Charles. *Madero y la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1984.
- FALCÓN, Romana. Carisma y tradición: consideraciones en torno a los liderazgos campesinos en la Revolución Mexicana. El caso de San Luís Potosí. In: KATZ, Friedrich (comp.). *Revuelta, rebelión y revolución*. México: Era, 1990. (Tomo 1). p. 89-112.
- GUERRA, François-Xavier. *México: del antiguo régimen a la Revolución*. México: FCE, 2003. (2 Vol.)
- HART, John M. *El anarquismo y la clase obrera mexicana (1860-1931)*. México: Siglo Veintiuno, 1980.
- SILVA HERZOG, Jesús. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1990. (2 Vol.).
- _____. *De la historia de México, 1810-1938. Documentos fundamentales, ensayos y opiniones*. México: Siglo XXI, 1985.
- KATZ, Friedrich. (comp.). *Revuelta, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990. (2 Tomos)
- KATZ, Friedrich. *La guerra secreta en México*. México: Era, 1991. (2 Tomos).
- _____. Las rebeliones rurales a partir de 1810. In: KATZ, Friedrich (comp.). *Revuelta, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990. (Tomo 2), p. 177-213.
- _____. O México: a república restaurada e o porfiriato, 1876-1910. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Volume V: de 1870 a 1930. p.23-103. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- KNIGHT, Alan. Caudillos e campesinos en el México revolucionario, 1910-1917. In: BRADING, David. (org.). *Caudillos e campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985.
- _____. Caudillos e campesinos en el México revolucionario, 1910-1917. In: BRADING, David. (org.). *Caudillos e campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985, p. 32-85.

PAULA, Melissa Carolina Marques Santos e. *Ricardo Flores Magón e a propaganda do Partido Liberal Mexicano (1900-1911)*. Franca: Departamento História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2005, 123p. (Dissertação de Mestrado)

PAZ, Octavio. *O ogro filantrópico. História e política, 1971-1978*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. *O Labirinto da Solidão e Post-scriptum*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PICCATO, Pablo. Diez años de historiografía de la Revolución Mexicana. In: *Revista Occidental*, Tijuana, ano 7, nº 1 (1990). p. 95-100.

REED, John. *México Rebelde*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

RUIZ, Ramón Eduardo. *La Revolución Mexicana y el movimiento obrero (1911-1923)*. México: Era, 1978.

SILVA HERZOG, Jesús. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1990.

TOBLER, Hans Werner. La movilización campesina y la Revolución. In: BRADING, David. (org.). *Caudillos e campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985, p. 306-317.

DÍAZ SOTO Y GAMA, Antonio. *La cuestión agraria en México*. México: El Caballito, 1982. (3ª ed.).

TUTINO, John. *De la insurrección a la revolución em México. Las bases sociales de la violència agrária, 1750-1940*. México: Era, 1990.

TUÑOZ PABLOS, Esperanza. *Huerta y el movimiento obrero*. México: El Caballito, 1982.

VÁZQUEZ, Josefina Zoraida & MEYER, Lorenzo. *México frente a Estados Unidos (un ensayo histórico, 1776-1988)*. México: FCE, 1992.

VILLA, Marco Antônio. *A Revolução Mexicana (1910-1940)*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. *Francisco "Pancho" Villa: uma liderança da vertente camponesa na Revolução Mexicana*. São Paulo: Ícone, 1992.

WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friedrich. *Revolta, rebelión y revolución*. México: Era, 1990. Tomo 2, p. 9-23.

WOMACK Jr., John. *Zapata e a Revolução Mexicana*. Lisboa: Edições 70, 1980.

YANKELEVICH, Pablo. *La diplomacia imaginaria. A Argentina y la Revolución Mexicana, 1910-1916*. México: Dirección General del Acervo Histórico Diplomático de la Secretaría de Relaciones Exteriores, 1994.

_____. *Miradas australes. Propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana em el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto Nacional de Estudios de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.

ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. México: FCE, 1968.

▪ Argentina

ADELAMN, Jeremay. Socialism and Democracy in Argentine in the Age of the Second International. In: *Hispanic American Historical Review*, nº 72-2, maio, 1992, p. 211-238

ALONSO, Paula. *Entre la revolución y las urnas. Los orígenes de la UCR y la política argentina en los años '90*. Buenos Aires: Sudamericana/ Universidad de San Andrés, 2000.

_____. *La Tribuna Nacional y Sud-América: tensiones ideológicas en la construcción de la "Argentina moderna"*. In: ALONSO, Paula (comp.). *Construcciones impresas*.

Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: FCE, 2003. p. 203-242.

ALTAMIRO, Carlos & SARLO, Beatriz. *Ensayos argentinos. De Sarmiento a La Vanguarda*. Buenos Aires: CEAL, 1983.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve história da Argentina*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Movimento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: FCE, 2001.

BONAUDO, Marta & BANDIERI, Susana. La cuestión social agraria en los espacios regionales. In: FALCÓN, Ricardo (org.). *Nueva historia argentina. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. (Tomo VI). p. 229-282.

BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Debolsillo, 2005.

BOTANA, Natalio & GALLO, Ezequiel. *De la república posible a la república verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

CAMPI, Daniel. Economía y sociedad en las provincias del norte. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. (Tomo 5), p. 71-118.

COGGIOLA, Osvaldo & BILSKY, Edgardo. *História do movimento operário argentino*. São Paulo: Xamã, 1999; ADAB DE SANTILLÁN, Diego. *La FORA, ideología y trayectoria*. Buenos Aires: Proyección, 1976.

FALCÓN, Ricardo. Los orígenes del movimiento obrero (1857-1899). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850 – 2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

HALPERIN DONGHI, Túlio. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2005.

LIERNUR, Jorge Francisco. La construcción de país urbano. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. (Tomo 5), p. 409-464.

LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

_____. Trabajadores en la era del progreso. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. (Tomo 5), p. 465-506.

QUIJADA, Mónica. De mitos nacionales, definiciones cívicas y clasificaciones grupales. Los indígenas en la construcción nacional argentina, siglos XIX a XXI. In: ANSALDI, Waldo (coord.). *Calidoscopio latinoamericano. Imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel, 2006. p.425-450.

ROCCHI, Fernando. El péndulo de la riqueza: la economía argentina en el período 188-1916. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. (Tomo 5). p. 15-70.

ROMERO, Luis Alberto. *Sociedad democrática y política democrática en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SANGUINETTI, Horacio. *Los socialistas independientes*. Buenos Aires: Belgrano, 1981.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes*. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954). Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SURIANO, Juan. *Trabajadores, anarquismo y el Estado represor: de la Ley de Residencia a la Ley de Defensa Social (1902-1910)*. Buenos Aires: CEAL, 1989.

_____, Juan. *El anarquismo*. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. (Tomo 5), p. 291-326.

YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes. Propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.

_____, *La diplomacia imaginaria. Argentina y la Revolución Mexicana, 1910-1916*. México: Dirección General del Acervo Histórico Diplomático de la Secretaría de Relaciones Exteriores, 1994.

▪ Brasil

ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2005.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento. A geração de 1870 e a crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: ANPOCS, Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão da terra na Primeira República. In: SILVA, Sérgio S. & SZMERCSÁNYI, Tomás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 143-156.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1998, 223p. (Tese de Doutorado).

_____. *A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas*. In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 447-463.

_____. *Magia e paixão: o México sob o olhar de Erico Veríssimo*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, v. 32, 2007, p. 79-95.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. Os Brasileiros e a Nossa América. In: *Recortes*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 130-39.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina. In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p. 287-316.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1998

_____. Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.181-233.

_____. Brasil, outra América? In: *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 269-74.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Ângela Marques da & SCHWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

FAUSTO, Bóris(org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, Tomo III, vol. 1 e 2.

GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Nova Fronteira, 2002, p. 384-449.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988.

LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

MELO, Hildete Pereira de. O café e a economia fluminense, 1889-1920. In: SILVA, Sérgio S. & SZMERCSÁNYI, Tomás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 215-234.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 39-92.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (Tomo 3, 2º vol.), p. 39-92.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: DIFEL, 14ª edição, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.135-178.

PRADO, Maria Lígia C. O Brasil e a distante América do Sul. In: *Revista de História*. São Paulo – Departamento de História – FFLCH – USP: Humanitas, 2001, nº 145, p. 128-49.

_____. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC. 2000, p. 321-347.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa. O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Unesp, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentres insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

_____. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Rogério Souza. *Antônio Conselheiro. A fronteira entre a civilização e a barbárie*. São Paulo: Annablume, 2001.

SILVA, Sérgio S. & SZMERCSÁNYI, Tomás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002.

SODRÉ, Nelson. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Maria do Carmo C. O Processo Político Partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: DIFEL, 14ª edição, 1984. p. 162-226.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das Letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VINHOSA, Francisco Luiz T. A Diplomacia Brasileira e a Revolução Mexicana. In: *Revista do IHGB*, nº 327 (abril a junho), 1980. p. 19-81.

VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das oligarquias, uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: Com Arte, 2001.

▪ **Obras de referência teórica, sobre a imprensa e sua utilização como fonte histórica**

ALBERT, Pierre. Comment étudier un journal? In: *Cahiers Français*, nº 178. Paris. La Documentation Française, Out-Dez, 1976.

ALONSO, Paula (comp.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática e Editora UNB, 1988.

BARBIER, Frédéric & LAVENIR, Catherine Bertho. *Historia de los medios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires, Colihue, 2007.

BARBOSA, Marialva. *História Social da Imprensa. Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. In: *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, Vol. XVIII, nº 2 (jun/dez), 1995. p. 93.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990. (2 volumes).

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René. (org). *Por uma história política*. Rio do Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 185-211.

BEIRED, José Luis Bendicho. Revolução e cultura política na América Latina. In: DAURELL, Eliane Gracindo & IOKOI, Ilda Márcia Gricoli (orgs.). *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 437-444.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: *Mélange Historiques*. Paris: SEVPEN, 1963, (Tomo 1), p. 16-40.

_____. Comparasion. In: *Revue de Synthèse Historique*. Paris, Vol. LXIX, Boletim Anexo, 1930, p. 31-39.

BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice & Dayrell, Sérgio Porto (orgs.) *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 321-334.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Imprensa, uma mercadoria política. In: *História e Perspectiva*. Uberlândia, MG: Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, Vol. 4 (jan/jun), 1991. p. 131-39.

_____. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando T.; NAXARA, Márcia R. C. & CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep. 2003.

_____. América Latina: integração e história comparada. In: GEBRAN, Filomena & LEMOS, Maria Teresa Toríbio. *América Latina: cultura, Estado e sociedade*. Rio de Janeiro: ANPHLAC, 1994. p. 83-108.

CASTRO, Maria Ceres et alii. *Folhas do tempo. Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1895-1926)*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal, 1997.

FERREIRA DE ARAÚJO, Antônio. "Presse". In: SANTA-ANNA NÉRY, M. F. J. (org.). *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.

GRUZINSKI, Serge Gruzinski. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autre "connected histories". In: *Annales HSS*, nº 1, janvier-février, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos. Campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1998.

HILL, Arlete Olin & HILL Jr., Body H. Forum Marc Bloch and comparative history. In: *American Historical Review*, LXXXV, 1980, p. 828-857.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LEGOFF, Jacques & NORA, Pierre (comp.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180-196.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Contraponto, 2006.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, UFMG, 1995.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANCUSO, Lara. A comparação no estudo da história da América Latina. In: Projeto História. PUC-SP, n. 31, 2006, p. 259-76.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice & Dayrell, Sérgio Porto (orgs.) *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 29-35.

- _____. A informação ou a parte na sombra. In: MOUILLAUD, Maurice & Dayrell, Sérgio Porto (orgs.) *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 37-47.
- MOUILLAUD, Maurice & Dayrell, Sérgio Porto (orgs.). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura e política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.
- PERALTA, Dante. *El periodismo según "La Razón" a fines de la etapa Cortejarena (1917-1921)*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2005. p. 6. (Publicación electrónica) <www.ungs.edu.ar/publicaciones>
- PRADO, Maria Lígia & CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Ômega, 1980.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. In: *Revista de História*. São Paulo: FFLCH-USP, n. 153, 2005, p. 11-33.
- REYES MATTA, Fernando. A evolução histórica das agências transnacionais de notícias no sentido da dominação. In: *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SAÍTTA, Sylvia. *Regueros de tinta. El diario "Crítica" en la década de 20*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.
- _____. El periodismo popular en los años veinte. In: FALCÓN, Ricardo. *Nueva historia argentina. (1916-1930)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 435-469.
- SIDICARO, Ricardo. *La política mirada desde arriba. Las ideas del diario "La Nación", 1909-1989*. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.
- SOUSA, Fábio Silva. Ecos da Revolução: as primeiras matérias sobre a Revolução Mexicana publicadas na imprensa operária brasileira. In: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro da ANPHLAC*, Vitória/ES, 2008.
<http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/fabio_sousa.pdf>
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes toward a reconfiguration of early modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). *Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997. p. 289-315.
- THELM, Neyde & BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXIX, n. 2. dezembro 2003. p. 7-22.
- ULANOVSKY, Carlos. *Para las rotativas: diarios, revistas y periodistas (1920-1969)*. Buenos Aires: Emecé, 2005.
- VAZ, Paulo B. De Liberty a Marioni: feição e feitura jornalística. In: CASTRO, Maria Ceres et alii. *Folhas do tempo. Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte, 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG, AMI, PBH, 1997.
- WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? In: *Revista Lua Nova*, vol. I, nº 2 (julho a setembro), 1984. p.37-40.
- WEINSTEIN, Barbara. Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em O Estado de São Paulo (1902-1917). Apêndice de PRADO, Maria Lígia & CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Ômega, 1980.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº 4, 1981.

▪ América Latina e obras gerais

ACHUGAR, Hugo. La hora americana o el discurso americanista de entreguerras. In: PIZARRO, PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, (Vol. 3), p. 635-662.

ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.) *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 157-71.

AROCENA, Felipe E DE LEÓN, Eduardo (ed.). *El complejo de próspero. Ensayos sobre cultura, modernidad y modernización en América Latina*. Montevideu: Vintén, 1993.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e na Hispanoamérica. *História*. São Paulo: UNESP, v. 22, 2003, p. 35-58.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. (2 volumes)

DIVINE, Robert et alli. *América, passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

DORATORIO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999.

FELL, Eve-Marie. Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionaria. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Ed. UNICAMP, 1994. vol. 2. p. 577-595.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos* Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. MARTÍ, José. *Nuestra América*. (Antologia) São Paulo: Hucitec, 1991. (Textos selecionados por Roberto Fernández Retamar).

MITRE, Antonio. *O dilema do centauro. Ensaios sobre teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NAPP, Guillermo. *Para la historia del periodismo. El primer congreso panamericano de periodistas*. Buenos Aires: El cronista comercial, 1987.

PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. (3 vol.).

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: UNICAMP, 1991.

ROMERO, José Luis. *América Latina, as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHILLING, Voltaire. *EUA X América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989

SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). *Os intelectuais nos processos políticos na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1985.

TERÁN, Oscar. *América Latina: positivismo y nación*. México: Katún, 1983. p. 9-10.

_____. El primer antimperialismo latinoamericano. In: *Punto de Vista. Revista de Cultura*, Buenos Aires, Año IV, n° 12 (jul/oct), 1981.

TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas: Ed. Unicamp, 1983.

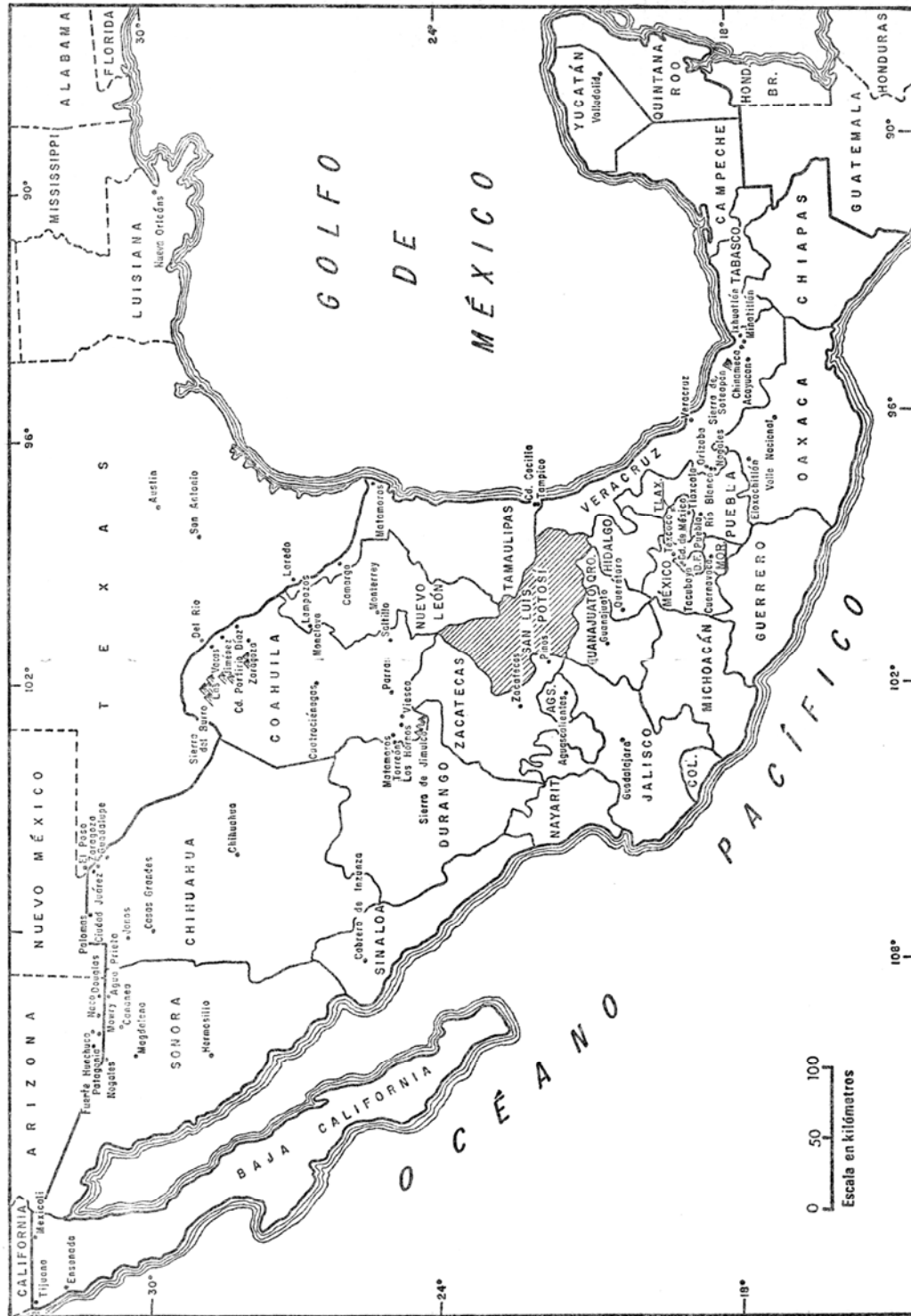
ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Campinas : UNICAMP, 1994. (Vol. 3.), p. 489-534.

ZEA, Leopoldo. *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI, 1986.

_____. *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: FCE, 1993 (3 vol.)

Anexo 1

Mapa do México¹



¹ Mapa reproduzido de COCKCROFT, *Op. cit.*, p. 88-9.

Anexo 2

Análise quantitativa²

Editoriais, matérias, artigos, crônicas e reproduções de outros órgãos de imprensa

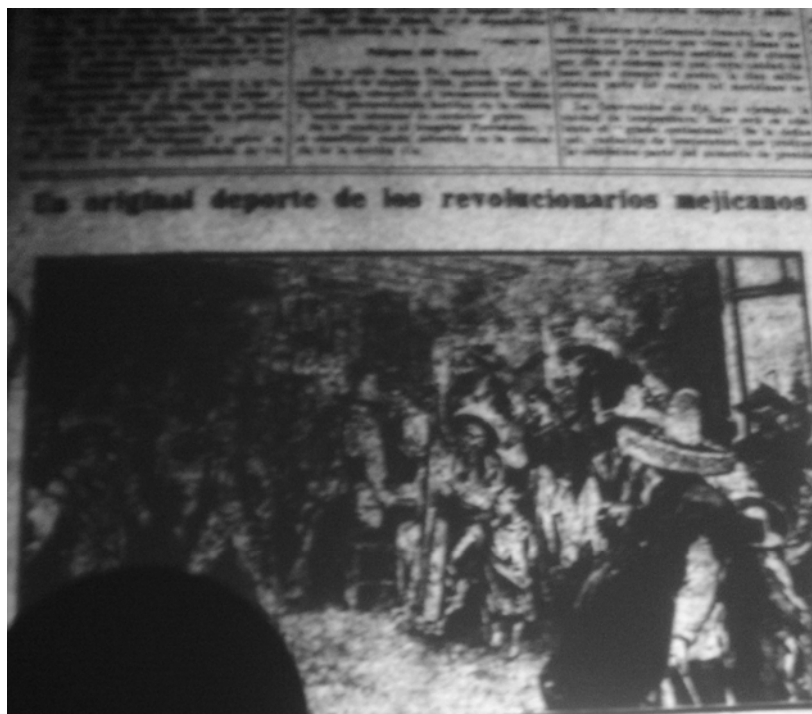
	<i>La Nación</i>	<i>La Prensa</i>	<i>La Razón</i>	<i>Gazeta de Notícias</i>	<i>Minas Gerais</i>	<i>OESP</i>
1910	-	-	-	-	1	1
1911	6	1	3	-	4	3
1912	-	-	-	3	-	-
1913	9	11	5	- *	13	7
1914	29	20	15	11	24	18
1915	7	10	1	15	-	-
	51	42	24	29	42	29

² Análise correspondente aos meses relativos aos eventos mais relevantes da Revolução Mexicana, no período estudado.

* Não tivemos acesso aos exemplares referentes aos períodos de janeiro a março e de novembro a dezembro de 1913.

Anexo 3

La Razón, 22/12/1913, O original esporte dos revolucionários mexicanos, p. 5, 3ª ed.
(gravura em destaque)³

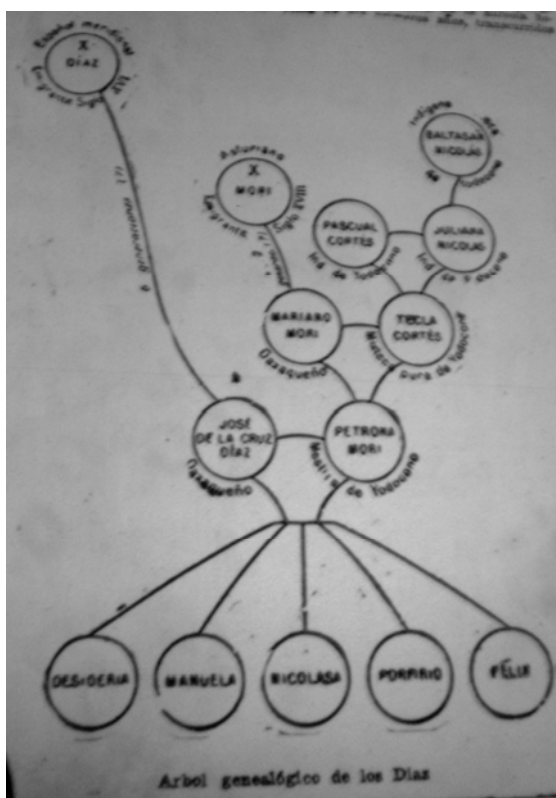


³ Devido à impossibilidade de digitalização da maior parte dos acervos, as imagens foram feitas a partir de fotografias do microfilme, o que compromete bastante a qualidade. Colocamos as gravuras em destaque visando melhorar um pouco a visualização.

Anexo 4

Imagens referentes a

La Razón, 26/02/1913, Os homens e seus métodos, p. 3, 4ª ed.⁴



⁴ Os editores do diário colocaram as seguintes legendas explicativas nas respectivas imagens: "A árvore genealógica dos Díaz" e "Félix Díaz vestido de coronel".

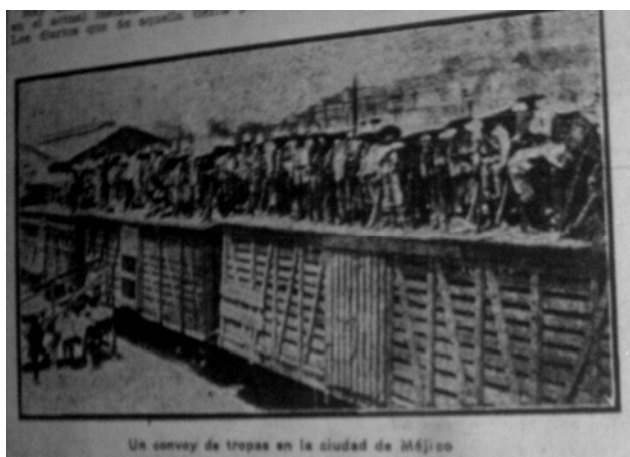
Anexo 5

La Nación, 05/01/1914, A revolução mexicana, p. 9.

(gravuras em destaque na página seguinte)



Imagens referentes a *La Nación*, 05/01/1914, A revolução mexicana, p. 9.⁵



⁵ As quatro imagens traziam legendas explicativas. De acordo com os editores do jornal, a primeira representava "Revolucionário voltando para seus acampamentos após expulsar as forças do governo de Cidade Juárez"; a segunda "Soldados norte-americanos em serviço na fronteira para impedir a passagem de rebeldes para os Estados Unidos"; a terceira representava "Oficial do governo fuzilado pelos rebeldes" e a quarta "Um comboio de tropas na Cidade do México."

Anexo 6

Gazeta de Notícias, 25/04/1914, 1ª pág.

(gravura em destaque)



A ocupação militar yankee de Vera Cruz e a opinião internacional

O Brasil intervirá para uma solução amistosa do conflito?



Ante a invasão da pátria mexicana pelas forças americanas, os caudilhos Carranza e Huerta fraternizam—E dormindo um ao norte, outro ao sul, será agora a vez do general Carranza conter a invasão na fronteira do Texas e do Arizona